



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNB/UFPA

JOÃO ELBIO DE OLIVEIRA AQUINO SEQUEIRA

**MOBILIZAÇÃO TRANSNACIONAL PELOS DIREITOS DOS POVOS DA
FLORESTA- ENTRE RIOS, GABINETES E CORTES: O CASO DAS USINAS
HIDRELÉTRICAS NO MÉDIO RIO TAPAJÓS (PA)**

BRASÍLIA

2019

JOÃO ELBIO DE OLIVEIRA AQUINO SEQUEIRA

**MOBILIZAÇÃO TRANSNACIONAL PELOS DIREITOS DOS POVOS DA
FLORESTA - ENTRE RIOS, GABINETES E CORTES: O CASO DAS USINAS
HIDRELÉTRICAS NO MÉDIO RIO TAPAJÓS (PA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado Acadêmico Interinstitucional em Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Orientação: Professora Dra. Cristina Yumie Aoki Inoue

BRASÍLIA

2019

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de _____, Brasília-DF)

**MOBILIZAÇÃO TRANSNACIONAL PELOS DIREITOS DOS POVOS DA
FLORESTA- ENTRE RIOS, GABINETES E CORTES: O CASO DAS USINAS
HIDRELÉTRICAS NO MÉDIO RIO TAPAJÓS (PA)**

por

JOÃO ELBIO DE OLIVEIRA AQUINO SEQUEIRA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais

DATA DE APROVAÇÃO:

BANCA EXAMINADORA:

Orientador Profa. Dra. Cristina Yumie Aoki Inoue –
IREL/UNB

Examinadora Interna – Prof. Dra. Ana Flávia Barros Platiau
– IREL/UNB

Examinadora Externa – Prof^a. Dra. Rebecca Neaera Abers
– IPOL/UNB

Examinador Externo – Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly
Barros – GPDAM/GPDR/UFOPA

Examinador (a) Suplente – Prof. Dr. Niels Soendergaard–
IREL/UNB

Ao João Pedro Teixeira Sequeira, que da inocência de um menino de tão pouca idade retirou a paciência madura de aguardar pelo pai, que à casa custou retornar. Cheguei. Obrigado por esperar. Vem filho, vamos brincar?

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFPa), em especial aos docentes que estiveram a frente da coordenação do curso, Prof. Dr. Alberto Teixeira e Prof. Dra. Maria Dolores. Agradeço também aos professores Dr. Celso Antônio Coelho Vaz e Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que pude aprender em cada minuto de convívio durante o período de dois anos da disciplina (2015-2016) e posteriormente, em período de Estágio Docente, segundo semestre de 2018.

Agradecimento especial a minha orientadora, Prof. Dra. Cristina Inoue, pela orientação e ensinamentos que valerão para sempre em minha vida pessoal e acadêmica.

Aos colegas da minha turma de Doutorado, pelo companheirismo e amizade nesses quatro anos, e que durante o curso me elegeram como representante de turma. A eles agradeço a confiança ao mesmo tempo peço desculpas se falhei em algum momento. Oriundos de diversas áreas do conhecimento pude aprender com cada um a partir dos debates em sala de aula.

Aos amigos que fiz durante a estada no segundo semestre de 2018 na Colina - UNB, curiosamente de origens diferentes. Os momentos de conversa descontraída e, também, acadêmica ajudaram muito durante a jornada. Não vou esquecer o dia que me acordaram com um bolo para comemorar meu aniversário. Obrigado Mário Pastrana (Colômbia), Cláudio Gallegos (Chile), Yannis Papadopoulos (Grécia) e Uraan Anderson Surui (Paité). Vocês foram minha família na temporada em Brasília.

Às professoras doutoras Marisa Von Bülow e Paula Franco Moreira, que estiveram presentes na banca de qualificação e sugeriram modificações essenciais na pesquisa. Durante a elaboração da tese tive o prazer de ler as obras produzidas por essas duas grandes pesquisadoras e tê-las analisando algo escrito por mim é de uma honra indescritível.

Às professoras e pesquisadoras Veronika Miranda Chase (*University of Massachusetts Boston*), Michele Betsill (*Colorado State University*), Kathryn Hochstetler (*London School of Economics*), Christiane Monte (Universidade Federal do Oeste do Pará) e Rosamaria Loures com as quais tive a honra de debater sobre a pesquisa e foram cirúrgicas em suas críticas e sugestões, muito aproveitadas na tese. Completam o grupo de mulheres pesquisadoras que tanto admiro e continuo aprendendo.

Aos que lutaram e lutam para que os servidores de todas as instituições de ensino, seja professor ou técnico-administrativo, busquem o aperfeiçoamento de sua formação ao realizar uma pós-graduação. O vencedor final é o público para qual devemos a responsabilidade de prestação do melhor serviço. Por isso, meu especial agradecimento à Universidade Federal do Pará, que proporcionou a oportunidade por meio do Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais com a Universidade de Brasília. Agradecimento também à Universidade Federal do Oeste do Pará, que se tornou minha nova casa a partir de julho de 2017 e que me concedeu licença de um ano para concluir a tese, o que foi fundamental para a dedicação total à pesquisa.

Aos meus pais Manuel Elbio e Elisabete Aquino, à minha irmã Cecília Maria e ao meu cunhado Diego Ximenes, todos eles professores e profissionais de referência capazes de inspirar qualquer um, obrigado principalmente pelo suporte familiar, serão sempre meu porto seguro nesse longo navegar que é a vida.

Aos beideradeiros de Monhanha e Mangabal que pude conhecer em alguns eventos realizados na Universidade Federal do Oeste do Pará e aos ribeirinhos de São Francisco e Pimental, que partilharam não apenas os momentos de conflito por conta dos grandes empreendimentos na região, mas suas histórias de vida, permitindo conhecer de tantos brasis que o país é formado.

Ao povo Munduruku que permitiu a visita de campo na Terra Indígena de Sawré Muybu (*Daje Kapap Eypi*) e Praia do Índio. Minha memória sempre resgatará aprendizados do pequeno convívio que pude ter com vários caciques, lideranças, guerreiros, crianças, jovens e mulheres Munduruku.

Que tipo de brasileiros somos se o governo faz de tudo para tirar o que temos? Tudo o que temos está na terra

Chico Catitu, liderança da comunidade Montanha e Mangabal

*Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato.*

Trecho do Samba-enredo da Mangueira 2019: a história que a história não conta

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
PARTE I – O ESPAÇO-TEMPO DA PESQUISA	26
1. METODOLOGIA E MÉTODO.....	29
1.1 Filosofia Ontológica das Relações Transnacionais	34
1.2. Validade da Pesquisa Qualitativa	36
1.3 Aquisição e análise de dados	37
2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL	46
2.1. Construtivismo	48
2.2. Teoria da Rede de Ativismo Transnacional	49
2.3. Perspectivas Decoloniais	56
2.4. Estruturas de Oportunidades.....	59
2.5 Mobilização Transnacional de Direitos	63
3. AS USINAS HIDRELÉTRICAS E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	64
3.1. Usinas Hidrelétricas no Mundo	65
3.2. Usinas Hidrelétricas no Brasil	68
3.3. As Usinas Hidrelétricas na Amazônia brasileira	74
PARTE II – O LOCAL/REGIONAL – O LUGAR DE COMEÇO DO MUNDO	80
4. A AMAZÔNIA, O ESTADO DO PARÁ, O TAPAJÓS.....	81
4.1. Amazônia – De 1540 aos anos 2000	82
4.2. Pará 2030	87
4.3. Muito anterior ao país Mundurukânia, muito posterior ao Estado do Tapajós: antes de 1540, para além de 2030.....	91
5. AS USINAS HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS.....	100
5.1. As Usinas Hidrelétricas da Bacia do Tapajós.....	101
5.2. O Complexo Hidrelétrico Tapajós.....	105
5.3. Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós	108
6. ATORES SOCIAIS LOCAIS – MOBILIZANDO O PROTESTO	116
6.1. Os Munduruku.....	118
6.2. Povos tradicionais: Os ribeirinhos e os beiradeiros.....	121
6.3. Movimentos Sociais Indígenas	121
6.4. Movimentos Sociais Locais.....	126
PARTE III – O NACIONAL – ENTRE O LUGAR E O MUNDO	128
7. O ESTADO-MERCADO NACIONAL: DO ÀPICE AO DECLÍNIO	128
7.1. Burocracia Energética Brasileira	129
7.2. Burocracia Protetiva de rios, florestas e povos brasileiros.....	137

7.3. A falência do Governo.....	144
8. OS ATORES SOCIAIS NACIONAIS – ENTRE O LOCAL E O INTERNACIONAL: ORGANIZANDO RECURSOS E MOBILIZANDO O DIREITO.....	146
8.1. Organizações Não-Governamentais Domésticas.....	147
8.2. Organizações cristãs	153
8.3. Entre atores globais e o problema local.....	154
8.4. Comunidade de Cientistas	155
PARTE IV – O INTERNACIONAL-GLOBAL: MUITO MUNDO EM POUCO LUGAR.....	156
9. MERCADO E EMPRESA TRANSNACIONAIS	157
9.1. Tapajós: lugar de transporte e produção de <i>commodities</i>	157
9.2. Integração Sul-Americana	158
9.3. Grandes Obras de Infraestrutura.....	160
9.4. Financiamento	166
9.5. As empresas envolvidas na construção de usinas hidrelétricas	167
10. ATORES SOCIAIS INTERNACIONAIS – MOBILIZANDO OS RECURSOS.....	171
10.1. Recursos externos.....	172
10.2. Inovações internas	173
10.3. Organizações não-governamentais internacionais.....	175
10.4. Imprensa Transnacional.....	178
10.5. Artistas internacionais e comunidade científica internacional	179
PARTE V – CAMPANHA DA REDE DE ATIVISMO TRANSNACIONAL: MANTER O LUGAR PARA RECUPERAR O MUNDO.....	181
11. ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES.....	182
11.1. Estruturas de Oportunidades Políticas.....	183
11.2. Estruturas de Oportunidades Jurídicas	191
12. O ESTADO BRASILEIRO: RESTRINGINDO AS OPORTUNIDADES INTERNACIONAIS; DESMONTANDO AS DOMÉSTICAS; DESTRUINDO O LOCAL.....	204
12.1. Diplomacia e Força: Restringindo oportunidades internacionais.....	205
12.2. Nacional: Desmontando oportunidades domésticas.....	210
12.3. Destruição do local: Repressão e controle social	219
13. PARA VELHAS RESTRIÇÕES NOVAS ESTRATÉGIAS. DA REDE TRANSNACIONAL PARA UMA REDE TRANSLOCAL DE ATIVISMO	228
13.1. Uso Político da Informação (<i>Information Politics</i>)	228
13.2. Política de Simbolismo (<i>Symbolic Politics</i>)	235
13.3. Política de Alavancagem (<i>Leverage Politics</i>)	237
13.4. Política de monitoramento/responsabilização (<i>Accountability</i>).....	240
13.5. Política estratégica translocal (<i>strategic translocal politics</i>).....	241

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	273
REFERÊNCIAS	280
Apêndice I – Lista de Entrevistados	303
Apêndice II – Lista de Eventos Observados.....	304
Apêndice III – Lista de Atores da Rede de Ativismo Transnacional.....	305
Apêndice IV – Quadro do Tempo dos principais acontecimentos envolvendo os AHEs no Médio Tapajós	308

RESUMO

A globalização econômica impõe à Amazônia a dicotômica tarefa de ser ao mesmo tempo um espaço de preservação e exploração de recursos naturais. A produção, mesmo que o bem seja na sua natureza mais bruta, aliada à expansão industrial do Brasil e ao consumo, demandam uma crescente produção de energia. A bacia Amazônica tem sido esse espaço de expansão da fronteira hidroenergética. Após passar pelos rios Xingu, Madeira e Teles Pires, as hidrelétricas avançam para o rio Tapajós, localizada no oeste do Estado do Pará. A região, rica em biodiversidade, recursos minerais e agrícolas é historicamente povoada por indígenas e comunidades tradicionais. Para a proteção de suas terras, tais povos buscam apoio de organizações não governamentais nacionais e internacionais, comunidade epistêmica, Igreja, empresas e atores dentro do próprio Estado, formando o que se denomina rede de ativismo transnacional. Nessa configuração, indivíduos trabalham internacionalmente sobre um assunto, unidos por valores compartilhados, em um discurso comum, e intercâmbios densos de informações e serviços, e aqui, a pauta é poder decidir sobre as hidrelétricas rio Tapajós, devido aos já sabidos impactos socioambientais, experimentados por outros projetos em andamento na Amazônia brasileira e internacional. O atingimento das metas da mobilização transnacional pelos povos da floresta do médio Tapajós depende da abertura ou fechamento de estruturas de oportunidades políticas e jurídicas tanto no plano doméstico, proporcionado pelo Estado, quanto no plano internacional, proporcionado por outros Estados e organizações internacionais. O objetivo da pesquisa foi identificar a influência da rede de ativismo transnacional na paralização da usina hidrelétrica de São Luís do Tapajós e quais as estratégias utilizadas para mobilização de direitos. As teorias utilizadas complementam uma a outra, começando pela percepção construtivista de que o Estado não é o único detentor de poder, passando pela teoria da Rede de Ativismo Transnacional e caminha em direção à teoria Decolonial para perceber uma configuração diferenciada de rede de ativismo, onde atores do norte global não exercem mais um papel central, pois mudou a atuação dos atores do sul global e no presente caso, ganhou importância as estratégias dos atores sociais locais. Utilizando o método do *process tracing* para analisar os mecanismos causais a hipótese é que fechada as estruturas de oportunidades políticas e jurídicas nos níveis nacional e internacional, a campanha transnacional necessita buscar apoio e pressão desde baixo, em uma atuação com protagonismo local para alcançar o arquivamento do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós.

Palavras-chave: Estratégias da campanha transnacional – Estrutura de Oportunidades – Médio rio Tapajós – Mobilização Transnacional – Usinas Hidrelétricas

ABSTRACT

Economic globalization imposes on the Amazon the dichotomous task of being both a space for the preservation and exploitation of natural resources. Production, even if the good is in its grossest nature, combined with Brazil's industrial expansion and consumption, demand a growing production of energy. The Amazon basin has been this space for expansion of the hydroenergetic frontier. After passing through the Xingu, Madeira and Teles Pires rivers, the hydroelectric dams advance to the Tapajós river, located in the western state of Pará. The region, rich in biodiversity, mineral and agricultural resources, is historically populated by indigenous and traditional communities. For the protection of their lands, these peoples seek support from national and international non-governmental organizations, the epistemic community, the Church, companies and actors within the state itself, forming what is called the transnational advocacy network. In this configuration, individuals work internationally on a subject, united by shared values, in a common discourse, and dense exchanges of information and services, and here the agenda is to be able to decide on the Tapajós hydroelectric dams, due to the already known social and environmental impacts experienced. for other ongoing projects in the Brazilian and international Amazon. Achieving the goals of transnational mobilization by the forest peoples of the middle Tapajós depends on the opening or closing of structures of political and legal opportunities both domestically and internationally provided by other states and international organizations. The objective of this research was to identify the influence of the transnational advocacy network on the paralysis of the São Luís do Tapajós hydroelectric power plant and which strategies were used to mobilize rights. The theories used complement each other, starting with the constructivist perception that the state is not the only holder of power, going through the theory of the Transnational Advocacy Network and moving towards the Decolonial theory to perceive a different configuration of the activism network, where actors from the global north no longer play a central role, because they changed the role of actors from the global south and in the present case, the strategies of local social actors gained importance. Using the process tracing method to analyze causal mechanisms the hypothesis is that closed the structures of political and legal opportunities at the national and international levels, the transnational campaign needs to seek support and pressure from below, in a role with local leadership to achieve archiving of the environmental licensing process of the São Luiz do Tapajós hydroelectric plant.

Key-words: Transnational Campaign Strategies - Opportunities Structure - Transnational Mobilization - Tapajós River Middle - Hydroelectric Power Plants

LISTA DE IMAGENS E FOTOGRAFIAS

Imagem 1. Estações de Transbordo de Carga nos Distritos de Miritituba e Santarenzinho.....	165
Imagem 2. Potenciais empresas e financiadores da UHE São Luiz do Tapajós.....	170
Imagem 3. Símbolo Utilizado pela Aliança Tapajós Vivo.....	229
Fotografia 1. Indígenas Munduruku e ativistas do <i>Greenpeace</i> protestam próximo à cachoeira de São Luiz do Tapajós.....	230
Fotografia 2. Indígenas Munduruku fazendo dois círculos encima da bandeira elaborada pelo <i>Greenpeace</i> às margens do rio Tapajós.....	231
Imagem 4. Quadrinho da conversa entre dois peixes do rio Tapajós.....	233
Imagem 5. Desenho elaborado pelo Movimento Tapajós Vivo na Segunda Cartilha.....	234
Imagem 6. Desenho elaborado pelo Movimento Tapajós Vivo na Terceira Cartilha.....	235
Imagem 7. O Mapa da Vida.....	270

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Unidades Hidrográficas da Amazônia brasileira e principais cidades.....	83
Mapa 2. Área de Influência dos estudos do meio físico e biótico da Bacia do rio Tapajós.....	102
Mapa 3. Barragens inicialmente previstas na Bacia do Tapajós.....	104
Mapa 4. Potenciais hidrelétricos previstos e principais níveis de base locais na área de estudo.....	106
Mapa 5. Impactos Diretos e indiretos do Complexo de Usinas Hidrelétricas Tapajós.....	107
Mapa 6. Arranjo geral da barragem e das obras do AHE São Luiz do Tapajós.....	109
Mapa 7. Projetos do Eixo Amazonas.....	159
Mapa 8. Obras de Infraestrutura de integração Norte/Centro-Sul.....	161
Mapa 9. Obras civis e sinalização nos rios Tapajós e Teles Pires.....	163

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Etapas do Planejamento Hidrelétrico.....	70
Figura 2. Representação esquemática das interligações entre subsistemas de energia no Brasil.....	74
Figura 3. Regiões de Integração do Estado do Pará.....	88
Figura 4. Iniciativas para alavancar a verticalização mineral no Estado do Pará.....	90
Figura 5. Estrutura Institucional do Setor Elétrico Brasileiro.....	130

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1. Fontes produtoras de energia elétrica no mundo (2016).....	68
Quadro 1. Informações da Região de Integração do Tapajós.....	93
Quadro 2. Principais características das usinas conforme o <i>Greenpeace</i>	106
Quadro 3. Instrumentos jurídicos de proteção dos direitos indígenas no Brasil.....	192

LISTA DE SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública

AHE – Aproveitamento Hidrelétrico

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CADH – Convenção Americana de Direitos Humanos

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CCLPI – Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado

Corte IDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores

CAMPOS – Centro de Apoio ao Movimento Popular Sindical

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DP/PA – Defensoria Pública do Estado do Pará

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EOJ – Estrutura de oportunidades jurídicas

EOP – Estrutura de oportunidades políticas

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNSP – Força Nacional de Segurança Pública

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*

ISA – Instituto Socioambiental

MC – Medida Cautelar

MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu

MIIA – Movimento Indígena Ipereğ Ayũ

MPE/PA – Ministério Público do Estado do Pará

MPF/PA – Ministério Público Federal no Estado do Pará

MXVPS – Movimento Xingu Vivo para Sempre

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDEE – Plano Decenal de Expansão de Energia

PIL – Programa de Investimentos em Logística

PNE – Plano Nacional de Energia

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

RI – Relações Internacionais

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SIDH – Sistema Interamericano de Direitos Humanos

STF – Supremo Tribunal Federal

SLT – São Luiz do Tapajós

TAN – Transnational Advocacy Network (Rede de Ativismo Transnacional)

TANUHE-BM – Rede de Ativismo Transnacional contrária à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

TAN-CHT – Rede de Ativismo Transnacional contrária à construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós

TRF – Tribunal Regional Federal

UHE – Usina Hidrelétrica

INTRODUÇÃO

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2017. 8º Encontro Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) com o lema “Água e energia não são mercadorias”, que reuniu várias lideranças políticas, dentre elas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ao subir ao palco do evento disse: “Eu queria começar a minha fala dando os parabéns e agradecendo a direção do MAB por ter tido a ousadia e a coragem de organizar o seu encontro com o tema tão importante para o Brasil que é a soberania, sobretudo discutindo a questão da água e energia”.

Altamira (PA), 12 de maio de 2018. No café da manhã do hotel e antes de me dirigir ao “I Seminário Xingu, Terras de Resistências” percebo que estão sentados à minha frente em lugares diferentes: dois chineses, o presidente nacional do MAB e um político conhecido do Partido dos Trabalhadores. Ao conversar com moradores locais e participar do evento pude entender o que representava cada uma daquelas pessoas: a presença dos chineses tinha se tornado comum devido à participação de suas empresas na construção das linhas de transmissão de energia na região; alguns políticos do Partido dos Trabalhadores ainda exerciam influência no local na discussão de polícias de mitigação da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte; e o MAB realizava em Altamira seu primeiro encontro no Estado do Pará com a presença de seu presidente nacional.

Pimental (PA), 28 de setembro de 2018. Estou à beira do rio, em frente ao local onde governo brasileiro pretendia construir a UHE São Luiz do Tapajós. Um menino se aproxima e pergunta: “O senhor que veio comprar esse palmito?”. Olhando para aquele amontoado de palmeiras cortadas fui saber pela pessoa que me acompanhava e conhecia bem a região, que era palmito de açaí, vendido barato pelo produtor local, mas com custos elevados para o consumidor final e para o meio ambiente.

Sawré Muybu (Aldeia indígena Munduruku, médio Tapajós, PA), 14 de fevereiro de 2019. Preparando para dormir dentro da escola da aldeia juntamente com guerreiros, líderes e caciques, um deles fala “Escutem as dragas, devem ter achado ouro ou diamante, porque já estão há três dias aí na frente”. No outro dia o cacique da aldeia me explicou que as dragas (embarcações de extração mineral) estão cada vez maiores e que agora quem estava explorando ouro na região era um israelense que provavelmente nunca veio à Amazônia.

Santarém (PA), 31 de maio 2019. Diante de um público de jovens estudantes no Seminário “Reflexões sobre grandes projetos na Amazônia: de Belo Monte à Teles Pires-Tapajós”, a líder indígena e recém-ingressa do curso de Direito da Universidade Federal do

Oeste do Pará, Alessandra Munduruku, alerta: “Acabei de voltar de Paris, juntamente com outros parentes Munduruku. Queria avisar a vocês que quando os estrangeiros vêm aqui vocês costumam receber bem, pois quando fui lá entregar minha carta à empresa *Életrecité de France* (EDF) não pude sequer passar da porta”.

Por trás desses cinco acontecimentos que pude presenciar durante a pesquisa estão vários atores locais, nacionais e internacionais que possuem interesses, muitos deles díspares quanto a usos, costumes, vivências e percepções do meio ambiente. Na visita de campo à aldeia Sawré Muybu percebi quão diferente é a percepção do espaço amazônico, quando um dos indígenas disse não compreender o termo (des)envolver, pois entende que com a natureza se envolve e não se dissocia, logo os Munduruku a ela pertencem.

O *locus extramuros* eleito para analisar o fenômeno é o médio rio Tapajós. Local de avanço de diversas fronteiras do capital como agronegócio e grandes empreendimentos. Local onde existem povos, inclusive milenares, que extraem diretamente da natureza sua principal fonte de sobrevivência. Não merecem nenhuma redução terminológica diante da riqueza e diversidade da história de cada um deles. Poderiam ser chamados de povos do rio, pois suas lutas são também pela preservação das condições de vida no médio rio Tapajós. Conforme normas nacionais e internacionais são conhecidos como povos tradicionais¹. Possuem culturas e visões distintas, mas utilizam os recursos naturais de forma semelhante, por isso, aqui chamados de povos da floresta. Estão categorizados em três grupos: os indígenas Munduruku, os beiradeiros de Montanha e Mangabal e os ribeirinhos de Pimental, São Francisco e São Luiz do Tapajós. Tais povos passaram a contar com ONGs nacionais e internacionais, sindicatos, setores da Igreja, comunidade epistêmica, Ministério Público Federal, dentre outros atores, em prol da manutenção de suas formas de vida e contra a construção de barragens hidrelétricas no médio rio Tapajós.

O *cronos* da pesquisa, embora sejam apresentadas algumas datas para organizar os fatos (Apêndice IV), não está determinado porque importa entender desde o registro dos primeiros

¹ Existe debate quanto ao denominá-los de povos, comunidades ou populações. Debate enriquecedor, mas que para os propósitos da pesquisa recebe aresta a partir de uma norma *bottom up* resultante da luta pelo reconhecimento, anotada na Constituição Federal de 1988 e no Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007, ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo em seu Art. 3º, I que povos e comunidades tradicionais são grupos diferenciados culturalmente e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Terminologia semelhante utiliza a Convenção 169 da OIT que associa a tradição de tais povos às suas atividades, terras, técnicas e práticas. Os povos e comunidades tradicionais residentes na Bacia Hidrográfica do Tapajós incluem etnias indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, extrativistas e outras comunidades rurais.

indivíduos na região do Tapajós até a última notícia sobre uma viagem de um indígena Munduruku à Europa em busca de aliados transnacionais. Desde a ancestralidade dos povos e a compreensão da sacralidade do espaço até a forma atual de estabelecer alianças. Importa entender desde as rotas comerciais das primeiras viagens para extrair drogas do sertão em direção à Europa no século XVII às novas rotas de extração de soja e minérios do atual e sedento mercado chinês. Interessa compreender desde as primeiras políticas públicas para a região do Tapajós pensadas pelo militarismo na década de 1960 até a mais moderna (o que não significa evoluída) operação da polícia do Governo Federal em terras indígenas.

A mobilização transnacional pelos direitos dos povos da floresta localizadas no médio rio Tapajós (PA) surge na beira do rio, caminha por gabinetes das empresas e de órgãos do Estado e atinge as cortes domésticas e internacionais para a defesa de indivíduos, que cientes do seu lugar no mundo, sempre voltam para consultar o local para decidir de forma coletiva e soberana o próximo passo a ser dado. As ONGs nacionais e internacionais e os movimentos sociais foram importantes, mas as estratégias dos povos diretamente envolvidos foram decisivas. Se existem bloqueios em nível doméstico e internacional as estratégias locais podem ser repensadas; e isso não quer dizer que o plano internacional não influencia mais. Ocorre que há momentos corretos para acessá-lo.

À observação desse fenômeno e da relação entre esse conjunto de atores e o Estado utilizarei um conjunto de teorias e conceitos que se complementam, e na falta de categorias que abordem o fenômeno encontrado, serão feitas contribuições visando a expansão teórica.

O campo das Relações Internacionais nasceu para analisar a relação entre Estados soberanos. A ideia de uma rede de atores surge a partir da relativização do poder do Estado como único ator decisor da política. Há uma difusão deste poder (Nye, 2012) para organismos intergovernamentais como as instituições de Bretton Woods e a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa difusão aliada à multiplicidade de atores (inclusive indivíduos) seria capaz de ressignificar a ontologia das relações entre atores nas escalas local, nacional e internacional. Outra interpretação vislumbra diferentemente o processo, enxergando que o Estado sequer relativiza esse poder, sendo a ideia de uma sociedade civil global uma retórica que reforça o poder estatal. A globalização seria o fortalecimento do poder de dominação do capital por meio de diferentes mecanismos.

A tese adota a perspectiva Construtivista por considerar que pode existir uma relativização do poder do Estado; e, a partir da leitura de rede de ativismo transnacional de Keck e Sikkink (1998) atores compartilham ideias e valores comuns, principalmente aos temas relacionados aos direitos humanos e meio ambiente; e avança para uma contribuição à Teoria

da Rede de Ativismo Transnacional utilizando a Teoria Decolonial para vislumbrar um movimento que surge de baixo para cima.

Em uma decolonialidade teórica das Relações Internacionais convida a enxergar o fenômeno do ativismo para além das fronteiras: entre o doméstico e o internacional, ao estabelecer interações diretas entre o local e o internacional; epistemológicas (Santos e Meneses, 2010), quando permite outros saberes; do poder político, pois o Estado apesar de deter a força, ainda sobra uma margem utilizada por atores locais para influenciá-lo; do poder econômico, quando os movimentos sociais e povos locais tentam resistir a um modo de vida que enxerga o território apenas com a função da produção do capital; fronteira da cosmovisão, quando povos tradicionais tentam colocar também seu modo de vida a um mundo que deseja ser homogêneo; e fronteira da própria relação entre atores da rede transnacional, quando povos conseguem demonstrar que são capazes de assumir o protagonismo da campanha transnacional sem afastar aliados domésticos e internacionais.

Os teóricos da rede de ativismo transnacional têm feito releituras para a nova concertação do mundo que se anuncia. Acontecimentos como a pós Segunda Guerra Mundial, revolução tecnológica (chamadas por alguns de Terceira Revolução Industrial), atentados de 11 de setembro, movimentos anti-globalização de Seattle tão debatido como influenciadores de novas organizações já não são os mais atuais. Os teóricos da rede de ativismo reconheceram a necessidade de uma releitura (Evans e Garavito *et. al.*, 2018), porque o mundo é outro. Fatos na ordem global como a escalada de países emergentes como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) modificaram a configuração de redes de ativismo transnacional.

Apesar de se apresentar como essencialmente estatal, as associações público-privadas estão ganhando peso na cooperação internacional, ao mesmo tempo em que se excluem os atores sociais que disputam as consequências do modelo dominante (Echart, p. 393, 2017). Contra essa invisibilidade e falta de participação os movimentos sociais se organizam em rede e atravessam fronteiras intercambiando informações, utilizando estudos da comunidade epistêmica, traçam estratégias políticas e jurídicas contra seu governo nacional e traduzem ao modelo econômico ocidental as formas que os povos escolheram para viver.

A proposta para avanço da Teoria da Rede de Ativismo Transnacional (Keck e Sikkink, 1998) feita por diversos autores (Von Bülow, 2014; Evans e Garavito *et. al.*, 2018; Moreira *et. al.*, 2019) contará com o suporte das teorias de Mobilização de Recursos (Tarrow, 2009), Estruturas de Oportunidade Política (Tarrow, 2005; McAdam, 2008), Estruturas de Oportunidade Jurídica (Hilson, 2002; Andersen, 2004; Wilson e Cordero; 2006; Case e Givens,

2010; Cardoso e Fanti, 2013; Sequeira, 2017) e Mobilização por Direitos (Santos, 2007; Cardoso, 2012).

Segundo Finnermore e Sikkink (2001, p. 394) os construtivistas entendem que os atores são moldados pelo meio social em que vivem, logo uma questão de pesquisa óbvia está em analisar como essa modelagem acontece e quais resultados obtidos. O caso faz repensar o modelo bumerangue e espiral que segundo Khagram et. al. (2002, p. 19) funcionam como padrões de interação entre estruturas de oportunidade domésticas e estruturas de oportunidades internacionais, sugerindo que é o fechamento na sociedade doméstica, seja pela repressão, autoritarismo ou ambos, que levam atores dos movimento sociais para a arena transnacional. A abertura ou fechamento do sistema político institucionalizado promove regras e espaços de natureza jurídica e mudanças político-institucionais. A combinação de uma estrutura de oportunidades doméstica fechada e uma estrutura de oportunidades internacional aberta iniciaria o modelo bumerangue ou espiral.

Por estruturas de oportunidades entende-se como mecanismos garantidos pelo Estado (quando estruturas domésticas) e por organizações internacionais (quando estruturas internacionais) para a atuação da rede de ativismo transnacional, que pode obter uma resposta favorável aos propósitos da campanha e conseguir avançar em alguns objetivos ou, caso tenha uma resposta desfavorável, ter o Estado ou organizações internacionais ainda mais refratários.

A abordagem de estruturas de oportunidade jurídica não é apenas uma simples opção teórica, mas observação empírica do desenho institucional democrático brasileiro que confere poder para alguns atores de forma diferenciada se comparada a outras democracias. Esses atores são oriundos do ordenamento jurídico brasileiro e para eles é necessário olhar com maior detalhe, pois estão sendo capazes de reconfigurar dinâmicas domésticas e internacionais. O modelo brasileiro possui algumas peculiaridades como a atuação do Ministério Público, considerado um quarto poder devido ao seu ativismo ou protagonismo. A atuação em defesa de minorias, consagrada pela Constituição Federal aliada a livre atuação de seus membros integra promotores e procuradores às redes de resistências em prol de direitos humanos ou causas socioambientais.

Analisando a atuação dos povos médio Tapajós, houve a necessidade de ampliar o conceito para estratégias políticas translocais (*strategic translocal politics*), pois diante de um contexto de estruturas doméstica e internacional aparentemente abertas, mas na prática fechadas, os povos buscaram táticas locais, propondo um “voô” do bumerangue (Keck e

Sikkink, 1998) muito próximo ao solo, ou seja, perto do local, demonstrando que é possível ter um protagonismo decisional, estratégico e atuante de povos que decidem coletivamente.

Necessário observar a atuação dos povos do médio rio Tapajós como um terceiro elemento influenciador do arquivamento do licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós, além dos acontecimentos como a Operação Lava Jato e a crise econômica nacional. Para tal irei descortinar e categorizar os mecanismos influenciadores e, então, perceber o fenômeno de agência de indígenas, ribeirinhos e beiradeiros, pertencentes a uma rede de ativismo transnacional.

Não é mais um exercício dentro da literatura das ciências sociais explicar que os atores não agem semelhantes às esferas fechadas em si, por outro lado, é necessário um referencial de inimigos para entender que políticas e atores são realmente parceiros da causa e contra quem utilizar determinada estratégia. Os povos do médio rio Tapajós ao exporem alguns atores do Estado como inimigos e algumas decisões autoritárias, conseguiram atrair aliados e divulgar a campanha contra o modelo não dialogado da construção de usinas hidrelétricas.

As contribuições teóricas propostas e a percepção ontológica dos fatos levam ao seguinte problema de pesquisa: Diante as restrições jurídicas e políticas impostas pelo Estado brasileiro e a pressão econômica internacional, como a rede de ativismo transnacional em prol dos direitos dos povos da floresta no médio rio Tapajós conseguiu atingir, mesmo que momentaneamente, o nível máximo de influência em fazer o Estado modificar seu comportamento, arquivando o projeto de licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós? A hipótese consiste em afirmar que fechada as estruturas de oportunidades políticas e jurídicas nos níveis nacional e internacional, a campanha transnacional (translocal) logrou êxito ao agir desde baixo, em uma atuação com protagonismo local para alcançar o arquivamento do processo de licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós.

A metodologia utilizada na pesquisa é o *process tracing*, que possibilita a análise de evidências nos processos, sequências e conjunturas de eventos num caso para desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar o caso (Bennet e Checkel, 2015, p. 07). Para tanto deve-se identificar a cadeia causal e a conexão entre os mecanismos causais por meio da observação sistemática, em um mesmo caso, de evidências selecionadas e analisadas para avaliar hipóteses (Collier, 2011). A pesquisa aponta três evidências: técnico-jurídica, político-econômica e agência-causal. Não se atribui exclusividade a nenhuma delas, mas busca lançar luz a evidência agência-causal, que é relacionada a ação da rede de ativismo transnacional. O apêndice IV “Quadro do Tempo dos principais acontecimentos envolvendo os

Aproveitamentos Hidrelétricos no Médio Tapajós” organizam cronologicamente os fatos que serão apontados ao longo da pesquisa e fazem parte das evidências identificadas.

Christensen (2008) alerta que, considerando a tendência de resultados negativos da ação transnacional apontadas por Tarrow (2005), a capacidade de identificar os fatores que determinam a variação no resultado é fundamental para o desenvolvimento de uma teoria abrangente. Tal análise torna-se importante também para os atores da rede, pois eles ganham em uma possível reformulação de estratégias ao visualizar as chances de sucesso da campanha, antes mesmo de seu início. Sikkink (2003, p. 310) entende que alguns ativistas dos movimentos sociais organizam mapas de oportunidades políticas tanto a nível nacional como internacional, tendo, em mente que um bloqueio em nível nacional poderá levá-los a movimentar-se no plano internacional.

Desse modo a pesquisa possui como objetivo geral: Identificar as estratégias utilizadas pela rede de ativismo transnacional em prol dos direitos dos povos da floresta no médio rio Tapajós que resultou no arquivamento de um projeto de interesse do Estado/mercado transnacionais, que é o aproveitamento hidrelétrico São Luiz do Tapajós. E como objetivos específicos: 1. Observar as tentativas de cerramento no plano doméstico e internacional do Estado brasileiro para dificultar as ações da campanha transnacional; 2. Analisar as peculiaridades da ação protagonista dos atores locais, que são os povos do médio rio Tapajós; 3. Verificar quais contribuições o caso propõe para teoria da Rede de Ativismo Transnacional e as contribuições da teoria para o caso dos povos do médio Reio Tapajós, tendo em vista o reordenamento nas relações entre Norte-Sul Global e a participação mais direta de atores sociais locais.

A pesquisa está dividida em cinco partes, que buscam inserir aos poucos a compreensão do tema e da metodologia empregada para alcance dos resultados. A Parte I. O Espaço-Tempo da Pesquisa, dividida em três capítulos: Capítulo 1. Metodologia e Método; Capítulo 2. Referencial Teórico e Conceitual; Capítulo 3. As usinas hidrelétricas e os conflitos socioambientais. Além de explicar como utilizei o *process tracing*, apresento os principais conceitos utilizados pela teoria e inicio a discussão técnica de como funciona uma hidrelétrica, sua origem e os impactos socioambientais causados.

Parte II. O Local/Regional – O Lugar do Começo do Mundo, tal título é uma descrição histórica e geográfica do território em disputa, então o problema do mundo começa a partir dele e é também uma alusão de como os povos locais percebem o mundo a partir do local, dividido

em: Capítulo 4. A Amazônia, o Estado do Pará, o Tapajós; Capítulo 5. As Usinas Hidrelétricas no Tapajós; Capítulo 6. Atores sociais locais – Mobilizando o Protesto.

Parte III. O Nacional – Entre o Lugar e o Mundo, que percebe um mercado nacional alinhado aos interesses internacionais e distante das necessidades locais; e os atores sociais nacionais como tradutores entre apoio de recursos internacionais e proximidade com os anseios dos povos locais. Está dividido em: Capítulo 7. O Estado-mercado nacional: Do ápice ao declínio; Capítulo 8. Os atores sociais nacionais – entre o local e o internacional: organizando recursos e mobilizando o direito.

Parte IV. O Internacional-Global – Muito mundo em pouco lugar, com a perspectiva de que existe uma corrida do Estado/mercado, que modifica de forma irreversível o espaço local ao mesmo tempo em que atores sociais internacionais tentam auxiliar na sua desaceleração. Está dividida em: Capítulo 9 – Mercado e Empresa Transnacionais; Capítulo 10 – Atores Internacionais – Mobilizando os recursos.

Parte V. Campanha da Rede de Ativismo Transnacional: Manter o Lugar para recuperar o Mundo, quando os atores sociais citados nos capítulos anteriores envidam esforços para preservar o meio ambiente e garantir o direito dos povos da floresta como uma forma de livrar o mundo da degradação socioambiental. Está dividido em: Capítulo 11. Estrutura de Oportunidades; 12. O Estado brasileiro: restringindo as oportunidades internacionais; desmontando as domésticas; destruindo o local; 13. Para velhas restrições novas estratégias. Da rede transnacional para uma rede translocal de ativismo. Por último as Considerações Finais que busca levantar as principais evidências levantadas ao longo das cinco partes da pesquisa para confirmar ou refutar a hipótese.

PARTE I – O ESPAÇO-TEMPO DA PESQUISA

A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em buscar novas paisagens, mas sim em ter novos olhos. (Marcel Proust)

Antes de qualquer abordagem é preciso fazer a mesma ressalva que fiz ao me apresentar às lideranças, jovens, crianças e mulheres Munduruku na aldeia Sawré Muybu (*Daje Kapap Eypi*): a pesquisa não aborda o povo Munduruku, mas, sim, as ações realizadas, juntamente com outras organizações e atores, para impedir ou participar das discussões da tentativa do Estado brasileiro em construir usinas hidrelétricas no médio rio Tapajós. A observação é importante, pois caso fosse abordar especificamente o povo Munduruku, seguindo suas próprias regras, eu não poderia desenvolver a pesquisa sem antes submetê-la à aprovação dos indígenas e à aprovação da FUNAI, conforme a Instrução Normativa nº 01/PRESI/FUNAI, de 29 de novembro de 1995, que regulamenta as normas para o ingresso em Terras Indígenas com finalidade de desenvolver Pesquisa Científica.

A mesma advertência em relação a Montanha e Mangabal; e a São Francisco e Pimental. O relato de vida dessas pessoas é muito rico, mas foram tornadas por mim anônimas diante as frequentes animosidades entre atores sociais, empresários e agentes estatais. Algumas informações trazidas em relação aos povos do Tapajós constam de registros antigos com o intuito de situar o leitor na história e geografia locais.

A ciência é o conhecimento que surge a partir de procedimentos que funcionam dentro de um sistema de princípios ou leis gerais obtidas e testadas por meio de métodos. O conhecimento científico resulta da investigação metódica, a partir da prática de pensar e observar, de agir e tentar repetir experimentos. As ciências sociais e humanas, por não serem produzidas em laboratório, exigem maior rigor e estão sempre em uma batalha acadêmica constante para justificar que sua produção é também científica e apesar de contar com pilares argumentativos, sua produção não é pura Filosofia, embora a ela esteja conectada.

Dentro do desafio está alinhar método, metodologia e teoria aos objetivos propostos para a pesquisa. Durante o percurso surgem novos métodos e modelos e assim, trabalhos que possuem rigor científico apurado, são capazes de influenciar e transformar abordagens dentro de determinada área.

Busquei um alinhamento ao aproximar metodologia de um lado, com a utilização do *process tracing*; e do tronco teórico construtivista do outro. No meio, como elo sustentador do casamento entre teoria e metodologia, estão os métodos empregados para análise, e aqui,

importante também as teorias intermediárias, que auxiliam a compreensão do fenômeno, como a utilização da teoria das estruturas de oportunidades política e jurídicas e mobilização jurídica transnacional. Vale o alerta que estas teorias ganham aqui o status de intermediárias, mas existem teóricos que se debruçam e dão o merecido destaque como teoria principal.

Existe também um embate entre os pesquisadores se determinado método, metodologia e teoria são válidas. Serão expostas quais seriam estes tensionamentos, com o objetivo de contribuições, críticas futuras e ao final da pesquisa demonstrar como o presente trabalho refutou as mesmas.

Por meio de outros estudos foi possível observar que construtivistas apreciam o uso do *process tracing*; teóricos da Rede de Ativismo Transnacional nasceram influenciados pelo construtivismo e hoje bebem da Teoria Decolonial, assim como reconhecem a importância do estudo das estruturas de oportunidades política e jurídicas. O elo que une todas essas perspectivas é o construtivismo e exatamente nele moram algumas críticas, que serão expostas no capítulo teórico.

Em primeiro lugar, no plano metodológico, quanto à utilização do *Process Tracing* há críticas quanto ao aspecto interpretativista e construtivista relacionado ao método em detrimento de explicações geradas a partir da perspectiva positivista. A elas, Bennett e Checkel (2015) respondem com uma problematização a respeito do próprio campo, pois consideram que há, possivelmente, a distinção entre três possibilidades de construtivismo na compreensão da vida social: a convencional, a interpretativa e a pós-moderna.

A primeira aspira a explicações causais e considera que há padrões para a interpretação da vida social superiores a outros. A segunda considera que agentes e estruturas são mutuamente constitutivos – um agente contesta estruturas e estruturas determinam cursos de ação do agente – e que causas e consequências também se constituem mutuamente. A terceira sustenta que a linguagem – a mais central das estruturas sociais – é inerentemente ambígua e sujeita a interpretações, o que não impossibilita que sejam desenvolvidos padrões de evidência. O trabalho está alinhado à segunda vertente na qual utiliza as estruturas de oportunidades políticas (EOP) e jurídicas (EOJ) para analisar as ações de uma rede de ativismo transnacional específica.

O estudo das estruturas de oportunidade política possui vasta literatura. Não é recente a inserção das Relações Internacionais na adoção de tal conceito oriundo da Sociologia. Em análise específica da rede de ativismo transnacional o conceito de estrutura de oportunidades políticas tem sua evolução por meio da Teoria do Processo Político (TPP). Outros elementos foram ao longo do tempo sendo adicionados ao conceito de EOP e a melhor contribuição veio

por parte de estudiosos de movimentos sociais. Porém, “Definir o que são oportunidades políticas é uma tarefa árdua, e uma crítica recorrente é que o conceito pode se tornar por demais abrangente” (STAGGENBORG, 2009, *apud* DUARTE, 2013, p. 65). Pesquisadores têm adicionado novas tarefas e mecanismos para o conceito, de tal forma que, segundo Gamson e Meyer (p. 275, 2008), estrutura de oportunidade política passa pelo perigo de se tornar uma esponja que absorve qualquer aspecto do meio que o movimento social está inserido.

Sidney Tarrow (2009, p. 106-107) adverte que o uso do termo “estrutura” pode ter gerado um mal-entendido entre alguns críticos, que interpretaram que as oportunidades não precisam ser percebidas para serem incentivos para ação. Embora o termo “estrutura” tenha sido frequentemente usado para caracterizar oportunidades políticas, em sua maioria, as oportunidades e restrições políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais.

Não será detalhada a discussão teórica quanto ao uso das estruturas de oportunidades, mas estabelecidas algumas arestas importantes para a análise proposta: 1. Delimitação clara do termo, que é feito com a análise transnacional. É feita uma abordagem nas esferas local, nacional e internacional das estruturas e como a rede de ativismo se mobilizou diante oportunidades e superou ou não restrições; 2. Não absorção de todo e qualquer aspecto do meio em que o movimento social está inserido. Conforme exposto anteriormente, isto é evitado pelo uso do *process tracing* e, também, na percepção de que o ativismo ocorre por uma rede de vários atores que partilham um objetivo comum. Tal recorte reúne aspectos favoráveis à rede e não apenas a determinado movimento social. A novidade consiste em incluir os anseios de povos tradicionais do Rio Tapajós, que são atores não tutelados; 3. O uso das estruturas partindo da premissa que os recursos culturais, ideológicos e organizacionais são fortes, suficientes, indissociáveis e de baixo para cima, ou seja, são construídos a partir do local. Não será feita uma análise detida de cada um, mas serão abordados como a rede de ativismo transnacional contrária ao CHT atuou de forma a utilizar tais recursos sem perder o protagonismo dos principais afetados ou primeiro impactados por barragens, que são os povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos e beiradeiros).

Em terceiro lugar, quanto à escolha do tronco teórico que orienta o presente trabalho, em geral, as críticas partem das teorias clássicas das Relações Internacionais, de orientação realista e liberal. Aqui é defendido que estas tornaram-se insuficientes para explicar e até mesmo aceitar as relações de poder em nível local, ainda persistindo críticas ao surgimento de outras teorias que buscam interpretar fenômenos transnacionais. Os neorealistas, por exemplo,

criticam a abordagem construtivista de atribuir importância às normas internacionais, pois acreditam que mesmo estas serão desrespeitadas se for de interesse de grandes potências.

A mesma crítica se estende à capacidade influenciadora que uma rede de ativismo possui diante o detentor do poder, que é o Estado. Para neorealistas pelo fato de o Estado ter o poder decisório, este que sempre será o alvo, não fazendo sentido analisar a fundo relações entre outros atores. Esse argumento é diluído nas várias concepções de poder. Keck e Sikkink (1998) elaboraram cinco estágios de influência com o intuito de demonstrar a possibilidade de uma rede influenciar decisões de outros atores em diversos níveis. Em capítulo específico será demonstrado que a TAN-CHT atingiu o quinto estágio ao obter de forma favorável o arquivamento do processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. O trabalho apresenta a necessária ressalva que o arquivamento de uma usina não significa o cancelamento ou arquivamento das outras hidrelétricas dentro do próprio complexo, mas que existe um espaço observável de atuação de povos do rio Tapajós, que configura uma forma diferenciada de ativismo transnacional.

1. METODOLOGIA E MÉTODO

A abordagem metodológica escolhida é o *process tracing*, por entender ser a mais adequada na busca da compreensão de resultados específicos de um caso em estudo, localizado espacial e temporalmente, pretendendo-se conhecer a natureza das relações causais, que geraram determinados efeitos (Bennet e Checkel, 2015). E para tal é importante a abordagem construtivista da descrição densa (*thick discription*) de como se desdobram os eventos.

Ao compreender profundamente como se desenrolam os eventos e como certos mecanismos funcionam será possível produzir explicações causais por outros caminhos não necessariamente quantitativos, dos quais necessitam um número grande de evidências para explicar a relação entre variáveis. Cunha e Araújo (2018, p. 44) alertam que variáveis são atributos observáveis de unidades de análise, com valores nominais, ordinais ou numéricos. Portanto, em se tratando de *process tracing* faz mais sentido estabelecer interpretações sobre mecanismos, que são conceitos relacionais, que descrevem as relações ou as ações entre unidades de análise, evidenciando coisas que acontecem, ou seja, na presente pesquisa como os atores sociais transnacionais se relacionaram e como foram capazes de alcançar metas a partir das dificuldades impostas pelas instituições do Estado brasileiro e limitações de estruturas de oportunidades domésticas e internacionais.

Falleti (2016) aponta a importância do profundo conhecimento de teorias (inclusive concorrentes) e familiaridade com outros casos são fatores que contribuem significativamente

para a melhor utilização do método. Quanto às correntes teóricas concorrentes estão aquelas ainda estatocêntricas, as que se rivalizam em âmbito das Relações Internacionais, as que negam a importância do estudo de oportunidades políticas e as que ignoram ou desconhecem a mobilização jurídica como elemento importante para análise da rede de ativismo transnacional no Brasil.

Em que pese o estudo do caso único serão feitas analogias com outras usinas hidrelétricas na Amazônia, como Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira (RO), Belo Monte, no rio Xingu (PA), São Manuel, no rio Teles Pires (MT), todos estes, incluindo o Complexo Tapajós fizeram parte dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimentos em Logística (PIL). Das usinas terão constante citação os casos de Belo Monte (PA), por ser influenciadora direta do comportamento dos atores, e o complexo de usinas de Teles Pires (MT), pela proximidade geográfica e os impactos já ocasionados aos Munduruku do alto Tapajós.

Importante para a aplicação do método, o conceito de mecanismo causal, que segundo Waldner (2012, p. 75) é composto por partes que interagem entre si e cada uma delas é composta de agentes ou entidades, que têm a capacidade de alterar seu ambiente porque possui uma propriedade invariante, que, num contexto específico, transmite força física ou informação que influencia o comportamento de outros agentes ou entidades.

A pesquisa encontrou na análise de evidências três categorias de naturezas distintas: fático-legal, político-econômica e agência-causal. As três são importantes para compreender os motivos do arquivamento e foram apontadas por pesquisadores, entrevistados e enfatizadas pelos principais meios de notícias. A consideração isolada de cada evidência não expõe fatos levantados pela pesquisa e conduz ao pensamento que apenas aspectos jurídicos, econômicos e político-institucionais motivaram o arquivamento, o que esconde detalhes da campanha transnacional identificada na pesquisa.

A evidência fático-legal trata das razões técnicas e jurídicas contidas no arquivamento do Processo 02001.003643/2009-77 (BRASIL, IBAMA, 2016), que trata do Licenciamento Ambiental da UHE São Luiz do Tapajós. Essa é uma percepção institucional dos órgãos da Burocracia Energética, que foi possível extrair da Entrevista 14 (servidor do Ministério de Minas e Energia), Entrevista 15 (funcionário da Empresa de Pesquisa Energética) e do Evento 12 (1º Workshop “Inventários Hidrelétricos Participativos”). O arquivamento seria dado por falhas nos estudos socioambientais, especificamente o atendimento ao componente indígena

por parte da Eletrobrás. De acordo com essa evidência, supridos problemas meramente processuais a UHE São Luiz do Tapajós teria sido construída.

Em 26 de fevereiro de 2016, a FUNAI apontou a inviabilidade do projeto sob a ótica do componente indígena e recomendou a suspensão do processo enquanto não fossem adotadas algumas providências. A Eletrobrás apresentou argumentos² para não cumprimento das exigências. O IBAMA acatou parte das argumentações e afirmou que extrapolava as competências do órgão ambiental julgar o caso concreto da pretensa TI Sawré Muybu para definir se o direito ao território pretendido era ou não legítimo, por isso manteve o processo suspenso pelos impedimentos declarados pela FUNAI, mas afirmou que haviam outras pendências como a apresentação de complementações ao EIA/Rima, que ainda não haviam sido protocoladas pelo empreendedor; e a existência de pendências legais que ainda não haviam sido sanadas, a exemplo das certidões com o ateste dos municípios sobre a compatibilidade com o uso e ocupação do solo. O Ministério Público Federal não tardou em apresentar o Ofício PRM/STM/GAB1/330/2016 no qual apontou as inconsistências dos argumentos da Eletrobrás e do risco do cometimento de improbidade administrativa por parte do IBAMA caso acatasse as argumentações, devendo seguir o parecer da FUNAI; e ainda recomendando arquivar o processo, e não suspender apenas. No dia 04 de agosto de 2016 o processo administrativo de licenciamento ambiental foi arquivado por não cumprir o prazo de apresentação do conteúdo necessário para análise da viabilidade socioambiental, conforme previsto na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 237, de 19 de dezembro de 1997.

A segunda evidência possui natureza político e econômica e é mais largamente explorada pelos meios de comunicação e em alguns trabalhos que tratam dos motivos do arquivamento. Tais evidências são apontadas também por Loures (2017) e Torres (2017) e tratam de acontecimentos políticos e econômicos em nível nacional e internacional, que seriam catalisadores do arquivamento do Licenciamento Ambiental da UHE SLT: a) crise econômica desde o final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, ocasionada por uma retração econômica chinesa, maior investidora até aquele momento em *commodities* e obras de infraestrutura no Brasil; b) peso político da construção de outras usinas hidrelétricas na

² Os argumentos apresentados pela Eletrobrás, conforme IBAMA (2016, P. 2010) foram: (i) ausência de terras indígenas demarcadas na região; (ii) o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) pretensa TI Sawré Maybu não preenche os requisitos legais para homologação pelo Ministro da Justiça, por não se considerar território tradicional; (iii) a remoção a que se refere o "Estudo do Componente Indígena – Anexos Gerais - Volume 22" não diz respeito à remoção de grupos indígenas de seus territórios tradicionais, mas sim de comunidade indígena *desaldeada* e para a qual deve ser dada solução diversa da demarcação de terra indígena; (iv) ainda que houvesse terras indígenas no local (o que se admite por cautela), não é necessária lei regulamentadora do art. 231 da Constituição Federal para exploração dos recursos hídricos na área.

Amazônia com forte impacto socioambiental; c) eclosão da Operação Lava Jato, criando uma enorme crise política e desmascarando o esquema de corrupção que envolvia grandes empreiteiras e os megaempreendimentos públicos, que esfriou as pretensões imediatas do barramento de São Luiz do Tapajós.

A terceira evidência denominei de agência-causal, observável a partir da campanha transnacional. Recebeu esse termo no sentido de que existe agência (ação) dos atores capazes de influenciar a decisão do Estado brasileiro pelo arquivamento do Licenciamento Ambiental. A teoria da rede de ativismo transnacional que instrumentaliza teoricamente a observação das ações de protesto autônoma dos povos acompanhada de estratégias políticas e pautas jurídicas; participação para além das cortes e do processo pelo Ministério Público Federal; mobilização estratégica de recursos para utilização de normas domésticas e internacionais como a autodemarcação e o protocolo de consulta; a mobilização de recursos internacionais (*top down*) e ação engajada local (*botton up*); atuação das ONGs internacionais do norte mobilizando recursos ao invés de centralizar as ações em detrimento de ONGs, movimentos sociais e povos do sul global.

O pesquisador ao utilizar o *process tracing* deve deter sua atenção nas ações e atividades produzidas pelas entidades e que transmitem força causal de X para Y, ou seja, como o mecanismo produz um resultado e o contexto em que funciona. Essas ações podem ser produzidas por indivíduos únicos ou por indivíduos que atuam colaborativamente, o que implica dizer que os mecanismos causais podem ocorrer ou operar no nível de análise micro, que foca nos atributos dos agentes individuais (pessoas), no macro, ao observar normas, papéis e estruturas institucionais (grupos, classes, Estados etc.) ou ligando os dois níveis (Silva e Cunha, 2014, p. 109).

O trabalho considera que o conjunto de evidências fático-legal e contextual, que estão nos planos doméstico e internacional influenciaram, mas não determinaram exclusivamente o arquivamento do projeto de construção do aproveitamento hidrelétrico de São Luiz do Tapajós; enquanto o conjunto de evidências agência-causais analisadas nos níveis nacional, internacional e principalmente local, também foram decisivas para o sucesso da campanha transnacional. Afirmar que foi decisivo não significa que as outras evidências não influenciaram, mas apenas que elas não são únicas e não estão dissociadas das evidências agência-causal.

A proposta é fazer uma abordagem nas esferas local/regional, nacional e internacional/global quanto aos atores sociais e Estado/mercado. O passo seguinte seria elencar explicações plausíveis em cada esfera para observar a forma com que a rede de ativismo tem

retardado os grandes projetos hidrelétricos na região do Tapajós diante restrições jurídicas e políticas impostas pelo Estado brasileiro e a pressão econômica transnacional. Dentre as explicações plausíveis destacar aquela de maior inferência causal para análise do fenômeno e observar o que existe de peculiar na rede de ativismo transnacional capaz de influenciar o resultado, não fugindo de vista os aspectos nacionais, que contribuíram para o arquivamento, mas lançar olhar para as esferas local, regional e global que culminaram no impedimento da construção da Usina São Luiz do Tapajós e a temporária (ou definitiva, a depender da insistência do Estado) paralisação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que envolve outras usinas.

Conforme será visto no capítulo teórico existem dois grandes cortes epistemológicos para sustentar a teoria principal. O primeiro feito pelo Construtivismo e o segundo pela Teoria Decolonial. Feito isto o estudo parte de premissas consolidadas pelos estudiosos da Teoria da Rede de Ativismo Transnacional para demonstrar como o caso em análise possui peculiaridades na relação entre povos locais, ONGs nacionais e ONGs internacionais, algo que recentemente vem sendo observado pelos teóricos do ativismo transnacional ao analisar a relação entre ONGs do norte e sul global.

Pelo recentíssimo reconhecimento da própria teoria (Evans e Rodrigues-Garavito, 2018) as evidências encontradas coincidem com esse novo olhar teórico. Os dez autores da obra *Transnational Advocacy Networks: Twenty Years Envolving Theory and Practice* “atualizaram” a teoria ao observar como a relação entre ONGs nacionais e internacionais, assim como a reação dos Estados mudaram, porque também está em processo de mudança a ordem mundial passados vinte anos da criação da teoria. O modelo de exploração ganha nova roupagem e isso também muda o cenário de atuação da rede de ativismo transnacional, logo é importante a perspectiva decolonial. A presente pesquisa, portanto, ao mesmo tempo coaduna com tais descobertas, busca contribuir conforme foi possível identificar principalmente na maior participação de um local “ainda mais enraizado”, que além de contar com movimentos sociais genuinamente indígenas, estão representados pela consulta de povos e comunidades tradicionais, onde cada indivíduo possui sua própria fala, reverberando voz, voto e veto.

Existe literatura suficiente para analisar as estratégias utilizadas pelos movimentos sociais reivindicatórios de participação de usinas hidrelétricas no mundo. No entanto, nem sempre a literatura prevê esses mecanismos e, então, é necessário realizar o caminho indutivo, que se utiliza de evidências empíricas no intuito de se buscar uma explicação plausível quanto aos mecanismos causais que produziram o resultado. E o caso brasileiro e especificamente a Amazônia pode reproduzir vicissitudes de atuação dos movimentos sociais diante de empresas

e Estados para lidar com a construção de uma infraestrutura de grande porte como o complexo de usinas hidrelétricas ao longo da bacia do Tapajós.

A pesquisa tenta romper com alguns paradigmas dentro da Teoria das Relações Internacionais. A primeira delas é feita com o Construtivismo que é considerada como abordagem contemporânea. A segunda é norteadora tanto da escolha do tema quanto dos métodos de análise que é a Teoria da Rede de Ativismo Transnacional. Em terceiro, têm-se os estudos decoloniais, quando se vislumbra os saberes dos povos do médio rio Tapajós em estabelecer estratégias capazes de influenciar agentes e estruturas em nível doméstico e internacional. É necessária uma imersão para compreender que muitas estratégias não foram aleatórias e configurou um diferenciado modelo de ativismo, com ações locais, suporte nacional, mobilização de recursos internacionais e impactos transnacionais.

As teorias para verificação dos resultados partirão da perspectiva *top down*, quando se concebe as Relações Internacionais na perspectiva transnacional (Keohane e Nye, 1971; Risse-Kapen, 1995). Outros autores das Relações Internacionais, Política Internacional e Sociologia serão considerados para a análise dos resultados.

O horizonte de tempo da pesquisa aponta para um estudo transversal, com coleta de dados e escolha de caso representando determinado momento. Os efeitos, porém, são longitudinais, pois embora não se tenha eleito vários casos, o único caso escolhido aponta para um novo olhar da atuação de uma rede de ativismo transnacional. O *process tracing* segundo Waldner (2012, p. 67-68) propõe a ser um projeto de pesquisa longitudinal cujos dados consistem em uma sequência de eventos representadas por observações não padronizadas, que estabelecem inferência causal com base na interconexão de eventos, e não na covariação.

1.1 Filosofia Ontológica das Relações Transnacionais

O conjunto de conceitos que envolvem a temática dos titulares dos atos e dos fatos internacionais se divide em três grandes terminologias com especificidades semânticas: o conceito de atores, agentes e sujeitos internacionais (Castro, 2016, p. 430). Cada um desses termos (atores, agentes e sujeitos) são importantes para compreender os motivos da escolha de determinada terminologia para abordar a influência diante a construção do Complexo de Usinas Hidrelétricas na Bacia do Tapajós.

Moreira (2015, p. 19) faz distinção do conceito de “agentes” internacionais, apontando que os construtivistas assim se referem àqueles que agem internacionalmente, contrapondo ao sentido de “atores”, que estariam limitados a desempenhar papéis predeterminados. Segundo a autora no construtivismo existe um processo de constituição mútua e permanente entre os

agentes e estruturas. A presente pesquisa entende a riqueza do debate e o posicionamento heurístico, mas apesar do sentido de “papéis predeterminados” quase nunca é possível escapar da alegoria teatral ou musical em que as Relações Internacionais e a Ciência Política fazem uso nas relações sociais que se debruçam, como: palco, cenário, atores, papel, repertório (Tilly, 2006) dentre outros. A opção, portanto, é não fazer distinção entre ator e agente, ambos significando ação e transformação de estruturas.

Quanto às categorias sujeito e agentes internacionais, Castro (2016, p. 432) aponta que os sujeitos internacionais estão mais atrelados ao domínio da legalidade e da legitimidade e possuem personalidade jurídica de Direito Internacional, sendo o seu agir condicionado a parâmetros bem definidos. Por sua vez, os agentes internacionais representariam terminologia da esfera econômico-política internacional no segmento de seu liberalismo pragmático e de seu utilitarismo pontual.

Sendo assim, valendo-se ainda da abordagem das tipologias dos atores internacionais com suas divisões e subdivisões diante sua competência interessa para o presente trabalho a atuação dos: a) atores estatais; b) atores supraestatais; c) atores não-estatais, com o segundo setor (mercado/grandes corporações transnacionais) e terceiro setor (organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público); e d) atores individuais. O sentido de atores internacionais pressupõe, como já exposto, exercício de plena capacidade de influência direta ou indireta na política internacional (Castro, 2016, p. 431). Porém, é comum se pensar em atores apenas aqueles que operam atos e fatos internacionais.

Morgenthau (1948), autor representante do realismo tradicional, entendia que o Estado é o único ator de caráter político digno de reconhecimento no sistema internacional, pois esta seria a forma histórica de organização do poder nas relações internacionais. Existe na presente pesquisa a tarefa já iniciada por outros autores de romper com tal análise estatocêntrica das Relações Internacionais, enxergando na sociedade civil atores internacionais legítimos, que ampliam sua participação por redes de ativismo transnacional. O conceito de ator aqui utilizado se encaixa com a proposta de observá-los em rede, mostrando que as divisões em sujeitos e agentes não estão equivocadas, mas não contemplam o foco da pesquisa.

Conforme será abordado no capítulo teórico e mantido durante todo o corpo do trabalho, um dos objetivos da pesquisa é romper com estruturas epistemológicas arraigada no estatocentrismo realista e, observando a influência dos povos do Médio Tapajós diante da tentativa de construção de hidrelétricas, apoiar-se na perspectiva construtivista de ator internacional de García Segura (1992) que estabelece três critérios básicos:

- Abordagem funcional *versus* jurídica: “Não importa o reconhecimento legal internacional de uma entidade, mas sua capacidade de mobilizar certos recursos para a realização de certos objetivos e sua capacidade de influenciar o comportamento de outros atores no sistema internacional”.

- A relatividade e temporalidade dos atores: “A consideração de uma entidade, grupo ou indivíduo como ator internacional pode mudar de acordo com as circunstâncias. Nenhum ator, nem qualquer tipo de ator é eterno”.

- Diversidade: como a soberania não é mais um requisito essencial, mas sim a autonomia, as possibilidades de considerar novos atores que influenciam a política mundial são ampliadas.

O fenômeno que se pretende aqui analisar possui a perspectiva dinâmica das Relações Internacionais típica de um mundo pós-bipolar, quando corporações multinacionais e atores não-estatais atuando em redes são significativos em nível transnacional, regional e nacional, podendo ser relevante no cenário externo ao estabelecer convergências de normas sociais e culturais capazes de apoiar processos de integração regional e internacional (Risse-Kapen, 1995; Keck e Sikkink, 1999b).

São capazes também de construir novas ligações entre os atores em sociedades civis, estados e organizações internacionais, multiplicando as oportunidades de diálogo e troca. Em áreas temáticas como meio ambiente e direitos humanos, as redes também implementam para os indivíduos recursos internacionais, seja por meio de política doméstica ou em lutas sociais, trabalhando internacionalmente sobre um assunto, unidos por valores compartilhados, em um discurso comum, e intercâmbios densos de informações e serviços.

O conceito de transnacionalismo aqui traçado é vislumbrando como grupos locais conseguem e podem exercer influência em plano doméstico com reverberação internacional. A tese identificou um movimento genuinamente local que não nega o apoio nacional e internacional, mas é capaz de coordená-los contra novas barreiras domésticas e restrições internacionais. É importante observar como ONGs do Norte e Sul têm hodiernamente se comportado durante os 20 (vinte) anos da teoria, pois muitas foram as transformações como a ascensão econômica de alguns países do sul global, a exemplo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

1.2. Validade da Pesquisa Qualitativa

O conceito de validade aqui pretendido é aquele utilizado por todas as áreas científicas preocupadas em garantir que os resultados e a trajetória da pesquisa estejam imunes a quaisquer

erros. Em pesquisa quantitativa a garantia da validade começaria com a compreensão direta do que deve ser medido, sendo, portanto, uma questão prioritariamente de formulação da pesquisa (Hair Jr. et al., 2009). Os critérios tradicionais adotados para verificação de validade em pesquisas têm suas raízes na tradição da filosofia positivista. Seria ciência quantitativamente válida, portanto, se outro pesquisador puder desenvolver e chegar ao mesmo resultado.

As pesquisas qualitativas adaptaram os conceitos da pesquisa quantitativa e passaram a verificar a validade de uma pesquisa determinando se ela de fato mede verdadeiramente o que o pesquisador se propôs a medir, se seus processos metodológicos são coerentes e se seus resultados são consistentes. Não se trata de concepções únicas, fixas ou universais, mas de um construto fortemente ligado aos processos e às intenções de cada projeto e de cada metodologia de pesquisa (Golafshani, 2003). Apesar de influenciada por outras correntes filosóficas a pesquisa qualitativa segue a mesma essência da pesquisa positivista na busca de uma verdade.

Embora haja uma valorização na Ciência Política e Relações Internacionais brasileiras quanto a análise quantitativa, vertente essencialmente norte-americana, acredita-se que muitos fenômenos em países do Sul carecem ser melhor analisados individualmente. Aqui se pretende contribuir com a Teoria da Rede de Ativismo Transnacional. A partir da análise cuidadosa de algumas relações dentro do caso específico é possível tecer um novo modelo de se realizar estratégias por parte da rede de ativismo transnacional.

1.3 Aquisição e análise de dados

A abordagem da região é também muito diversificada. Dependendo do parâmetro de divisão pode variar o que seja alto, médio, baixo Tapajós. Em geral, o alto Tapajós é a região da cidade de Jacareacanga (PA), o médio a região próxima a Itaituba (PA) e baixo Tapajós as cercanias da cidade de Santarém (PA). Existem inconsistências também em relação aos dados de quantas e quais hidrelétricas seriam construídas, por isso é necessária apontar as fontes dos dados primários e secundários para entender o motivo de uma ou outra escolha quanto a abordagem da região e quais hidrelétricas foram alvo da campanha transnacional. As evidências foram coletadas da empresa contratada para realizar o licenciamento ambiental, Estado e ONGs, tendo por base os seguintes elementos.

a) Pesquisa de campo e observação participativa

A pesquisa de campo ocorre quando a coleta de dados e observações são realizadas no ambiente (fora do laboratório, sala ou escritório) em que o objeto está situado no local de

manifestação do fenômeno pesquisado. Ocorreu no campo institucional ao visitar o Ministério de Minas e Energia (Brasília – DF), escritórios de ONGs nacionais e internacionais e a Norte Energia (Altamira – PA); e campo social ao se deslocar para as comunidades de Pimental (Trairão – PA), Montanha e Mangabal e TI Sawré Muybu (Itaituba – PA).

Foram realizadas três viagens a Itaituba em períodos, trajetos e objetivos diferentes. A primeira viagem ocorreu no período de 10 a 12 de novembro de 2017 com o intuito de conhecer trecho do principal corredor rodoviário da soja, que conforme será explicado adiante, faz parte da logística pensada na região que envolve hidrelétricas, hidrovias, ferrovias e rodovias. Saí de carro da cidade de Santarém até a cidade de Itaituba pelas BR-163 (Santarém-Cuiabá) e BR-230 (Transamazônica). No trajeto foram visitadas as cidades de Rurópolis (PA) e Miritituba (PA). A segunda viagem ocorreu no período de 24 a 30 de setembro de 2018 saindo de lancha “catamarã” de Santarém (PA) até a cidade de Itaituba (PA) com o intuito de visitar as comunidades de Pimental e São Luiz do Tapajós. Foi nessa viagem que houve uma maior aproximação com os indígenas Munduruku e comecei a estabelecer a relação de confiança para a próxima visita de campo. A terceira viagem ocorreu de 11 a 17 de fevereiro de 2019 saindo de lancha “catamarã” de Santarém até a cidade de Itaituba, para a visita à aldeia indígena Sawré Mubyu e Montanha e Mangabal, que ocorreu entre 14 e 16 de fevereiro de 2019.

O Apêndice III apresenta a lista de eventos observados que foram importantes no contato com os vários atores. A pesquisa também foi realizada no Rio de Janeiro, onde estão localizadas a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e onde ocorreu em 2017 o Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens (Evento 5, Apêndice III). Os eventos participados foram muito valiosos e um ponto merece destaque. Em geral os eventos (palestras, congressos, seminários, encontros, assembleias) eram realizados com a participação mista de agentes estatais, ONGs e comunidade epistêmica. Nesses eventos era possível perceber alianças e os temas que mais preocupam os povos da região.

A observação participativa foi essencial na pesquisa e algumas estratégias foram adotadas a partir da percepção do contexto de conflito que está inserida a região. Não foi adotada nenhuma sugestão da literatura de como se aproximar de movimentos sociais e povos do médio rio Tapajós, pois aconteceu de forma muito natural, conforme era apresentado os propósitos da pesquisa para entrevistados de movimentos sociais e povos do médio rio Tapajós, que foram abrindo portas para outras entrevistas e campos de pesquisa. Algumas situações serão citadas e é interessante como se encaixam nos “dez mandamentos da observação participante” (Valladares, 2007) a partir da obra “Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada” (Whyte, 2005), que embora tenha realizado a pesquisa no meio urbano, o

que contrasta com a tese, onde o meio é essencialmente rural (abrangendo aqui rios, florestas e terras indígenas), levanta importantes experiências da observação participativa.

Serão apresentadas como meus registros de campo e uma forma de partilhar caminhos possíveis de observações participativas nas Relações Internacionais. Uma das experiências que traduz os desafios iniciais da pesquisa de campo e observação participativa ocorreu quando fui apresentado a uma importante liderança Munduruku (Entrevistada 6, Apêndice II). Com sua sabedoria e memória se aproximou de mim e me perguntou intrigada após eu olhar com atenção à sua explanação no Seminário “Instrumento de Defesa do território” (Evento 10, Apêndice III) na UFOPA: “Eu não te conheço... você não trabalha na Eletronorte?”. Ao lado estava um servidor do Ministério Público Federal, colega do curso de Direito da UFPA e amigo (Entrevistado 1, Apêndice III), que juntamente comigo riu e me apresentou a líder Munduruku que acabou se tornando uma grande colaboradora da pesquisa. Ali percebi que minhas características físicas aliado ao desconhecimento que muitos tinham da minha pesquisa seriam desafios, mas não impedimentos para observar *in loco* o fenômeno. As habilidades ou dez mandamentos (Valladares, 2007), citados a seguir, por mim seguidos intuitivamente foram essenciais para o cumprimento desta etapa da pesquisa.

a.1. Processo de observação. É preciso ressaltar que as conversas com indígenas, ribeirinhos e beiradeiros nos encontros foram essenciais e fizeram parte do processo de observação, que se complementou às visitas de campo na terra indígena Sawré Muybu e nas comunidades de Montanha e Mangabal e Pimental. Os Munduruku não hesitaram a entrada na terra indígena a partir do momento que entenderam os propósitos da pesquisa. Ao longo da tese será demonstrado o motivo que tiveram para desconfiar de pesquisadores que não conhecem, pois é muito difícil distinguir quem se aproxima com interesses meramente científicos e quem se aproxima interessado nos recursos provenientes das terras que habitam. Sabendo dessa dificuldade e em especial, os Munduruku, que não aceitam a situação de tutela, sempre busquei autorização das lideranças que se encontravam em Itaituba (PA) para ter acesso e quando estive presente na aldeia Sawré Muybu fiz questão de apresentar do que se tratava a pesquisa.

a.2. O não controle da situação. “O pesquisador não sabe de antemão onde está ‘aterrissando’, caindo geralmente de ‘paraquedas’ no território a ser pesquisado. Não é esperado pelo grupo, desconhecendo muitas vezes as teias de relações que marcam a hierarquia de poder e a estrutura social local” (VALLADARES, 2007, p. 154). Não foi foco da pesquisa conhecer se existe uma hierarquia de decisão, mas ao não ter conhecimento da forma como tomam decisões os povos do médio rio Tapajós antes da visita de campo, foi importante ter impressões

próprias e depois compará-las a pesquisas, relatos e documentos, e observar a formação local da rede, principalmente da aproximação dos Munduruku com outros povos do médio do rio Tapajós e também do Xingu para estabelecer estratégias de resistência.

a.3. Interação entre pesquisador/pesquisado. A diversidade de atores entrevistados fazia mudar a linguagem para se tornar compreensível principalmente os propósitos da pesquisa. De forma natural foi possível adquirir confiança ao sentar-se com ribeirinhos e indígenas para realizar refeições, acompanhar na caça e verificar locais de invasão às suas terras. Esses momentos foram importantes tanto quanto àqueles do diálogo sobre a pesquisa e muitas vezes valiosas informações e impressões eram retiradas dos momentos de descontração.

a.4. Pessoa diferente do grupo pesquisado. Segundo Valladres (*idem*) o pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado e seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado, logo não deve enganar os outros, nem a si próprio. Ou nas palavras de Willian Whyte, “Aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas. Na realidade estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente. Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total” (WHYTE, 2005, p. 304). Esse foi outro papel intuitivo durante a pesquisa, pois sempre deixei claro minhas dificuldades de adaptação à mata, embora tenha desde a infância experiência na floresta amazônica. O que eu aprendi com experiências anteriores poderia não servir para aquele momento, por isso me coloquei sempre com alguém de fora que estava ali também para aprender. Por conhecer e morar na região sei que cada local é uma forma de viver diferente e ao me colocar assim, o que foi natural e intuitivo, percebi que recebia ricas informações, pois estavam explicando o mundo deles para um pesquisador, um curioso de fora; e não para um santareno ou paraense.

a.5. Colaborador da pesquisa. É necessário um intermediário que “abra portas” e possa resolver dúvidas sobre a localidade. Valladres (2007) afirma que esse “informante-chave” passa a ser o colaborador da pesquisa, que esclarece algumas das incertezas que podem aparecer durante a investigação, podendo ser um assistente informal. Durante a pesquisa essas pessoas foram essenciais para a visita de campo e deixaram portas abertas para o momento que precisasse. O fato de dizer que era servidor da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA foi importante, pois é uma instituição que goza de muito prestígio na região por inúmeras pesquisas e tentativas de integração dos povos às atividades de extensão da universidade.

a.6. Pesquisador como alguém sendo observado. Essa é uma característica muito peculiar por dois motivos: primeiro, pelo fato de ser distante dos grandes centros é natural despertar a curiosidade “O que esse pesquisador veio fazer aqui?”, mas a aproximação sempre

foi muito tranquila apesar do segundo motivo, a quantidade de pessoas de pesquisadores que se aproximaram, uns com interesses nos recursos, como dito anteriormente, e outros, mesmo que bem intencionados, não souberam realizar a abordagem, seja por falta de experiência ou tempo, mas conforme relatado pelos moradores de Pimental e indígenas de Sawré Muybu, que fizeram questão de esclarecer que a entrevista seria concedida pelo fato de estar sendo acompanhado por pessoas que eles estabeleceram confiança.

a.7. Saber usar todos os sentidos. Segundo Whyte (2005, p. 304) as entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Essa talvez seja um dos maiores empecilhos entre o rigor metodológico que exige a gravação de entrevistas e as estratégias de aproximação e compreensão até a forma da fala. Em muitas delas foram abandonadas as anotações e apesar de avisar que estava sendo gravado, o aparelho ficava em meu bolso para o entrevistado “esquecer” os objetivos da conversa. Por isso tratei de memorizar as perguntas e optar pela entrevista semiestruturada, para estabelecer um contato mais visual. Durante as conversas pude presenciar o choro de uma senhora de Pimental que sentia saudades do neto, que foi embora com a mãe, que estava atrás de emprego na cidade de Trairão (PA); escutar a composição de um dos moradores de Pimental que fez uma música denunciando as barragens; e me “transformar” em uma árvore brincando com crianças Munduruku agarradas em mim. Esquecer os momentos de pesquisador e me tornar mais sensível ao em torno permitiu entender com maior riqueza de detalhes a história e os costumes dos povos visitados.

a.8. Rotina de trabalho. A rotina da pesquisa não foi exaustiva pela variedade de lugares, pessoas e experiências, todas enriquecedoras. Muitas vezes o planejamento foi quebrado por conta de eventos que eram sabidos na véspera de sua realização. Então era preciso realizar o deslocamento imediato a fim de observar e registrar falas. O Apêndice II traz o registro dos eventos participados.

a.9. Aprendizagem com os próprios erros. Houve muitos erros estratégicos iniciais de aproximação que foram superados, conforme eu era claro com os propósitos da pesquisa. Os entrevistados e pessoas com quem conversei respeitaram minha neutralidade e compreenderam que se tratava de um trabalho científico.

a. 10. Cobrança dos resultados da pesquisa. Conforme registro de Whyte (2005) parece ser comum perguntas de quais benefícios para o indivíduo ou grupo pode trazer a pesquisa. A todos eu deixei claro que sinceramente não sabia, pois não era esse o compromisso da pesquisa,

mas acreditava que a experiência deles poderiam servir para outros povos que travavam lutas semelhantes.

b) Pesquisa bibliográfica

A partir de livros e artigos em revistas especializadas que tratam da temática sobre ação coletiva transnacional, energia e relações internacionais, normas no Direito Internacional, além do grupo seletor, que interessa à pesquisa sobre redes, estruturas de oportunidades políticas e jurídicas. Quanto às informações da região é importante registrar que a quantidade de referências recentes (últimos cinco anos) não foi escolhida por literatura mais atualizada apenas, mas pela descoberta, o aprofundamento, recursos recentes em se estudar a região. As universidades, dentre elas UNB, UFPA e UFOPA fizeram alianças importantes para junto aos povos indígenas da região redescobrir sítios arqueológicos e pinturas rupestres, o que faz sempre novo estudar e reler a história de povos e ocupação humana da América do Sul.

c) Pesquisa documental

A partir da política energética nacional e relatórios internacionais, que tratam das hidrelétricas na Amazônia, leitura da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Tapajós (Ecology Brasil e Grupo de Estudos Tapajós, 2014), atas e memorandos de movimentos sociais; cartas dos movimentos indígenas, que são os documentos mais utilizados para se comunicar com instituições ou mesmo com o público em geral; petições jurídicas do Ministério Público Federal.

d) Pesquisa dos principais veículos da mídia

Muitos dados primários foram adquiridos na *Internet*, foi o meio para encontrar informações de veículos empresariais, estatais e da pequena e grande imprensa. Também disponibiliza conteúdos de mídia (meios de comunicação de massa, como jornais e revistas). Não foi raro em entrevistas com agentes do Estado que muitas informações poderiam ser conseguidas em arquivos ou sítios eletrônicos oficiais. Nesse aspecto, há de ressaltar que em muito melhorou a transparência quanto à possibilidade de acesso aos documentos de planejamento das usinas hidrelétricas. A crítica feita por movimentos sociais, comunidade

científica e epistêmica em geral está na incompletude de alguns dados dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) à realidade socioambiental.

Quanto aos dados das atuações dos movimentos sociais locais, é algo que surpreende a velocidade em que informações são atualizadas (em boa parte, em tempo real) para o público. Um aspecto importante foi a escolha de comunicação dos movimentos indígenas locais. Ao escolherem se comunicarem por cartas e tentar atingir um número máximo de pessoas, utilizaram a Internet com a criação de sites específicos em ações como a ocupação do canteiro de obras e autodemarcação de terras indígenas, contendo fotos, vídeos e outros documentos de fácil acesso.

e) Entrevistas

Quanto ao levantamento dos agentes sociais participantes foi utilizada a metodologia da “bola de neve” (SCOTT, 2000), que consistiu em entrevistar um número inicial de atores para identificar novos atores a serem entrevistados e assim por diante. O grupo inicial de atores a serem entrevistados foi escolhido a partir dos documentos oficiais como petições, memorandos e pesquisas que tratam os povos do médio rio Tapajós.

Muito provável que outras pesquisas analisando o conflito na Bacia do Tapajós não seja coincidente quanto ao número de atores, mesmo os estudos focados em movimentos sociais. Isso depende muito do enfoque e principalmente a contribuição que determinado ator ofereceu a um objetivo específico. Exemplo disso tem-se o Diagnóstico Socioambiental e Conflitos (Ecology Brasil e Grupo de Estudos do Tapajós, 2014) que chamou de “atores institucionais” 36 (trinta e seis) organizações não governamentais com atuação na conservação ambiental, defesa dos direitos sociais indígenas e defesa dos direitos sociais de atingidos e comunidades ribeirinhas; e outras 37 instituições divididas em pesquisa científica, garimpo, produtores rurais e assentamentos, exportação da soja, desenvolvimento municipal/urbano, mineração, pesca, turismo, extrativismo, exploração de madeira, recursos hídricos, desenvolvimento energético, integração viária (rodovias e hidrovias) e órgãos estaduais e federais com atuação na Bacia.

A presente pesquisa também identificou outros atores não estatais (Apêndice III) como parte da rede, que muito provavelmente será ampliada, pois a causa vem sendo conhecida por outros atores nacionais e internacionais, além de não haver garantias por parte do Estado brasileiro quanto a desistência da construção de UHEs na bacia do Tapajós, o que pode atrair atores dispostos a apoiar a causa.

Não foram todos os atores elencados no Apêndice III que tiveram participação decisiva nos resultados da campanha transnacional que a tese levantou e muitos aparecem como apoiadores em cartas e documentos. Isso não retira a importância de atuação, pois o foco é a análise da rede e nas interações entre si dos atores sociais e na relação com atores do Estado-mercado. A pesquisa fez o devido recorte quanto aos entrevistados, dando preferência também aos que estabeleceram contato mais direto com povos indígenas e tradicionais no alto e médio Tapajós, conforme será exposto ao longo do trabalho. Todos que receberam convite aceitaram e responderam com espontaneidade às entrevistas, destacando o tratamento dos Munduruku, que diante dos vários problemas que tiveram com pesquisadores poderiam desconfiar com razão da visita de campo em suas terras indígenas e/ou se negarem a conceder entrevistas.

Em relação às grandes empresas transnacionais para os propósitos da pesquisa os documentos foram suficientes para se estabelecer conclusões das justificativas do empreendimento, tendo em vista que é a forma oficial de posicionamento das empresas. Quanto aos agentes estatais também foram escolhidos principalmente aqueles que fazem parte da rede de ativismo, mas também as agências reguladoras de concessão de energia. E mais uma vez os documentos são mais importantes, pois expressam de forma oficial o posicionamento estatal quanto a justificativa da necessidade da construção do Complexo de Usinas Hidrelétricas no Rio Tapajós. Mesmo assim foram realizadas entrevistas com membros da Empresa Energética de Pesquisa Elétrica e do Ministério de Minas e Energia.

Os entrevistados estão identificados por número e associados à organização, ou povo que representa. Suas falas estão amarradas a acontecimentos jornalísticos, ou documentos acessados. Embora seja importante o reconhecimento individual dos atores, que participaram e participam dessa rede, tendo em vista que muitos laços foram mantidos, mais importante está o sigilo das pessoas envolvidas. Por uma opinião própria do pesquisador, a identificação de tais pessoas pode mais prejudicar do que trazer algum benefício, seja social ou para academia, em especial às Relações Internacionais. Logo, é possível tecer análises identificando atores associados ao contexto da organização, ou grupo que representa.

Não se ignora a importância do estudo ator/rede e se reconhece aqui nomes de pessoas assassinadas que travaram lutas em proteção à Amazônia: Chico Mendes (1988), Dorothy Stang (2005), casal José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva (2011). Não foram raros os momentos nas entrevistas que as pessoas demonstraram o risco que passam suas vidas. Repisa-se, o objetivo aqui é analisar fenômenos, e não expor pessoas. O Brasil é o país que

mais mata ativista ambiental³ e o Pará é o Estado brasileiro onde se mais mata por conflitos agrários⁴. Segundo relatório de 2010-2015 da ONG britânica *Global Witness*⁵, os países mais atingidos em 2015 foram o Brasil (50 assassinatos), as Filipinas (33) e a Colômbia (26). Os conflitos em torno da mineração foram a principal causa de assassinatos em 2015, com o agronegócio, as hidrelétricas e a extração de madeira, também os principais responsáveis pela violência. Em 2015, quase 40% das vítimas eram de grupos indígenas. A preocupação, portanto, em não identificar nomes responde aos anseios éticos de pesquisa e também sociais, tendo em vista que a luta por reconhecimento do território possui outras frentes de empreendimentos na região, como projetos minerários, agropecuários e de infraestrutura.

A utilização de mapas é importante e não raro existem contradições entre o que é informado pelo consórcio de empresas e pela rede ativista. Não serão feitos confrontos de informações, embora haja discordâncias até mesmo no número de hidrelétricas a serem construídas no CHT. Para os propósitos da pesquisa na tentativa de uma isenção da coleta de dados será utilizado o que foi informado pelas empresas e o que foi contestado pelos movimentos sociais, ONGs e comunidade epistêmica.

Em casos como construção de hidrelétrica não é difícil se perder na enorme quantidade de documentos referentes às etapas do projeto hidroenergético. Tamanho que aumenta analisando o acervo produzido por movimentos sociais, que no presente trabalho também possui aspecto de sigilo. Não foi encontrado, porém nada secreto em tais documentos, muitos com acesso livre no Museu Aracy Paraguaçu em Itaituba (PA), porém reuni-los em uma espécie de coletânea é expor atores sem necessidade, o que não acarreta prejuízo aos propósitos da pesquisa.

³ Brasil lidera lista de assassinato de ativistas ambientais em 2017. **National Geographic Brasil**. 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/07/brasil-assassinato-ativistas-ambientais-amazonia-morte>. Acesso em 20 set. 2018.

⁴ O Pará é o estado com o maior número de massacres no campo, segundo a CPT. **G1**. 14 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/o-para-e-o-estado-com-o-maior-numero-de-massacres-no-campo-segundo-a-cpt.ghtml>. Acesso em 21. set. 2018.

⁵ *On dangerous ground*. **Global Witness**. 20 jun, 2016. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/campaigns/environmental-activists/dangerous-ground/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

A proposta do capítulo teórico não é dissecar as teorias importantes para a compreensão do fenômeno, mas esboçar alguns conceitos elementares que serão aprofundados ao longo da pesquisa para melhor análise e interpretação dos dados coletados. Para tanto foi estabelecida uma divisão entre teorias principais e teorias auxiliares. Cada uma delas possui funções específicas e se complementam para ao final pretender que o caso contribua com a teoria e identificar possibilidades de a teoria contribuir para o caso. As teorias principais são utilizadas em todo o trabalho e possuem o objetivo de realizar “viradas” ou avanços teóricos e epistemológicos, enquanto as teorias auxiliares são caminhos para realização de tais avanços. Serão expostas a última parte da pesquisa e envolvem as Estruturas de Oportunidades Políticas, Estruturas de Oportunidades Jurídicas e Mobilização Jurídica Transnacional.

O objetivo aqui é apenas organizar o pensamento e a exposição das várias teorias que norteiam a pesquisa entendendo, que as teorias principais funcional com espinha dorsal teórica que estão conectadas as teorias intermediárias. A divisão auxilia na organização do pensamento e abre perspectiva para futuras críticas de lacunas teóricas dentro do próprio trabalho, seja suprimindo, acrescentando ou sugerindo mudanças dos vários níveis teóricos sem que haja prejuízo a compreensão do fenômeno em análise.

A utilização de várias teorias tem o objetivo da complementariedade na medida que cada opção teórica é um rompimento epistemológico em seu tempo e espaço. As Relações Internacionais já nascem com a proposta da multidisciplinariedade e organizar teorias mais empregadas e vistas em outras áreas aumentam o desafio de uma organização teórica coerente. Tais escolhas não foram aleatórias. Gradualmente tenta-se demonstrar o quanto tem de internacional (ou transnacional) no fenômeno que se propõe observar.

Existe um grande grupo de estudos dedicados ao entendimento da ação de atores e suas relações internacionais. A quebra de paradigma de que atores sociais detém certo tipo de poder e são capazes de transformar a sociedade já vem sendo feita por Keohane e Nye desde a década de 1970 ao organizar e reunir em 20 artigos para a publicação na Revista *International Organization* a obra *Transnational Relations and World Politics* (1971) e *Power and interdependence* (1977). Desde então, surgiram desdobramentos teóricos, epistemológicos e metodológicos para observar a relação para além das fronteiras entre esses atores sociais e outros setores como Estado, empresas e organizações internacionais.

A inserção da pesquisa de movimentos sociais não garante por outro lado um domínio desses estudos na área. Não é raro que as análises alijem os atores sociais das pesquisas, ou por simples esquecimento, ou por não acreditarem que a ação coletiva influencia a política

internacional. Para os estudiosos de relações internacionais mergulhados em tradições de análise centrada no estado, um foco em atores não-governamentais proporciona uma linha alternativa de investigação que pode oxigenar os vários campos do saber. Alguns oriundos das Ciências Sociais, outros do Direito, todos dedicados a entender a importância da ação coletiva.

Pesquisadores de movimentos anti-barragens em todo o mundo têm se dedicado a analisar em quais condições redes de ativismo transnacional resistem às construções de usinas hidrelétricas. Patrick McCully (2004) faz um panorama geral dos principais movimentos em seu tempo nos Estados Unidos, Tasmânia, Leste Europeu, Brasil, Tailândia e Índia; Sanjeev Khagram (2004) se dedicou a entender o fenômeno na Usina Hidrelétrica de Narmada, Índia, comparando com processos históricos de Brasil, Indonésia, China, África do Sul e Lesoto; Teng Fu (2013) estudou as estruturas domésticas da rede de ativismo transnacional contrárias às hidrelétricas na China (Três Gargantas e Rio Nu/Salween), Índia (Sardar Sarovar) e Laos (Nam Theun); Yumiko Yasuda (2015) pesquisou regras, normas e estratégias no rio Mekong, analisando comparativamente os impactos no Vietnã e Camboja.

O Brasil, por sua vez, dispõe de um vasto grupo de pesquisadores, dentre eles o grupo formado por pesquisadores chamado Redes Barragens Amazônicas⁶, que congrega uma série de instituições de ensino destinadas a criar capacidade para o avanço da pesquisa inter e transdisciplinar sobre os impactos socioeconômicos da construção de barragens hidrelétricas na Amazônia. A rede pretende sintetizar e compartilhar as lições aprendidas com a implantação da barragem hidrelétrica no Brasil e nos Estados Unidos com foco em uma abordagem de gestão adaptativa dentro da teoria complexa de sistemas socioeconômicos.

Ao estudo é agregada a análise da política ambiental, que é uma agenda global do qual nenhum país pode se furtar a tratar de tal temática. Quando se busca a entender a atuação de atores sociais compreende-se que eles estão inseridos na governança socioambiental global. A Amazônia é um importante espaço para essa análise devido seu histórico muito presente de conflitos socioambientais. A pesquisa está diante de um conflito gerado pelo próprio Estado, não por um ato omissivo, mas pela motivação de investir em empreendimentos em espaços que nunca foram vazios, mas habitados por comunidades indígenas, e desde a colonização, por camponeses, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais.

Reconhecer que nesses espaços há conflitos e vozes dispostas a defender categorias que são excluídas das decisões de outros agentes como empresa e Estado desafia não apenas a

⁶ Disponível em: <http://amazondamsnetwork.org>. Acesso em 08 mar. 2017.

análise centrada na política institucional, mas direciona para os recursos metodológicos que buscam interpretar a ação coletiva.

A escolha metodológica não é de uma análise comparada, mas bebe-se da importante fonte da análise comparativa da política ambiental. Na obra *Comparative Environmental Politics (CEP): Theory, practice and prospects*, Paul Steinberg e Stancy VanDeveer (2012, p. 03-27) estabelecem os principais eixos de análise ambiental em um mundo global: apreciar a importância de trocas transnacionais de recursos e ideias no desenvolvimento de estruturas de oportunidades domésticas moldadas por processos nacionais; oferecer uma compreensão de como a ação coletiva pode proteger o meio ambiente global; estudar os processos causais das instituições ambientais multilaterais aliado às campanhas de ativismo não-governamentais; e reconhecer que a política nacional tem uma profunda influência sobre a força e o impacto das organizações da sociedade civil.

2.1. Construtivismo

Os construtivistas de forma geral são conhecidos por elaborar a construção social da realidade e surgiram como contraste à filosofia materialista herdada por grande parte do positivismo das ciências sociais. Para a filosofia construtivista, o mundo social não é um dado: não é algo que exista “lá fora”, alheio ao pensamento e ideias das pessoas envolvidas. Como apontado por Jackson e Sørensen (2013, p. 234) o mundo social não é uma realidade externa cujas leis possam ser descobertas pela pesquisa acadêmica e explicadas pela teoria científica, como sustentam os positivistas e behavioristas.

As coisas ganham sentido a partir da significância que se dão às coisas. O materialismo é parte do construtivismo e sendo assim o importante é o que as entidades e conceitos significam nas mentes das pessoas. Ou seja, existe o elemento físico, mas é secundário comparado ao elemento intelectual que atribui significado, que o planeja, organiza e orienta (Jackson e Sørensen, 2013, p. 236). O “efeito bumerangue” (Keck e Sikkink, 1998), por exemplo, é constituído pela ação de Estados, ONGs nacionais e internacionais, organizações internacionais e normas domésticas e internacionais. Todos esses elementos existem e “sempre estarão lá”, mas é o componente intelectual que lhes impõem significado e que os correlaciona.

O construtivismo nas Relações Internacionais surge no final dos anos de 1980 com Nicolas Onuf, por meio da obra *World of our making: rules and rule in social theory and international relations* (1989), embebido de autores como Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Ludwig Wittgenstein, ao mesmo tempo em que toma distanciamento da Ciência Política, até então forte influenciadora das Relações Internacionais, aproxima-se da Sociologia e da

Filosofia, percebendo assim, que os acontecimentos internacionais são parte dos fenômenos sociais. A popularização do construtivismo nas Relações Internacionais seria dada, no entanto, por seu discípulo, Alexander Wendt, que em 1987 publicou o artigo *Anarchy is what states make of it*. Mais tarde, em 1999, publicaria obra mais robusta com *Social Theory of International Politics*. O livro se tornou importante para a compreensão do desenvolvimento do construtivismo e do próprio campo teórico das Relações Internacionais (Ribeiro, 2014, p. 351).

Construtivistas apontam duas correntes: os construtivistas sistêmicos como Finnemore (1996) e Wendt (1987), que enfatizam a importância do ambiente internacional na moldagem das identidades de Estado; e os construtivistas que se aliam a presente pesquisa, que colocam mais ênfase no ambiente doméstico, como Katzenstein (1996) e Risse-Kappen et. al. (1999). Normas domésticas receberão atenção a partir do suporte das estruturas de oportunidades políticas e jurídicas para analisar a atuação de movimentos sociais que forma uma específica rede de ativismo transnacional para fazer frente ao Estado e empresas contra empreendimentos em território habitado por povos indígenas e comunidades tradicionais.

Existe, porém, mais pontos comuns que distintos entre as duas correntes. Um princípio fundamental da teoria social construtivista é que as pessoas agem em direção a objetos, incluindo outros atores, com base no sentido que os objetos têm para eles (Wendt, 1987, p. 397), logo são muitos os agentes estatais e transnacionais que podem influenciar as estruturas do Estado. A conhecida imagem das relações internacionais como bola de bilhar é rechaçada pelos construtivistas porque é incapaz de demonstrar os pensamentos, as ideias, as crenças, dentre outros elementos, dos atores envolvidos nos conflitos internacionais (Jackson e Sørensen, 2013, p.238). Mais profundo que o doméstico, conforme será visto mais adiante, pode existir um nível local enraizado, para o qual é preciso lançar olhar para compreensão mais atenta de tais conflitos e a capacidade de influência transnacional.

A missão do construtivismo aqui é fazer a necessária “virada ontológica”, colocá-lo no meio termo entre epistemologia e metodologia (Onuf, 2002) e abrir outras perspectivas teóricas que possam explicar o caso. Propositamente a abordagem construtivista foi colocada na primeira sessão como a primeira virada de chave do tradicionalismo dos internacionalistas, que não vislumbram outras perspectivas de quebras epistemológicas.

2.2. Teoria da Rede de Ativismo Transnacional

As principais sementes da Teoria da Rede de Ativismo Transnacional pensada realmente como teoria foram lançados em 1998 por Margaret Keck e Kathryn Sikkink na obra *Activists*

Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics. A obra é seminal por propor uma agenda de pesquisa e a partir dela que tem se dedicado a: 1) definir esse tipo de ativismo, identificando os atores, estratégias e objetivos envolvidos e; 2) desenvolver uma teoria que explica a variação no resultado de tal ativismo. Busca-se analisar a relação entre o local e o global por meio das interações dos atores a partir das atividades envolvidas e de suas alianças, sob a orientação de conceitos oriundos dos estudos de relações transnacionais (RISSE-KAPEN, 1995) e particularmente da teoria das redes proposta por Keck e Sikkink (1998), em cujos processos, os atores não governamentais desempenham papel importante.

Quando o ativismo transnacional emergiu como uma força na política global, a primeira tarefa analítica foi estabelecer as características comuns compartilhadas por organizações e redes engajadas em diversas campanhas (Evans e Garavito, 2018, p 11). Keck e Sikkink fizeram campanhas focadas na sustentabilidade ambiental, direitos humanos e violência contra as mulheres e definiram claramente suas características compartilhadas, criando assim o conceito de *transnational advocacy network*, o que possibilitou que estudiosos e ativistas pensassem melhor sobre o ativismo transnacional como um fenômeno.

Realizando pesquisa na página eletrônica *Google Acadêmico* sobre a obra em Inglês *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics* até 31 janeiro de 2019 foram encontradas 14.088 citações⁷. Já o termo *transnational advocacy network* foi encontrado em mais de 150.000 citações no mesmo período⁸. Muitos pesquisadores se debruçaram na teoria, ora testando suas bases epistemológicas, ora propondo incorporações teóricas a partir de um caso analisado.

A última grande contribuição veio em novembro 2018, quando a teoria completou 20 (vinte) anos, com a obra “*Transnational Advocacy Network: Twenty years of evolving theory and practice*”, organizada por Peter Evans e César-Rodríguez-Garavito, composta por 10 (dez) artigos que lançam dúvidas sobre algumas avaliações negativas do futuro da rede de ativismo transnacional e destacam fatores que suportam um futuro promissor. Apenas para ilustrar tal otimismo está a tecnologia, que não é mais a mesma de vinte anos atrás e que possibilita uma ampla e densa rede de comunicação entre os atores. O surgimento de uma comunicação de massa global essencialmente intensa e sem custos é uma grande vantagem para aqueles que

⁷ Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&hl=pt-BR&as_sdt=2005&scioldt=0,5&cites=6402661953729673085&scipsc=. Acesso em 31 jan. 2019.

⁸ Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=transnational+advocacy+network*&btnG=. Acesso: *idem*.

tentam construir poder mobilizando muitos grupos e comunidades geograficamente dispersos (Evans e Garavito, 2018).

Muitas expressões foram cunhadas pelas autoras. Uma delas foi elaborada ao analisar redes de ativismo transnacional de mulheres, mas que pode ser observado em outros temas dos direitos humanos: “paradoxo da informação”. Quando se criam questões e produzem novas informações, às vezes pode gerar a impressão de que as práticas violadoras de direitos estão aumentando ou piorando, quando na verdade estão se tornando mais visíveis.

Outras nuances e detalhes da teoria, que recebeu ao longo desses vinte anos significativas contribuições, serão resgatadas no corpo da pesquisa. Os estudos de caso foram importantes para se apontar a aplicabilidade teórica, assim como estudos quantitativos foram essenciais para validar a teoria. Houve até mesmo interessante embate entre estudos quantitativos e qualitativos sobre direitos humanos, tendo em vista o já citado “paradoxo da informação”, quando se demorou um tempo para os pesquisadores compreenderem que em regimes ditatoriais, por exemplo, o que falta são informações e não violação de direitos; o que existe é repressão aos movimentos sociais, e não falta de variadas resistências, seja local, nacional ou transnacional.

A defesa da existência de uma comunidade cosmopolita de indivíduos, capaz de relativizar características essencialmente estatais como a soberania, não anula o fato de que os estados seguem como atores protagonistas no sistema político mundial. A teoria da rede de ativismo acaba sendo intermediária entre o papel da intervenção humana individual, motivada por princípios, na transformação da cena global; e o Estado clássico e soberano.

Keck e Sikkink (1998, p. 227) utilizam o conceito sobre “interdependência da vulnerabilidade” de Keohane e Nye (2012) para explicar as características dos alvos (Estado, empresas ou organizações internacionais), em especial as pressões materiais e morais, como determinantes essenciais da eficácia das redes de ativismo transnacional. As autoras elencam exemplos de quando existiria tal vulnerabilidade a determinados assuntos: a) O alvo pode ser vulnerável a determinados tipos de vinculações dos assuntos, por exemplo quando a ajuda exterior depende do desempenho dos direitos humanos; b) A vulnerabilidade pode ocorrer devido a compromissos normativos prévios, exemplo do Banco Mundial quando se compromete por muitas declarações com um desempenho ambiental sólido e é criticado por empréstimos que supostamente prejudicam questões ambientais; c) Determinadas conjunturas, como foi o caso do México durante as negociações com o Tratado do Livre Comércio da América do Norte. A necessidade que tinha o México de cuidar de seu prestígio nesse contexto

permitiu que as redes por direitos humanos e ambientais efetuassem reclamações; d) Desejo de conservar a boa reputação em valiosos grupos internacionais.

Em direção semelhante os trabalhos de Moreira (2015) e Moreira (et. al., 2019) convidam para uma releitura da teoria ao analisar a relação Sul-Sul da rede de ativismo transnacional formada contra as usinas hidrelétricas no Peru a partir de ONGs brasileiras. Em ambas pesquisas reconhecem que muitos atores da sociedade civil no Sul global já não enfrentam a mesma escassez de recursos materiais que uma vez os obrigou a recrutar intermediários do Norte.

2.2.1 Efeito Bumerangue

O modelo de maior reverberação em que a teoria foi conhecida chama-se “efeito bumerangue”. Ocorre quando bloqueiam os canais entre o estado e seus atores nacionais e é característico das redes transnacionais; as ONGs nacionais pulam o estado e buscam diretamente aliados internacionais para exercer pressão externa sobre seus governos (Keck e Sikkink, 1998).

Outros obstáculos podem ser encontrados no plano internacional e uma ação mais contundente por parte dos movimentos pode ser necessária. As estratégias estão vinculadas, assim, à ação coletiva transnacional, que podemos entender como o “processo pelo qual indivíduos, grupos e/ou organizações não estatais se mobilizam conjuntamente em torno de temas, objetivos e alvos que vinculam as arenas doméstica e internacional” (VON BÜLOW, 2014, p. 16). O conceito parece abrangente, mas quer incluir as iniciativas que buscam mudar políticas e instituições domésticas. No caso dos movimentos sociais contrários às hidrelétricas o processo de resistência, em que pesem os recursos e atores transnacionais, a proteção é o local, apesar da batalha ser global/internacional, algo muito característico no socioambientalismo.

2.2.2 Estágios de Influência

Tema também importante trazido pelas autoras foram os tipos ou estágios de influência da advocacia transnacional: (I) criação e definição de agenda; (II) influenciar as posições discursivas dos Estados e das organizações internacionais; (III) influência nos procedimentos institucionais; (IV) influência na mudança de política; e (V) influência no comportamento do estado (ou outro alvo). Quanto aos tipos de política comum à rede de advocacia transnacional (TANs): política da informação, política simbólica, política de alavancagem, e política da responsabilização.

2.2.3 Estratégias

Mesmo com a vulnerabilidade do alvo sempre será preciso pensar a melhor estratégia para atingir os objetivos da campanha transnacional. A estratégia política é muito vinculada às ações do Estado e à superação quanto às restrições políticas e econômicas encontradas pelos agentes sociais transnacionais. A principal de todas as estratégias, sobre as quais os teóricos têm se debruçado a estudar trata do próprio transnacionalismo. Quando bloqueiam os canais entre o estado e seus atores nacionais, pode ser que ocorra o modelo bumerangue, característico das redes transnacionais; as ONGs nacionais pulam o estado e buscam diretamente aliados internacionais para exercer pressão externa sobre seus governos (Keck e Sikkink, 2000, p. 32).

A teoria inaugurou quatro tipos de estratégias, todas apontadas por Keck e Sikkink (1998): 1. uso da informação (*information politics*); 2. política de simbolismo (*symbolic politics*); 3. política de alavancagem (*leverage politics*); 4. Política de monitoramento/responsabilização (*Accountability*).

Ao fim será mencionado a contribuição da teoria para casos semelhantes que envolvem redes de ativismo transnacional contrárias a grandes empreendimentos que impactam vidas de populações autóctones ou originárias; e, pretensiosamente, a contribuição do caso para a teoria, que seguiu a trajetória dos últimos autores que se dedicaram à Teoria da Rede de Ativismo Transnacional.

A ferramenta da *information politics* ou o uso da informação para fins políticos, é “tática” como denominado por Keck e Sikkink (2000), para gerar informação politicamente útil e utilizável de forma rápida e crível, deslocando para onde produzirá mais efeito (fóruns, eventos, mídia, parlamento, tribunais, debates públicos, seminários, panfletos, cartazes). Esta estratégia pode recair sobre aliados externos da rede que difundem informações sobre as violações cometidas por governos e/ou empresas à opinião pública em geral, com a expectativa de gerar pressão externa nos governos locais.

Para ser convincente, a informação produzida pelas redes precisa ser atual e ser bem documentada (Keck e Sikkink, 1998, p. 19). Além disso, como estratégias para ganhar atenção, persuadir públicos mais amplos e tomadores de decisão para mudar suas preferências, a informação precisa ser embutida de boa dose de dramaticidade. Por fim, as redes têm envidado esforços para reunir histórias e testemunhos com informações estatísticas e técnicas sobre o assunto em questão, para aumentar a credibilidade e seriedade do tema.

Políticas simbólicas ou política de simbolismo, por sua vez, é a habilidade das redes de invocar símbolos, ações, palavras chaves ou histórias, que dão sentido a uma situação a um

público frequentemente distante da população que a campanha deseja proteger. Exemplo desta linguagem é a utilização de palavras que denotam o sentido de Bem x Mal. Segundo Keck e Sikkink (1998, p. 22), ativistas enquadram as questões identificando e fornecendo explicações convincentes para eventos poderosos e simbólicos que, por sua vez, possam se tornar catalisadores para o crescimento das redes. A interpretação simbólica é parte do processo de persuasão pelo qual as redes criam conscientização e expandem seu alcance.

Por entender que a política de informação se utiliza de estratégias da política simbólica é que serão consideradas conjuntamente. Na prática é muito difícil tratar de uma sem se referir à outra, pois quando a rede busca persuadir públicos mais amplos e tomadores de decisão a mudar suas preferências utiliza símbolos para lograr seus objetivos.

Até a década de 1990, ganhava importância o intercâmbio de redes do Sul com redes do Norte, pois estas eram detentoras dos serviços postais (correio) mais eficientes (Keck e Sikkink, 1998, p. 43). Por conta da difusão e acesso à tecnologia, como as redes sociais digitais, os movimentos sociais do Sul conseguiam divulgar as informações importantes para a causa com maior eficiência e agilidade. No nível local não tem sido diferente e o domínio da tecnologia como redes sociais, edições de filmagens e rápida comunicação aceleram o processo comunicacional e difusor da rede de ativismo transnacional.

Segundo Keck e Sikkink (1998, p. 29) os ativistas enquadram as questões identificando e fornecendo explicações convincentes para eventos simbólicos poderosos, que por sua vez se tornam catalisadores para o crescimento de redes. A interpretação simbólica é parte do processo de persuasão pelo qual as redes criam consciência e se expandem.

Keck e Sikkink (1998, p. 23) sustentam que redes de defesa de direitos buscam efetividade em suas ações para mudar políticas públicas tendo alvos como governos, empresas ou instituições internacionais. Para atingir tais mudanças as redes necessitam pressionar e persuadir atores poderosos. E para ganhar influência buscam meios de alavancagem (*leverage*) através da aliança, atração ou outro meio de conexão com atores (indivíduos ou instituições) mais poderosos para impactar uma situação na qual membros mais fracos de uma rede possuem poucas chances de exercer influência.

Por exemplo, em alguns casos o acesso às instituições externas como instituições supranacionais possuem poder para corrigir abusos, aplicar sanções ou interpelar governos nacionais tornando-se eficientes canais para reivindicar direitos. Exemplos destes atores com mais poder do que redes são: mídia, cineastas, parlamentares, tribunais nacionais e internacionais (que na tese serão abordados nas Estruturas de Oportunidades Jurídicas), ONGs maiores, ou até outro país, e com mais recursos financeiros e de comunicação.

Uma importante vitória de ativistas é tornar questões como proteção ambiental ou de direitos humanos negociáveis e isso exige uma sequência de ações conforme explica Keck e Sikkink (1998, p. 23). Em primeiro lugar, os ativistas salientam a importância do assunto ou do fato (ameaça, violação a direitos humanos, leis ambientais etc.) através das táticas de informação e política simbólica anteriormente analisadas. Conseguem chamar atenção. Em segundo lugar, membros mais poderosos da rede devem condicionar a cooperação de um ator como financiador, algum outro Estado potencialmente cooperante a algo mais de valor como recurso financeiro, comércio ou prestígio. Exemplo exitoso na década de 1980 do século XX foi a campanha de ambientalistas de tornar os empréstimos por bancos multilaterais de desenvolvimento condicionados ao Estado cumprir as leis ambientais de proteção e uma multiplicidade de salvaguardas. Tal vitória envolveu o convencimento de inúmeros senadores americanos responsáveis pela aprovação do repasse do Tesouro americano para o Banco Mundial. Este modelo não se aplica às relações Sul-Sul, seja de um financiamento nacional (como é o caso do BNDES), ou financiamento de outro país do Sul global, como financiamentos do Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

Keck e Sikkink (1998, p. 23) conceituam a ferramenta de “envergonhamento público” ou *shaming* como uma tática de alavancagem de impacto (*leverage*) de ordem moral utilizada por redes baseada na presunção que os governos valorizam a opinião dos outros. Aqui as redes colocam sob escrutínio internacional o comportamento do ator alvo da campanha. Neste sentido, os ativistas demonstram que determinado Estado violou uma obrigação internacional ou que seu comportamento não condiz com seu discurso. No caso da TAN-CHT vários fatos reconfiguraram a política de alavancagem pensada pela teoria.

A estratégia busca um pronunciamento do ator-alvo com o compromisso em determinada causa ou direito. Segundo Keck e Sikkink (1998) as redes de ativismo se dedicam a convencer governos e outros atores, que mudem publicamente sua posição nos assuntos que interessam à campanha. Por sua vez, o ator-alvo muda sua posição discursiva acreditando que “falar não custa nada” esperando distrair a rede e a opinião pública. Neste momento as redes reagem e transformam tais declarações em oportunidades para a política de responsabilização. Há ocasiões em que as redes se utilizam de compromissos assumidos previamente pelo ator-alvo. O terceiro passo é expor a distância entre discurso e prática, o que se torna vergonhoso para o Estado. Em Relações Internacionais é muito conhecido como *power of shaming*, ou seja, o poder de envergonhamento que um Estado fica submetido diante outros Estados e organizações internacionais, ou que as empresas transnacionais ficam diante seus consumidores.

2.3. Perspectivas Decoloniais

A interpretação do fenômeno em estudo nasceu com a Teoria da Rede de Ativismo Transnacional a partir do Construtivismo. Minha proposta é criar um amadurecimento a partir da mirada decolonial. A teoria elaborada por Keck e Sikkink (1998) está aberta para estudos contemporâneos das Relações Internacionais quando, preocupadas em observar as estruturas e relações de poder assimétricas entre os países da América do Sul e seus respectivos povos, rompem com os clássicos liberais e realistas. A abertura à perspectiva decolonial é confirmada com a obra que faz uma releitura da própria teoria, que é atualizada tendo como um dos organizadores um autor essencialmente decolonial, o colombiano Garavito (2018).

Vale o alerta feito por Jatobá (2013, p. 119) de que o sufixo “pós-” não é um indicador temporal, mas um indicador de continuidade política. Não se trata de adotar um fundamentalismo com apenas uma tradição epistêmica, mas considerar todos os conhecimentos possíveis para se explicar o fenômeno. Se existe um encontro entre ONGs do Norte com povos do sul em prol de um objetivo comum a proposta é observar o encontro de saberes não por um deleite teórico, mas pela observação prática e realidade ontológica. Tentar explicar o fenômeno sem esse encontro epistemológico é cegar-se para estratégias e resultados da campanha transnacional. Grosfoguel (2010, p. 457) propõe três aspectos importantes, que são adaptados na presente pesquisa tendo em conta a resistência dos povos do rio Tapajós: 1. uma perspectiva epistêmica decolonial para além do cânone ocidental, mesmo de esquerda; 2. uma perspectiva descolonial pluriversal (contrapondo-se a mundo universal); 3. a descolonização do conhecimento que leve a sério a perspectiva/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais subalternizados.

O Sul global é compreendido tanto em um sentido geopolítico quanto em um epistêmico, o último dos quais corresponde ao que Boaventura de Sousa Santos denomina de “ecologia de saberes” (Santos, 2014), ou seja, diversos tipos de conhecimento produzidos por grupos marginalizados no Sul e norte globais. Dentro dessa perspectiva existem três rompimentos epistemológicos realizados pelos povos do rio Tapajós direcionados aos diferentes atores: a) mercado, ao questionarem o modelo capitalista da exploração de recursos; b) Estado, ao questionarem suas próprias normas quanto ao direito de serem consultados; c) Organizações Não-Governamentais locais, nacionais e internacionais, quando colocam desde o início da formação da rede de ativismo que aceitam a aliança, mas assumem o protagonismo político e estratégico das ações em defesa de seu território.

As estratégias de enfrentamento contam com um modelo de ativismo que escuta cada vez mais o local e reordena os outros atores componentes da rede de ativismo. A desconstrução

neocolonial ocorre dentro da própria rede de ativismo transnacional e do local para o internacional, passando pelo nacional. Ao longo do trabalho serão vistos os vários momentos em que os povos do rio Tapajós souberam conduzir recursos e estabelecer alianças.

Outro suporte importante da Teoria Decolonial consiste em explicar a relação entre Amazônia-Mundo, que sempre foi uma relação de “mundo ocidental civilizado” e “região periférica atrasada”. Em seção própria, será demonstrado que historicamente a Amazônia sempre teve seus *slogans* todos voltados para um viés desenvolvimentista, que generaliza e categoriza povos ao mesmo tempo em que cega movimentos de resistência. A partir de uma “epistemologia do sul” (Santos e Meneses, 2010) a proposta é observar a relação dos atores em nível transnacional dessa relação simbiótica entre Estado, mercado e povos.

Quanto à resultados práticos-teóricos mais amplos busca-se trazer o debate decolonial para revisitar as Relações Internacionais a partir de uma perspectiva da Amazônia realizando três rompimentos epistemológicos conforme defendido por Picq (2016, p. 03): 1. Identificar a dinâmica internacional em jogo na Amazônia através de diferentes momentos históricos para mostrar como a periferia está e sempre esteve emaranhada com o núcleo global. Ao fazê-lo, colocar a Amazônia como um espaço transnacional profundamente interconectado com a criação de estados modernos; 2. Examinar a ausência da Amazônia no estudo de Relações Internacionais. Percepções críticas sobre a dinâmica núcleo-periferia exploram por que o Sul global permanece tão marginalizado nos processos de produção de conhecimento⁹; 3. Tecer análise para sugerir que a Amazônia é um local fértil para conceituar a RI, não fornecendo um roteiro, mas enfatizando o potencial teórico da Amazônia para o estudo crítico.

Pensada as Relações Internacionais a partir da Amazônia o próximo passo é abordar a percepção dos povos do rio Tapajós e se aproximar da tarefa realizada por Inoue e Moreira (2016, p. 02) de não reivindicar uma área específica dentro das RI, mas abri-la para a apreciação de muitos sistemas de conhecimento, em especial da natureza. Enquanto a preocupação das autoras estava em o considerar sistemas de conhecimentos indígenas e as concepções indígenas da natureza para repensar os estudos ambientais globais aqui a preocupação é repensar as estratégias e ações dos povos do rio Tapajós para resistir à pressão econômica e política de criação de um grande empreendimento em suas terras.

⁹ O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília abre tal perspectiva ao criar sua segunda turma de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais – a primeira na Universidade Federal de Roraima e a segunda na Universidade Federal do Pará. Não adota nenhum viés temático-teórico-epistemológico, mas estimula a produção de conhecimento a partir de pessoas que vivem e conhecem a Amazônia.

O conceito de rede não admite uma centralidade de ações, mas dependendo da configuração reconhece que alguns atores são mais protagonistas que outros. O trabalho identificou um protagonismo maior dos Munduruku, que tomaram muitas iniciativas, inclusive de aproximação aos outros povos do médio rio Tapajós. Outro motivo está relacionado com o território, pois os indígenas já vêm sendo impactados no alto rio Tapajós desde a construção das UHEs no rio Teles Pires.

É preciso fazer a ressalva, no entanto, que a análise do protagonismo das ações dos indígenas foi feita sem as ferramentas da Antropologia, por isso aqui não é tratada essencialmente a cosmovisão. E não é por ignorar o conhecimento tradicional dos Munduruku, mas é reconhecer que tal tarefa carece de um trabalho a parte. O convívio com alguns indígenas Munduruku deixa um grande aprendizado em relação do homem e o tempo crucial para tal decisão: é necessário muita análise, reflexão e diálogo para se concluir uma volição de determinado indivíduo ou grupo.

Dizer que este trabalho trata de tal cosmovisão seria também furtar o lugar de fala que apenas cabe ao indivíduo-coletivo Munduruku. Em uma das entrevistas com um Procurador da República (Entrevistado 3, Apêndice II), que há tanto tempo convive com indígenas de várias etnias, afirmou ser impossível alcançar o alto nível de compreensão que os Munduruku possuem da natureza. Aqui se estende a mesma percepção quanto as relações humanas que eles estabelecem. Cinco lideranças indígenas Munduruku foram entrevistadas e foi possível conversar com mais de uma dezena de caciques do Médio Tapajós, porém é impossível traçar precipitadas conclusões do que os motivaram a tomar determinadas decisões a partir de sua cosmovisão. Não faz parte do objetivo da pesquisa e corre o risco de reducionismos etnocidas.

Isso não esvazia a pesquisa, e conforme será demonstrado, existem dados suficientes que comprovam que existe sim estratégia genuinamente Munduruku ao lidar com aspectos que recebem tradução para a linguagem da Ciência Política e/ou Relações Internacionais. As entrevistas com atores que conviveram mais tempo com os Munduruku são uníssonas em afirmar a autonomia decisional está relacionada à diferenciada organização e esclarecimento políticos desses povos, que foram capazes de influenciar outras comunidades tradicionais no médio Tapajós.

O último rompimento epistemológico é necessário, pois a atuação Munduruku propõe uma reconfiguração de rede que se constrói a partir do local, conta com apoio nacional-regional e internacional-global, mas as decisões são sempre filtradas pelo local com uma habilidade em manter como aliados que além mesmo atores que possuem divergências de atuação. A

percepção política Munduruku convida repensar uma epistemologia cujo encaixe teórico à Teoria Decolonial é o que tem de mais próximo nas Relações Internacionais.

Em diversos momentos é patente o confronto de formas diferenciadas de se relacionar com a natureza, que possuem os povos do rio Tapajós e o discurso desenvolvimentista Estado-empresa sempre agarrado a uma cientificidade ocidental. Os Munduruku do médio e alto Tapajós possuem uma coesão de fala e ação ao demonstrar que seu modo de viver não é atrasado, mas diferente do modelo de vida dos *pariwat*¹⁰. Outros povos tradicionais ao longo do rio Tapajós possuem modos de vida diferenciados dos Munduruku, mas são povos de rios e florestas e, conforme será visto, fazem parte da campanha que conseguiu impedir a construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

A Teoria Decolonial proposta é essencialmente atrelada à Ciência Política e Relações Internacionais. Os estudos da Antropologia, Sociologia e Economia são igualmente importantes nesse campo teórico, mas considerá-los profundamente não atende aos objetivos da pesquisa. Alguns teóricos pós-coloniais dessas outras áreas serão lembrados com intuito de inserção ao debate, afinidade epistemológica e proximidade quanto à percepção dos problemas transnacionais. O mesmo ocorre com aspectos culturais, que não serão explorados teoricamente de forma profunda, mas são considerados ao demonstrar um modelo de resistência dos povos do rio Tapajós.

2.4. Estruturas de Oportunidades

A Teoria das Estruturas de Oportunidades recebe o status de teoria intermediária com o intuito de ser um suporte para a compreensão de outros mecanismos igualmente importantes abordados ao longo do trabalho. Ela possui mais o papel de contribuir na sistematização, ao propor categorias de análise do que oferecer uma epistemologia explicativa do sucesso da atuação da campanha transnacional e o ponto de partida são aspectos nascidos na própria Teoria da Rede de Ativismo Transnacional, como os diferentes níveis de influência e as estratégias e táticas empregadas; assim como aspectos oriundos dos estudos dos movimentos sociais como a Mobilização de Recursos.

Tarrow (2005) avançou nos estudos para a compreensão da relação entre movimentos sociais e Estado, tentando amalgamar as análises de internacionalistas, de cientistas políticos e sociólogos para desenvolver o transnacionalismo e sua relação com oportunidades da ação coletiva. Todo o arcabouço de recursos não pode ser confundido com o conceito de estrutura

¹⁰ Termo utilizado pelo povo Munduruku para se referir ao não índio. Ou “aquele que faz parte de um grupo que é de fora” ou “inimigo” (TORRES, 2016, p. 01).

de oportunidades políticas (EOP). O autor utiliza a escola norte americana da Mobilização dos Recursos (MR) e a corrente europeia dos Novos Movimentos Sociais (NMS) em contribuição à teoria que ele busca reformular, a Teoria do Processo Político (TPP). Conforme abordado, as ONGs nacionais e internacionais na presente pesquisa realizam seu papel na Mobilização de Recursos, porém sem a total dependência, principalmente tecnológica. A partir do final da década de 1990 algumas tecnologias passam a facilitar a difusão de informações e melhorar a comunicação entre os vários atores que compõem uma rede.

Para a presente pesquisa as dimensões apresentadas por Keck e Sikkink (1998) e Peruzzotti (2018) serão encaixadas nas estruturas de oportunidades políticas levantadas por McAdam (2008) e nas estruturas de oportunidades jurídicas mais adiante abordadas. Será observado tanto o ambiente doméstico, quanto o internacional.

2.4.1. Estrutura de Oportunidades Políticas

Entendendo que as estruturas nacionais interferem nas interações transnacionais (Risse-Kappen, 1995, p. 22) aqui pretende-se tecer análise das estruturas de oportunidades políticas e jurídicas utilizando um conceito dinâmico (Tarrow, 2005; Von Bülow, 2014), identificando variáveis apontadas pelos teóricos e observando mecanismos não previstos pela literatura, que o caso e a abordagem multidisciplinar poderão indicar.

A análise Keck e Sikkink (1998) entende que o “efeito bumerangue” é ativado a partir da combinação das estruturas domésticas fechadas de um país com as estruturas abertas de outros países aliado às organizações internacionais. As autoras fazem a ressalva de que as estruturas nacionais são apenas um ponto de partida para compreender por que e como os atores formam as redes. As estruturas seriam incapazes de dizer por que redes transnacionais em mesmo contexto teriam mais êxito que outras. O resultado estaria mais vinculado a natureza dos assuntos e das redes do que estruturas nacionais e internacionais por si. Buscando superar essa lacuna será considerada a advertência de Meyer e Minkoff (2004, p. 1.485) de que os pesquisadores precisam aprofundar o estudo da interação entre oportunidade, mobilização e influência política, pois tanto estudiosos quanto cidadãos devem entender como os ativistas aproveitam suas oportunidades e maximizam sua influência em circunstâncias históricas particulares.

As primeiras formulações do conceito de “oportunidades políticas” eram demasiadas vagas, pois consideravam qualquer fator ambiental como estrutura de oportunidade política, o que enfraquecia seu poder analítico. Os estudiosos do ativismo transnacional também entendem ser necessária a análise sistemática das estruturas de oportunidades políticas transnacionais, ou

seja, deve-se observar quais são as dimensões congruentes do entorno político regional ou internacional que oferecem incentivos para a ação coletiva (Sikkink, 2003, p. 308).

Segundo Risse-Kappen (1995), as estruturas domésticas e a distribuição internacional do poder são susceptíveis de determinar tanto a disponibilidade de canais para os atores transnacionais, nos sistemas políticos, quanto os requisitos para o estabelecimento de coalizões fortes e eficazes na contribuição para mudanças políticas.

As estruturas de oportunidades políticas domésticas possuem feição comum nos países da América Latina. Peruzzotti (2018) analisa o “padrão bumerangue” de Keck e Sikkink como o resultado direto de um cenário doméstico e regional com as seguintes características: i) um cenário cultural redefinido, onde vários países da América Latina tornam-se “exportadores” de táticas de direitos humanos, ideias e especialistas; ii) estrutura de oportunidade política doméstica aberta (e frequentemente proativa) e transnacional também aberta; iii) novo eixo para a política de direitos humanos. A política de direitos humanos já não gira em torno de um eixo Estado *versus* sociedade ou global *versus* doméstico; em vez disso, as instituições estatais se tornam promotores ativos da agenda de direitos humanos. A política democrática doméstica adquire uma posição de preeminência, deslocando a centralidade que a dimensão transnacional teve em lutas iniciais de direitos humanos. O papel dos atores globais, embora não completamente eliminados perde relevância em relação ao que foi no período de democratização; iv) Pressões de democracia e democratização ancoradas em práticas e instituições domésticas.

2.4.2 Estrutura de Oportunidades Jurídicas

Ao se tratar de estruturas de oportunidades políticas em um país onde a estrutura do Poder Judiciário recebeu um desenho diferenciado seria incompleto não considerar especialmente esse poder com uma análise mais aprofundada. A atuação do Ministério Público no Brasil é muito peculiar, por possuir prerrogativas que não são encontradas nem mesmo em outros países. O alinhamento que a Lava Jato provou entre MPF, Polícia Federal e Justiça Federal demonstra que existe uma possibilidade no ordenamento jurídico e na concertação política capazes de fazer a justiça receber uma celeridade distinta de outros casos de corrupção. A existência de instrumentos jurídicos autoritários como a Suspensão de Liminar e Suspensão de Segurança para atender os interesses do Estado acentuam a heterogeneidade (Santos, 2006) de um país atrasado, que se pretende portador de instituições modernas. O Brasil possui, portanto, peculiaridades na configuração de sua burocracia que faz do Poder Judiciário não apenas guardião da lei, mas decisor de políticas públicas.

A contribuição vem em parte da análise teórica, exemplo do estudo de Evorah Cardoso e Fabíola Fanti (2013), que levantaram as principais variáveis do *mainstream*; e outras variáveis e mecanismos são oriundos de estudos de caso, como Hilson (2002), Andersen (2006), Wilson e Cordero (2006), Case e Givens (2010). Em sua maioria, as estruturas de oportunidades jurídicas estão sendo utilizadas por norte-americanos e europeus para a análise de movimentos negro, ambientalistas, feministas, bem-estar dos animais e LGBT.

A abordagem de tais teóricos tenta preencher as lacunas deixadas pelas literaturas sobre movimentos sociais e Direito Internacional. Hilson (2002, p. 238-239) considera que a nova literatura do movimento social sobre o protesto apesar de abordar a interação entre o protesto e a política convencional, tende, na melhor das hipóteses, a minimizar e, na pior das hipóteses, ignorar o papel do direito e dos tribunais. O Direito por sua vez, representado por juristas, considera que tal abordagem é errônea porque o recurso ao direito pode ser visto como uma estratégia em si mesmo, o que leva sempre à uma análise *top down law*, ou seja, o efeito da lei sobre o protesto tem-se limitado a um estudo da lei “de cima para baixo”, como repressão e pouca análise sócio-legal “de baixo para cima”.

Os atores da rede ao observar as estruturas podem identificar onde estão as oportunidades e onde estão as restrições para atuação diante as instituições jurídicas. Isso requer, inclusive, percepção do cenário jurídico internacional. O bloqueio do Estado (Keck e Sikkink, 1998) pode ocorrer dentro do Poder Judiciário, que esgota todos os recursos, não aprecia determinada matéria ou utiliza argumentos e/ou normas jurídicas que não são favoráveis à causa de determinada campanha transnacional.

Os movimentos sociais que atuam em rede e possuem alianças jurídicas organizadas, além de órgãos públicos como defensorias públicas e ministérios públicos, contam com advogados e defensores do meio ambiente e direitos humanos especializados no litígio estratégico transnacional. Por conhecerem os meandros da advocacia internacional, são capazes de acionar corretamente os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos. Além disso, o fortalecimento da rede se mede pelas ONGs que compõem a petição a favor de determinado caso, pois são os instrumentos jurídicos e políticos utilizados que empregam a seriedade e a difusão das ideias da causa que está sendo defendida.

Há um desenvolvimento de novos atores e organizações internacionais, que conduzem a mudanças significativas na estrutura de tomadas decisivas da política mundial, estabelecendo novas formas de política multilateral e multinacional, que implicam a governos, Organizações Não-Governamentais, empresas e a uma extensa variedade de grupos de pressão transnacionais. Esta tendência também é observada pela crescente interconexão do direito internacional com a

legislação nacional e com os procedimentos legais nacionais. O que se observa com a construção de grandes projetos é uma tendência na mudança de normas domésticas que antes eram garantidoras de Direitos. Em nível internacional há também muitas restrições que dificultam a rede de ativismo transnacional, criando desafios para outras estratégias.

2.5 Mobilização Transnacional de Direitos

Santos (2007) utiliza os termos ativismo jurídico e mobilização jurídica transnacional e Cardoso (2012) como litígio estratégico, sendo esse tipo de ativismo focado na ação legal engajada, através das cortes internacionais ou instituições quase judiciais, em fortalecer as demandas dos movimentos sociais; realizar mudanças legais e políticas internas; reestruturar ou redefinir direitos; e/ou pressionar os Estados a cumprir as normas internacionais e internas de direitos humanos.

A judicialização global (Santos, 2007) surge através da criação de cortes internacionais *ad hoc* ou permanentes e tribunais arbitrais, bem como por intermédio do crescente recurso às instituições internacionais para lidar com disputas sobre questões comerciais e direitos humanos. A litigância transnacional engloba as disputas entre os Estados, entre indivíduos e Estados e entre indivíduos através de suas fronteiras nacionais. Na mesma via, tal internacionalização pode ser definida como “uma estrutura densa e triangular de relações entre os Estados, os atores não estatais e as instituições internacionais, sendo que as oportunidades que essa estrutura produz fazem com que os atores se envolvam em uma ação coletiva em diferentes níveis” (TARROW, 2005, p. 25). Daí ativismo judicial transnacional do conflito, pois há uma interinfluência nos níveis local, nacional e internacional. A política de confronto nesse novo modelo possui essa característica de uma relação entre atores estatais, atores não estatais e instituições internacionais, transformando-os nessa nova arena, respectivamente, em alvos, reivindicantes e mediadores (Duarte, p. 65, 2013).

3. AS USINAS HIDRELÉTRICAS E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A usina hidrelétrica é assim denominada porque aproveita a energia hidráulica, cujo potencial está armazenado nas massas de água, convertida em energia mecânica (energia cinética de rotação) nas turbinas e transformada em energia elétrica nos geradores, que se encontram acoplados aos eixos de rotação das turbinas. Vem sendo utilizada pelo homem desde o início da industrialização e é considerada ainda hoje como renovável e segura, principalmente se comparada às outras formas de geração de energia. Mais adiante será explicado que internacionalmente isso acaba sendo uma restrição encontrada por redes de ativismo transnacional, que discutem barragens pelo mundo e enfrentam um lento processo de convencimento da degradação que elas causam quando construídas em florestas tropicais.

Segundo Silva (2014, p. 181-183) existem várias formas de classificar as usinas hidrelétricas, conforme as características que se queira destacar:

a) Quanto à potência: micro (até 100 Kw); mini (de 100 a 1.000 kW); pequena (de 1 a 30 MW); média (de 30 a 500 MW) e grande (acima de 500 MW);

b) Quanto ao reservatório: de fio d'água (sem reservatório); de acumulação (diária, semanal, sazonal, plurianual); reversível;

c) Quanto à queda d'água: Baixa queda (<50 m), composta por casa de força, tomada d'água, espiral etc. exercendo a função de barragem; descarga relativamente elevada; vertedouro de grandes dimensões, dimensões elevadas para a casa de força; turbinas de pás fixas, Kaplan ou tubulares; provável trechos inferiores dos rios; aproveitamento para navegação; Média queda (entre 50 e 250 m), contendo casa de força e barragem separadas; grande variedade de arranjos, de acordo com o caso; turbinas de hélices ou Francis; Alta queda (> 250 m), que deve possuir desvio de água por canal aberto; água do canal para a casa de força por meio de condutores forçados (ou túneis); casa de força no banco do rio; turbinas Francis, Pelton ou injetoras; provável em cabeceiras de rios, com descargas baixas, de pequeno porte e de baixo custo.

Tais informações são importantes para entender as dimensões das hidrelétricas, tipos de turbina, tamanho do reservatório, queda d'água e potência gerada. Como toda invenção humana sempre há melhorias tecnológicas e levando em conta o forte impacto ambiental na Amazônia dominar alguns desses conceitos pode ser importante para entender a diferença de impactos em locais de grande biodiversidade e presença de populações autóctones.

3.1. Usinas Hidrelétricas no Mundo

A *International Hydropower Association* faz um resgate histórico da origem e uso das hidrelétricas¹¹ que será exposto com algumas informações complementares. A disponibilidade de energia hídrica está intimamente associada ao início da atividade econômica pelo homem. Algumas das primeiras inovações no uso do potencial da água foram realizadas na China durante a dinastia Han entre 202 a.C e 9 d.C com uso de martelos-hidráulicos (martinetes) acionados por uma roda d'água vertical e usado para fazer grãos, quebrar cascos, romper minério e fabricar papel.

A energia hidrelétrica foi essencial para que Richard Arkwright fundasse a Cromford Mill, no vale Derwent, na Inglaterra, em 1771, para produzir algodão e montar um dos primeiros sistemas de fábrica do mundo¹². O inglês estava tão convencido dos benefícios da hidrelétrica que, quando começou a usar uma máquina a vapor seis anos depois, usou-a para bombear água para a lagoa do moinho, em vez de conduzir maquinário diretamente. Sua empresa rapidamente se espalhou por todo o vale, e os enormes edifícios industriais que ele montou ainda são um grande patrimônio da empresa. Embora a energia hidrelétrica tenha sido rapidamente superada na paisagem inglesa relativamente plana pelos motores a vapor movidos a carvão e, mais tarde, pela geração de eletricidade - foi a hidroeletricidade que pôs em funcionamento a revolução industrial na Inglaterra.

Alguns dos principais desenvolvimentos na tecnologia hidrelétrica ocorreram na primeira metade do século XIX. Em 1827, o engenheiro francês Benoit Fourneyron desenvolveu uma turbina capaz de produzir cerca de 6 cavalos de potência - a versão mais antiga da turbina de reação Fourneyron. Em 1849, o engenheiro britânico-americano James Francis desenvolveu a primeira turbina hidráulica moderna, que leva seu sobrenome e continua sendo a turbina hidráulica mais utilizada no mundo. Na década de 1870, o inventor americano Lester Allan Pelton desenvolveu a roda Pelton, uma turbina hidráulica de impulso, que ele patenteou em 1880. Em 1913 o professor austríaco Viktor Kaplan desenvolveu uma turbina do tipo hélice com pás ajustáveis.

O primeiro projeto hidrelétrico do mundo foi usado para alimentar uma única lâmpada na casa de campo Cragside em Northumberland, Inglaterra, em 1878. Quatro anos depois, a

¹¹ *A brief history of hydropower. International Hydropower Association.* Segundo o site da associação trata-se de uma organização sem fins lucrativos comprometida com o avanço da energia hidrelétrica sustentável. Formada sob os auspícios da UNESCO em 1995 como um fórum para promover e disseminar boas práticas sobre energia hidrelétrica, que defende a melhoria contínua e práticas sustentáveis em todo o setor. Disponível em: <https://www.hydropower.org/a-brief-history-of-hydropower>. Acesso em: 20 jun. 2017.

¹² *Sir Richard Arkwright Cromford Mill. About us.* Disponível em: <https://www.cromfordmills.org.uk/about>. Acesso em: 20 jun. 2017.

primeira fábrica para atender um sistema de clientes privados e comerciais foi aberta em Wisconsin, EUA, e dentro de uma década, centenas de usinas hidrelétricas estavam em operação. Na América do Norte, as usinas hidrelétricas foram instaladas em Grand Rapids, Michigan (1880), Ottawa, Ontário (1881), Dolgeville, Nova York (1881) e Niagara Falls, Nova York (1881). Eles foram usados para abastecer moinhos e iluminar alguns edifícios locais.

Na virada do século XX, a tecnologia foi se espalhando ao redor do globo, com a Alemanha a produzir em 1891 o primeiro sistema hidroelétrico trifásico. Em 1895 ocorreu na Austrália o lançamento da primeira planta de propriedade pública no Hemisfério Sul e nos Estados Unidos o maior desenvolvimento hidrelétrico do mundo da época, a Usina Edward Dean Adams nas Cataratas do Niágara.

Em 1905, uma estação hidrelétrica foi construída no córrego Xindian, perto de Taipei, com uma capacidade instalada de 500 kW. Isso foi rapidamente seguido pela primeira estação na China continental, o plano de Shilongba na província de Yunnan, que foi construída em 1910 e colocada em operação em 1912. Após a conclusão, Shilongba tinha uma capacidade instalada de 480 kW - hoje ele ainda está em operação com capacidade instalada de 6 MW.

Na primeira metade do século XX, os EUA e o Canadá lideraram o ramo da engenharia hidráulica. Com 1.345 MW, a represa de Hoover no rio Colorado tornou-se a maior usina hidrelétrica do mundo em 1936, superada pela barragem de Grand Coulee (1.974 MW na época, 6.809 MW hoje) em Washington em 1942. Da década de 1960 até a década de 1980, grandes empreendimentos hidrelétricos foram realizados no Canadá, na URSS e na América Latina.

Nas últimas décadas, o Brasil e a China se tornaram líderes mundiais em energia hidrelétrica. A barragem de Itaipu, abrangendo o Brasil e o Paraguai, foi inaugurada em 1984 com 12.600 MW (desde então foi ampliada e aumentada para 14.000 MW) e hoje só perde em tamanho para a barragem de Três Gargantas da China, inaugurada em 2008, com 20.300 MW.

Alguns dados internacionais são importantes para entender onde se encontra hoje o Brasil no cenário mundial da hidreletricidade. Segundo levantamento da *International Energy Agency* (IEA, 2018) entre 1974 e 2016, a produção bruta mundial de eletricidade aumentou de 6.298 TWh para 25.082 TWh, uma taxa média anual de crescimento de 3,3%. Em 2016, a produção foi 2,9% maior que 2015. De um ano para outro, a produção global de eletricidade cresceu continuamente desde 1974, exceto entre 2008 e 2009, quando a crise econômica nos países da OCDE causou um declínio visível na produção global. As hidrelétricas são a terceira fonte de energia mais utilizada, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1. Fontes produtoras de energia elétrica no mundo (2016)

Fonte	Participação (%)
Carvão	38,3
Gás Natural	23,1
Hidrelétrica	16,6
Nuclear	10,4
Solar/Eólica/Geotérmica/Marés	5,6
Óleo	3,7
Biocombustível e Resíduos	2,3

Fonte: IEA, 2018, p. 04

São muitos os problemas socioambientais que as grandes barragens (80% são utilizadas para de usinas hidrelétricas) causam, a depender das características de cada região do planeta. Mas em geral, segundo Peter Bosshard¹³ as barragens para hidrelétricas causam e já causaram muitos impactos como: morte de peixes; concentração de sedimentos; esgotamento do oxigênio dos rios; seca dos deltas dos rios do lodo que os protege contra a invasão da água do mar; diminuição da população de espécies de água doce, cerca de 37% entre 1970-2008 – mais do que as populações de todos os outros ecossistemas; diminuição das populações de espécies tropicais de água doce, cerca de 70%; impacto climático, em particular nas regiões tropicais, a matéria orgânica em decomposição em seus reservatórios emite metano, um gás de efeito estufa agressivo; deslocamento de pessoas, já moveram cerca de 80 milhões de pessoas, 23 milhões só na China; violação de Direitos Humanos, que fazem Estados e empresas reagirem agressivamente a oposição feita às barragens; e insustentabilidade socioeconômica, pois estima-se que 2 trilhões de dólares já foram gastos em barragens desde 1950 devido a erros de planejamento, problemas técnicos e corrupção, barragens sofrem atrasos médios de 44% e aumentos de custo de 96%.

Como salientado pelo próprio Ministério de Minas e Energia (Brasil-MME, 2007, p. 621) é inevitável e conveniente analisar a produção de eletricidade por usinas hidrelétricas sob um ponto de vista geopolítico, estratégico e global, onde a questão socioambiental se torna cada dia mais importante e determinante.

¹³ Dez coisas que você deveria saber sobre barragens. *International Rivers*. 27 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/dez-coisas-que-voc%C3%AA-deveria-saber-sobre-barragens-8326>>. Acesso em 10 jan. 2015.

O Brasil passou a ser um forte influenciador de construção de usinas hidrelétricas em outros países. Não apenas pela ascensão no investimento feito ao BNDES na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) como experiência e tecnologia da burocracia energética e das empresas brasileiras adquiridas. Conforme levantado por Fearnside (2015, p. 11-12) planos para construir hidrelétricas na Amazônia preveem 48 barragens planejadas e a existência de 151 barragens com ≥ 2 MW de capacidade instalada. Das barragens planejadas, 79 estão no Peru, 60 no Equador, 10 na Bolívia e 2 na Colômbia. Das 17 barragens classificadas como “muito grandes” (≥ 1000 MW), 10 estão no Peru, 5 no Equador e 2 na Bolívia.

3.2. Usinas Hidrelétricas no Brasil

A primeira usina hidrelétrica no Brasil possui dados controversos. Debeaux (2015, p. 209) aponta que a primeira entrou em funcionamento no ano de 1889, a Usina de Marmelos, em Juiz de Fora (MG), empreendimento realizado pelo empresário Bernardo Mascarenhas, um industrial da região que pretendia utilizar a eletricidade para suas fábricas de tecido e na iluminação da cidade. Por ser uma tecnologia recente no mundo até então, esse primeiro projeto de hidrelétrica no Brasil precisou importar tecnologia: a usina foi projetada pela empresa estadunidense *Max Nothman & Co.*, e os equipamentos de geração de energia foram importados da também estadunidense *Westinghouse*. Vários empreendimentos foram se espalhando pelo país, a maior parte pela necessidade de autossuficiência energética de industriais e fazendeiros.

Ainda segundo Debeux (*idem*) da virada do século até a década de 1940, grupos privados estrangeiros especializados em energia passaram a exercer papel de maior influência no setor, como o Grupo *Light* (de origem canadense), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, e a AMFORP (*American & Foreign Power Company*, inicialmente um braço da estadunidense *General Electric*), em várias capitais do país. Essas empresas exploravam principalmente a hidroeletricidade e, em menor medida, a termoeletricidade.

A questão energética no Brasil é historicamente acompanhada de sua militarização e, conforme apontado por Bermann (1996, p.16), identificada através da criação do binômio segurança-desenvolvimento combinada com a privatização do Estado. O modelo se iniciaria durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, com o Conselho Nacional do Petróleo (1938); passando pelo período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek com a participação do Conselho de Segurança Nacional no GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística, órgão que formulava a política de uso dos combustíveis; sucessão de membros da hierarquia militar nos postos de comando das empresas estatais como Petrobrás, Eletrobrás e Nuclebrás

durante o período da ditadura militar, além da ação direta do Serviço Nacional de Informações (SNI) na definição da política energética.

Durante os anos 1950 a 1970, o estado desenvolvimentista brasileiro construiu quase cem hidrelétricas a cada década (Khagram, p. 142, 2004). O programa brasileiro para o desenvolvimento hidrelétrico se iniciou no fim dos anos de 1960. Idealizado no regime militar os projetos pensados à época como as barragens de Sobradinho (BA), Itaipu (PR), Itaparica (BA-PE) e Tucuruí (PA).

Nas décadas de 1980 e 1990, enquanto pouca novidade de infraestrutura foi implementada, foram elaborados modelos, normas e atores regulatórios sem precedentes tanto no exterior quanto no Brasil (Hochstetler e Trajan, 2016, p. 497), que formariam a atual estrutura burocrática energética do país.

O início do período democrático brasileiro experimenta estruturas semelhantes com a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o EMFA-Estado Maior das forças armadas influenciando as diretrizes da política energética do governo Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994). O período de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) seria marcado pela privatização parcial do sistema nacional de eletricidade, que estava sob controle estatal da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras¹⁴; e juntamente com os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) possuem a diferença de estarem em um período democrático mais robusto com ordenamento jurídico protetor aos direitos socioambientais, porém com uma centralidade de decisões partindo da Casa Civil e Ministério de Minas e Energia, em detrimento de outros Ministérios como Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça, que formalmente estão em mesmo grau de hierarquia, mas na prática estão subordinados.

O planejamento de usinas hidrelétricas compreende um conjunto de procedimentos compostos por levantamentos, estudos e avaliação sobre a bacia hidrográfica até atingir os estudos específicos de uma usina hidrelétrica, conforme a figura a seguir.

¹⁴ A criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas. O projeto sofreu grande oposição, mas foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou a Lei 3.890-A, autorizando a União a constituir a Eletrobras. A instalação da empresa ocorreu oficialmente no dia 11 de junho de 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart.

Figura 1. Etapas do Planejamento Hidrelétrico



Fonte: Eletrobrás, 2013, p. 09.

Cada etapa do planejamento hidrelétrico pode ser assim resumida:

(1) Inventário. Corresponde à avaliação hidroenergética do rio, ou seja, avalia a bacia hidrográfica para obter informações precisas sobre quanto de energia poderá ser gerada naquele local, procedimentos para minimizar os impactos ambientais e avaliar quanto será preciso investir na estrutura e em obras civis.

(2) Estudos de viabilidade. Tem a função de verificar se o projeto é viável quanto aos aspectos ambiental e custo frente ao retorno. Ambiental: Analisam-se os impactos ambientais que aquele empreendimento pode gerar e, se existirem, se podem ser revertidos de alguma forma. Custo frente ao retorno: verifica se a renda que a usina irá gerar é suficiente para pagar os custos de execução do projeto e para gerar lucro ao investidor. A fase compreende o Estudo de Impacto Ambiental – EIA (Brasil, CONAMA, 1986), que é elaborado por uma empresa de consultoria, que contrata profissionais como engenheiros ambientais, biólogos, sociólogos, antropólogos e outros profissionais como consultores para coletar os dados necessários para a elaboração do documento pela empresa de consultoria. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA reflete as conclusões do EIA. A audiência pública está prevista na Constituição Federal, artigo 225, §1º, IV; Lei nº 9784/99; Resoluções CONAMA 001/86 e 009/1987 e está destinada a Sociedade civil de modo geral. Não pode ser confundida com a consulta e ao consentimento livre, prévio e informado (CCPLI), diferenças que serão detalhadas mais adiante. Mesmo assim, em se tratando de empreendimentos previstos para Terras Indígenas, é recomendável que sejam

feitas também audiências exclusivas e culturalmente apropriadas aos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais (Garzon *et. al.*, 2016, p. 32).

(3) Leilão. Principal mecanismo de contratação de energia no Brasil, regulamentado pela Lei 10.604/2002, em que as concessionárias de serviço público de distribuição sob controle federal ou estadual podem estabelecer contratos de compra de energia elétrica. Assim, a partir de janeiro de 2003 a negociação de energia passou a ser realizada pela licitação, na modalidade de leilão, que promovem a concorrência entre os agentes do setor e incentivado o ingresso de empreendedores de outros setores e países. A realização dos leilões de energia elétrica efetiva-se por delegação da Aneel e efetivados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que utiliza o critério de menor tarifa para definir os vencedores do certame e justifica como forma de visar a eficiência na contratação da energia.

Uma das diferenças relevantes entre o modelo adotado em 2004 em relação ao anterior diz respeito à estrutura dos leilões. A partir de 2004, Dubeux (2015, p. 211) aponta um dos objetivos centrais passou a ser a modicidade tarifária, e assim, os leilões passaram a basear-se na oferta da menor tarifa, e não mais no maior valor pago pelo uso do bem público. Logo, todo o modelo foi concebido para baratear os custos, quase sempre com competição de preços das diversas fontes entre si, e não em leilões separados por fonte. O resultado é que a hidroeletricidade dominou a maior parte dos leilões

(4) Projeto. Nessa etapa do empreendimento são elaborados os projetos: básico ambiental, básico e o executivo/construção. O Projeto Básico Ambiental deve detalhar o estudo de viabilidade, as medidas a serem propostas pelo empreendedor para mitigar e compensar os impactos ambientais constantes do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, atender a todas exigências e condicionantes da Licença Prévia e solicitar a Licença de Instalação (LI). No Projeto Básico devem constar as características principais do empreendimento. Além disso, ele deve enumerar as normas e diretrizes que assegurem as estruturas de geração de energia com eficácia e confiabilidade. O Projeto Executivo detalha as ações previstas nas fases anteriores e ocorre simultaneamente à fase de implantação da usina. O Projeto Executivo, além de acompanhar o desenvolvimento do Projeto Básico, deve priorizar a logística de transportes, de mão de obra e a recomposição das áreas degradadas.

(5) Construção. A etapa de construção deve se fundamentar em critérios técnicos, eficiência, custo/benefício e de engenharia. As obras civis são basicamente: a) construção da barragem, com objetivo de reter e criar um desnível da água; b) reservatório, lago que se forma pelo represamento da água com construção da barragem; c) canal de adução e condutos

forçados, compõem as estruturas que transportam a água até a casa de máquinas. A queda da água exerce pressão e faz movimentar as turbinas, gerando a energia.

(6) Operação. O futuro concessionário fica responsável em requerer a Licença de Operação (LO), que será concedida após vistoria para verificação quanto às exigências e aspectos técnicos desenvolvido pelo projeto aprovado e em conformidade à Licença Prévia e de Instalação. A Aneel estabeleceu a Resolução Normativa nº 583, de 22.10.2013, com os procedimentos e condições para a operação em teste e comercial de unidades geradoras de energia elétrica.

Para situar-se na presente pesquisa, o projeto da UHE de São Luiz do Tapajós paralisou na Etapa 2 (Estudos de Viabilidade) quando foi arquivada pelo IBAMA. Enquanto o projeto da UHE de Jatobá está caminhando lentamente na Etapa 2, com a possibilidade de ter continuidade nos estudos.

O Estudo de Impacto Ambiental evoluiu desde a sua criação em 1986, mas Fearnside (2015b, P. 374) levanta pontos que afetam a objetividade e que fazem dos EIAs uma mera atividade comercial: 1. Os relatórios são preparados por consultorias contratadas pelos próprios proponentes do projeto; 2. Antes de os relatórios serem apresentados à autoridade de licenciamento, o conteúdo é sujeito tanto à habilitação explícita pelos proponentes como ao efeito mais sutil da autocensura pelos autores e editores individuais, contratados pela empresa de consultoria; 3. Os processos subsequentes de produzir o EIA, realizar as audiências públicas, etc., servem para legalizar a decisão inicial, sujeito apenas a ajustes nos detalhes de execução e mitigação, mas não sujeito a questionamentos da sabedoria do projeto global; 4. A justificativa de esperar que as “controvérsias sejam resolvidas” para o prosseguimento de outras etapas do empreendimento, ou seja, há um inversão de procedimentos onde tais controvérsias não existiram se fosse respeitado o Consentimento e Consulta Livres, Prévios e Informados (CCLPI), que deveriam ser realizados em cada uma das seis etapas da Figura 1.

Tais procedimentos e direitos não podem ser confundidos com audiências públicas e oitivas constitucionais, procedimentos que Pontes Jr. e Oliveira (2015, p. 113-114) fazem detalhadas distinções, quanto legislação vigente, sujeitos de direito, administração pública responsável pela condução do procedimento, existência ou não da participação do empreendedor, fundamento e efeitos jurídicos, hipóteses de aplicação, critério de incidência, momento, metodologia e finalidade. Vale a pena brevemente discorrer quanto suas finalidades, devido a confusão feita entre elas, seja por parte de agentes estatais ou até mesmo pesquisadores.

A audiência pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito (Resolução CONAMA n. 01/1986, art. 1º). A oitiva constitucional, por sua vez, deve subsidiar a tomada de decisão pelo Congresso Nacional. Enquanto a consulta prévia deve chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas (Convenção n. 169, art. 6º, 2).

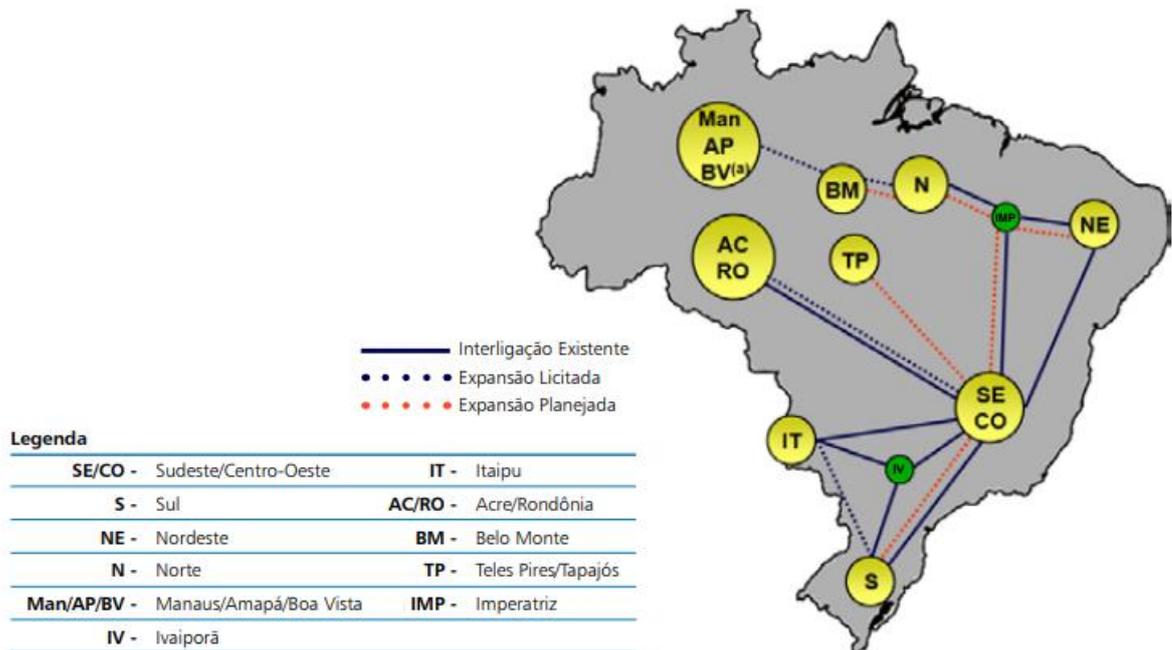
A quantidade e sofisticação dos procedimentos é uma maquiagem para decisões já tomadas pelo governo brasileiro previamente. É uma verdadeira “arte de EIAs cosméticos” (Fearnside, 2015b), que envolve a burocracia energética brasileira e conta com normas como suspensão de segurança e tribunais sujeitos a pressões políticas nas diversas etapas do planejamento hidrelétrico, conforme será visto adiante com mais detalhes.

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 (BRASIL, MME/EPE, 2011), o país contará com um acréscimo de 31,7 mil MW de geração hidrelétrica. A região Norte é onde ocorrerá a maior expansão hidrelétrica, devido à entrada em operação de grandes empreendimentos, com destaque para a usina hidrelétrica de Belo Monte, que entrou em atividade comercial em abril de 2016 e já conta com 19 Unidades Geradoras (UGs) concluídas e em operação (maio/2019) - totalizando 8.176,1 MW de potência instalada. São 13 UGs de 611 MW na Casa de Força Principal (7.943 MW) e outras seis de 38,8 MW na Casa de Força Complementar (233,1 MW)¹⁵.

O governo brasileiro pretende investir R\$ 96 bilhões para gerar 42.000 MW de hidroeletricidade até 2020. A figura a seguir demonstra a representação esquemática considerada para as interligações entre os subsistemas nacionais, detalhando a forma prevista ao final do horizonte do estudo, para fins de simulação energética a subsistemas equivalentes. As interligações representadas em traços pontilhados estão previstas para se incorporarem ao Sistema de Interligado Nacional durante o período 2011-2020.

¹⁵ UHE Belo Monte: Geração de energia e desenvolvimento sustentável para o crescimento do Brasil. 02 mai. 2019. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/imprensa/releases/uhe-belo-monte-geracao-de-energia-e-desenvolvimento-sustentavel-para-o-crescimento-do-brasil-100165>. Acesso em: 27 mai. 2019.

Figura 2. Representação esquemática das interligações entre subsistemas de energia no Brasil



Fonte: BRASIL, MME./EPE, 2011, p. 59.

A figura não é muito fiel à localização do subsistema BM (Belo Monte), que está situada um pouco mais abaixo que que o subsistema N (Norte) – suprida quase que integralmente pela energia produzida pela UHE Tucuruí. No entanto é possível perceber que a intenção não é “preencher um vazio” da integração energética brasileira com a criação do subsistema TP (Teles Pires/Tapajós), mas como consta no próprio Plano Decenal 2020 conectar ao subsistema Sudeste/Centro-Oeste a partir de 2015 (BRASIL, MME./EPE, 2011, p. 58). Em outras palavras, o objetivo do subsistema TP é suprir a demanda de energia do Sudeste.

3.3. As Usinas Hidrelétricas na Amazônia brasileira

As usinas hidrelétricas na Amazônia brasileira têm gerado grandes controvérsias devido aos fortes impactos socioambientais. Para muito especialistas é difícil acreditar na capacidade da tecnologia controlar todos os problemas que uma hidrelétrica causa em um rio como diminuição de sedimentos, concentração de determinadas substâncias químicas, além do impacto à fauna e flora endêmicas, levando em conta sempre a descoberta de novas espécies. Fearnside (2015c, p. 12) aponta que a Amazônia brasileira tem um grande potencial para geração hidrelétrica por conta das quantidades enormes de água que passam pela região e às quedas topográficas significativas nos afluentes do Rio Amazonas, quando esses descem a partir do Escudo Brasileiro (na parte sul da região) ou do Escudo Guianenses (no lado norte).

Cada usina na Amazônia tem suas especificidades e problemas que impactaram o meio ambiente e povos da floresta. Maioria com grandes custos, muitos impactos e pouco retorno

hidroenergético foram construídas nos períodos que havia precário *accountability* horizontal (O'Donnel, 1998) e vertical. A mais conhecida foi a UHE Tucuruí (1984), da qual serão abordados alguns detalhes, mas tiveram outras em diferentes pontos da região: 1. Coaracy Nunes (1975), localizada no rio Araguari (AP); 2. Curuá-Una (1977), em rio do mesmo nome, localizada a 70km do sul da cidade de Santarém (PA); 3. Balbina (1987), barrou o rio Uatamã (AM) para fornecer energia elétrica a Manaus; 4. Samuel (1988), no rio Jamari (RO), que alimenta hoje quase 90% dos 52 municípios, incluindo Porto Velho.

O interesse na construção de usinas hidrelétricas na Amazônia brasileira é apenas intermediário do interesse final que é a produção mineral, que começou e continuou com o interesse asiático. Se hoje são os chineses com sua forte expansão de mercado, o interesse anterior era dos japoneses que disputavam o mercado global na produção de automóveis. Lúcio Flávio Pinto (2012, p. 167) lembra que a China já ultrapassou o Japão como a maior compradora de minério de ferro de Carajás, a maior província mineral do planeta.

O objetivo imediato do governo brasileiro em construir a hidrelétricas foi atrair para a Amazônia empresas de alumínio de natureza eletrointensiva (Tavares et. al. 2006, p. 108) em proveito do contexto internacional de alta do preço do petróleo na década de 1970, além da decisão do Japão, pressionado pela crise energética, de promover o deslocamento de sua produção de alumínio primário para regiões como a Amazônia, que dispunham de farta matéria-prima e grandes potenciais energéticos requeridos pela metalurgia de alumínio. A Companhia Vale do Rio Doce – CVRD realizou em 1973 os primeiros contatos entre o governo brasileiro e um grupo de japoneses produtores de alumínio organizadas pelo consórcio LMSA – Light Metal Smelters Association, composto por cinco empresas – Mitsui Aluminium, Sumitomo, Nippon Light Metals, Showa Denko e Mitsubishi.

Diante a aproximação de interesses entre os dois países foi desenvolvido um estudo de viabilidade em 1974, sob a responsabilidade da extinta Rio Doce Engenharia e Planejamento – RDEP (subsidiária da CVRD) em associação com a Montreal Engenharia e a participação da Mitsui e da Nippon Light Metals, que segundo Bermann (1996, p. 17), previa a construção do que seria na época o maior complexo integrado de alumínio primário do mundo, compreendendo uma produção de alumina, por meio de uma planta de refino com capacidade instalada de 1,3 milhão de toneladas/ano; a produção de alumínio, através de uma planta de fundição com a capacidade instalada de 640 mil toneladas/ano; além de toda a infraestrutura física (porto, malha viária e núcleos urbanos) e a fonte energética indispensável à operação do complexo, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Em tal contexto nasce o interesse na construção da usina localizada no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, sudoeste do Pará, projetada em 1973, em plena ditadura militar, e só foi concluída em 1984, durante o governo Figueiredo (Magalhães, 2005). “A área do reservatório, inicialmente prevista para 1.630 km², foi aumentada para 2.160 km² e, posteriormente, 2.430 km². (...) Após o enchimento do reservatório foi constatada uma área inundada de 2.830 km²” (Magalhães, 1992, p.31). Foi construída antes da lei que exige a realização de Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), logo tal lei não teve quase nenhuma influência na execução do megaprojeto.

Por falta de estudos socioambientais milhares de pessoas tiveram que sair em caráter de urgência de suas casas, pois a água já estava próxima. A barragem ocasionou o deslocamento forçado de 32.000 pessoas. Os movimentos sociais no início da construção das obras eram muito incipientes, sendo que o protesto ficou em âmbito local, com pouca visibilidade. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, surgiu apenas no final da década de 1970 em oposição efetiva à empresa Eletrosul e seu plano de construir 22 usinas no rio Uruguai e seus afluentes no ano de 1977. Especificamente a partir das resistências aos projetos de Machadinho e Itá, que sindicalistas, ativistas da reforma agrária, membros da Igreja Católica e pequenos agricultores organizaram em 1981 a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB)¹⁶.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí era construída sem a presença de movimentos sociais, que foram alijados do processo e não eram reconhecidos como interlocutores legítimos na definição das políticas públicas e participação nas decisões que afetassem direta e indiretamente o modo de vida das populações impactadas. Outro fator que não permitiu a participação dos movimentos sociais foi a demora dos habitantes locais perceberem que impactos como desaparecimento de peixes e a dificuldade de plantio de algumas culturas, principalmente do cacau, que empregava muitas pessoas, eram ocasionados pelo fechamento do rio na região do Baixo Tocantins.

As mobilizações de recursos eram precárias quanto às inovações tecnológicas. Nas décadas de 1970 e 1980 o rádio era melhor meio de comunicação que poderia existir entre os movimentos sociais. Consequentemente estavam prejudicadas a mobilização de recursos externos e inovações internas¹⁷ dos movimentos sociais locais. Toda essa dificuldade, porém,

¹⁶ Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/historia>. Acesso em 13 fev. 2017.

¹⁷ O período dos novos movimentos sociais demonstra que tais recursos e serviços receberam uma transformação a partir da década dos anos de 1960, que acompanharam as mudanças tecnológicas e sociais em todo o mundo.

não impediu reivindicações pós-construção da usina. A comunidade epistêmica contrária às usinas hidrelétricas seguiu e segue os estudos dos impactos, elaborando relatórios, como o realizado pela Comissão Mundial de Barragens, publicado em Novembro de 2000, que teve como objetivos rever a contribuição de barragens ao desenvolvimento e avaliar alternativas para o uso da água e geração de energia; e estabelecer normas, diretrizes e padrões – quando apropriado – que sejam internacionalmente aceitáveis, para o planejamento, projeto, avaliação, construção, funcionamento, monitoramento e desativação de barragens (CMB, 2000).

Os movimentos sociais em torno a tais projetos se organizaram em passeatas, ocupações das usinas e outros meios de resistência, porém não conseguiram lograr êxito na luta por concessões por parte do consórcio entre o Estado e as empresas. Ainda não se tinha muito claro as consequências de um grande projeto e incipientes eram as leis e tratados internacionais que protegessem ribeirinhos, indígenas, pequenos agricultores e a população em geral das cidades afetadas.

Usinas como Tucuruí, com graves impactos sociais e ambientais, construídas ao estilo de uma ditadura ambiental já não eram mais possíveis. O Ambientalismo que se inaugurava no Brasil fez com que os elaboradores da construção da Usina Hidrelétrica utilizassem estratégias que se mostrassem cumpridoras de normas socioambientais. A necessidade de uma matriz energética que atendesse aos grandes projetos mineradores fazia parte dos programas dos governos democráticos. E nessa transição política do país seria pensada outra usina hidrelétrica de grande porte na Região da Bacia do Rio Xingu, na mesorregião do Sudoeste Paraense, a tão conhecida UHE Belo Monte.

No início dos anos de 1980 é perceptível, mesmo sem a Constituição Federal de 1988, alcunhada de carta cidadã, que o país ganhava estruturas democráticas consistentes, característico de uma estrutura de oportunidade política, cuja a abertura do sistema político institucionalizado promove regras e espaços de natureza jurídica e mudanças político-institucionais. Uma delas foi a Resolução nº 1 de 23 de janeiro de 1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)¹⁸, que trouxe dentre outras exigências, a obrigatoriedade do Estudo do Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Em decorrência dos protestos de 1989 por parte dos povos indígenas e outras organizações, que iniciavam a rede de ativismo, o primeiro projeto da UHE Belo Monte, chamado Kararaô, foi arquivado. Outros estudos foram contratados na década de 1990, mas o

¹⁸ O Conselho Nacional do Meio Ambiente foi criado em 1982 pela Lei 6.938/1981. É o órgão brasileiro responsável pela deliberação e consulta de toda a política nacional do meio ambiente.

país passava por uma situação econômica difícil, e deixou de ser prioridade da Política Energética brasileira, porém a exploração hidroenergética na região não seria esquecida. A usina foi incluída no plano plurianual 2000-2003, apresentado ao Congresso em 2000. O apagão de 2001, ocorrido no Governo Fernando Henrique, trouxe à tona a discussão da insuficiência energética do país. As eleições de 2002 colocaram Fernando Henrique de um lado apoiando a construção da UHE Belo Monte e do outro Lula, contrário às construções de hidrelétricas na Amazônia.

O Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007, porém coloca Belo Monte, Santo Antônio e Jirau como responsáveis por quase um terço da energia prevista no Projeto Energético do país. Mesmo sem o licenciamento ambiental, as usinas localizadas na região amazônica já tinham data marcada para o leilão, assim como empreendedores interessados.

O movimento contrário à Usina Hidrelétrica de Belo Monte se iniciou no final da década de 1980, com algumas lideranças indígenas em um período em que a opinião pública pouco conhecia sobre a região e seus habitantes. Durante quatro décadas, houve algumas mudanças na composição da rede, e apesar de um desses períodos (1999-2007) ter sido composto por pessoas que hoje são a favor da construção da usina¹⁹, algumas lideranças mantiveram intactas o posicionamento de impedir a construção das barragens.

Os marcos de análise, entendendo que a rede contra a UHE Belo Monte se origina a partir da atuação dos movimentos sociais localizados na região da Transamazônica e da bacia rio Xingu (Pará), podem ser apontados em três períodos diferentes de conflito, desde a elaboração do projeto de construção da Usina Hidrelétrica: primeiro período, ações indígenas das décadas de 1980 a 1990, marcada pela efetiva ação transnacional de impedimento da construção da UHE Cararaô; um segundo período (1991 – 2008), caracterizado pela institucionalização da rede de ativismo, que orbitou em torno de três grandes movimentos: Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica – MPST (1991-1998), Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX (1999-2007) e Movimento Xingu Vivo para Sempre – MXVPS (2008 – atual). Outro fator determinante foi a judicialização do conflito por meio do Ministério Público Federal; e o terceiro período (2009 – 2016), quando as arenas políticas e jurídicas internas tornaram-se insuficientes, o que ocasionou a judicialização

¹⁹ Alguns membros do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu eram militantes ligados ao Partido dos Trabalhadores. O fato de o Programa de Aceleração do Crescimento, projeto do Governo PT, prever a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte fizeram que alguns desses militantes saíssem do partido, mas o movimento não se enfraqueceu, apenas modificou o nome para Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

transnacional do conflito, caracterizado pela atuação dos sistemas da Organização das Nações Unidas e Interamericano de proteção dos direitos humanos.

Em 26 de janeiro de 2011, o IBAMA concede à Norte Energia uma licença válida por 360 dias para a construção da infraestrutura, que antecede a construção da usina. Em 18 de fevereiro daquele ano, é assinado o contrato das obras civis e em 1º de junho de 2011 o IBAMA concede a licença de instalação. Apesar de a resistência ocorrer desde a década de 1980, apenas em 2011 as obras puderam ser retomadas. E no ano de 2016 se iniciou a operação da primeira turbina da usina, em caráter de testes, sendo inaugurada em 05 de maio²⁰. A usina não está totalmente em operação, mas das 24 Unidades Geradoras (UGs) e capacidade instalada de 11.233,1 megawatts (MW), foram concluídas 19 UGs em maio de 2019, totalizando 8.176,1 MW de potência instalada.

O sistema interligado da região Norte possui uma capacidade instalada de 11.215 MW, sendo 10.374 MW hidráulicas (92,5%) e 841 MW térmicas (7,5%), segundo o Banco de Informações de Geração da ANEEL (Brasil, MME/EPE, 2011, p. 107). A maior parte dos aproveitamentos hidráulicos está localizada no estado do Pará. Considerando-se também os sistemas isolados, a capacidade instalada é de 13.813 MW, sendo 10.731 MW hidráulicas (77,7%) e 2.972 MW térmicas (22,3%). Depois de Tucuruí (rio Tocantins) e Belo Monte (rio Xingu), construídas em períodos diversos da economia e política nacional e internacional, a discussão tem girado em torno da construção do Complexo de Usinas Hidrelétricas no rio Tapajós.

²⁰ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/dilma-inaugura-usina-hidreletrica-de-belo-monte>. **Dilma inaugura usina hidrelétrica de Belo Monte**. Acesso em: 08. jun. 2016.

PARTE II – O LOCAL/REGIONAL – O LUGAR DE COMEÇO DO MUNDO

E Karosakaybu fez, com seu poder de deus, surgir o paraíso no rio Tapajós. Adicionou um local especial com cachoeiras e corredeiras, palco sagrado para os cantos e danças das lindas mulheres Munduruku. Na vasta Mundurucânia, no alto Tapajós, habita o deus criador do mundo, Karosakaybu, segundo os Munduruku. (Relato etnográfico – Telma Monteiro, 2006)

A Amazônia desde sua colonização é pensada como espaço para exploração de recursos naturais (Becker, 1988; Loureiro, 2002; Porto-Gonçalves, 2017). Nesse modelo se aperfeiçoa a coalizão entre Estados nacionais e empresas transnacionais, que “descobriram”, dentre os vários recursos possíveis a serem explorados, o de grande interesse à economia de qualquer país e de importância vital a qualquer indivíduo: a energia, em especial oriunda de hidrelétricas. A região detém o maior sistema fluvial da Terra, com um quinto do total de água doce do mundo. Sua bacia se estende por mais de 6,9 milhões de km² (cerca de 5% da superfície terrestre do planeta), sendo que mais da metade se encontra dentro do Brasil (IBGE, sem data).

A maioria dos relatos e documentos transcritos à época sobre os rios dão conta que muitos eram nomeados conforme os habitantes de seu entorno. Assim, os tapajóses foram identificados ao rio Tapajós. A bacia do rio Tapajós possui 492.000 km² abrangendo os estados de Mato Grosso, Pará, Amazonas e uma pequena porção de Rondônia. É conhecida pela cor verde de suas águas e por praias de areia branca, paisagem destoante para a própria Amazônia.

O conceito de fronteira nas Relações Internacionais remete a fronteira entre Estados apenas. A intenção é entender como um conceito mais fluido, pois assim se estabelecem as relações na Amazônia. A fronteira tem assim uma característica móvel, multinível e com dinâmica regional própria. A proposta é feita por Bertha Becker (2009), que trabalha o conceito de fronteira na Amazônia desde a década de 1970.

De acordo com a autora em nível nacional/global, a Amazônia é uma fronteira na perspectiva de um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta, quando coexistem interesses ambientalistas legítimos e interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território. Em nível regional/local, estaria a incidência

dessas percepções e ações, somadas às demandas sociais, em uma dinâmica territorial de grande velocidade de transformação numa nova geografia Amazônica (Becker, 2009, p. 21).

Nesta parte é inserido o debate a partir do local, situando a economia na região, os empreendimentos hidrelétricos e mencionando os principais atores sociais locais que tiveram influência no resultado da campanha transnacional, sendo assim: Capítulo 4. A Amazônia, o Estado do Pará, o Tapajós; Capítulo 5. As Usinas Hidrelétricas no Tapajós; e Capítulo 6. Os atores sociais locais – Mobilizando o protesto.

4. A AMAZÔNIA, O ESTADO DO PARÁ, O TAPAJÓS

A Amazônia sempre despertou o imaginário de quem a quer desbravar ou explorar. A começar pelo nome que deriva de Amazonas, origem de uma lenda grega, quando havia uma tribo comandada por Hipólita, que não aceitava homens. Os espanhóis ao se depararem com mulheres guerreiras na América do Sul teriam atribuído o termo. A partir daí a Amazônia ganharia outras acunhas que fariam parte do modo de ver a região, como *El dorado*, que é uma antiga lenda indígena da época da colonização da América e atraiu muitos aventureiros europeus. A lenda falava de uma cidade que foi toda feita de ouro maciço e ouro puro; Hileia, nome dado por Humboldt, naturalista alemão, à grande floresta equatorial úmida que se estende dos Andes, pelo vale amazônico, até as Guianas; Inferno verde, por causa do calor proveniente da mata e os perigos que seus expedidores encontraram durante a exploração.

Mais recentemente as intenções de exploração da região passaram a enxergá-la como vazio demográfico ou terra sem homens, semelhante ao período militar, quando houve a justificativa de ocupação e proteção fronteiriça; celeiro do Mundo como uma terra extremamente fértil, onde tudo que se planta nasce; espaço neocolonial da economia global; almoxarifado do mundo, diante de seus infindáveis recursos; pulmão do mundo, apesar de na verdade serem as algas marinhas que fazem a maior parte desse trabalho.

O imaginário amazônico europeu e brasileiro mudou. As intenções socioeconômicas parecem a mesma. Para entender a região do Tapajós é preciso enxergá-la a partir de suas semelhanças e diferenças de toda a Amazônia e do Estado do Pará. Para abordar o local e sua relação com o internacional é preciso compreender as muitas localidades históricas, que embora não determinem, influenciam diferenciadas formas de ser a Amazônia, o Pará e o Tapajós.

4.1. Amazônia – De 1540 aos anos 2000

A Amazônia concentra uma biodiversidade que reúne quase um quarto de todas as espécies terrestres e de água doce conhecidas, incluindo cerca de 40.000 espécies de plantas diferentes, 3.000 de peixes, 1.300 de pássaros e 1.200 espécies de mamíferos, répteis e anfíbios (DA SILVA, 2005, p. 690). A floresta tropical amazônica, que ocupa a maior parte da bacia, é também a maior do mundo. A floresta abriga centenas de milhares de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas. Ocupando uma área total de 6.925.674 km², desde as nascentes do rio Amazonas nos Andes Peruanos até sua foz no Oceano Atlântico.

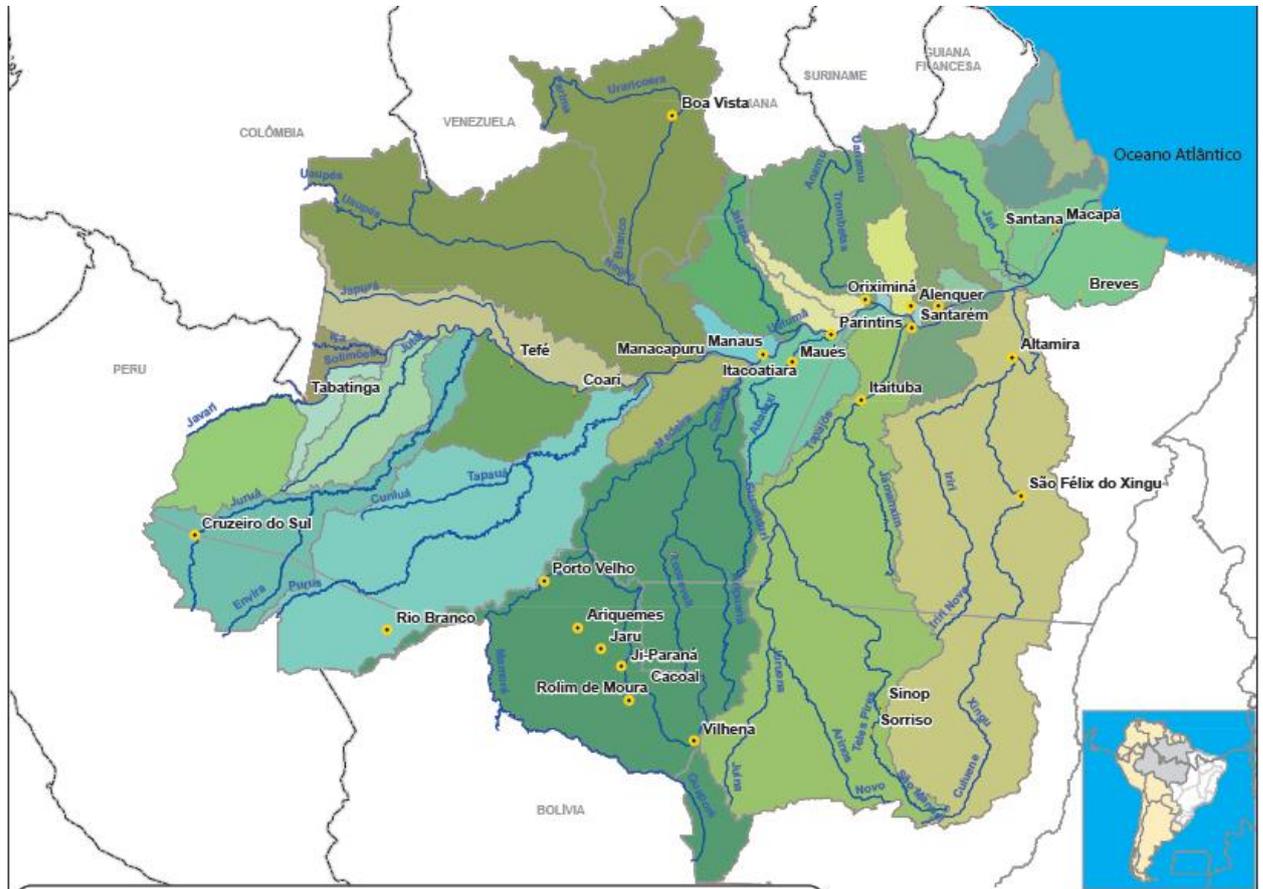
A Região Hidrográfica Amazônica tem no Brasil²¹ 63,88% do seu território (Brasil, MMA, 2006, p. 24) é constituída pela bacia hidrográfica do rio Amazonas situada no território nacional e, também, pelas bacias hidrográficas dos rios existentes na Ilha de Marajó, além das bacias hidrográficas dos rios situados no Estado do Amapá que desaguam no Atlântico Norte (MMA, 2013). Conforme o Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH 2005 (Brasil, MMA, 2006) são 10 (dez) sub-regiões hidrográficas na Bacia Amazônica: Amapá Litoral, Foz Amazonas, Madeira, Negro, Paru, Purus, Solimões, Tapajós, Trombetas e Xingu.

A Região Hidrográfica Amazônica ocupa 45% do território nacional, abrangendo sete Estados – Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso. Segundo a Agência Nacional de Águas (2015, p. 17) a população total da Região Hidrográfica Amazônica é de, aproximadamente, 9,7 milhões de habitantes, com 73% de seus habitantes vivendo em centros urbanos. A Agência Nacional de Águas por sua vez possui uma divisão mais atualizada

²¹ Conforme a Resolução N° 32, de 15 de outubro de 2013 do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos considera-se como região hidrográfica o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.

e específica, dividindo em a Bacia Hidrográfica Amazônica em 28 unidades, conforme mapa a seguir.

Mapa 1. Unidades Hidrográficas da Amazônia brasileira e principais cidades



Unidades Hidrográficas

Unidade Hidrográfica

ARAGUARI	INTERBAC MAD TAP	JAVARI	NEGRO	XINGU
CURUA	INTERBAC NEG UAT	JURUA	NHAMUNDA	Estados_RH_Amazonica
FOZ AMAZONAS	INTERBAC PUR MAD	JUTAI	OIAPOQUE	Principais Rios
ICA	INTERBAC XING TAP	LITORANEA AP	PARU	Principais cidades
INTERBAC JAV JUT	JAPURA	MADEIRA	PURUS	
INTERBAC JUR PUR	JARI	MARG ESQ AMAZ A	TAPAJOS	
INTERBAC JUT JUR	JATAPU	MARG ESQ AMAZ B	TROMBETAS	

Fonte: ANA, 2015, p. 17.

Várias são as divisões das mudanças estruturais ocorridas ao longo do processo histórico de séculos de exploração na Amazônia. Becker (2009, p. 23) apresenta interessante divisão em três grandes períodos para a compreensão da ocupação regional, dos quais é possível se acrescentar um anterior e outro posterior, ficando da seguinte forma: 1º período (1540-1616);

2º período (1616-1930); 3º Período (1930-1985); 4º período (1985-1996); 5º período (1996 – período atual).

O 1º período (1540-1616) corresponde ao primeiro contato espanhol com civilizações e culturas na região. A Amazônia depois de quase 50 (cinquenta) anos de assinado o Tratado de Tordesilhas (1494) passou a ser descoberta por portugueses e espanhóis. Primeiro, entre 1540 e 1541, com Francisco Orellana e Gonzalo Pizarro, que exploraram o rio Napo; e depois prosseguiu com alguns homens até ao vale do rio Amazonas, tendo sido o primeiro a percorrer integralmente o curso deste rio, desde os Andes ao Oceano Atlântico. Dominação e comércio que durariam até meados de 1616, quando se daria espaço para nova formação territorial.

O 2º período (1616-1930) se caracteriza pela apropriação do território pelos portugueses e delineamento do que seria a Amazônia. Em 1637 foi realizada a expedição do sertanista Pedro Teixeira, quando foi possível ao fazer o caminho contrário de Orellana e Pizarro ao sair de Cameté (Pará) a Quito (Vice-Reino do Peru) com o objetivo de conhecer melhor o Rio Amazonas. A iniciativa rompeu o Tratado de Tordesilhas na prática e terras então espanholas passaram a ser controladas por portugueses. A pendência geopolítica só foi resolvida pelo Tratado de Madri, em 1750. A viagem foi importante para os portugueses, pois estabeleceram missões jesuítas na região e passaram a coletar “drogas do sertão” (cacau, castanha-do-pará, guaraná, pau-cravo e urucum) utilizando mão de obra indígena e posteriormente realizada por colonos. Dessa forma, os portugueses ocuparam a Amazônia e impediram uma posterior invasão de holandeses, ingleses e franceses, que também já estavam preparados para ocupar o território.

O delineamento do que é hoje a Amazônia se fez somente entre 1850 e 1899, sob a preocupação imperial com a internacionalização da navegação do grande rio, e o “boom” da borracha (Becker, 2009, p. 24). A formação territorial seria completada entre 1899 e 1930, quando se destacou o papel da diplomacia nas relações internacionais (Machado, 1989), e do Exército no controle interno do território (Becker, 1995).

O 3º Período (1930-1985) é caracterizado pela aceleração do processo de ocupação, com forte presença de planejamento nacional, aparelhamento moderno do Estado brasileiro e acentuada intervenção econômica no território. Os governos mantiveram políticas semelhantes de exploração e ocupação, que foram sendo modificadas apenas pelo avanço da tecnologia ao longo dessas sete décadas e meia. A fase inicial do planejamento está compreendida entre os anos 1930-1966, que corresponde ao Estado Novo de Getúlio Vargas, considerada mais no

plano discursivo que ações concretas. A partir desse período, houve uma série de políticas voltadas para a região e slogans semelhantes, que apontam para uma região de vazio populacional, repleta de riqueza, mas de atraso socioeconômico: A “Marcha para Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (1944); Inserção na Constituição do Programa de Desenvolvimento para a Amazônia (1946); Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953); políticas de Juscelino Kubitschek como “Energia e Transporte” e “Cinquenta Anos em Cinco”, quando foram criadas rodovias de forte impacto na região como BR-153 – Belém-Brasília (1959) e a BR-364 Sudeste-Acre (1960), o que fez saltar também a população de 1 para 5 milhões entre as décadas de 1950 e 1966; substituindo o SPVEA foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966).

Durante esse período se diversificam e intensificam a exploração dos recursos naturais da Amazônia brasileira. Algo que será mantido até os tempos atuais. Até as décadas de 1950 e 1960, a ocupação e o uso do solo na Região Hidrográfica Amazônica pouco avançou além da faixa de terras ribeirinhas dos principais rios navegáveis. Esta situação, em quase nada se alterou com os ciclos de exploração econômica, que naquele período foram focados em atividades eminentemente extrativistas (COSTA, 1997; In: ESCADA e ALVES, 2001). Ainda vigorava um modelo de exploração que mantinha a árvore em pé aliado ao baixo impacto ambiental, comparado ao que viria nas décadas seguintes.

Entre 1966 e 1985, inicia-se um planejamento mais efetivo e detalhado para a região, caracterizada segundo Becker (2009, p. 26) em três níveis: a) nacional – solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura; e evitar focos revolucionários na região amazônica, tendo em vista o isolamento de políticas públicas e controle por parte do Estado brasileiro; b) continental – migração de países vizinhos; e evitar a redução da influência do Brasil ao anular a possibilidade de captura da Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico; c) internacional – impedir a proposta do Instituto Hudson de transformar a Amazônia em um grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos.

Ainda com o objetivo de acelerar a ocupação regional, foi criada a Zona Franca de Manaus (1967), um polo industrial rodeado de economia extrativista, com finalidades econômica e também de estratégia territorial. A partir da década de 1970 a Amazônia experimenta modelo de ocupação que dura atualmente. O Governo Federal que era formado por militares combina empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas. Muitos dos principais projetos de infraestrutura que hoje moldam a Amazônia foram iniciados

durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Estes incluem a rodovia Transamazônica e seus projetos de colonização, a Rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e seu Programa Polonoroeste, a rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá), a rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho) (Fearsinde, 2015c), e uma série de grandes barragens como Tucuruí, Balbina e Samuel.

Nos anos 1980, o uso e ocupação das bacias hidrográficas se direcionaram para a mineração, a agroindústria e a reforma agrária, sendo colocada a mineração como o centro do desenvolvimento regional. As empresas de mineração atuam na Amazônia há pouco mais de meio século (Pinto, 2012, p. 127). O início se deu em 1955 com a Icomi em parceria com a americana Bethlehem Steel na exploração de manganês na Serra do Navio, época que o Amapá ainda era território federal. A exploração mineral (ouro, prata, minério de ferro, cobre, bauxita, estanho, titânio, vanádio e caulim, entre outros) na Amazônia desde esse período tem se intensificado e atualmente existem um total de 53.974 zonas mineiras que cobrem uma área de 1.628.850 km², o que corresponde a 21% da superfície de toda a bacia. O Brasil possui aproximadamente 80% dessas áreas, e o Peru, com 11%, vem em segundo lugar (Porto-Gonçalves, 2017, p. 73-74).

O 4º período (1985-1996) é apontado por Becker (2009, p. 27) como início da fronteira socioambiental relacionado a dois principais acontecimentos: esgotamento do nacional desenvolvimentismo inaugurado na era Vargas com a intervenção do Estado na economia e no território, tendo o Calha Norte como último grande projeto na Amazônia; e o início de um movimento de resistência de populações locais (autóctones e imigrantes) à expropriação da terra com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros.

O período é marcado pela forte atuação de redes transnacionais que congregam ONGs, organizações religiosas, agências de desenvolvimento, partidos políticos e governos se comunicando em várias escalas geográficas que tentam resistir à exploração sem levar em conta a sociobiodiversidade. Essas redes estão em franca expansão na Amazônia e tem diversificado em muito sua atuação, partindo de uma perspectiva de baixo para cima, que busca atender os anseios de comunidades e povos que habitam a região. É preciso fazer a observação que os mesmos atores podem fazer parte de uma rede de ativismo transnacional, sendo que o que define são os objetivos e a ação e não os componentes da rede em si. Em outras palavras, os mesmos atores podem fazer parte de uma frente de cooperação ao mesmo tempo que estão engajados em movimentos de resistência.

Outra característica importante do período é a influência da preocupação global com os problemas socioambientais de atores como o G7 e Banco Mundial aliado à criação de

instituições brasileiras como Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal e a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal e programas como o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7).

O 5º período (1996 – período atual) é resultado dos objetivos pretendidos ainda na década de 1960 para a região amazônica, que segundo Becker (2009, p. 29-31) é marcado pelas seguintes transformações: a) Conexão da região ao resto do país, evitando assim seu isolamento geográfico; b) industrialização da economia; c) urbanização; d) mudança na estrutura da sociedade regional, marcada pela organização da sociedade civil; e) implantação de uma rede socioambiental que representa nova forma de apropriação do território por grupos sociais, áreas protegidas e experimentos conservacionistas. O período também será caracterizado pela intensificação de algumas atividades como: a) a reprodução do ciclo de exploração da madeira/expansão da pecuária/desflorestamento; b) as experiências sustentáveis do extrativismo florestal e pesqueiro tradicional melhorados; c) a agropecuária capitalizada.

Little (2013, p. 13) aponta duas grandes transformações modernas nos grandes projetos na Amazônia. A primeira é a atual onda de expansão da fronteira amazônica, onde as intervenções externas têm um grau de coordenação pan-amazônica, que antes não era evidente. A segunda é a magnitude dos impactos sociais e ambientais causados pelos megaprojetos, que tem sido de uma ordem qualitativamente superior das ondas anteriores de fronteiras em expansão, devido ao tamanho e abrangência geográfica dos projetos, ao número de projetos que estão sendo construídas simultaneamente e à enorme quantidade de capital injetado neles. Essas transformações são incorporadas pelos países e adotadas em nível subnacional, conforme será observado a seguir.

4.2. Pará 2030

A formação territorial da Amazônia brasileira possui o maior alvo dos rearranjos político-administrativos empreendidos, ou tão somente propostos, desde a Independência (Marques, 2006, p. 630). Em sua fase inicial do território existia uma única província conhecida como Grão-Pará, que posteriormente se desdobraria em Província do Amazonas (1850), a instalação do Território do Acre (1902), Amapá, Guaporé (atual Rondônia) e Rio Branco (atual Roraima), todos em 1943; e por fim a criação do Estado de Tocantins, em 1988.

A divisão fez do Pará o segundo maior em dimensão territorial, com seus 1.247.955,238 km² de extensão e até 2018 população estimada em 8.513.497 pessoas²². O tamanho territorial

²² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Área Territorial Oficial - Consulta por Unidade da Federação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html?>. Acesso em 10 jan. 2019.

impõe desafios administrativos que fizeram do Estado por meio do Decreto Estadual n. 1.066, de 19 de junho de 2008 estabelecer uma divisão com o objetivo de definir 12 (doze) regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente. Dessa forma definir espaços que possam se integrar para serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais, conforme figura a seguir.

Figura 3. Regiões de Integração do Estado do Pará



Fonte: http://www.navegapara.pa.gov.br/sites/default/files/banner_0.png

Cada região de interação possui suas peculiaridades sociais, históricas e culturais, mas em geral as características econômicas são pensadas no potencial diferenciado em exploração de seus recursos hidroenergéticos, minerais e agrícolas. O Pará é o segundo maior na composição da área total da Bacia Amazônica²³ com aproximadamente 1.290.445 km². É uma região de fronteira entre o Estado do Amazonas que possui área verde mais intacta e o avanço

²³ Segundo as bases do PNRH 2005 quanto a participação das Unidades da Federação na composição da área total da Bacia Amazônica, tem-se: 1º. Amazonas (35,07%); 2º. Pará (27,86%); 3º. Mato Grosso (20,17%); 4º. Rondônia (5,30%); 5º. Roraima (5,01%); 6º. Acre (3,41%); 7º. Amapá (3,19%).

da agricultura monocultora (soja e milho principalmente) e a pecuária, sendo o estado brasileiro maior exportador de gado vivo²⁴.

É antiga a preocupação em conhecer o verdadeiro espaço e recursos do Estado do Pará. Lauro Sodré, governador do Pará à época, inaugurou o serviço de exploração no Estado e incumbiu o professor e explorador francês Henri Anatole Coudreaux de realizar diversas missões científicas a partir de 1895 nos rios Tapajós, Xingu, Tocantins, Araguaia, Itaboca, Itacaiuna, Nhamundá e Trombetas. O pesquisador tratou de analisar ao máximo aspectos climáticos, geográficos, históricos, econômicos, políticos e até mesmo hidrológicos de cada rio que passava durante suas pesquisas.

As gestões estaduais até os dias atuais não diferiram do interesse dos exploradores europeus e posteriormente do governo federal em enxergar o Estado como um espaço de exploração de seus recursos naturais. O modelo atual ganha traços de modernidades: o Pará 2030. Oficialmente lançado pelo governador do Estado à época Simão Jatene, durante cerimônia realizada no dia 29 de maio de 2016 no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia²⁵, contendo 17 (dezessete) medidas de ações para investimento e incentivos em 12 (doze) cadeias produtivas prioritárias. Tais investimentos são apostas feitas pelo governo para dinamizar, a médio e longo prazo, a economia e melhorar os indicadores socioeconômicos das regiões paraenses.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará em uma clássica organização administrativa possui como missão: **1. Uma economia dinâmica**, alavancando riquezas singulares de minerais, solos, floresta e biodiversidade através de processos produtivos eficientes e de agregação de valor; **2. Ancorada em práticas sustentáveis**, sendo reconhecida pela sociedade como pioneira na implantação de políticas públicas de produção sustentável e exportando soluções inovadoras para o mundo; **3. Que gere riqueza para a população paraense**, proporcionando igualdade de oportunidades e crescimento econômico acelerado distribuídos por todo o território paraense.

Os resultados esperados são: **1. Geração de riqueza**, meta aspiracional do governo: igualar PIB per capita do País em 2030; **2. Geração de renda**, criação de 3 milhões de novos empregos no Estado, com aumento de 85% de massa salarial; **3. Sustentabilidade**, até 80% de

²⁴ O Pará representa praticamente metade da receita de vendas de bovinos vivos do Brasil para o exterior. No acumulado de 2018, até agosto, o Pará comercializou o equivalente a US\$171,77 milhões em bovinos vivos. Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/exportacao-de-bovinos-vivos-por-estado/>. Acesso em 09 set. 2018.

²⁵ **Governo do Pará lança oficialmente o programa “Pará 2030”**. 30 jun. 2016. Disponível em <http://www.sea.pa.gov.br/noticia/governo-do-par%C3%A1-lan%C3%A7a-oficialmente-o-programa-%E2%80%9Cpar%C3%A1-2030%E2%80%9D>. Acesso em 15 out. 2018.

redução das emissões de gases de efeito estufa por unidade de PIB; **4. Integração do Estado**, projetos prioritários realizados e qualidade de 100% da malha viária avaliada como boa ou regular; **5. Inovação**, desenvolvimento de um modelo holístico de exploração sustentável de recursos da biodiversidade, contemplando o fomento a protocolos comunitários, a geração e gestão do conhecimento e atração de investimentos.

Os pilares levaram em consideração a “vocação do Estado do Pará”, com destaque para os setores como agronegócio, agricultura familiar, pesca e aquicultura, atividade florestal, biodiversidade, mineração, serviços ambientais, logística, energia, turismo e gastronomia. Desde 2016 estão em prática 1.400 a es específicas envolvendo as secretarias e órgãos do Estado, percebidos como decisivos para o propósito de elevar a renda per capita (PIB) do Estado em 5,3%, a cada ano, até 2030.

Todas essas atividades são inimagináveis sem o investimento na infraestrutura energética do Estado. Porém, a exploração mineral é de todas a mais eletrointensiva e por isso o Planejamento Estratégico prevê o “acesso à energia a preços competitivos” que segundo as próprias “Iniciativas do Pará 2030” significa promover soluções que resultem em oferta de energia a preços mais competitivos para extração mineral do Estado.

Figura 4. Iniciativas para alavancar a verticaliza o mineral no Estado do Pará



Fonte: Programa Pará 2030

Se o termo é tão caro a academia, que está sempre discutindo o que é desenvolvimento sustentável, para os grupos que se encontram privados de suas terras a certeza é que a sustentabilidade não comporta minorias. O mesmo ocorre com o objetivo de garantir “acesso à energia a preços competitivos”, que não dimensiona os impactos socioambientais de grandes empreendimentos energéticos, principalmente hidrelétricas.

A região amazônica está conectada ao internacional desde seu descobrimento pelos europeus e sempre manteve uma relação de conflito com os povos da região. Esse fato histórico tem um impacto teórico significativo para as Relações Internacionais e merece tanto destaque que possui sessão específica mais adiante. O que importa aqui é historiar a exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra em uma importante fatia da Amazônia: a região de integração e da bacia do Tapajós.

4.3. Muito anterior ao país Mundurukânia, muito posterior ao Estado do Tapajós: antes de 1540, para além de 2030

A área do Tapajós remete a vários interesses e perspectivas que precisam ficar claros para entender a dinâmica que envolve a região e o nome empregado. Para a presente pesquisa, abordadas ao longo do trabalho, Tapajós remete às seguintes dimensões: a) Proposta de Unidade Federativa: 722.358 km²; b) Região de Integração do Governo do Estado do Pará: 189,61 km²; c) Bacia Hidrográfica: 493.986 km².

O Estado do Tapajós como proposta de unidade federativa, se hoje fosse um país seria o 39º maior do mundo em tamanho territorial, na frente de países como Afeganistão, França, Espanha ou Equador. Chamá-lo de Estado ou país atribuído ao título não é um sonho ufanista. Desde a história colonial até a República mais recente existiu e existe o reconhecimento ou desejo de fazê-lo um Estado independente.

Por sua vez, o subtítulo “antes de 1542, para além de 2030” é uma provocação decolonial para afirmar que a região sempre existiu, sempre existirá, independente de projetos políticos ou econômicos. O rompimento com o discurso colonialista que será tratado mais adiante para observar a rede de ativismo transnacional é também necessário para abordar a história do Tapajós. Estudos arqueológicos e antropológicos recentes apontam uma região de muita atividade e fluxo de seres humanos muito antes da chegada dos europeus, que remete e completa elos perdidos da chegada do homem na América, como as pinturas rupestres na cidade de Monte Alegre (PA). Embora não seja foco da pesquisa a análise de tudo aquilo que se convencionou como região do Tapajós faz necessário abordar os aspectos sociais, culturais,

antropológicos e históricos com o intuito de mais a frente compreender as dinâmicas entre Estado, movimentos sociais e povos da região.

A vontade da criação do Estado do Tapajós possui aspirações antigas. Logo após a elevação da Comarca do Rio Negro à categoria de Província do Amazonas, em 1850, inicia-se a discussão de criação de outra unidade provincial situada entre esta e a porção remanescente da Província do Grão-Pará, englobando as Comarcas de Parintins, Óbidos e Santarém, esta última seria a capital (Dutra, 1999, p. 25).

Conforme apontado por Marques (2006, p. 632) embora algumas tentativas de pauta por parte de políticos da região, ao longo das décadas o assunto foi aos poucos ganhando maior aceitação por parte dos segmentos sociais locais. A partir década de 1980 que a vontade separatista assume aspectos contemporâneos, adquirindo caráter de movimentos social e político organizados, tendo como grande marco dessa transição o surgimento do Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós. Ainda no mesmo período, os debates por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte foram uma oportunidade para a afirmação do movimento separatista com a proposta encaminhada pelos Deputados Federais Gabriel Guerreiro, Paulo Roberto Matos e Benedicto Monteiro, sendo arquivada na Comissão de Sistematização da Constituinte.

Depois de outras tentativas, em 1999, foi apresentada pelo senador de Roraima Mozarildo Cavalcanti do então partido da Frente Liberal (PFL) a proposta para criação do Estado do Tapajós (Cavalcanti, 1999), com o desmembramento da região do Oeste do Estado, o que corresponderia a 57% do território atual, abrangendo 25 municípios: Alenquer, Almerim, Altamira, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Curuá, Juruti, Medicilândia, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Trairão, Terra Santa, Uruará e Vitória do Xingu.

A distância histórica do centro de decisão, situada em Belém, desde o tempo da província do Grão Pará, alimentaram nos políticos da região do Tapajós um sentimento de emancipação. Em 2011 finalmente ocorreu o Plebiscito²⁶ tanto para criação do Estado do Tapajós, como para o Estado do Carajás. Na capital do estado, Belém, o “não” para a criação do estado de Tapajós chegou a 93,88% dos votos. Já na possível capital do novo estado, Santarém, o apoio à divisão do Pará foi maciço. Em Santarém, 97,78% dos eleitores que compareceram às urnas votou a favor da criação de Carajás e 98,63% a favor da criação de

²⁶ **Após votação, revolta e luto marcam regiões separatistas do Pará.** Último Segundo – iG. 12 dez. 2011. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/pa/apos-votacao-revolta-e-luto-marcam-regioes-separatistas-do-para/n1597406575004.html>>. Acesso em 03 ago. 2016.

Tapajós²⁷. A derrota nas urnas da criação dos dois Estados acentuou o sentimento de abandono e insatisfação.

A regionalização por parte da administração do Estado do Pará foi e é uma forma de conter esse sentimento de abandono e não pertencimento que algumas regiões possuem em relação ao centro administrativo que é Belém, quando o Estado passa a pensar políticas públicas específicas a partir de dados da região:

Quadro 1. Informações da Região de Integração do Tapajós

1. Habitantes	244.492 (3% da população do Estado do Pará)
2. Área	189,61 km ² (terceira maior região; 15% do território paraense)
3. Produto Interno Bruto	R\$ 1,5 bilhão (1,6% do PIB paraense)
4. Empregos formais	17.154 (1,5% do total do Pará)
5. Extração mineral	Destaca-se na extração de ouro com Itaituba respondendo por 60% da produção estadual; e extração de calcário principal insumo da indústria de cimento em Itaituba.
6. Produção agrícola	4 ^a na produção de banana (13%; 2 ^a no cultivo de arroz (13%)
7. Produção bovina	5 ^a produção com 7% do rebanho estadual.
8. Atividade madeireira	6% da extração de madeira entre as regiões de integração
9. Taxa de analfabetismo	7 ^a região com a maior taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais do Pará, com 15%.
10. Ranking de pobreza	8 ^a no Pará, com 39,7%.
11. Taxa de mortalidade infantil	1 ^a maior com 18,59%.

Fonte: Autoria própria a partir do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Tapajós

A região do Tapajós repete dados de outros estados da Amazônia brasileira, onde a riqueza econômica não traduz em melhorias sociais. Incluindo visões distintas, de descobrimento e a decolonial, de ocupação branca e não branca da região do Tapajós serão abordadas as seguintes fases históricas, algumas coincidentes, outras próprias, se comparadas a outras ocupações da Amazônia: a) Antes da Mundurukânia b) Mundurukania c) Drogas do Sertão (séculos XVII e XVIII); d) 1º Ciclo da Borracha (1850 a 1910); e) 2º Ciclo da Borracha (1928-1945); d) Garimpo; e) Grandes obras de infraestrutura, que será mais detidamente explicada por ser também causar impactos socioambientais na região. Poderiam ser estabelecidas outras interessantes divisões. Para a proposta da pesquisa esta pareceu a mais adequada para a perspectiva que reúne economia, política e impactos socioambientais. Os vários ciclos de ocupação na Amazônia que acompanham ciclos econômicos, conforme

²⁷ 'Sim' vence em cidades que seriam capitais de Tapajós e Carajás. Em Santarém, que seria capital do Tapajós, 97,78% queriam a divisão. Em Marabá, que seria sede de Carajás, 93% eram a favor da separação. 11 dez. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/capitais-de-tapajos-e-carajas-votaram-pela-divisao-do-estado.html>>. Acesso em 03 ago. 2016.

apresentados, ampliou a diversidade étnica que já existia com as várias comunidades indígenas já presentes.

4.3.1. Muito Antes da Mundurukânia

A ocupação humana na região do Baixo Tapajós se iniciou por volta de 10.200 AP²⁸ na Caverna Pedra Pintada, no município de Monte Alegre, e por volta de 7.000 AP no Sambaqui Taperinha, nos arredores de Santarém, e 2.800 AP no Sambaqui Parauá, localizada a 100 km ao Sul de Santarém (Alves, 2012). A caverna da Pedra Pintada era habitada por grupos de coletores, que viviam da subsistência, coletavam frutos e pescavam animais aquáticos (Rooselvet et al., 1996).

O povo sambaqui foi descrito por Rodrigues (1880), como os antigos indígenas simples e ceramistas que habitaram o litoral brasileiro, mas também a região amazônica, principalmente, no baixo Tapajós e Xingu. Segundo Silveira e Schan (2005) os sambaquis são dos períodos de transgressão e regressão marinha durante o Holoceno, e abrigaram povos que viviam de uma dieta baseada em peixes, crustáceos, moluscos, mamíferos aquáticos e coleta de frutos terrestres, sendo os sambaquis do baixo Tapajós com atividade ceramista menor que aos sambaquis litorâneos.

De acordo com Alves (2012) a região do baixo Tapajós abrigou alguns sambaquis, inclusive na cidade de Santarém, possuindo vestígios no bairro Aldeia e na área do Porto. Seriam tais agrupamentos a darem origem aos povos indígenas atuais da região do baixo Tapajós, como os Tapajó e os Munduruku.

4.3.2. Mundurukânia

O rio Tapajós é formado pela junção dos rios Teles Pires e Juruena, na divisa dos estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará. Inicialmente, seu trecho conforma a divisa dos municípios de Maués (AM) e Jacareacanga (PA), até a divisa entre as TIs Munduruku e Sai Cinza. A partir desse ponto, o rio Tapajós segue por nove municípios no estado do Pará, onde deságua no rio Amazonas (em frente à cidade de Santarém – PA), percorrendo uma extensão total de 810,5 km. A altitude do rio varia de cerca de 800 m, nas nascentes dos seus formadores, até cerca de

²⁸ O termo “AP”, em Arqueologia, significa “Antes do Presente”. Adota-se o ano de 1950 como marcador por conta dos testes atômicos realizados durante a 2ª Guerra Mundial que desequilibraram a concentração química de alguns isótopos na atmosfera. Logo, é só subtrair 1950 do AP para chegar-se à referência do ano de nascimento de Cristo. No ano citado da ocupação humana no Baixo Tapajós tem-se: $1.950 - 10.200 = - 8.250$, ou seja, 8.250 a.C (antes de Cristo).

7 m, junto à foz. A geologia da bacia do rio Tapajós é representada por unidades litoestratigráficas com idades que variam desde o Paleoproterozoico até o Cenozoico (Ecology Brasil e Grupo de Estudos Tapajós, 2014).

Mundurukânia ou Mundrucânia era o nome dado até o século XIX à grande região do Vale do Tapajós, correspondendo a uma área, que segundo o padre Manuel Aires de Casal no primeiro livro editado no Brasil em 1817, “Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil” apresentava a seguinte configuração: “Confina ao sul com a Juruena, tem ao norte o Rio Amazonas, ao poente a da Madeira, e ao nascente o Tapajós. Seu comprimento norte-sul é de noventa léguas na parte oriental, e a largura média de sessenta, com uma área de quarenta e quatro milhas quadradas.” (CASAL, 1817, p. 323). Impressionou o padre a dimensão e ocupação do território ao ponto de chamá-lo de país, muito provavelmente significando como território geograficamente delimitado e habitado por uma coletividade com história própria.

Os registros históricos, que abordem de forma integrada os povos da região do Tapajós, são raros e em geral coincidem com a história da Amazônia, Pará ou Santarém, cidade de maior densidade populacional. Três trabalhos antigos ganham destaque: “Rio Tapajós” de João Barbosa Rodrigues em 1875, “Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas” de Carlos Frederico Hartt em 1885, “Os Sertões do rio Tapajós” de Raymundo Pereira Brazil em 1910. Hartt em seu trabalho cita que a margem esquerda do Tapajós, próximo à Itaituba, poderia ser habitada pelos Munduruku e que os Tapajó poderiam ser uma divisão deles.

Segundo Ramos (2003) os primeiros registros sobre o contato dos Munduruku com os colonizadores datam da segunda metade do século XVIII, quando o vigário José Monteiro de Noronha referenciou os “Maturucu” na região do rio Maués, no atual estado do Amazonas, na antiga Capitania do Rio Negro. Era um povo guerreiro, realizavam diversas expedições entre os rios Madeira e Tocantins, e exibiam como troféus as cabeças dos seus inimigos, que eram mumificadas, pois acreditavam ter poderes mágicos. A região do Tapajós foi conhecida como Mundurukânia, devido ao domínio bélico e cultural dos Munduruku, principalmente, no século XVIII.

Hemming (2003) relata que acordos de paz feito com os portugueses, ainda no século XVIII, diminuíram os conflitos na região e os Munduruku foram utilizados na coleta de drogas do sertão como cacau, cumaru, pimenta etc. O ciclo da borracha entre o final do século XIX e início do século XX, assim como as missões católicas contribuíram para o aumento da população não indígena, e conseqüentemente o enfraquecimento do povo Munduruku.

Atualmente, os Munduruku sofrem com o constante avanço da fronteira agrícola e a atividade de garimpo em suas terras.

As fazendas da região e as ocupações portuguesas estabelecidas em Santarém, Óbidos e Oriximiná fizeram surgir comunidades quilombolas que antes lutavam pela liberdade física e hoje lutam pela titulação de suas terras tradicionalmente ocupadas. Boa vista, localizada no município de Oriximiná (PA), foi a primeira comunidade quilombola brasileira que recebeu o título coletivo de suas terras em 1995 diante à exploração de bauxita no Rio Trombetas pela Mineração Rio do Norte.

4.3.3. Drogas do Sertão - Séculos XVII e XVIII

As drogas do sertão referem-se às plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais nativas do solo brasileiro comercializados com a Europa a partir do século XVII e XVIII. A historiografia brasileira e brasilianista trata esse período como “Ciclo das drogas do sertão” e o relaciona diretamente à fase pombalina e de incentivos fiscais da Metrópole, (Cardoso, 2015, p. 121-122).

Os estudiosos apontam que o primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal (1750-1777), introduzira medidas administrativas visando a regeneração da economia de Portugal, as quais envolviam o aproveitamento dos recursos vegetais do Brasil, sua principal colônia, para comercialização com a Europa, que reconhecia esses produtos exóticos como “novas especiarias”, em alusão às drogas asiáticas, bem como na aclimatação de gêneros diferentes pela suposta fertilidade do solo amazônico, também encontradas na região nordeste.

Para comercializar, controlar e fomentar as especiarias brasileiras, o Marques de Pombal fundou duas Companhias de Navegação: a Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba. A exploração ficava sob responsabilidade dos sertanistas, que inicialmente buscavam obter lucro com a caça aos índios para vendê-los como escravos.

Nessa busca, os sertanistas tomaram conhecimento dos produtos da floresta, como: cacau, baunilha, canela, cravo e resinas aromáticas (aproveitadas na indústria de perfumes europeia) e tentaram utilizar os indígenas para extraí-las, mas estes se embrenhavam pela mata e os colonos iniciaram uma luta violenta, provocando a intervenção de padres jesuítas contrários à escravização indígena.

O Reino português percebendo a promissora comercialização das riquezas vegetais, e a insuficiência de mão de obra africana para exploração das riquezas vegetais e a interferência religiosa nos negócios da Coroa, estabeleceu maior controle laico sobre o trabalho indígena com a criação do Diretório dos Índios (1757-1798).

Segundo Roller (2013, p.203), há poucas informações acerca do trabalho dos indígenas no sistema de coletas das “drogas do sertão”, mas há registros que logo ao baixar o nível dos rios os indígenas eram recrutados em 50 aldeias e levados por cabos e oficiais do governo nas canoas para as áreas remotas da florestas amazônica procurando por cacau, salsaparrilha, castanhas ou ovos de tartaruga, enfrentando todo tipo de dificuldade – epidemias, ataques de povos indígenas, fome, motins ou a perda da canoa da aldeia e sua carga, dentre outras. Ao retornarem, podiam encontrar suas famílias reduzidas à profunda pobreza ou doença, suas esposas tomadas por outros homens ou suas plantações abandonadas e devoradas por pestes.

Além da exploração nas florestas particulares passaram a cultivar o cacau, produto muito apreciado pelos europeus, ao longo do “corredor de cacau” entre Santarém e Óbidos, cidades do oeste do Pará, e “ao final do século XVIII, o Brasil classificava-se em segundo lugar entre os exportadores de cacau do Novo Mundo, quase todo ele derivado da Amazônia” (ROLLER, 2013, p. 208).

4.3.4. 1º Ciclo da Borracha – 1850 a 1910

Em seu artigo sobre a Amazônia, a professora Violeta R. Loureiro (2002, p. 107) menciona que os cronistas no passado se referiram à região como “um lugar com bom estoque de índios” – potenciais escravos, útil economicamente à Metrópole na época com a produção das “drogas do sertão” e depois à Federação, como produtora e exportadora de borracha, dando continuidade a vocação extrativista da região. A exploração da borracha ficou marcada por dois ciclos:

O 1º Ciclo ocorreu no período de 1850 a 1910 e a extração do látex teve por objetivo atender ao mercado internacional, em função da crescente indústria automobilística que utilizava o látex para fabricação pneumática. Inicialmente, a mão-de-obra empregada na exploração era da região amazônica, mas tornou-se insuficiente diante da necessidade de adentrar a floresta. A solução encontrada para cobrir a insuficiência de trabalhadores da região amazônica foi atrair a mão-de-obra excedente nordestina diante da crise da produção açucareira e como “consequência cerca de 300 mil pessoas migram para a Amazônia Legal entre os anos de 1870 a 1912 para explorar a borracha”.

Entretanto, em 1857 o inglês Henry Alexander Wickhan exportou ilegalmente 70 mil sementes de seringueira, enviando para o Jardim Botânico de Londres e posterior implantação de lavoura sistemática na Ásia, diferente do Brasil que praticava o extrativismo, e por volta de 1914 os asiáticos eram os maiores produtores de borracha do mundo e a produção brasileira entrou em crise (Ramos, 2014, p. 3).

4.3.5. 2º Ciclo da Borracha – 1928 a 1945

O 2º Ciclo adveio entre 1928 a 1945 e a principal demanda surgiu da Segunda Guerra Mundial. As tropas brasileiras além de participarem em campos de batalha na Europa, também atuaram na região amazônica com grande contingente de homens – os soldados da borracha, que trabalharam na extração de látex para produção de várias utilidades empregadas para o êxito das tropas, como pneus de carro, mangueiras automotivas, calçados, botes infláveis, material isolante.

A produção de borracha brasileira retomou o crescimento em virtude do Japão ter se adiantado e tomado a Malásia, maior produtora de borracha e deixado a Inglaterra e os aliados sem a matéria prima. A exportação da borracha destinou-se à indústria dos Estados Unidos para fabricação das utilidades de guerra. Após o término da Segunda Guerra Mundial, os “soldados da borracha” foram abandonados e o trabalho que seria por tempo determinado tornou-se vitalício, sem auxílio do governo brasileiro, muitos morreram pelas adversidades encontradas na floresta, outros adquiriram doenças transmitidas por mosquitos, principalmente, a malária (Pereira, 2014, p. 214).

A produção da borracha foi substituída por matérias sintéticas e plásticos, que dominaram o mercado, apesar de o látex ainda ter grande aceitação na indústria e a Ásia ser responsável por 90% da produção mundial. O Brasil passou a importador da borracha natural e em 2014 produziu 35% da sua demanda interna. Em 2018, nova crise no setor levou produtores paulistas a tomarem “medidas mais radicais como a extração de árvores para substituir a cultura. Uma propriedade em Pitangueiras eliminou 19 mil seringueiras. Outra, em Colômbia, próxima à divisa com Minas, extraiu 80 mil árvores”²⁹. As seringueiras estão sendo substituídas por cana e soja por conta da crise.

4.3.6. Garimpo

A exploração mineral na Amazônia ocorre desde o século XVI. A exploração do ouro na região do Tapajós se intensificou a partir do final da década de 1970, muito influenciada pela crise do dólar. No início de 1990, havia 245 garimpos na região empregando diretamente 30.000 pessoas e produzindo 35 toneladas de ouro por ano, a um valor aproximadamente de US\$ 400 milhões/ano (Bezerra *et. al.*, 1998, p. 05).

²⁹ BRASILAGRO. Crise na borracha leva a demissões e corte de arvores no interior de São Paulo. Informativo de Opinião, edição do dia 11.06.2018. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/crise-na-borracha-leva-a-demissoes-e-corte-de-arvores-no-interior-de-sp.html>. Acesso em 04.05.2017.

O processo de ocupação da Região de Integração (RI) do Tapajós teve início com colonização portuguesa no Rio Tapajós a partir de os séculos XVIII - no município de Aveiro e XIX – em Itaituba, inicialmente com a extração e comércio das “drogas do sertão”, missões religiosas e borracha. Posteriormente, a RI do Tapajós se destacou pela exploração de ouro e a partir de 1958 nova transformação ocorreu na região com a descoberta de inúmeras jazidas auríferas nos municípios de Itaituba, Novo Progresso e Jacareacanga. Barp e Araújo (2016, p. 03) apontam que a participação de diversos atores sociais alterou a forma de organização de trabalho conforme evolução da atividade e a influência de elementos externos, principalmente decorrentes das oscilações do preço do ouro no mercado internacional. A atividade do garimpo tem transformado a realidade social da região, corroborada pela Portaria Ministerial nº 882, de 27/07/1983, criando a Reserva Garimpeira do Tapajós, o que representou “um grande marco na política de gestão territorial na região” (BARP e ARAUJO NETO, 2016, p.3), impactando principalmente a cidade de Itaituba, que se tornou um entreposto comercial de insumos da atividade garimpeira, o que contribuiu com o aumento da população da cidade, de 40.000 para 100.000 habitantes entre os anos de 1983 a 1984..

A regulamentação para permissão legal da atividade garimpeira em 1990 contribuiu para que a RI do Tapajós se tornasse a maior produtora de ouro do Brasil. Apesar disso a atividade é irregular, dependente do mercado internacional, mas no início da década de 2000 a atividade garimpeira foi reaquecida em consequência do aumento do preço do ouro no mercado internacional. Dados levantados por Schuber e Moraes (2015) apontam que atualmente a região reúne em torno de 2 mil pontos de garimpo, em sua maioria irregulares, empregando quase 50 mil homens e com a utilização de equipamentos pesados, que permite a continuidade da exploração de ouro, acessando os depósitos mais profundos.

A atividade garimpeira trouxe vários problemas sociais como a prostituição, exploração sexual infanto juvenil, contaminação por mercúrio, impactos ambientais e conflitos violentos para os indígenas. Diante o quadro, os Munduruku tem se organizado³⁰ na busca de informações sobre outros povos impactados pela extração ilegal do ouro e alianças com atores dispostos a enfrentar o problema em terras indígenas.

³⁰ **Em audiência pública com participação do MPF, os Munduruku discutem extração ilegal de ouro no médio Tapajós (PA).** Cerca de 300 indígenas estiveram reunidos nos dias 22 e 23 (2018) com pesquisadores e autoridades, debatendo o problema, que é uma das maiores ameaças ambientais da região. Procuradoria da República no Pará. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/em-audiencia-publica-com-participacao-do-mpf-munduruku-discutem-extracao-ilegal-de-ouro-no-medio-tapajos-pa>. Acesso em: 15 dez. 2018.

5. AS USINAS HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS

Durante a pesquisa registrada na obra “Viagem ao Tapajós: 28 de julho de 1895 – 7 de janeiro de 1896” de Henri Condreaux (1897) dentre vários aspectos da geografia local o que muito impressionou o explorador francês foi a quantidade de cachoeiras em toda a bacia do Tapajós. John Dennis Cadman³¹ relata que Condreaux tinha uma técnica própria de calcular as cotas dos rios que consistia em ferver a água e conforme a temperatura calculava a cota. Cadman entende que esse método funcionaria em lugares de altitude, como os Andes, mas em nível do mar o experimento não tem muita precisão. Embora o método não tivesse rigor científico fica claro o registro de que é antigo o interesse hidrológico na bacia do Tapajós, que acompanha o mesmo interesse de hidrelétricas na Amazônia, especialmente no Estado do Pará.

Estudos científicos mais apurados das quedas d’água e do potencial energético na bacia do Tapajós começaram concomitantemente com os estudos na bacia do Xingu, registrado oficialmente em 1975 por meio de uma consultoria especializada da empresa pública Eletrobras. Em 1977, começaram os estudos para o aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu, tendo a Eletronorte contratado a firma Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), do grupo empresarial Camargo Corrêa, para pesquisar e indicar o local exato da futura hidrelétrica. John Dennis Cadman, então funcionário da Eletronorte, tornou-se o responsável por fiscalizar o contrato com o consórcio, apresentando estudos também da bacia do Tapajós.

Atualmente existem muitas informações desconhecidas sobre o número de usinas na bacia e no complexo Tapajós. O planejamento do governo contribui para não entender a precisão a partir do momento que faz divisões diferenciadas ou inclui/retira alguma usina hidrelétrica. Outro fator é aonde reunir os aproveitamentos hidrelétricos planejados. O Plano Nacional de Recursos Hídricos (MMA, 2006), por exemplo identifica 10 sub-regiões hidrográficas na Região Hidrográfica Amazônica, dentre elas o Tapajós. Então se reunir todas as barragens imaginadas na sub-bacia obviamente maior serão o número de hidrelétricas. Mas se separadas por complexos hidrelétricos, conforme pensado nos planos decenais, essa quantidade é reduzida.

Serão apresentados os principais planejamentos e utilizados os dados de planos decenais, informações dos órgãos governamentais e especialistas que reuniram tais

³¹ Fonte: Folha de São Paulo. Entrevista realizada à folha de São Paulo, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mh9zo8sHXKg>. Acesso em: 06 jan. 2017, “A Batalha de Belo Monte: John Dennis Cadman”, o engenheiro afirma “Eu já tinha feito um estudo antes para Eletrobrás sobre o potencial do rio Xingú e do rio Tapajós. O grande problema que tivemos nesses estudos, isso antes de 1972, foi saber as quedas [sic]. Ninguém tinha dados confiáveis de cotas. A gente tinha uma ideia da bacia de drenagem, das vazões, mas a queda era uma incógnita”.

informações. E com mais detalhes serão exploradas as informações sobre o Projeto da UHE São Luiz do Tapajós, que tramitou desde a origem nos órgãos burocráticos energéticos até o arquivamento no IBAMA.

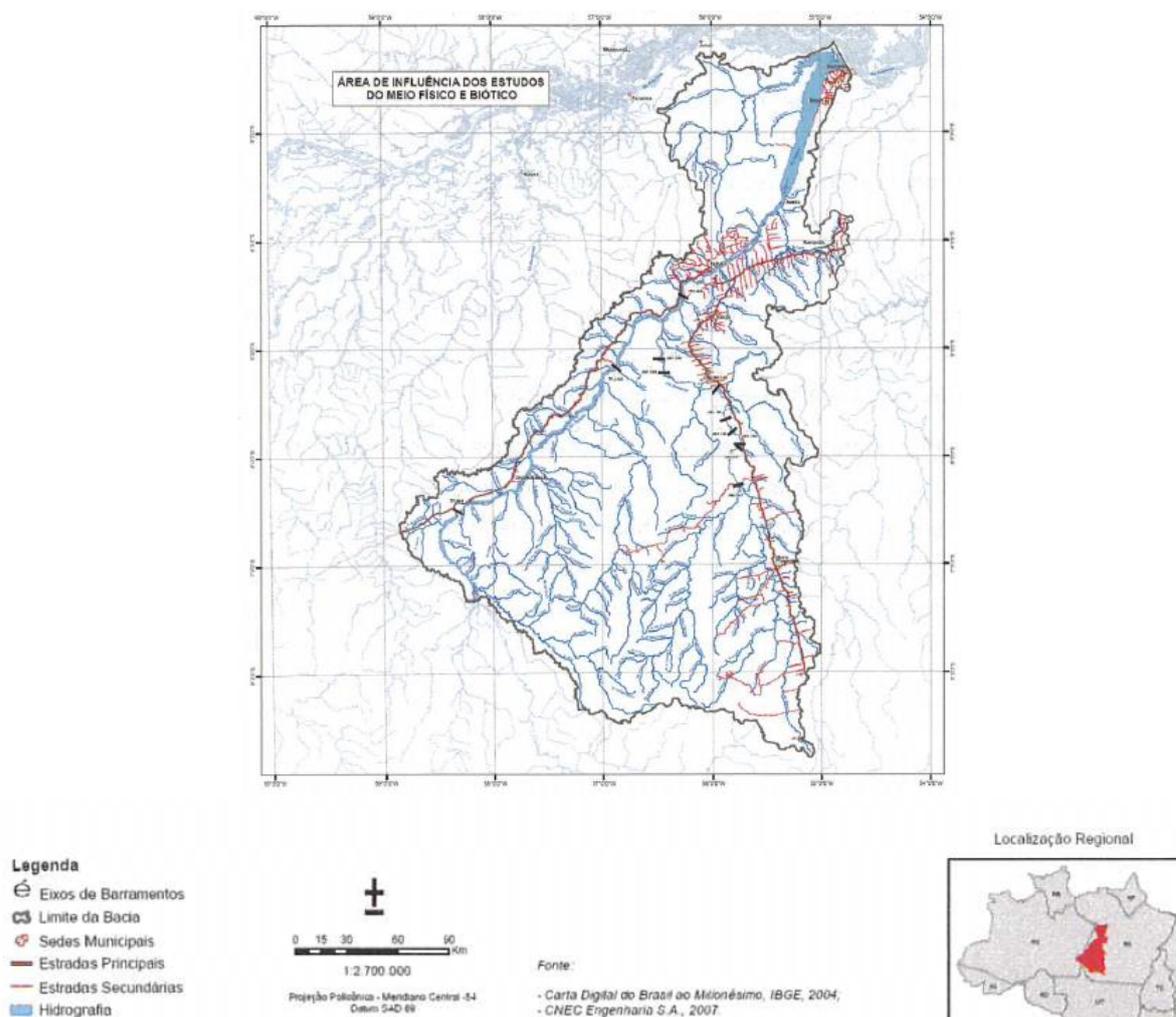
5.1. As Usinas Hidrelétricas da Bacia do Tapajós

As usinas hidrelétricas na Bacia do Tapajós em termos de planejamento aparecem pela primeira vez no PDEE 2008-2017. Ali era lançado o novo subsistema denominado Tapajós (TP) com a previsão à época de conectar a partir de 2015 ao subsistema Sudeste/Centro Oeste com as seguintes hidrelétricas: a) No rio Teles Pires (Mato Grosso e Pará) - São Manoel (746 MW), Foz do Apiacás (275 MW), Sinop (461 MW), Colíder (342 MW) e Teles Pires (1.820 MW); b) No rio Tapajós (Pará): São Luiz do Tapajós (6.042 MW). No plano decenal seguinte (PDEE 2019) o subsistema seria chamado de Teles Pires/Tapajós e incluiria as usinas nos rios: a) Teles Pires – Colíder (300 MW), São Manoel (746 MW), Sinop (461 MW) e Teles Pires (1.820 MW); b) Jamanxim – Jardim de Ouro (227 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW), Jamanxim (881 MW) e Cachoeira do Caí (802 MW); c) Tapajós: São Luiz do Tapajós (6.133 MW) e Jatobá (2.336).

A Bacia Hidrográfica Tapajós segundo a Agência Nacional de Águas (2015, p. 17) possui uma área de 493.986 km² (tamanho territorial maior que a Suécia que possui 449.964 km²), 49 sedes municipais, população total 1.248.144, sendo 922.564 de população urbana e 325.580 de população rural; e porções dos Estados Amazonas, Pará e Mato Grosso, formada pelos rios Teles Pires e Juruena. A bacia se configura no contexto do planejamento hidroenergético e da navegação fluvial, como uma bacia hidrográfica estratégica para o desenvolvimento regional, devido às suas características físicas e geográficas (ANA, 2015, p. 19).

O Termo de Referência (Ecology Brasil e Grupo de Estudos do Tapajós, 2014) estabeleceu a delimitação da área de estudo na bacia do rio Tapajós, compreendendo o trecho a jusante da confluência de seus tributários formadores, os rios Teles Pires e Juruena, nos limites entre o estado do Mato Grosso e do Pará, abrangendo parte do território do Amazonas na sua porção oeste no município de Maués, e atravessando o estado do Pará até sua foz no Amazonas, no município de Santarém, conforme mapa a seguir.

Mapa 2. Área de Influência dos estudos do meio físico e biótico da Bacia do rio Tapajós



Fonte: Estudos de Inventário Hidrelétrico dos Rio Tapajós e Jamanxim – Maio, 2008

O estudo da Avaliação Ambiental Integrada (Ecology Brasil Grupo de Estudos Tapajós, 2014) identificou na bacia hidrográfica do rio Tapajós 20 unidades de conservação existentes, dentre as quais apenas a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo não tem seus limites dentro da área em estudo, mas foi inserida uma vez que sua zona de amortecimento abarca terras dentro da bacia do rio Tapajós.

Destas, 15 são de uso sustentável e 5 são de proteção integral. Ainda segundo o estudo as áreas protegidas na bacia hidrográficas do rio Tapajós, assim denominadas as Unidades de Conservação, as Terras Indígenas e a área militar Campo de Prova Brigadeiro Velloso, perfazem um total de 65,7% da área estudada.

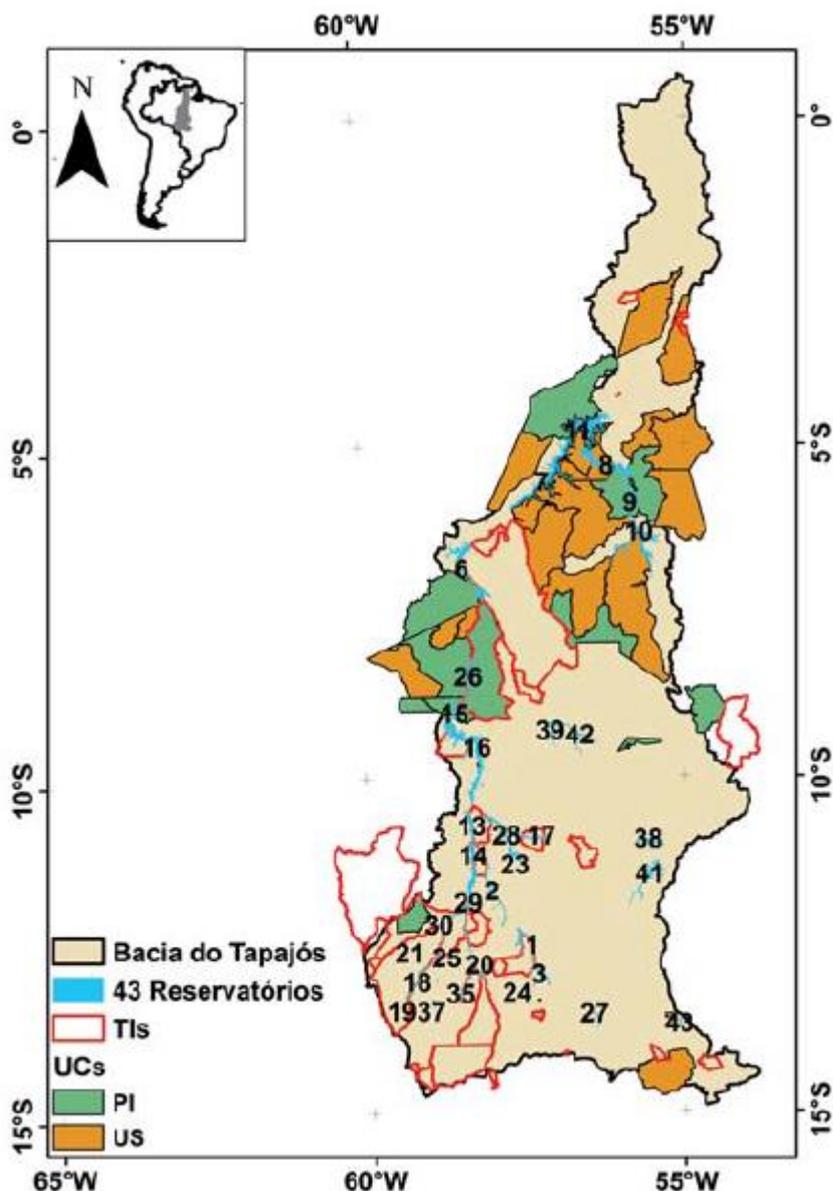
Segundo a Agência Nacional de Águas (2015, p. 25) a maioria dos aproveitamentos hidrelétricos planejados para a Região Hidrográfica Amazônica estão previstos para serem

implementados na bacia hidrográfica do Rio Tapajós, totalizando mais de 17.500 MW de potencial hidrelétrico a serem aproveitados nos Rios Tapajós, Apiacás, Teles Pires, Jamanxim e Juruena.

O Plano Decenal de Energia Elétrica 2019 (MME, 2010) previu o aproveitamento de mais de 26.500 MW na bacia do Rio Tapajós para a instalação de várias PCHs e mais de 30 UHEs. O planejamento inicial, no entanto, conforme dados reunidos por Fearsinde (2015), era para a construção de 43 barragens com potência superior a 30 MW na bacia do Tapajós, sendo dez consideradas prioritárias pelo Ministério das Minas e Energia (MME).

As Barragens grandes (> 30 MW) planejadas para a bacia do Tapajós seriam: 1. Roncador, 2. Kabiara, 3. Parecis, 4. Cachoeirão, 5. Juruena, 6. Chacorão, 7. Jatobá, 8. Cachoeira do Caí, 9. Cachoeira dos Patos, 10. Jardim de Ouro, 11. São Luiz do Tapajós, 12. Jamanxim, 13. Tucumã, 14. Erikpatsá, 15. Salto Augusto Baixo, 16. Escondido, 17. Apiaká-Kayabi, 18. Jacaré, 19. Pocilga, 20. Foz do Sacre, 21. Foz do Formiga Baixo, 22. Salto Utiariti, 23. Castanheira, 24. Paiaguá, 25. Nambiquara, 26. São Simão Alto, 27. Barra do Claro, 28. Travessão dos Índios, 29. Fontanilhas, 30. Enawenê Nawê, 31. Foz do Buriti, 32. Matrinxã, 33. Tapires, 34. Tirecatina, 35. Água Quente, 36. Buriti, 37. Jesuíta, 38. Colíder, 39. Foz do Apiacás, 40. São Manoel, 41. Sinop, 42. Teles Pires, 43. Magessi. A seguir o mapa com cada barragem planejada com a seguinte legenda: TI = Terra indígena; UC = Unidade de conservação; PI = Proteção integral; US = Uso sustentável.

Mapa 3. Barragens inicialmente previstas na Bacia do Tapajós



Fonte: Fearsinde, 2015, p. 87

A conclusão prevista para essas barragens seria no ano de 2022 e não será cumprida diante os vários imbróglis e a retirada de alguns desses aproveitamentos hidrelétricos. Os planos decenais não trazem mapas e informações considerando toda a bacia e como dito anteriormente a cada plano decenal pode ocorrer mudanças. Dessas 43 barragens planejadas na Bacia do Tapajós, dez constam no PDE 2013-2022: duas no Rio Tapajós (São Luiz do Tapajós e Jatobá), cinco na bacia do Teles Pires (Colíder, São Manoel, Sinop, Teles Pires e Magessi) e três na Bacia do Juruena (Castanhera, Salto Augusto Baixo e São Simão Alto).

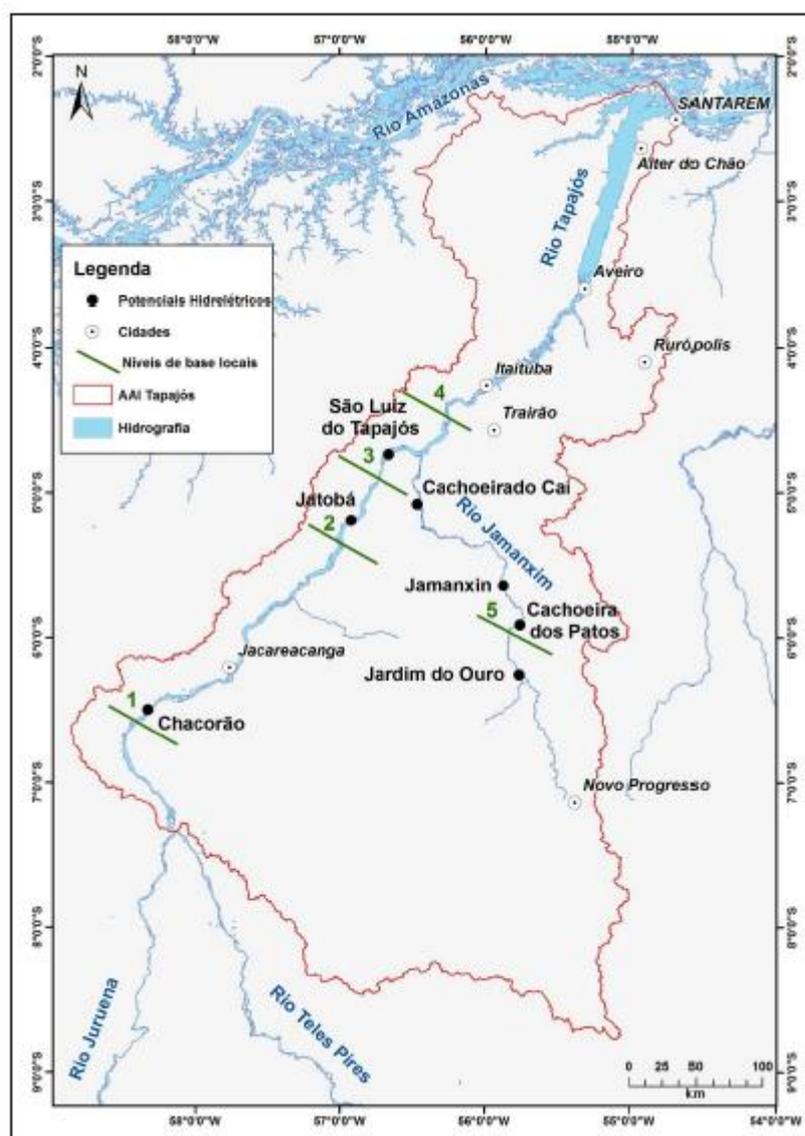
5.2. O Complexo Hidrelétrico Tapajós

O Estado brasileiro planeja/executa de forma integrada pensando o subsistema Tapajós/Teles Pires, que é composta por dois complexos. O Complexo Teles Pires no rio de mesmo nome, situado no estados de Mato Grosso e Pará, composto por 6 usinas: UHE São Manoel (700 MW), UHE Teles Pires (1820 MW), Usina Hidrelétrica de Colíder (300 MW, em construção), UHE Sinop (401 MW, em construção), UHE Magessi (53 MW, planejada) e UHE Foz do Apiacás, no rio Apiacás, principal afluente do rio Teles Pires (275 MW, planejada); e o Complexo Tapajós.

Afirmar o que faz parte do Complexo Hidrelétrico Tapajós (CHT) assim como das hidrelétricas em toda bacia do Tapajós é sempre um dado desatualizado. Não é raro encontrar pesquisa afirmando cinco, seis ou sete hidrelétricas, pois depende da publicação dos Planos Decenais de Expansão de Energia (PDEs), editados a cada ano, o que varia os dados das usinas e quais estão no planejamento. Em 2008 A UHE São Luiz do Tapajós aparece no de PDE 2017. A partir de 2010 com o PDE 2019 aparecem seis hidrelétricas no CHT, além da UHE Chacorão (de 3336 MW) no rio Tapajós. Em 2011 no PDE 2020 Chacorão e UHE Jardim de Ouro desaparecem. Em 2012, a partir do PDE 2021 somente a UHE São Luiz do Tapajós e a UHE Jatobá permanecem nos planos, logo a ANEEL coloca como prioridade, ganhado avanços quanto às pesquisas socioambientais.

A pesquisa considera como complexo do Tapajós aquilo que o Estado demonstra desde o início como intenções de construir, o que não ocorre apenas pelos PDEs, mas por outros documentos e encontros entre a burocracia energética brasileira. Também os impactos que são causados nos povos, pois o próprio projeto já modifica a dinâmica da região como foi possível observar em pesquisa de campo quando moradores de Pimental e São Luiz do Tapajós demonstravam certa valorização imobiliária por conta dos projetos do governo, o que é reforçado quando há deslocamento de pesquisadores do consórcio contratado. O número de hidrelétricas para aquilo que se chama Complexo do Tapajós seriam sete, portanto: Chacorão, São Luiz do Tapajós e Jatobá (no rio Tapajós) e Jamanxin, Cachoeira do Caí, Cachoeira dos Patos e Jardim do Ouro (as três no rio Jamanxin, tributário do Tapajós).

Mapa 4. Potenciais hidrelétricos previstos e principais níveis de base locais na área de estudo



Fonte: Ecology Brasil e Grupo de Estudos Tapajós, 2014.

A seguir alguns dados das principais características de cada usina que faz parte do complexo.

Quadro 2. Principais características das usinas conforme *Greenpeace*

Usina Hidrelétrica	Rio	Potência Instalada (MW)
Chacorão	Tapajós	3.336
Jatobá		2.338
São Luiz do Tapajós		8.040
Cachoeira do Cai	Jamanxim	802
Jamanxim		881
Cachoeira dos Patos		5.283
Jardim do Ouro		227

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do levantamento de dados do PDE 2019 (MME, 2010)

Muito tem se ventilado pela própria ANEEL que a próxima tentativa seria a usina hidrelétrica de Jatobá. O “Diálogo Tapajós”, por exemplo, quando esteve presente nas comunidades do rio Tapajós levava informação da construção das UHEs Jatobá e São Luiz do Tapajós, mas apenas esta última avançou até ser arquivada pelo IBAMA. O aproveitamento hidrelétrico de São Luiz do Tapajós receberá tratamento mais específico não por ser a maior usina, mas por ser a primeira onde avançaram os estudos. Em geral, o consórcio pensa em uma usina hidrelétrica maior para depois pensar outras de médio e pequeno porte no próprio rio. Sob o prisma econômico os motivos parecem ser vários, desde o momento econômico favorável, a demanda industrial de energia ou a racionalização de gastos ao pensar de forma integrada as bacias com potencial hidroenergético. Sob o prisma dos movimentos sociais pode se tratar de estratégias para no futuro ficarem com “dos males o menor”, ou seja, convencer que o primeiro empreendimento causava mais danos e agora o Estado falseia a abertura para o diálogo, concordando em reduzir o tamanho das barragens. O que é perceptível que o número de empreendimentos hidroenergéticos acaba sendo um desafio para povos impactados, que precisam se organizar para conseguirem exercer algum poder de influência, seja cancelando os empreendimentos, seja garantindo mitigação de impactos.

5.3. Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós

São Luiz do Tapajós é o maior aproveitamento hidrelétrico (AHE) projetado para o médio curso do rio Tapajós, localizado 330 km acima da foz no rio Amazonas, distante 65 km da zona urbana da cidade de Itaituba, estado do Pará. O empreendimento segundo o que consta nos documentos do EIA (CNEC, 2014) e AII (Ecology Brasil e Grupo de Estudos Tapajós, 2014) tem como objetivo primordial ampliar a oferta de energia elétrica para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil.

O planejamento configurado no Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 subsidiou avaliação ambiental e proposição de ações e programas de controle, mitigação, compensação e monitoramento do EIA elaborado pela CNEC *WorleyParsons*. Todas as informações referentes à AHE São Luiz do Tapajós estão oficialmente embasadas nestes dois documentos e é a partir deles que a rede de ativismo transnacional passou a mirar elaborando suas estratégias.

Os Estudos de Viabilidade da UHE São Luiz do Tapajós segundo a CNEC (2014, vol. 01, p. 15) seguiu as diretrizes do Manual de Instruções para Estudos de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos (Eletrobras/DNAEE, 1997). O objetivo final foi a consecução de um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para apresentação à ANEEL, que

mostrou de forma precisa e apropriada, a melhor alternativa para explorar o potencial hidrelétrico existente nesse trecho do rio Tapajós.

Mapa 6. Arranjo geral da barragem e das obras do AHE São Luiz do Tapajós



Fonte: CNEC, 2014.

Após a alternativa selecionada nos Estudos de Viabilidade Técnico-Ambiental, que tramitou no Comitê Técnico de Engenharia - CTE, apresentado a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica pela CNEC os estudos energéticos realizados para o AHE São Luiz do Tapajós concluíram por 8.040 MW de potência instalada total (CNEC, 2014, vol. 01, p. 12), em duas casas de força, sendo: casa de Força Principal com 7.740 MW de potência instalada, proveniente de 36 unidades de 215 MW, com turbinas do tipo Kaplan de eixo vertical; e casa de Força Complementar, que atenderia ao Trecho de Vazão Reduzida – TVR, com 300 MW de potência instalada, com 2 unidades hidrogeradoras, com turbinas também do tipo Kaplan de eixo vertical, e potência nominal unitária de 150 MW.

Ainda segundo a CNEC a energia firme prevista nessa alternativa totaliza 4.012 MW médios, considerando ambas as casas de força. O nível no reservatório, que opera sem deplecionamento³², foi mantido na cota 50,00 m, acumulando um volume total da ordem de $7.766 \times 10^6 \text{ m}^3$ e ocupando uma área de 729 km². Dessa área, cerca de 353 km correspondem à calha natural do rio, resultando uma área efetivamente inundada de 376 km².

Pelo que pode ser observado do Mapa 03, visita de campo e o EIA (CNEC, 2014) o local do empreendimento abrangeria a área pertencente aos municípios de Itaituba e Trairão, sendo que o eixo do barramento e posiciona-se próximo à Vila Pimental, localizada na margem direita do rio Tapajós, e a Casa de Força Principal fica distante cerca de 8 km a montante da localidade de São Luiz do Tapajós. A barragem principal situa-se a montante da Cachoeira de São Luiz do Tapajós e o acesso ao local do empreendimento, pela margem direita, é realizado por estradas não pavimentadas que ligam Itaituba, distante cerca de 65 km, às vilas de São Luiz do Tapajós e Pimental. A pesquisa de campo que realizei foram feitas nas áreas indiretamente afetadas como os municípios de Itaituba (PA), Santarém (PA) e Rurópolis (PA); e diretamente afetadas, ocorreram os principais encontros entre povos do médio Tapajós e membros da rede de ativismo transnacional, que foram Montanha e Mangabal, Sawré Muybu, Pimental e São Luiz do Tapajós.

5.3.1. O polêmico conceito de Usina Plataforma

A região Norte é caracterizada por baixa ou nenhuma ação antrópica e abriga a maior floresta pluvial do mundo, nesse sentido, um novo conceito de hidrelétrica despontava com o intuito de minimizar os efeitos da implantação desse tipo de empreendimento numa região de sensibilidade ambiental (Cepel, 2016). Surgia o conceito de usina-plataforma, inspirado nas plataformas *offshore*, visando minimizar e limitar, o máximo possível, os impactos socioambientais ao local de implantação da usina (Zimmermann, 2007; IEA, 2012). Tecnicamente,

A usina-plataforma consiste em uma metodologia para planejar, projetar, construir e operar um aproveitamento hidrelétrico ou um conjunto de aproveitamentos hidrelétricos situados em espaços territoriais legalmente protegidos, ou aptos a receberem proteção formal e em áreas com baixa ou nenhuma ação antrópica, de modo que sua implantação se constitua em um vetor de conservação ambiental permanente (MME, 2013).

³² Deplecionar significa reduzir; diminuir; minimizar. Para a linguagem da engenharia de reservatório ou de barragens o termo é utilizado para relacionar o nível de água do reservatório.

O modelo usina-plataforma foi prometido na implantação da UHE São Luiz do Tapajós. Apesar de ser divulgado, pelo governo, como um modelo menos prejudicial ao meio ambiente em relação ao antigo modelo de implantação das unidades hidrelétricas brasileiras, a usina-plataforma causará semelhantes prejuízos e irreversíveis à comunidade, principalmente, aos indígenas, que perderão suas terras, além de prejuízo às atividades de pesca e agricultura.

O conceito de “Usina-Plataforma” é baseado nas plataformas de petróleo e tem como objetivo a realização das menores intervenções possíveis nas etapas de construção e operação das hidrelétricas sobre o meio ambiente, no caso a floresta amazônica. O modelo foi criticado com certa ironia pela rede de ativismo transnacional e questionado pela comunidade de pesquisadores, que vislumbraram no modelo mais uma estratégia de convencer que usinas hidrelétricas causam poucos impactos ambientais.

A promessa da UHE de Belo Monte, por exemplo, era o pouco alagamento, daí o conceito de usina hidrelétrica “fio d’água”. E a UHE São Luiz do Tapajós inauguraria o modelo “plataforma”, pois não basta alagar pouco se o desmatamento do em torno ainda é grande. É muito difícil imaginar o custo de operação de deslocamento de trabalhadores em helicópteros e ainda pensar que 13.000 operários no canteiro de obras não causarão impacto socioambiental algum. É preciso considerar um conjunto de consequências negativas que advém da articulação entre os barramentos e outros projetos de infraestrutura previstos ou em andamento, como hidrovias, portos e rodovias (Alarcon *et. al.*, 2016, p. 43).

5.3.2. Municípios Impactados

O reservatório inundaria zonas rurais dos municípios de Itaituba e Trairão, considerados diretamente afetados por estarem à montante do barramento. Segundo o MPF (2016) ainda são incertos os impactos sobre os municípios à jusante, Santarém, Belterra, Aveiro e Rurópolis, considerados indiretamente afetados.

5.3.3. Terras indígenas impactadas

Afetaria de maneira indireta o povo indígena Sateré-Mawé, da Terra Indígena Andirá-Marau. O impacto mais grave é a inundação de 8% da área da Terra Indígena Sawré Muybu³³ (Daje Kapap E’Ipi) (MPF, 2016), o que resultará na remoção compulsória das três aldeias Munduruku visitadas na pesquisa de campo, que são Sawré Muybu, Dace Watpu, Karo Muybu.

³³ Sawré Muybu é o nome pelo qual a área em disputa ficou conhecida pelos não-indígenas. Refere, pois, a TI em processo de demarcação. Daje Kapap Eypi é o nome dado pelos Munduruku para todo o território tradicional, que ultrapassa a área da TI em muitos sentidos (Molina, 2017, p. 03)

Existem locais sagrados como “Travessia dos Porcos” e “Garganta do Diabo”, que são conhecidas inclusive pelos ribeirinhos; além disso, caso as usinas sejam construídas, há o risco de inundação também em áreas com solo de terra preta (*katon*, em Munduruku), onde os indígenas fazem suas roças e garantem seus alimentos.

A Fundação Nacional do Índio (BRASIL, FUNAI, 2014) elencou um rol de quatorze impactos negativos às populações indígenas existentes na área de influência do empreendimento, sendo seis deles irreversíveis, mesmo que implementadas as mais eficazes medidas compensatórias ou mitigatórias: 1) geração de expectativas quanto ao futuro da população indígena e da região; 2) aumento do fluxo migratório para a cidade, interferindo nas TIs Praia do Mangue, Praia do índio, Sawré Apompu (km 43) e Sawré Juybu (São Luiz do Tapajós); 3) necessidade de remanejamento da TI Daje kapap E’Ipi; 4) aumento das transformações em diferentes esferas da vida: social, política, econômica e cosmológica; 5) possibilidade de aumento da incidência de doenças nas áreas indígenas; 6) alteração de referências culturais do patrimônio histórico, cultural e paisagístico; 7) alteração no deslocamento fluvial nos igarapés, rios Jamanxim e Tapajós; 8) alteração dos locais de caça; 9) alteração dos locais de coleta de produtos vegetais; 10) alteração das espécies de pescado; 11) aumento na pressão de extração sobre os recursos naturais; 12) perda de áreas de cultura; 13) alteração de locais para a pesca; e 14) perda de recursos alimentares.

5.3.4. Comunidades tradicionais impactadas

As três comunidades diretamente mais afetadas seriam São Luiz do Tapajós; Pimental e São Francisco; e Montanha e Mangabal. O reconhecimento de ribeirinhos e beiradeiros como comunidade tradicional é algo que permeia muito a disputa por terras e o preconceito de pensar que o tradicional é apenas aquilo que remete a séculos de existência. Poucos critérios técnicos e correta interpretação de normas internacionais colocam comunidades que não são indígenas como legitimamente tradicionais. No rio Tapajós não é diferente.

Das comunidades impactadas apenas Montanha e Mangabal foram reconhecidas como “povos tradicionais” em 2006 por decisão da Justiça Federal, fruto de ação movida pelo Ministério Público, e, em 2013, foi criado o Projeto de Assentamento Agroextrativista de Montanha e Mangabal, pelo Incra³⁴. As comunidades de Pimental e São Francisco estão

³⁴ Ribeirinhos de Montanha e Mangabal: Comunidade se uniu a indígenas e, juntos, promovem a autodemarcação do seu território, enfrentando madeireiros, garimpeiros, grileiros e palmiteiros. **Repórter Brasil**. 27 jan. 2018. Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/ribeirinhos-de-montanha-e-mangabal/>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

localizadas às margens do Rio Tapajós, no município de Trairão (PA), e existem há mais de cem anos.

Outras comunidades afetadas indiretamente seriam Pinel, Mamãe-Anã, Penedo, Curuçá, Vila Rayol, mas este número pode ser maior considerando a precariedade dos estudos de impacto à jusante.

5.3.5. Impactos sociais

Segundo os dados da pesquisa Opinião Pública (DATAFOLHA, 2013), divulgados na Folha de São Paulo On line (LEITE, 2013), em Altamira a população que era de quase 100 mil pessoas no Censo de 2010, saltou para pelo menos 140 mil no Censo de 2013. Os dados revelam a insatisfação das pessoas pesquisadas em Altamira quanto às políticas públicas no município. Tendo em vista que a construção da UHE Belo Monte se iniciou em junho de 2011 os impactos sociais começaram a aparecer em dois anos de construção do empreendimento. Não houve melhoria em nenhuma das políticas públicas prometidas e o custo de vida aumentou. Ainda segundo o estudo que durou dez meses no ano de 2013, Altamira está longe de ser a cidade com os piores índices, pois em relação aos outros municípios afetados pela UHE Belo Monte, apresenta melhor infraestrutura, com a presença maior de instituições públicas.

A infraestrutura do empreendimento sempre tem chegado antes da infraestrutura urbana, que além dos problemas socioambientais diretos da usina precisa suportar os problemas indiretos nas cidades que ficam próximas à usina. A velocidade para a construção dos empreendimentos não é acompanhada pela velocidade de políticas públicas necessárias para mitigação de impactos.

5.3.6. Migração para cidades e deslocamento forçado da população

A construção da UHE Belo Monte é um exemplo do impacto que pode causar um empreendimento de grande porte em cidades com pouca infraestrutura. Altamira (PA) antes, durante e depois da usina passou e vem passando por transformações e dados sociais alarmantes. O mesmo poderia ocorrer em cidades próximas aos empreendimentos hidrelétricos como Itaituba, Jacareacanga e Trairão. Não é difícil imaginar que aglomerados urbanos seriam expandidos e municípios criados como ocorreu com a expansão do cultivo da soja, quando nasceram Belterra e Mojuí dos Campos, antes distritos da cidade de Santarém (PA), hoje municípios independentes.

5.3.7. Perda da biodiversidade terrestre e aquática

O risco de impactos do desmatamento sobre a biodiversidade seria em grandes proporções. Segundo Barreto et. al. (2014, p. 160) quase 690 milhões de indivíduos seriam atingidos pelo alagamento e desmatamento indireto considerando apenas as árvores com tronco a partir de 10 centímetros de diâmetro, os primatas e as aves. Desse total, seriam aproximadamente 662 milhões de árvores, 23,6 milhões de aves e 768 mil primatas. Aproximadamente 72% destes seriam afetados pelo desmatamento indireto.

5.3.8. Emissão dos gases de efeito estufa

Os estudos Fearnside (2015a) apontam que represas hidrelétricas construídas em áreas tropicais, como a Amazônia brasileira, emitem gás carbônico (CO₂) pela decomposição das árvores acima da lâmina d'água, que são deixadas em pé na hora de encher os reservatórios, e libera metano (CH₄) por decomposição sob condições anaeróbicas no fundo do reservatório.

O metano é liberado através de vários caminhos, inclusive por bolhas e difusão pela superfície, e no transcurso da água pelas turbinas e vertedouros. A vegetação herbácea, de fácil decomposição, cresce rapidamente na zona de deplecionamento. Quando o nível d'água sobe, a biomassa se decompõe no fundo do reservatório, produzindo metano.

5.3.9. Redução de estoques pesqueiros

O rio Tapajós é conhecido pela quantidade de peixes endêmicos na região. O consumo de peixe na região não é algo cultural apenas dos indígenas, mas faz parte da culinária paraense. É a base alimentar de muitas populações ribeirinhas que não tem acesso a outro tipo de proteína. São várias as espécies como tambaqui, jaraqui, matrichã, pirarucu, tucunaré, além da famosa farinha de piracuí, feita geralmente do acari. A sequência de UHEs a serem construídas na bacia do rio Tapajós pode afetar profundamente a conexão dos movimentos migratórios nos diferentes trechos e poderá causar o desaparecimento de espécies migradoras nos trechos isolados (Barthem *et. al.*, 2016).

No levantamento de ictiofauna realizado pelo ICMBio em 2011, em 27 pontos de coleta nos trechos do rio Tapajós que seriam afetados pela construção dos empreendimentos hidrelétricos previstos, foram obtidas amostras de peixes pertencentes a nove ordens, 40 famílias e 205 espécies, sendo 20 não descritas (Britzke e Senhorini, 2011).

5.3.10. Desmatamento, erosão dos solos e concentração de mercúrio

A crítica que os cientistas fazem aos Estudos de Impacto Ambiental é a imprecisão quanto a área a ser desmatada. Inouye et al. (2014) apresentaram resultados de uma análise de dinâmica espacial envolvendo as frentes de infraestrutura para a região. O estudo considerou cenário no qual se projeta sobre a região a mesma pressão de desmatamento verificada nos arredores do sítio de obras do complexo hidrelétrico de Belo Monte. Segundo os autores o impacto poderia dobrar a área desmatada na região até o ano de 2030, considerando a projeção da cena de Belo Monte.

Usinas hidrelétricas podem causar, além do desmatamento e da perda de biodiversidade, a erosão dos solos. Segundo Coelho (2008), a erosão marginal é acelerada após a implantação de uma UHE, fruto do desequilíbrio na bacia hidrográfica. Os projetos hidrelétricos amazônicos têm um problema singular relacionado à erosão dos solos, os processos erosivos na Amazônia aumentam os níveis de concentração de mercúrio (Hg) na água, conseqüentemente a contaminação de peixes e humanos (Lacerda e Malm, 2008). Os solos amazônicos são enriquecidos naturalmente por Hg, com a erosão, parte deles vai para os rios, e o Hg que estava naquele compartimento se dissolve e contamina as águas (Lacerda e Malm, 2008).

A implantação de uma UHE na Amazônia se torna mais perigosa, devido ao Hg, que tem o solo como as suas principais fontes na região (Lacerda e Malm, 2008). O mercúrio provoca bioacumulação e biomagnificação trófica nos seres vivos (Akito et al.,2014), causando a doença de Minamata, a qual é caracterizada por severos danos ao sistema nervoso de mamíferos, que tem na sua dieta alimentar, o peixe (Akito et al.,2014). Na região amazônica, já há indígenas e não indígenas que apresentam a doença devido o uso do metal na extração aurífera, e com a implantação das UHE's os números de pessoas acometidas pela doença pode aumentar substancialmente.

6. ATORES SOCIAIS LOCAIS – MOBILIZANDO O PROTESTO

A impressão da frequência da atuação de movimentos locais contra empreendimentos foi modificada recentemente com um conjunto de pesquisas de McAdam et al. (2010) e McAdam e Boudet (2012). Ambos estudos apontam que há uma tendência na literatura especializada de apenas examinar casos em que a mobilização chegou a ocorrer, o que leva a pensar que movimentos sociais são comuns.

McAdam e Boudet (2012) ao estudarem vinte comunidades afetadas por obras energéticas nos Estados Unidos e verificar a frequência de mobilização e conflito, encontraram mobilizações intensas contra as obras em apenas dois casos. Na metade dos casos não havia mobilização nenhuma, e em vários casos ocorreram mobilizações a favor das obras. Em pesquisa vinculada, McAdam et al. (2010) levaram o estudo para fora dos países ricos, analisando onze gasodutos em dezesseis países. Encontraram tendências semelhantes.

O Brasil possui situação similar, embora algumas grandes obras tenham sido alvos de mobilizações intensas e altamente visíveis a vasta maioria é implementada com pouca contestação (Abers, 2016, p. 15). Tal afirmação é confirmada pela pesquisa de Hochstetler e Tranjan (2016), que seguiram uma metodologia semelhante àquela usada por McAdam et al. (2010), quando analisaram, uma amostra de 302 obras energéticas financiadas pelo BNDES desde 2003, descobriram que em menos de 30% dos casos ocorreu qualquer tipo de oposição aos impactos na comunidade ou no meio ambiente. A conclusão é de que conflitos foram mais comuns em casos de obras grandes.

Os estudiosos até agora citados nesta seção chamam a atenção para importância de enxergar empreendimentos energéticos no Brasil e no mundo de forma mais ampla, partindo da análise numérica de quantos recebem contestação ou não. Porém a Amazônia sempre terá peculiaridades dissonantes comparadas às outras regiões brasileiras ou até mesmo outras regiões no mundo. Nesse aspecto o estudo mais atento a um empreendimento pode revelar diferenças de resistências dos movimentos sociais assim como a resposta do Estado diante o interesse energético que atravessa fronteiras.

Segundo Baraúna (2014), os movimentos sociais contra hidrelétricas na Amazônia contam com a formação de uma militância local, organizada pelo Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, que tinha como base além da origem do movimento em torno das hidrelétricas no sul do país, possuía os remanescentes da experiência vivida na década de 1980 com a construção da UHE Samuel (RO). Desde essa época se germinava a construção de uma rede, que contava com entidades (ONGS, universidades, igrejas e associações) e profissionais que somaram forças contra o projeto hidrelétrico que se firmava.

Os movimentos locais no caso das usinas hidrelétricas do Tapajós terão grande significado de atuação, algo pouco vislumbrado em outros movimentos de resistência. Se existe uma nova tendência na rede de ativismo transnacional do Sul Global em atuar independente das ONGs do Norte, é preciso estar atento também que movimentos locais podem estabelecer estratégias e modelos de atuação ainda não percebidos pela teoria da Rede de Ativismo Transnacional. Diante do processo histórico de invisibilização de povos autóctones e comunidades tradicionais o mesmo processo ocorre com suas lutas de resistência. Na região do Tapajós são recentes os resgates históricos que demonstram que a luta e a relação com internacional é de longa data, o que muda com a globalização é a crescente internacionalização do discurso de defesa dos direitos humanos e a difusão da noção de justiça internacional.

A FUNAI aponta que existem na região do médio e baixo Tapajós, na porção do Estado do Pará, 4 terras indígenas em estudo de identificação e delimitação e 3 terras indígenas delimitadas (em fase de contraditório), além de diversas reivindicações no município de Santarém (8 registros), apresentadas pelos grupos Arapium, Tupaiú, Munduruku, Tupinambá e Cara Preta³⁵. Segundo a Avaliação Ambiental Integrada (Ecology Brasil e Grupo de Estudos Tapajós, 2014) as terras indígenas do baixo Tapajós não foram consideradas no âmbito dos processos administrativos de licenciamento dos empreendimentos, tendo sido estabelecido como prioridades pelo órgão indigenista oficial os estudos de identificação de São Luiz do Tapajós (Sawré Juybu), Pimental (Sawré Muybu) e km 43 (Sawré Apompu). Para a pesquisa serão consideradas a atuação dos indígenas do Alto Tapajós por conta da forte participação e influência nos resultados da rede de ativismo transnacional.

Keck e Sikkink (1998) entendem que os contatos internacionais amplificam as vozes das campanhas transnacionais dos quais os governos locais são surdos, enquanto o trabalho local dos ativistas do país-meta legitima esforços dos ativistas no exterior. No caso TAN-CHT existe uma participação a ser considerada, que opera ao lado dos ativistas locais, que são os povos da floresta. Tal legitimidade se origina da cosmovisão Munduruku, quanto à organização política e estratégica, algo identificado e reconhecido por estudiosos que se debruçaram em analisar a resistência de tais povos contra grandes empreendimentos.

O Apêndice IV traz um rol dos principais apoiadores que fazem parte da rede, por isso não serão citados todos os atores locais que pertencem a campanha. O objetivo é fazer um pequeno histórico de cada ator que influenciou nas ações da rede de ativismo transnacional. Tais atores serão citados com mais frequência ao longo trabalho. Outras comunidades e povos

³⁵ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 06 mar. 2019.

tradicionais do rio Tapajós como os indígenas Apiaká e Kayabi e outros povos ribeirinhos participam e apoiam a rede, porém com menor protagonismo.

Os Munduruku serão aqui abordados com mais detalhes, pois tiveram maior atuação pela quantidade populacional e por historicamente estabelecerem comunicação ao longo do rio Tapajós. A aproximação dos Munduruku com outros povos tradicionais ribeirinhos no Rio Tapajós passou a influenciar esses últimos também em sua forma de organização e coesão. A própria forma dos Munduruku de enxergá-los como povos da floresta e ainda tratá-los como parentes é um reconhecimento de povos, que possuem modo de vida semelhante, todos dependentes dos rios e das florestas para sobreviver, embora com cosmovisões distintas.

6.1. Os Munduruku

Os Munduruku sempre causaram um misto de fascínio e medo ao conquistador europeu desde os primeiros contatos e tentativas fracassadas de dominação. Não são raros os registros de que se tratava de uma etnia violenta, hostil e selvagem. Serão apresentadas as primeiras obras que descreveram os indígenas, em sua maioria etnocêntricas; e posteriormente obras mais atuais de antropólogos conceituados, que passaram a fazer releitura de hábitos, costumes e cosmovisão passada e presente. Mesmo os trabalhos mais antigos reconheciam a riqueza cultural, organizacional, territorial e política dos Munduruku.

Aires de Casal (1817) descreveu como indígenas que gostavam de pintar o corpo de preto, com jenipapo. Numerosos, de grande estatura, guerreiros temidos por todas as outras nações, que os chamavam de cortadores de cabeça, por causa do hábito de degolar todos os inimigos e exibir como troféu. Reconhecia a habilidade dos Munduruku tratar de doenças até mesmo as mais graves.

Gonçalves Tocantins (1877), que saiu de barco de Belém, passando por Santarém até Itaituba em cinco dias, e posteriormente subiu o rio Tapajós para conhecer os indígenas Munduruku, chegou a realizar um censo com uma contagem aproximada de 18.910 indígenas, registrando ainda que a imprecisão ocorreu pelo fato do hábito de alguns viverem isolados na floresta para poder caçar. Registrou que se tratava de uma das etnias mais poderosas e numerosas do vale do Amazonas. Outro fato que impressionou Tocantins foi o tratamento que Munduruku distantes empregavam uns aos outros como parentes, como se ali tivesse uma grande nação, uma República Munduruku, e apesar das vinte aldeias uma distante da outra eram unidos, com fortes laços morais, que conseguiu sobreviver a várias tentativas de dissolução.

Condreaux (1897, p. 88) registrou que muitos indígenas estavam ao longo do rio Tapajós explorando a borracha o que não impedia de “a cada ano fazer guerra, com o único fim de roubar crianças e cortar cabeças”.

Toda essa visão etnocêntrica, posto que era registrada a partir de uma perspectiva ocidental não deixa de reconhecer a união entre essa etnia. O tratamento corrigido pela Antropologia que mistura a concordância no plural e singular para se referir a etnias indígenas (os Tupinambá, os Apinagé etc.) para demonstrar a coletividade reunida em torno de um só povo é muito traduzível de como os Munduruku se organizam. Algo que merece um estudo aprofundado do capital social (se não houver outra teoria melhor para analisar) desse povo, que nos *pariwat* causa fobia a quem não é capaz de compreender e admiração aos que percebem a quão rica e diferente é sua cosmovisão.

É dada muita ênfase à violência com que tratavam seus inimigos, sendo conhecidos por serem cortadores de cabeça ao mesmo tempo é admirada a união que estabelecem entre si. A tomada de decisão é sempre longa e democrática ao ponto de buscar-se ouvir todos os indivíduos, incluindo jovens, crianças, mulheres e idosos, o que na cultura ocidental é considerado um atraso, pois sempre afeita à representatividade, não concebe a possibilidade de se ouvir todos. O significado da palavra consenso parece ser realmente alcançando com os Munduruku, afinal uma decisão não é tomada até que todos realmente concordem.

Essa característica cria uma particularidade não observável em muitos povos indígenas, o que levou Fearnside (2015b) a contrastar serem realmente diferenciados por não possuírem uma hierarquia centralizadora, tais como o Kayapó. A união é traduzível nos nomes que os movimentos indígenas Munduruku atribuem, sempre significando coragem e coletividade, de um povo em que o coletivo não abandona o indivíduo. Os Munduruku tomam decisões coletivas, possuem um sistema político que permeia cerca de 116 aldeias, e apenas querem ser consultados no processo com antecedência da efetiva implantação do complexo hidrelétrico (Valle, 2013). Logo, uma vez que os Munduruku tomam uma decisão é menos provável de ser revertido. A característica de união tem sido fundamental para fazer frente a grandes empreendimentos em suas terras. Embora possuem um cacique-geral e representantes políticos, não são eles autorizados a decidir sobre a vida de todos os Munduruku. São muitos os relatos de cooptação entre etnias indígenas e dentro delas próprias durante a construção da UHE Belo Monte.

Uma etnia reconhecida historicamente por ser guerreira é conhecida também pela ânsia e vontade em obter conhecimento e se qualificar sem perder suas tradições. O maior exemplo

disso foi o Projeto Ibaorebu³⁶ criado em 2006 a partir da necessidade de qualificar jovens e adultos como Técnicos em Agroecologia, Enfermagem e Magistério Intercultural. O projeto de formação integral Munduruku é executado pela Funai, por meio da Coordenação Geral de Promoção à Cidadania (CGPC), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), por meio do Campus Rural de Marabá e do Campus de Itaituba. A proposta foi desenvolvida com e para os Munduruku. Além de ser um projeto de educação diferenciada, com formação em cursos médios técnicos, é a primeira experiência no país que certifica uma turma de indígenas como técnicos em enfermagem, sendo que todos eles já atuam no subsistema de saúde indígena³⁷.

Segundo Ramos e Gobbi (2017) a metodologia do Projeto Ibaorebu, centrada na pesquisa como princípio educativo e na participação ativa dos cursistas e professores Munduruku, propiciou o envolvimento de pessoas representativas das comunidades, lideranças, sábias e sábios. A partir deles foram tratados temas que julgaram importantes como grandes empreendimentos e seus impactos; território e sustentabilidade, afirmação da identidade e valorização da cultura para o combate ao preconceito e à discriminação, dentre outros, que fomentaram o debate para além do projeto e passaram a fazer parte do cotidiano Munduruku. Ramos e Gobbi (2017) afirmam que os indígenas aos poucos assumiram o protagonismo do curso, o que já era esperado, e atribuem algumas ações estratégicas em defesa do território e de seus direitos refletidas e organizadas a partir do Projeto Ibaorebu ocorridas em 2013, como retirada de garimpeiros de seus territórios, ocupação do canteiro de obras de Belo Monte e a ocupação do prédio da FUNAI. Durante a pesquisa de campo foi possível conhecer um dos Munduruku técnico em enfermagem especializado em analisar lâminas, dentre outras técnicas. Foi perceptível observar em sua fala como compreende a importância do saber tradicional aliado aos conhecimentos ocidentais da Medicina e o quanto esses assuntos estão relacionados à política local e nacional.

³⁶ Das diferentes explicações para o sentido da palavra Ibaorebu, dada pelos Munduruku, uma delas talvez seja a que melhor traduz a experiência de educação que vem sendo realizada: é a criação constante do criador, que não termina nunca, quase infinita, como se sempre tivesse algo novo para responder a um novo desafio. **Projeto Ibaorebu, Povo Munduruku:** valorizando a cultura, afirmando a identidade e fortalecendo a autonomia na defesa dos direitos. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/146599>>.

³⁷ **Projeto Ibaorebu forma 200 indígenas Munduruku como Técnicos em Agroecologia, Enfermagem e Magistério Intercultural.** FUNAI. 26 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4057-projeto-ibaorebu-forma-200-indigenasmunduruku-como-tecnicos-em-agroecologia-enfermagem-e-magisterio-intercultural?limitstart=0>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

6.2. Povos tradicionais: Os ribeirinhos e os beiradeiros

Em 2007, o Estado brasileiro, outorgou o status jurídico às comunidades tradicionais, por meio do Decreto nº 6.040, definindo em seu artigo 3º como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição³⁸.

O auto-reconhecimento perpassa pelo direito de como estão acostumados a se denominar. Um bom referencial são os protocolos de consulta. Os indivíduos de Montanha e Mangabal se reconhecem como beiradeiros, como na passagem “As reuniões devem ser em nossa comunidade e também em Itaituba, para os beiradeiros que se encontrarem lá” (PROTOCOLO DE CONSULTA MONTANHA E MANGABAL, 2014). Enquanto os indivíduos de Pimental, São Francisco e São Luiz do Tapajós se autodenominam ribeirinhos, conforme trecho “Somos famílias ribeirinhas e temos nosso direito à consulta prévia, livre e informada” (PROTOCOLO DE CONSULTA DAS COMUNIDADES DE PIMENTAL E SÃO FRANCISCO, 2017).

As comunidades tradicionais analisadas nesta pesquisa possuem uma importância diferenciada de outras redes de ativismo transnacional. Em geral quando se trata do local, considera apenas no nível de representatividade local, e não do indivíduo-coletivo falando por si. Isso não é culpa da teoria, mas do fenômeno ontológico em análise. O máximo que se alcança é a atuação dos movimentos sociais locais. A resistência dos povos do Tapajós demonstrou a possibilidade de haver algo ainda mais enraizado, o que não é novidade em muitos estudos das Ciências Sociais, em especial da Antropologia, acostumada a observar o quão diferenciados são os Munduruku em sua forma de decidir.

As comunidades ribeirinhas e beiradeiras se aproximaram amistosamente à luta Munduruku e passaram a entender que a preservação do rio era um interesse comum a todos da bacia do Tapajós. As várias assembleias que participaram indígenas e ribeirinhos foram importantes para a formação de uma aliança em uma espécie de rede de ativismo translocal.

6.3. Movimentos Sociais Indígenas

Keck e Sikkink (1998) já reconheciam a natureza assimétrica da maior parte das interações que se produzem dentro da rede de ativismo transnacional e apontavam ser comum que os atores mais fortes da rede com frequência suplantam a voz dos mais fracos, mas devido

³⁸ Decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, publicado no Diário Oficial da União em 08 fev. 2007.

a forma de organização, muitos atores (incluindo os poderosos do Norte) se transformam ao participar na rede. Tendo em vista alguns desses possíveis elos fracos alguns Estados estrategicamente desgastam a imagem, principalmente de ONGs internacionais. Essa tática ocorreu em diversos momentos no caso da rede de ativismo transnacional contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A mesma tentativa houve no caso da rede de ativismo transnacional diante do Complexo de Hidrelétricas no rio Tapajós (CHT), mas houve uma forte atuação dos movimentos sociais indígenas, que souberam ser interlocutores entre outros movimentos sociais locais, ONGs internacionais, ONGs nacionais, aliados do Estado e povos tradicionais. A habilidade de tais movimentos indígenas, que está sempre consultando as lideranças indígenas e os indivíduos das comunidades indígenas, conforme exposto pelo Entrevistado 6 e Entrevistado 7 (Apêndice III), parece ser o diferencial da atuação dessa rede.

Os esforços das organizações indígenas foram importantes na criação de um processo de “globalização contra-hegemônica”, que mudou as obrigações jurídicas internacionais de Estados em relação às comunidades indígenas e tribais (Santos e Rodríguez-Garavito 2007). O projeto CHT previa a construção de usinas que afetam povos tradicionais, mas o histórico de luta dos Munduruku ao longo do rio Tapajós foi essencial para o aproveitamento das normas internacionais de proteção às terras indígenas ao observarem que as dispositivos jurídicos protetivos, principalmente a Convenção 169 da OIT, eram insuficientes diante do histórico tão recente da construção da UHE Belo Monte.

Outros movimentos indígenas locais são representativos na resistência/diálogo do projeto CHT, mas serão destacadas as ações daqueles que tiveram influência mais direta em outros atores aliados, Estado e empresa. É necessário ressaltar que os movimentos indígenas locais consultam sempre os caciques e indígenas das diversas aldeias ao longo do rio Tapajós, o que não quer dizer que tais movimentos atuam em conjunto, mas existiu um benefício mútuo e o interesse comum de impedir a construção de hidrelétricas na bacia do Tapajós.

Os movimentos indígenas no alto, médio e baixo Tapajós são hoje todos contrários a construção de usinas hidrelétricas na bacia. O estudo está focado na resistência do médio Tapajós, pois essa é a localização geográfica dos empreendimentos. Porém é preciso resgatar a forte influência anterior e atual que tem para o sucesso da campanha a atuação dos indígenas do alto Tapajós, explicando a origem e a forma de atuação de tais movimentos indígenas. O estreitamento de laços realizados em encontros e assembleias entre os próprios Munduruku e outras etnias das bacias do Tapajós e Xingu foram cruciais para terem ciência do *modus*

operandi do Estado e empresas e a melhor forma de estabelecer estratégias da campanha ativista.

Os Munduruku estão organizados juridicamente em diversas associações como o Conselho Indígena Munduruku Pusuru Kat Alto Tapajós (Cimpukat), Da'uk, Kerepo, Pahyhyp, Pusuru, Wuyxaximã e a Wakoborun³⁹. Serão abordadas aquelas que possuem atividades mais intensas e possuem um histórico maior de ações contrárias às usinas hidrelétricas no rio Tapajós.

6.3.1. Associação Indígena Pusuru – Alto Tapajós

O termo pusuru, significa reunião de andorinhas, que possui as mesmas características de andarem juntas e em grande quantidade. Pode significar também a relação com os espíritos que assume a forma de andorinhas para andar pelo mundo visível.

A associação possui sua sede em Jacareacanga (PA) e atua principalmente no Alto Tapajós, mas mantém aliança com os Munduruku do Médio Tapajós. As primeiras assembleias foram realizadas por iniciativa das lideranças e com a participação de caciques e representantes da maioria das aldeias Munduruku, que ocorreram nos anos de 1985/86, e tinham como tema principal a questão da demarcação da terra, além de discutir os problemas relacionados à educação, saúde, meio ambiente e projetos voltados para economia das comunidades.

Os encontros só passaram a ser registrados a partir da realização da I Assembleia Geral do Povo Munduruku, em 1989 e com o passar dos anos a organização foi amadurecendo, a participação foi crescendo e as discussões se ampliando em relação aos direitos dos povos indígenas. Ainda hoje a associação tem como missão lutar pelos direitos do povo Munduruku de forma que reflita e atenda a organização tradicional, a valorização da cultura, a proteção da terra e do meio ambiente.

Quando se iniciam os procedimentos dos estudos de viabilidade do CHT, o governo federal deu mostras de que pretendia dialogar com a associação Pusuru, como se esta fosse a representação de todo o povo Munduruku (Loures, 2017, p. 230), o que contraria as decisões coletivas da etnia. A prefeitura e os vereadores de Jacareacanga – município governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – lançaram mão de estratégias para dividir o povo Munduruku

³⁹ A Associação das Mulheres Wakoborun adquiriu personalidade jurídica em 21 de março de 2018, localizada em Jacareacanga. É a mais nova associação Munduruku formada apenas por mulheres, que passaram a observar a necessidade de organizar um movimento indígena Munduruku. Pelo período que foi criada não integra o movimento de resistência contra as hidrelétricas analisado na pesquisa. O registro é apenas para exemplificar uma tendência dentro do movimento indígena Munduruku, que tem buscado o protagonismo feminino e percebido a necessidade de reivindicar direitos próprios das mulheres indígenas.

e enfraquecer sua resistência (Oliveira, 2016, p. 88), dando uma espécie de golpe em 03 de agosto de 2013 para influenciar o povo Munduruku a participar de reuniões e acordos com o governo.

A ação da Prefeitura de Jacareacanga enfraqueceu momentaneamente a resistência dos Munduruku e representou o deslocamento do protagonismo na luta contra a UHE das associações civis para o Movimento Iperëğ Ayũ (Oliveira, 2016 p. 88). Posteriormente, a Pusuru foi retomada pelas lideranças que estavam à sua frente antes do golpe (Loures, 2017, p. 230), o que serviu para os Munduruku perceberem as reais intenções do Governo Federal, e ainda, criar uma maior coesão entre os indígenas.

6.3.2. Associação Indígena Iperëğ Ayũ – Alto Tapajós

Iperëğ ayũ, na língua Munduruku, pode significar “o povo que sabe se defender”, ou que “não é fácil de enganar”, ou, ainda, que “não é fácil de pegar” (Loures, 2017, p. 03). O Movimento Indígena Iperëğ Ayũ (MIIA) possui relação de destaque dentre os movimentos locais, algo reconhecido por outros movimentos sociais, que compõem a rede de ativismo. Uma das lideranças do Movimento Tapajós Vivo (Entrevistado 4) destacou o nível de organização e discernimento político dos atos do movimento indígena. É indispensável destacar as análises feitas por Rosamaria Santana Paes Loures (2017), que teve a oportunidade de ser assessora do MIIA, o que lhe possibilitou rica coleta de dados para a dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais da Amazônia na Universidade Federal do Oeste do Pará intitulada “Governo Karodaybi: O movimento Iperëğ Ayũ e a resistência Munduruku”, sob orientação do professor Dr. Maurício Torres, profundo conhecedor das questões das usinas hidrelétricas da bacia do Tapajós e considerado na presente pesquisa como parte da comunidade epistêmica.

O MIIA surgiu em uma manifestação exigindo justiça pelo assassinato de Lelo Akay Munduruku⁴⁰, em Jacareacanga (PA) em junho de 2012, e seguiu um processo de fortalecimento enquanto movimento de diversas manifestações, especialmente contra a implantação de barragens na região. Em algumas ocasiões, o MIIA identificou-se como “Movimento popular indígena em luta pela defesa do território e dos direitos da humanidade” (LOURES, 2017, p. 72).

⁴⁰ **Justiça do Pará condena assassinos de índio munduruku:** Cinco pessoas foram condenadas a mais de 20 anos de prisão. Índio Lelo Akay foi morto no dia 23 de junho deste ano (2012), a facadas. G1 Pará. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/10/justica-do-para-condena-assassinos-de-indio-munduruku.html>. Acesso em: 18 fev. 2017.

O ato fundante da criação do MIIA é considerado pelo próprio movimento como o dia 03 de julho de 2012, quando guerreiros e guerreiras Munduruku (segundo policiais seriam cinquenta) derrubaram uma porção da parede da delegacia da polícia de Jacareacanga (PA,) em seguida ocuparam o prédio, prenderam policiais, soltaram detidos e atearam fogo na delegacia. O delegado geral da Polícia Civil no Pará, Nílton Athaide, há época, afirmou que não havia insegurança em Jacareacanga, já que os indígenas não praticaram nenhum outro ato deste o ataque a unidade da PM, porém o clima seria de tensão⁴¹.

A insatisfação dos Munduruku se originou com a demora na solução do caso do assassinato de Lelo Akay. A reação pode parecer desmedida ao olhar da percepção ocidentalizada (colonial) ou *pariwat* por se tratar “apenas um indivíduo”, mas remonta a registros históricos de que os Munduruku sempre defenderam uns aos outros como se fossem da própria família (Castrovalvas, 2000, p. 203) e o ímpeto guerreiro sempre resistentes à escravidão (Harris, 2017 p. 207), atacando, inclusive, destacamentos portugueses em Santarém e Belém contra o domínio colonial. Acostumados a serem protagonistas em suas ações, Loures (2017, p. 79) registra que apesar do principal foco do MIIA ser a luta contra as barragens, a “ação da delegacia” é citada como sua origem porque, menos de um mês antes, o mesmo grupo participou do evento Xingu+23 (celebração aos vinte e três anos de resistência às barragens no rio Xingu) no canteiro de obras da UHE Belo Monte⁴² como convidados e não como idealizadores. Mais adiante será exposto o desenrolar dessa participação Munduruku, que influenciou estratégias de resistência e a percepção dos indígenas sobre a construção de usinas hidrelétricas.

O MIIA adotou ações que o diferencia de muitos outros casos envolvendo a resistência indígena brasileira contra grandes empreendimentos. Ao mesmo tempo que invocou para si um protagonismo e adotou práticas de ocupação, não se descolou da rede de ativismo transnacional e pontuou o que era uma prática Munduruku, ao passo que garantiu resultados favoráveis à toda campanha transnacional.

⁴¹ **Munduruku em Jacareacanga, no Pará, pedem presença de governador.** Rede Liberal Pará. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/07/munduruku-em-jacareacanga-no-para-pedem-presenca-do-governador.html>. Acesso em 26 mar. 2017.

⁴² **Xingu+23 fala sobre construção de Usina de Belo Monte no Pará.** G1 Pará. <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/06/xingu23-fala-sobre-construcao-de-usina-de-belo-monte-no-para.html>. Acesso em: 08 mar. 2015.

6.3.3. Associação Indígena Pariri – Médio Tapajós

Paryryp ou Pariri remete a enxame de abelhas e sua “zuada” e movimento em bloco, que está representado na logo da associação⁴³. Criada em novembro de 1998 e registrada como pessoa jurídica⁴⁴ em 05 de março de 1999, possui sede na Aldeia Praia do Mangue (Itaituba) com o principal objetivo de lutar pela sobrevivência física e cultural do povo Munduruku do Médio Tapajós, representando legalmente sete aldeias: Praia do Mangue (170 pessoas, 30 hectares), Praia do Índio (125 pessoas, 28 hectares), Sawre Apompu (Km 43, 30 pessoas), Sawré Juybu , Dace Watpu (Aldeia Velha, 40 pessoas), Sawré Muybu (Aldeia Nova, 120 pessoas), e Karo Muybu (20 pessoas), sendo as três últimas parte da Terra Indígena Sawré Muybu.

A Associação durante os vinte anos de atuação pôde unificar as demandas e os problemas das comunidades (especialmente oriundos do contato com a sociedade nacional) para representá-las com mais força junto às instituições públicas. Sempre teve a missão de ser uma associação representativa e lutar pelos direitos indígenas e pela melhoria da qualidade de vida nas aldeias, por meio do fortalecimento de seus valores culturais tradicionais e de projetos de sustentabilidade.

A chegada de grandes empreendimentos próximos à cidade de Itaituba fez o movimento atuar principalmente na defesa de suas terras e se aproximar de outras organizações locais, nacionais e internacionais. Durante a pesquisa de campo realizada em Sawré Muybu entre os dias 14 a 16 de fevereiro de 2019 ocorreu a transferência da presidência da associação de Alessandra Munduruku para Anderson Paca Munduruku. A mudança ocorre pelo fato de Alessandra ter sido aprovada no curso de Direito na Universidade Federal do Oeste do Pará.

6.4. Movimentos Sociais Locais

Diante do protagonismo assumido pelos indígenas, ribeirinhos e movimentos sociais indígenas os outros movimentos sociais locais assumiram papel semelhante aos movimentos sociais nacionais, ou seja, articuladores de recursos provenientes de ONGs internacionais. Aqueles que tiveram um papel um pouco mais atuante e influenciador nos resultados da rede foram o Movimento Xingu Vivo Para Sempre e Movimento Tapajós Vivo (MTV).

⁴³ Disponível em: <http://www.aipariri.org>. Acesso em: 10 jan. 2017. O site da Associação Pariri atualmente encontra-se desativado. Informações sobre as ações da associação é possível encontrar na página do *Facebook* disponível em: <https://www.facebook.com/pg/AIPariri/>. Acesso em 25 mar. 2019.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/busca/pessoa-juridica/03024340000140-aip---associacao-indigena-pariri>. Acesso 27 mar. 2017.

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre foi criado em 2008 a partir da necessidade do II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que ocorreu no período de 19 a 23 de maio de 2008. Estiveram presentes cerca de mil pessoas, entre representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e jornalistas. Criado em 2009 por pessoas e organizações que lutam em defesa dos povos da Amazônia e contra projetos que ameaçam a vida na bacia do Rio Tapajós, o coletivo MTV promove diversas ações de formação, comunicação e articulação voltadas ao objetivo comum de manter o Tapajós vivo e em movimento, sem barragens, e com respeito a cultura local. O MTV desde sua criação organizou muitos encontros, seminários e passeatas em Santarém que levaram informações à população urbana sobre os impactos de usinas hidrelétricas em rios da Amazônia.

PARTE III – O NACIONAL – ENTRE O LUGAR E O MUNDO

Estão tudo na natureza, os conhecimentos que a humanidade procura há milhões de anos. Fazem-se tantas pesquisas, envolvem cientistas, intelectos, pessoas dotadas de conhecimentos científicos, mas nada se descobrem e continuam ocultas as coisas preciosas que nos interessam. Cada vez mais a natureza se distancia e se esconde de nós porque nós a destruimos. As pessoas querem transformar em negócios a tão preciosa riqueza que temos. Aonde que querem chegar com essa destruição, quando preservamos e os destruidores dizem para nós, que mantemos em equilíbrio a natureza, que estamos devastando a natureza. Totalmente contrário ao nosso modo de pensar. Porque nós nunca destruimos os nossos bens naturais, tão somente nós nos preocupamos em guardar para não ser destruídos. O homem não está destruindo somente a natureza, está destruindo a sua própria natureza humana, isso eles não entendem, estão destruindo a si mesmo. É por isso que vemos os desastres acontecerem na vida do planeta, vemos mudanças climáticas, enchentes, secas, e muitas outras misérias no mundo. Brasília, 08 de junho de 2013. Carta dos Munduruku ao Governo Federal explicitando conhecimentos milenares e reafirmando demandas.

7. O ESTADO-MERCADO NACIONAL: DO ÀPICE AO DECLÍNIO

O presente capítulo não pretende abraçar todas as instituições e órgãos brasileiros envolvidos na construção de usinas hidrelétricas, em especial do Complexo Hidrelétrico da bacia do Tapajós, mas elencar aqueles que tiveram impacto influenciador da reação da rede de ativismo transnacional. Os órgãos públicos justificam a demanda de energia ao ponto de tentarem minimizar retoricamente a gravidade dos impactos socioambientais, pois pior seria a ameaça à segurança energética e o risco de não se atender programas sociais como “Minha Casa, Minha Vida” e “Luz Para Todos”. Do outro lado existe a burocracia protetiva de direitos socioambientais como IBAMA, FUNAI E ICMBIO. Existiu uma tensão dentro do próprio Estado que faz da percepção dos atores atuando em rede tão essencial para revelar que são interesses e ideias que aproximam atores; e não a sua condição de Estado, mercado ou movimento social.

O declínio do governo é importante ser demonstrado para ter-se em mente que foi apenas a manutenção do Partido dos Trabalhadores no poder que ruiu. O modelo desenvolvimentista pensado para a Amazônia continua o mesmo. Exemplo disso é a falta do compromisso do candidato eleito à presidência Jair Messias Bolsonaro com a temática socioambiental⁴⁵. O financiamento também não está ameaçado. O que está em vias de acontecer é a substituição de atores do mercado. As investigações da Lava Jato podem retirar as empreiteiras brasileiras e provavelmente o BNDES também não terá mais papel central, mas a depender do interesse do mercado internacional aliado ao modelo pensado para Amazônia poucas mudanças ocorrerão nos procedimentos para construção de usinas hidrelétricas no Brasil.

7.1. Burocracia Energética Brasileira

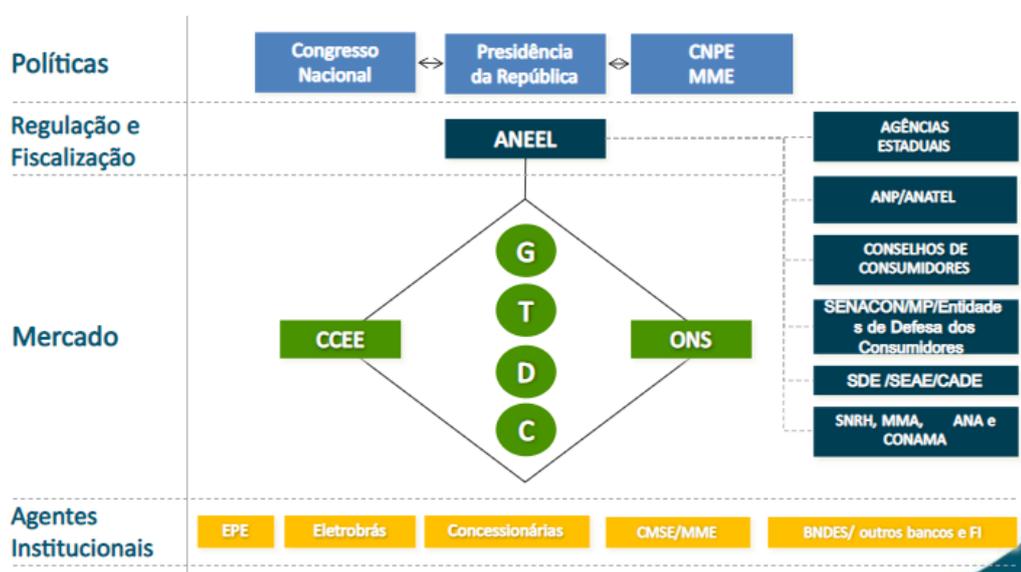
Conforme exposto pelo entrevistado 15 (Apêndice I), funcionário da EPE, e confirmado nos sites dos órgãos do processo energético brasileiro no caso da bacia do Tapajós foram três inventários separados: a) inventário Teles Pires (Eletronorte); b) inventário Juruena (EPE); c) inventário Tapajós (Eletronorte). Em seguida a ANEEL faz um aceite técnico (uma revisão com todos os itens do manual), observando se atende às condições de forma mais detalhada, podendo aprovar ou não. Uma vez aprovado esse inventário, que no caso da bacia do Tapajós foram 4 no rio Jamaxim e 2 no rio Tapajós. Cada projeto se torna um eixo disponível, que é um projeto individual (AHE São Luiz do Tapajós, Jatobá, etc) e em seguida é conduzido para a segunda etapa, que é o estudo de viabilidade, e é feito novo registro na ANEEL, pois agora se está estudando apenas um aproveitamento hidrelétrico; e concomitantemente é aberto o Licenciamento Ambiental. Na prática a ANEEL só aprova o Estudo de Viabilidade quando a Licença Prévia é concedida. Enquanto o AHE São Luiz a ANEEL não aprovou por impedimento do IBAMA, o AHE Jatobá está caminhando no curso do processo. Uma vez tendo os dois processos acima aprovados pela ANEEL o projeto se torna candidato a leilão de energia

⁴⁵ A ONG Observatório do Clima publicou no dia 14 de setembro de 2018 (atualizada no dia 03 de outubro de 2018) um mapeamento das propostas para o tema “Aquecimento Global” analisando os planos de governo de sete candidatos à Presidência da República (Ciro Gomes – PDT, Geraldo Alckmin – PSDB, Guilherme Boulos – PSOL, Jair Bolsonaro – PSL, João Amoêdo – NOVO, Fernando Haddad – PT e Marina Silva – REDE). A partir dos quatro níveis de comprometimento, o candidato eleito Jair Bolsonaro era o menos comprometido entre os sete candidatos: a) comprometido (apoia e lista medidas específicas) – nenhum item; b) favorável (apoia, mas não oferece detalhe), apenas 1. Promover Energia Renovável; c) não se pronunciou (não menciona tópico) – 2. Descarbonizar transporte; 3. Descarbonizar indústria; 4. Descarbonizar agricultura; 5. Combater desmatamento; 6. Meta de desmate zero; 7. Restaurar florestas; 8. Aprimorar gestão de resíduos; 9. Planejar Adaptação à mudança climática; d) contrário (questiona diretamente o mérito) – 10. Honrar Acordo de Paris, 11. Descarbonizar economia; 12. Assegurar unidades de conservação; 13. Demarcar terras indígenas/territórios quilombolas, 14. Desinvestir no combustível fóssil; 15. Consolidar Licenciamento Ambiental. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/o-clima-nas-eleicoes/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

nova. O documento retorna à empresa pública ou privada interessada, que faz a habilitação e se inicia o leilão de energia.

A quantidade de agências, órgãos e empresas do próprio Estado fazem um emaranhado de atores que possuem funções específicas na burocracia energética brasileira, que foram se aperfeiçoando ao longo dos anos, conforme leis, decretos e resoluções. Algumas exigências socioambientais devem ser cumpridas, conforme o momento que se encontra o projeto. Segundo própria ANEEL é possível classificar entre órgãos responsável pelas políticas, regularização e fiscalização, mercado e agentes institucionais.

Figura 5. Estrutura Institucional do Setor Elétrico Brasileiro



Fonte: <http://www.aneel.gov.br/acessoainformacao>. Acesso em: 10 ago. 2018.

7.1.1. Políticas

O Plano Nacional de Energia - PNE tem como objetivo o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão desse segmento nas próximas décadas. Ele é composto por uma série de estudos que buscam fornecer insumos para a formulação de políticas energéticas segundo uma perspectiva integrada dos recursos disponíveis. Até o momento existem 2 planos nacionais⁴⁶.

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDEE) é o modelo de médio prazo, é um documento informativo voltado para toda a sociedade, com uma indicação, e não determinação,

⁴⁶ **Plano Nacional de Energia.** Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-nacional-de-energia-pne>>. Acesso em 03 jan. 2019.

das perspectivas de expansão futura do setor de energia sob a ótica do Governo no horizonte decenal. São resultados do PDEE, entre outros: análise da segurança energética do sistema; balanço de oferta e demanda de garantia física; disponibilidade de combustíveis, em particular do gás natural; cronograma dos estudos de inventário de novas bacias hidrográficas; e recursos e necessidades identificados pelo planejador para o atendimento à demanda. Até o ano de 2018 foram feitos 11 Planos decenais⁴⁷.

A Política energética do Governo Lula e Dilma foi pensada a partir do Programa de Aceleração do Crescimento. É da Presidência da República, portanto, que nasce a demanda interna, que logicamente se casa, logicamente à demanda do Estado (Pará 2030) e à demanda internacional (IIRSA e demanda do mercado internacional de *commodities* eletrointensivas), conforme será visto adiante.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, pelo então presidente Lula e foi caracterizado por um conjunto de medidas destinadas a aumentar o investimento público em infraestrutura, incentivar o investimento privado e retirar obstáculos ao crescimento. O PAC 2 foi lançado em 2010, com objetivo de investir em infraestrutura social, saneamento básico, habitação, transporte, energia, meio ambiente etc.

Segundo o Ministério das Cidades (Brasil, 2015), o PAC 2 constrói a infraestrutura logística, energética e social-urbana do país, preparando-o para um novo ciclo de desenvolvimento e seria um instrumento de proteção da economia brasileira contra a crise mundial de 2008. O eixo energético do PAC 2 se concentrou na ampliação da energia hidrelétrica na região Amazônica, como a implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio que gera (3.150 MW), e Jirau com (3.750 MW), ambas em Rondônia (BRASIL, Ministério das Cidades, 2015). A taxa de investimento em infraestrutura se elevou na passagem da década de 2000 para a de 2010, em função da disponibilidade de recursos fiscais e dos esforços do Programa de Aceleração do Crescimento (Abers, 2016, p. 07).

Os projetos de Belo Monte, no Pará, e Teles Pires, no Mato Grosso, foram implantados no âmbito do PAC 2, entretanto a implantação dessas UHE's provocou inúmeros embates na esfera social, devido à inundação de terras indígenas e, na esfera ambiental, pois alterou o regime fluvial nessas áreas, o que prejudica a pesca e a biodiversidade. Contudo o governo optou por prosseguir as obras com o objetivo de aumentar a demanda e a eficiência energética

⁴⁷ **Plano decenal de expansão de energia.** Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-pde>>. Acesso em 03 jan. 2019.

do país, levando o slogan de desenvolvimento regional para os locais que receberam as UHE's e o aumento da oferta energética no país (BRASIL, Ministério das Cidades, 2015).

Os aproveitamentos hidrelétricos de São Luiz do Tapajós e Jatobá segundo informações⁴⁸ do próprio governo à época tinha como órgão responsável pela obra o Ministério de Minas e Energia, tendo como executor o Consórcio Tapajós. O AHE SLT envolveria os Municípios de Itaituba (PA) e Trairão (PA) com investimento previsto de R\$ 78.450.000,00; enquanto o AHE Jatobá envolveria os municípios de Itaituba (PA) e Jacareacanga (PA) com investimento previsto de R\$ 53.450.000,00.

O Ministério de Minas e Energia – MME, através de seus órgãos e empresas, promove diversos estudos e análises com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas energéticas, bem como orientar a definição dos planejamentos setoriais. A metodologia, o desenvolvimento e o conteúdo dos estudos hidrológicos foram acompanhados e analisados pela ANA – Agência Nacional de Águas e pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o que possibilitou o estabelecimento de curvas de descarga e de séries de vazões médias mensais naturais previamente aprovadas e validadas para o curso do rio Tapajós, resultando em estudos energéticos confiáveis pela CNEC *Worley Parsons* (2014, vol. 01, p. 11) para AHE São Luiz do Tapajós.

7.1.2. Regulação e Fiscalização

O Estudo de Impacto ambiental (EIA), elaborado pela CNEC *WorleyParsons Engenharia S.A.* para a Eletrobras e protocolado no IBAMA no dia 15 de maio de 2014 com o título “Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) São Luiz do Tapajós – Estudo de Impacto Ambiental (EIA)”, compreende 25 volumes de textos, totalizando cerca de 15.000 páginas, além de 38 volumes de mapas e anexos. Segundo a CNEC (2014, vol. 01, p. 01) ao todo foram realizadas seis campanhas de levantamentos primários com duração média de 45 dias cada, envolvendo mais de 150 profissionais de diversas especialidades por campanha, sendo possível caracterizar os principais eventos ecológicos em um ciclo hidrológico completo.

Ainda segundo a CNEC o EIA objetivou caracterizar a região de implantação do AHE São Luiz do Tapajós, levando em conta diferentes abrangências espaciais, de cunhos físico, biótico, socioeconômico e cultural, delimitadas como as áreas de influência para os estudos ambientais, bem como apresentar os cenários futuros para a região de instalação do empreendimento, considerando as hipóteses de implantação e de não implantação do projeto,

⁴⁸ Aproveitamentos Hidrelétricos de São Luiz do Tapajós. Ministério do Planejamento: Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-energetica/geracao-de-energia-eletrica>. Acesso em: 09 nov. 2017.

avaliando os estudos referentes aos diversos temas de forma integrada, e os respectivos Programas Ambientais. O volume de dados, porém, não impressiona pesquisadores especialistas, ONGs especializadas e comunidade epistêmica, que apresentam várias falhas e omissões, principalmente no que diz respeito às comunidades indígenas e tradicionais da bacia do Tapajós.

A Avaliação Ambiental Integrada – AAI (GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS e ECOLOGY BRASIL, 2014) é uma complementação ao Inventário Hidrelétrico de Bacia Hidrográfica, conforme prevê a Resolução ANEEL nº. 393, de 1998, e a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal no 9.433 de 1997), que, em seu cap. IV, art. 29, inciso IV, onde cita, como competência federal, “promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental”. A AAI surgiu apenas após Ação Civil Pública com Pedido de Liminar referente ao Inquérito Civil Público (ICP) nº 1.23.002.000087/2009-91 do Ministério Público Federal – Procuradoria da República de Santarém, que determinou sua elaboração antes que os procedimentos de licenciamento ambiental fossem concluídos.

Conforme elaboração das metas pelo próprio Grupo de Estudos Tapajós e *Ecology Brasil* (2014) o objetivo primário da Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da Bacia do Rio Tapajós é considerar os efeitos sinérgicos e cumulativos dos impactos socioambientais decorrentes dos aproveitamentos hidrelétricos planejados para os rios Tapajós e Jamanxim, em um cenário prospectivo de 20 anos associados ao processo de instalação de novos empreendimentos hidrelétricos e ao final subsidiar a indicação de diretrizes para gestão de seus impactos.

A equipe responsável pela elaboração da Avaliação Integrada foi a Ecology and Environment Brasil (“Ecology Brasil”), uma subsidiária da Ecology and Environment, Inc. (“E&E”), empresa de consultoria especializada em serviços ambientais, estabelecida desde 1970 nos Estados Unidos. Atua no Brasil desde 1997 com o propósito de dar suporte às empresas, contando com mais de 100 funcionários fixos e desenvolvendo projetos de licenciamento ambiental e gerenciamento de obras em todo o país⁴⁹.

O estudo segue a metodologia indicada no Termo de Referência para o Estudo da “Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da Bacia do rio Tapajós: Escopo Básico das Atividades”, e nos documentos técnicos apresentados ao Consórcio Tapajós ao longo do processo de elaboração do estudo: (i) Proposta Técnica para a Execução dos Serviços; (ii) Plano de Trabalho da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do rio Tapajós.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.ecologybrasil.com.br>. Acesso em 20 set. 2018.

A Avaliação Ambiental Integrada prevê várias etapas de um minucioso estudo, que consistem do Diagnóstico Socioambiental e Potenciais Conflitos (Etapa I); Avaliação Ambiental Distribuída e Avaliação Ambiental de Impactos (Etapa II) e Construção de Cenários e da Avaliação Ambiental Integrada (Etapa III); de Diretrizes e Recomendações (Etapa IV) e o resultado da Participação Pública com elaboração dos Relatórios Finais (Etapa V).

As Instruções para Estudos de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos segundo Eletrobras/DNAEE (1997, p. 01) destinam-se a servir como roteiro básico para programação, contratação, elaboração, controle da execução e verificação da qualidade dos estudos de viabilidade, tendo como usuários, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, a Eletrobrás, as empresas de energia elétrica e outros interessados, constituindo-se, essencialmente, num Termo de Referência. Dessa forma, as Instruções apresentam as atividades que devem ser desenvolvidas para a comprovação da viabilidade técnica, econômica e ambiental de aproveitamentos hidrelétricos.

A edição anterior das “Instruções para Estudos de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos” é de março de 1983. Depois dos variados progressos de implantação de AHEs houve aumento das exigências ambientais que os aproveitamentos devem cumprir, também profunda alteração no modelo institucional do Setor Elétrico, com ênfase na crescente participação do capital privado para a construção de hidrelétricas no país.

7.1.3. Mercado

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é composta por agentes da categoria de geração, agentes da categoria de distribuição e agentes da categoria de comercialização, e pelos consumidores livres (Januário, 2007). A CCEE é fruto das reformas do setor elétrico brasileiro, que se iniciou ainda na década de 1990, com o objetivo de melhorar o chamado GTDC –Geração Transmissão Distribuição e Comercialização (Januário, 2007).

A CCEE foi criada pela Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, para suceder ao Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE). Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). A CCEE tem por atribuição, entre outras, de promover leilões de compra e venda de energia elétrica, desde que delegado pela ANEEL, manter o registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, manter o registro dos montantes de potência e energia objeto de contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, promover a medição e o registro de dados relativos às operações de compra e venda de energia elétrica, apurar o Preço de

Liquidação de Diferenças (PLD) do mercado de curto prazo por submercado (BRASIL, MME/SPE, 2007, p. 642)

A atividade de geração é aberta à competição e estritamente não regulada. Os agentes geradores possuem livre acesso ao sistema de transmissão e distribuição de energia. A energia ligada ao Geradores é livremente comercializada, entretanto as condições técnicas são reguladas pelo Agente Operador. Segundo Ribeiro (2015) as linhas de transmissão podem ser utilizadas por qualquer Agente, com a devida remuneração ao proprietário (tarifa do uso do sistema de transmissão. Todos os agentes têm livre acesso à rede de distribuição, mediante ao pagamento da Tarifa de uso do Sistema de Distribuição e Transmissão, permitindo a comercialização de energia ao livre mercado.

O Operador Nacional do Sistema (ONS) foi criado após a promulgação do Decreto 9.648 em 1998. O ONS tem a função de operar o sistema de transmissão, o despacho de energia, segurança do sistema elétrico e dos níveis de armazenamento dos reservatórios (Prado, 2016). Entretanto não executa manobras diretamente nos equipamentos da rede de operação (Pereira e Yamaschita, 2013). As funções da ONS são: administração da transmissão, planejamento e programação da operação e operação em tempo real.

O Sistema Interligado Nacional SIN, entretanto é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte, excluindo as cidades de Manaus e Boa Vista. A capacidade do SIN é composta por UHEs em 16 bacias hidrográficas em vários estados brasileiros. A usinas térmicas contribuem para a segurança do SIN, nos últimos anos o crescimento dos parques eólicos nas regiões Sul e Nordeste, aumentou a disponibilidade desse tipo de energia para o mercado⁵⁰.

7.1.4. Agentes Institucionais

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE está vinculada ao MME, instituída pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras. Porém, conforme relatado pelo entrevistado 15 não houve participação da EPE em fases como inventário, Avaliação Ambiental Integrada ou Licenciamento. O grupo que realizou tais atividades, é uma reunião das empresas Eletrobras, Eletronorte, EDF, Camargo Corrêa, Cemig, Copel, GDF SUEZ, Endesa Brasil e Neoenergia

⁵⁰ Sobre o que é ONS. Disponível em: <<http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/o-que-e-ons>>. Acesso em: 25 set. 2018.

com o objetivo de concluir os estudos de viabilidade das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá. Em audiência pública, realizada no dia 29 de janeiro de 2016, o Procurador do MPF Camões Boaventura, afirmou que “das nove empresas interessadas na construção de São Luiz do Tapajós, oito são empreiteiras investigadas na operação Lava Jato”⁵¹.

A Eletronorte realizou de 1986 a 1991 Estudo de Inventário preliminar, quando detectou apenas para o aproveitamento de São Luiz do Tapajós uma potência instalada de 14 mil megawatts (MW). Em 2005, Eletronorte e Camargo Corrêa solicitaram à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) registro para estudos de inventário do Rio Tapajós. As empresas se uniram para estudar o rio, e em janeiro de 2006, a Aneel concedeu autorização para os estudos em conjunto. Os estudos prosseguiram até junho de 2008, quando as empresas entregaram o resultado à Aneel, sendo aprovados em maio de 2009.

A Eletrobras entrou com pedido de abertura de processo de licenciamento junto ao IBAMA para desenvolver os estudos necessários à fase de Viabilidade do empreendimento e dar início aos estudos ambientais das usinas, sendo emitido o Termo de Referência pelo órgão em fevereiro de 2012, tal documento indica a realização dos Estudos de Impacto Ambiental, para o AHE São Luiz do Tapajós e em maio do mesmo ano para o AHE Jatobá.

A forma encontrada pelo consórcio na construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós para dialogar com a opinião pública busca atender não apenas as exigências dos estudos ambientais obrigatórios para a licença prévia, mas lança mão da influência e persuasão ao denominar o processo de comunicação que conforme o próprio site o projeto promove, ao longo dos estudos, um processo dialógico de comunicação com as populações e instituições interessadas (Grupo de Estudos Tapajós, 2016).

O projeto Diálogo Tapajós foi criado com o objetivo de promover acesso à informação sobre os estudos do AHE São Luiz do Tapajós a todas as pessoas da região, especialmente as que poderiam ser afetadas pelo empreendimento em estudo. As ações do projeto se iniciaram em julho de 2012 e segundo a Eletrobras (2013, p. 14) priorizam a população que vive na área direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, promovendo: a) contatos diretos com os ribeirinhos, pescadores e garimpeiros, através de reuniões e encontros nas comunidades; b) reuniões com lideranças e organizações em geral na região, incluindo órgãos de governos, associações de moradores, ONGs, colônias de pesca, sindicatos, associações comerciais etc; c)

⁵¹ De nove empresas interessadas na construção de São Luiz do Tapajós, oito são investigadas na Lava Jato. **Conselho Missionário Indigenista**. 12 fev. 2016. Disponível em: <https://cimi.org.br/2016/02/38162/>. Acesso em 25 set. 2018.

produção e distribuição de materiais impressos (folder, cartilhas, cartazes, mapas), vídeos e programas de rádio, em emissoras da região, sobre eventos relacionados aos estudos.

O material produzido pelo grupo Diálogo do Tapajós é de inegável qualidade, porém na prática tanto os relatos levantados por Cunha (2016) em São Luiz do Tapajós quanto levantados em Pimental com os entrevistados 9, 10 e 11, apontam para uma mistura de persuasão e convencimento apontando só os benefícios da construção de usinas hidrelétricas na região. Ou na percepção de Cunha (2016) o contato das empresas com os moradores da comunidade é simbolizado apenas como transmissão de informação e de forma impositiva, ao contrário do que é retratado nos materiais do Diálogo Tapajós sobre as ações, descritas como dialógicas e inclusivas, com troca de informações entre ambos agentes.

A Eletrobras é uma empresa de economia mista e capital aberto, controlada pelo governo brasileiro, que atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri e de Nova York. O governo federal possui 54,46% das ações ordinárias da companhia e, por isso, tem o controle acionário da empresa. A companhia leva energia elétrica por meio de suas 169 usinas, sendo 40 hidrelétricas, 123 térmicas, quatro eólicas e duas termonucleares, além de mais da metade das linhas de transmissão do Brasil e seis empresas distribuidoras.

Maior companhia elétrica do setor na América Latina, segundo o site da empresa⁵² está focada na rentabilidade, competitividade, integração e sustentabilidade, a companhia lidera um sistema composto de 12 subsidiárias, uma empresa de participações, um centro de pesquisas e metade do capital de Itaipu Binacional.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – Lula (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) a Eletrobras deu suporte a programas estratégicos do governo, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

7.2. Burocracia Protetiva de rios, florestas e povos brasileiros

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, ainda na segunda metade do século XVIII, provocou inúmeros avanços econômicos e industriais, entretanto com o passar dos séculos a qualidade ambiental diminuiu em todo o planeta. Segundo Pott e Estrela (2017) A falta de qualidade do ar e da água provocou inúmeras doenças, como tifo, problemas

⁵² Sobre a Eletrobras. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Sobre-a-Eletrobras.aspx>. Acesso em: 20 set. 2018.

pulmonares, cólera entre outras. O avanço de tais doenças de fundo ambiental pressionou governos, principalmente dos países desenvolvidos, a pensar na questão ambiental a partir da segunda metade do século XX.

Conferências ambientais e órgãos de controle ambiental, como a Agência Ambiental Americana (EPA), foram criados. Segundo Magrini (2011) o Brasil se inseriu na ótica ambiental, devido ao avanço industrial e o decaimento da qualidade ambiental. Entre os anos de 1962 a 1967 foram criadas três unidades autárquicas voltadas para o meio ambiente, sendo a Superintendência da Borracha, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. No ano de 1972, o Brasil participou da conferência de Estocolmo, a primeira conferência ambiental da Organização das Nações Unidas (ONU), podendo ser um desdobramento desse pensamento foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973. Sátryo (2008) lembra que a secretaria era um órgão autônomo da administração direta, que se propôs em debater a questão ambiental juntamente à opinião pública. Objetivo da SEMA era proteger a natureza e tratar questões sobre a poluição, principalmente, a industrial.

Em 1981 a SEMA propôs a primeira lei ambiental do Brasil, a Lei Federal n.6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), criando o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Ainda neste mesmo ano, foi promulgada a Lei Federal nº. 6.902, de 27 de abril, dispondo sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas.

A estrutura apresentada na Figura 5 é sugestiva, pois além de colocar órgãos importantes de regulação e fiscalização como atrelado a ANEEL, não está previsto um órgão muito importante nesse processo que é a FUNAI. Não pode se negar que tal estrutura é fiel aos fatos, pois na prática e no discurso tais órgãos quando não são tratados como entraves, são tratados como mero procedimento de um fato considerado consumado. O Evento 12 (Apêndice III), o “1º Workshop Inventários Hidrelétricos Participativos” era notório que os órgãos de fiscalização convidados estavam alinhados ao discurso da ANEEL, como se toda a burocracia protetiva socioambiental pensasse daquela forma. Apesar do evento ser posterior aos fatos, o próprio caso demonstra o quanto a Casa Civil está disposta em desgastar instituições para atender seus propósitos desenvolvimentistas.

Os órgãos de proteção ambiental passaram a ser vistos por alguns indígenas, ribeirinhos, beiradeiros, habitantes de reservas extrativistas e pequenos agricultores como uma ameaça às atividades de pesca, extrativismo e agricultura. Isso ocorre pelos variados modelos de desenvolvimento para região, nem sempre coincidentes, o que também gera conflitos; somado

a uma falta de política integrada e coerente, pois os mesmos órgãos que proíbem práticas locais de sobrevivência, não fiscalizam a contento grandes empreendimentos. O Entrevistado 10 (Apêndice I), pescador da vila Pimental (PA), chegou a narrar uma situação em que foi parado por uma lancha do IBAMA por estar carregando peixe em sua embarcação e solicitando ao órgão fiscalizador qual a infração cometida a ele foi dito apenas que era proibido pescar naquela região. A chegada de grandes empreendimentos somada ao interesse de tais órgãos realizarem fiscalização aumenta a desconfiança dos povos da floresta. A intenção de construção da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós acentuou tal percepção, estabelecendo uma relação ainda mais conflituosa. Será narrado o maior ponto de desgaste observado durante o período de discussão das usinas na região.

7.2.1. Instituto Chico Mendes - ICMBio

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516 (BRASIL, MMA-ICMBio, 2018), decorrente do desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Segundo Menezes (*et. al.*, 2011) a nova autarquia herdou alguns servidores do IBAMA, assim como a postura ambientalista e normas do órgão de origem. Menezes e Siena (2010) observam que isso proporcionou no ICMBio variações significativas e conflituosas quanto à compreensão ambiental, podendo comprometer ou colaborar com os seus objetivos, de acordo como são abordadas as problemáticas geradas.

As funções do Instituto podem ser elencadas, como a execução das políticas dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação federais de uso sustentável. Além disso, o ICMBio executa as ações do Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC), sendo permitido propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União (BRASIL-ICMBio, 2018).

Ao Instituto são atribuídas a fomentação e a execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, assim como o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação (UC's) federais. Podendo contribuir com a recuperação de áreas degradadas das UC's e monitorar a exploração dos recursos naturais e o uso público das UC's, quando é permitido, obedecendo a lei e a sustentabilidade do meio ambiente (BRASIL-ICMBio, 2018).

Em maio de 2009, a Eletronorte solicitou ao Ibama a abertura de processos de licenciamento ambiental para as cinco usinas hidrelétricas do Complexo Hidrelétrico Tapajós:

São Luiz do Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Caí, Jamanxim e Cachoeira dos Patos. Para Millikan (2016, p. 120) a sobreposição dos reservatórios das cinco barragens previstas com UCs criou um constrangimento para a tramitação dos processos de licenciamento no âmbito do IBAMA e ICMBio; e a prevalência da burocracia energética se acentuaria quando o ministro de Minas e Energia Edison Lobão enviou o Aviso nº30/2010/GM-MME, em 9 de março de 2010, ao então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informando-o sobre a aprovação, pela Aneel, do estudo de inventário do Tapajós-Jamanxim e solicitando que fossem iniciados os estudos, considerando as possíveis interferências nas Unidades de Conservação na região.

Para demonstrar um total alinhamento entre política e fiscalização a direção do ICMBio posicionou-se no sentido de que, embora não fosse admissível prosseguir com o processo de licenciamento ambiental de UHEs cujos reservatórios incidissem sobre uma UC, não haveria qualquer impedimento se a área afetada fosse desafetada. O Congresso Nacional, por sua vez não demonstraria oposição em converter no período de seis meses a Medida nº 558 na Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012, alterando os limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. Na prática isso reduziu 75.630 hectares de cinco UCs federais para abrir caminho aos reservatórios das duas primeiras megabarragens do CHT: São Luiz do Tapajós e Jatobá.

É preciso ressaltar que os atropelos não são consenso entre técnicos e analistas do órgão ambiental, que chegaram a se posicionar contrariamente⁵³ às medidas políticas que alteram a proteção ambiental de uma grande área da Amazônia. No documento, carimbado e assinado por 12 técnicos ambientais do ICMBio Brasília, os especialistas demonstram gravidade na lei promulgada. Os servidores do ICMBio Itaituba também se manifestaram contrariamente, pois estavam diretamente envolvidos com as UCs reduzidas pela lei. O governo não deu muita atenção ao desgaste interno criado e tal qual Belo Monte as usinas no Tapajós queriam prosseguir ao alvedrio de normas e instituições socioambientais.

⁵³ Técnicos do ICMBio protestam contra usinas no Tapajós. **Valor**. 30 jul. 2012. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/2768394/tecnicos-do-icmbio-protestam-contras-usinas-no-tapajos>. Acesso em: 15 jul. 2018

7.2.2. Fundação Nacional do Índio – FUNAI⁵⁴

A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil⁵⁵. A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.

O órgão tem por funções: a) promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas; b) coordenar e implementar as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados; c) promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

Em plano social compete também ao órgão a estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A imagem da FUNAI ficou desgastada perante os Munduruku depois da tentativa de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu. No dia 17 de setembro de 2014 líderes Munduruku viajaram para Brasília para se encontrar com a Presidente Interina da FUNAI à época. O vídeo⁵⁶ da reunião mostra a presidente se justificando aos Munduruku que a demarcação da terra indígena Sawré Muybu estava completa e, se encontrava sobre sua mesa,

⁵⁴ Duas situações merecem destaques para o momento atual do órgão indigenista. O primeiro é a presidência estar sendo exercida por um militar, o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, o que gerou controvérsias entre indigenistas e movimentos indígenas. A segunda, foi a tentativa – por meio da Medida Provisória 870 vetada pela Câmara dos Deputados – do governo Jair Bolsonaro em transferir a FUNAI e a atribuição de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Sendo assim, tais atribuições continuam com o Ministério da Justiça, comandado por Sérgio Moro.

⁵⁵ Funai. Quem somos. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 17 jul. 2018.

⁵⁶ Funai admite: interesse hidrelétrico compromete demarcação de território indígena. Disponível em: <https://vimeo.com/111974175>. Acesso em 19 jul. 2018.

pronta para ser assinada, havia mais de um ano, mas que o Estado brasileiro é composto por vários órgãos e vários interesses e não dependia mais dela garantir a demarcação.

A reunião demonstra a falta de autonomia da FUNAI e o estranho controle realizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que estavam presentes na reunião. Os Munduruku esperavam que encontro seria apenas com a Presidente da FUNAI e uma última tentativa de convencê-la a assinar os papéis para a criação da reserva, como havia sido prometido há mais de um ano. A percepção dos Munduruku foi de que a presença dos funcionários do MME nas reuniões era para garantir que não haveria acordos sobre a terra indígena, afinal estavam também presentes nas reuniões com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

Nove dias depois da reunião de setembro de 2014, a presidente da FUNAI foi removida do cargo, sem assinar a documentação da terra indígena Sawré Muybu. No dia 27 janeiro de 2015, agora ex-presidente fez uma declaração à imprensa, confirmando a interferência à FUNAI pelo MME e pela Casa Civil, afirmando ao lado do Ministro da Justiça que o órgão estava sendo desvalorizado e sua autonomia totalmente desconsiderada⁵⁷.

Um novo presidente interino foi designado para a FUNAI⁵⁸ e em reunião com os Munduruku aceitou o convite para participar da próxima Assembleia da etnia, mas este acabou enviando um substituto. A atitude foi interpretada como uma quebra da primeira promessa do novo presidente e os indígenas se recusaram a falar com o substituto, informando que só iriam conversar com alguém que tivesse o poder de tomar decisões. Diante a nova restrição política quanto à demarcação de suas terras indígenas os Munduruku decidiram não mais esperar e em outubro de 2014 começou o projeto de autodemarcação.

7.2.3. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA

O fim do governo ditatorial e o restabelecimento da democracia no ano de 1985, remodelou a política brasileira. Em 1988 foi promulgada a nova Constituição, nessa época o enfraquecimento de algumas autarquias ambientais era notório, e a fusão de algumas para a criação de um órgão mais forte e sólido (Sátyro, 2008) foi necessária. Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Não Renováveis (IBAMA), resultante da fusão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que era

⁵⁷ **A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada, diz ex-presidente.** Publica. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/01/a-funai-esta-sendo-desvalorizada-e-sua-autonomia-totalmente-desconsiderada-diz-ex-presidente>>. Acesso em: 21 set. 2018.

⁵⁸ **Governo troca presidência da Funai em meio a polêmicas envolvendo índios.** O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-troca-presidencia-da-funai-em-meio-polemicas-envolvendo-indios-14214263>>. 10 out. 2014. Acesso em: 21 set. 2018.

responsável pela gestão das florestas. Além dele, a Superintendência de Pesca (Sudepe), que mantinha a gestão do ordenamento pesqueiro, e a Superintendência da Borracha (Sudhevea), que tinha como desafio viabilizar a produção da borracha e a SEMA (Sátyro, 2008). A autarquia pode atuar em articulação com os demais órgãos da administração pública federal, direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e com a sociedade civil organizada para a consecução de seus objetivos⁵⁹.

Após reformulações trazidas pelo artigo 5^a da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (BRASIL, IBAMA, 2007) o órgão ambiental passou a ter as seguintes atribuições: I) exercer o poder de polícia ambiental; II) executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; III) executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente.

Outras atribuições⁶⁰ do IBAMA são: a) Propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental; b) O zoneamento e a avaliação de impactos ambientais; c) O licenciamento ambiental, nas atribuições federais; d) A implementação do Cadastro Técnico Federal; e) A fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades administrativas; f) A geração e a disseminação de informações relativas ao meio ambiente; g) O monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; h) O apoio às emergências ambientais; i) A execução de programas de educação ambiental; j) A elaboração do sistema de informação; k) O estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais; dentre outros.

O IBAMA não foi muito diferente dos outros dois órgãos fiscalizadores quanto ao alinhamento de interesses da ANEEL. Ocorre que por ser um órgão ambiental com mais atuação no processo de licenciamento, chegou a ser considerado como réu na Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público Federal. Em novembro de 2012 a decisão da Justiça Federal quanto a ACP determinou que a licença prévia (LP) para a UHE São Luiz do Tapajós não fosse concedida pelo IBAMA antes da realização de avaliação dos impactos cumulativos das UHEs

⁵⁹ Sobre o Ibama. 12 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama>>. Acesso em: 06 out. 2018.

⁶⁰ *Idem*.

previstas no CHT na região do Tapajós-Jamanxim, assim como oitivas junto aos povos indígenas afetados.

7.3. A falência do Governo

O Brasil passou por um período de crise política e financeira, que se acentuou no segundo semestre de 2014 (Barbosa Filho, 2017), causada por alguns fatores internos e externos. Os fatores externos estão atrelados à queda dos preços das *commodities* e a desvalorização do real frente ao dólar, após o fim do estímulo monetário dado pelo Banco Central americano (2013) desde a crise de 2008 (Barbosa Filho, 2017; Neto, 2016). Em relação aos fatores internos, os sucessivos erros da equipe econômica do governo Dilma Rousseff, como as excessivas intervenções em mercados e setores produtivos brasileiros, a baixa taxa de crescimento econômico e o elevado custo fiscal contribuíram para o aumento da crise (Neto, 2016). A queda econômica provocou uma grande recessão no país,⁶¹ causando alta da inflação, aumento da taxa de desemprego e queda do PIB, que em 2015 chegou a -2,5 %.

A crise econômica brasileira deflagrou uma crise política, após os resultados econômicos de 2014-2015, a presidente Dilma perdeu popularidade e culminou no seu *impeachment* em 2016 (Barbosa Filho, 2017). A PEC de redução de gastos públicos foi aprovada pelo governo Temer, que sucedeu a presidente, entretanto não modificou o panorama de crise no país, devido ao baixo crescimento econômico no período, não alavancando a economia e ao elevado custo fiscal, que perdurou após a promulgação (Barbosa Filho, 2017; Neto, 2016).

A crise afetaria o setor energético, assim como os grandes projetos do PAC. Nos últimos anos o Brasil vem experimentando uma mudança no setor energético caracterizado pelo esgotamento do modelo tradicional de implantação de hidrelétricas, devido aos grandes impactos socioambientais, o déficit pluviométrico nos últimos cinco anos, que demandam maior gasto energético das centrais termoeletricas, e conseqüentemente aumento para o consumidor final e crise financeira governamental, que impactou diretamente no andamento das obras de usinas hidrelétricas, devido ao fechamento de empreiteiras e recuperação judicial de outras (Borba, 2015).

Outro fator importante para transferência de empresas brasileiras para internacionais ocorreu por conta das investigações da Operação Lava Lato, que descobriu novos escândalos

⁶¹ Economia brasileira cresce 0,1% em 2014, diz IBGE. G1. 17 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/economia-brasileira-cresce-01-em-2014-diz-ibge.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

de corrupção envolvendo as hidrelétricas na Amazônia, em particular o projeto de Belo Monte, que passou a desempenhar um papel cada vez mais atento das investigações. Em junho de 2015, o ex-presidente da construtora Camargo Corrêa relatou que a empresa pagou R\$ 20 milhões em subornos para obter sua participação de 15% na construção da hidrelétrica de Belo Monte⁶². Em março de 2016, o senador Delcídio do Amaral, líder do governo petista no Senado à época, admitiu que R\$ 30 milhões teriam sido desviados do projeto de Belo Monte para financiar campanhas eleitorais e assegurar contratos com empresas como a IMPSA, Siemens e Alstom⁶³.

Cerca de 80% do projeto de Belo Monte é financiado pelo BNDES, entretanto parte está sendo vendida aos chineses, que também compraram contratos de transmissão da Usina. Os chineses compraram outras usinas hidrelétricas, como a de Santo Antônio do Jari, no Amapá, o que demonstra grande interesse nas hidrelétricas brasileiras com o objetivo de assegurar novos recursos naturais importante para o crescimento econômico da China⁶⁴.

⁶² Camargo Corrêa negociou propina com PMDB em Belo Monte, diz delator. Dalton Avancini relatou que construtora se comprometeu a pagar R\$ 20 mi. Ex-presidente da empresa citou suposta manobra do governo em leilão. **G1**. 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lavajato/noticia/2015/06/camargo-correa-negociou-propina-com-pmdb-em-belo-monte-diz-delator.html>>. Acesso em 19 mar. 2018.

⁶³ Delcídio revela desvios de Belo Monte para PT e PMDB, diz revista. **Folha de São Paulo**. 11 mar. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749158-delcidio-revela-desvios-de-belo-monte-para-pt-e-pmdb-diz-revista.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

⁶⁴ Hidrelétricas sustentam o lobby das empreiteiras por contratos de grandes barragens e pífia produção de energia. Entrevista especial com Philip M. Fearnside. **Instituto Humanitas Unisinos**. 06 mar. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/576643-hidreletricas-brasileiras-sustentam-o-lobby-entre-empreiteiras-e-o-poder-publico-entrevista-especial-com-philip-m-fearnside>. Acesso em 23 jul. 2018.

8. OS ATORES SOCIAIS NACIONAIS – ENTRE O LOCAL E O INTERNACIONAL: ORGANIZANDO RECURSOS E MOBILIZANDO O DIREITO

Os atores nacionais que serão abordados neste capítulo são todos aqueles que atuaram de forma estratégica para os êxitos da campanha transnacional. Existem muitos atores nacionais que apoiam a causa e são até peticionantes de vários documentos, o que é uma estratégia para demonstrar adesão maciça a determinada campanha. A rede de ativismo transnacional contra as UHEs do médio Rio Tapajós ainda não conta com a quantidade de atores que contou a rede contrária à UHE Belo Monte, que possuía cerca de 250 atores transnacionais (Sequeira, 2015).

Isso não significa fraqueza e a percepção é de uma melhor organização das estratégias adotadas pelos atores sociais nacionais. Sem esquecer que o alto nível de organização dos povos locais tem filtrado os auxílios dos atores sociais nacionais que realmente estão dispostos a atuar estrategicamente a partir de suas necessidades de enfrentamento e resistência. A partir desse filtro, que serão identificados, movimentos sociais em nível nacional que tiveram maior contato com os movimentos sociais locais e com os povos do médio Tapajós para o alcance de alguns objetivos que se entende como cruciais para o sucesso da rede como: protocolos de consulta, autodemarcação, e acesso a informações sobre os impactos de construção de usinas hidrelétricas.

Dentro da rede existem diferenciadas conexões, que aproximam, ou distanciam, atores a depender de qual povo da floresta do Médio Tapajós estão defendendo. Um documento indicador dessa aproximação são os protocolos de consulta, pois foi o período em que os povos mais precisavam de uma resposta contra as investidas de estudos em suas terras. Porém, outros documentos e as entrevistas apontam atores nacionais de grande importância. O Ministério Público Federal será considerado como ator nacional, mas devido ao ordenamento jurídico brasileiro, que lhe confere prerrogativas ao ponto de alguns considerarem um quarto poder, abordarei mais a frente a atuação do MPF a partir das Estruturas de Oportunidades Jurídicas, quando será possível observar seu papel processual e extraprocessual.

Os Munduruku e os beiradeiros de Montanha e Mangabal contaram com grande apoio da FASE, CIMI, FAOR e MPF; enquanto as comunidades ribeirinhas de Pimental e São Francisco contaram o apoio da Terra de Direitos e do Movimento de Atingidos por Barragens. Não é objetivo elencar todas as ONGs domésticas que apoiaram a rede, tampouco fazer histórico de atuação das mesmas, mas elencar aquelas que tiveram papel crucial para atingir os objetivos pretendidos, que são diversos e às vezes conflitantes, mas que se convergem quando a pauta é a discussão e participação local nas políticas públicas projetadas pelo Estado; e

também, pontuar qual foi o papel de determinado ator, em uma diferenciada configuração de se fazer ativismo transnacional constatada na pesquisa.

Os atores sociais nacionais foram importantes para difundir informações sobre os reais impactos de usinas hidrelétricas. No início da divulgação dos empreendimentos, alguns indígenas Munduruku foram favoráveis à construção, mas alguns episódios como a tentativa de cooptação de lideranças em Jacareacanga (PA) fizeram muitos desistir de ficar ao lado de políticos do Município e do projeto do Governo Federal. Em Montanha e Mangabal, processo semelhante ocorreu, e a aproximação com os Munduruku fez perceber que alguns procedimentos estavam sendo atropelados pelo Governo Federal, o que aumentou a desconfiança com os propósitos da construção de UHEs no rio Tapajós.

Em São Francisco e Pimental, pelo que se percebeu nas entrevistas tanto com os moradores da região, quanto os movimentos sociais, principalmente MAB e Terra de Direitos, o trabalho realizado foi importante para levar informações dos impactos causados pelas usinas, o que permitiu que ocorressem reuniões para discutir e entender o quanto aquela localidade, tão próximo do AHE São Luiz do Tapajós poderia ser impactada com a construção de barragens.

8.1. Organizações Não-Governamentais Domésticas

Um papel muito importante realizado pelas ONGs nacionais foi a aproximação entre os Munduruku do alto e médio Tapajós às comunidades ribeirinhas e beiradeiros. É histórico o atrito entre indígenas e a população ribeirinha pelo fato de utilizarem os mesmos espaços para as atividades de caça, pesca, agricultura e extrativismo, porém não há registros de conflitos sangrentos, havendo respeito mútuo às terras e modos de vida de ambos os lados. A experiência dessas ONGs em realizar trabalhos com comunidades amazônicas, aliada à confiança que adquiriram dos Munduruku, apertou nós da rede ao ponto de passarem a realizar reuniões, assembleias e encontros conjuntamente, pois passaram a enxergar um inimigo comum.

Outro papel importante surge a partir da preocupação de muitas fundações e ONGs internacionais em saber se os recursos alocados estão alcançando os resultados pretendidos. Por isso a importância das ONGs nacionais, que funcionam como comunicadoras entre a mobilização de recursos internacionais para a mobilização de direitos local. A experiência das ONGs domésticas aliada à confiança e prestígio que possuem com os povos locais são fatores essenciais para que não haja dissipação de recursos e perda de tempo, que podem prejudicar as estratégias da campanha transnacional.

Fenômeno atual em países democráticos, principalmente, os da América Latina, que vivenciaram a Ditadura até a década de 1980, é a diminuição ou até mesmo eliminação da

pressão de Estado ao outro no chamado “efeito bumerangue” (KECK e SIKKINK, 1998). Em outras palavras, a abertura democrática dos países latino-americanos após 1980 permitiu uma maior adesão às normas e instituições internacionais de proteção dos direitos humanos. A pressão que era exercida de um Estado A para um Estado B, conforme vislumbrado por Keck e Sikkink vai sendo transferida para organizações internacionais, que passam a intermediar interesses não apenas de Estados, mas de indivíduos. Um exemplo desse deslocamento é o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que em nível político e jurídico permite um “ativismo judicial transnacional do conflito” (SEQUEIRA, 2015).

As estruturas de oportunidade política e jurídica experimentadas nos níveis nacional e internacional reordenam o papel das ONGs domésticas para uma atuação entre o nível local e internacional. São capazes de filtrar o objetivo local e articular os recursos disponíveis em nível internacional, funcionando como verdadeiros “tradutores entre o global e o local” (MERRY, 2006). É necessário ressaltar que o conceito de “tradutor” está voltado mais para intermediador entre local e internacional. A ressalva se faz necessária para não abrir conclusões de que os povos originários não entendem o que ocorre no plano político e jurídico nacional e internacional. Como visto anteriormente, a cosmovisão Munduruku, aliada à politização dos povos ribeirinhos foram capazes de colocar dentro da configuração da rede de ativismo transnacional como atores influenciadores da rede que dispensa representação, pois os povos se organizam, tomando decisões em reuniões e assembleias.

Não serão citados todos os movimentos sociais nacionais que compõem a rede. Para mais detalhes o Apêndice III traz aqueles que foi possível identificar. Muito provável, que outros estudos apontem outros atores, pois a composição da rede depende muito dos objetivos alcançados que se pretende observar.

8.1.1. Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Em nível nacional, destaca-se o trabalho do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que tem utilizado o lema “Água e Energia não são mercadorias”. No 8º Encontro Nacional do MAB (Evento 5, Apêndice II) realizado nos dias de 1 a 5 de outubro de 2017 o tema foi “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”. Como já exposto antes em nível nacional o MAB difere dos movimentos que são totalmente contrários às barragens, pois está preocupado essencialmente com os trabalhadores que são impactados por barragens.

O MAB, embora admita em nível nacional a construção de barragens, em nível local aderiu à luta dos indígenas do Médio Tapajós. O trabalho que o MAB realiza na região do

Tapajós é feito com camponeses e ribeirinhos. Muitos ribeirinhos na comunidade de Pimental tiveram capacitação nos cursos que o MAB oferece, o que foi possível perceber no grau de esclarecimento político do que representam as usinas hidrelétricas. Pelo que se pode perceber o MAB se opõe ao modelo de exploração à classe trabalhadora e as usinas hidrelétricas acabam sendo uma forma de concentração de renda por parte do capital estrangeiro. Na entrevista 6 realizada com a liderança Munduruku essa disse discordar do termo “atingido”, pois já se pressupõe e aceita a construção da usina, mas na prática sinalizou que o MAB no Tapajós é um aliado dos povos do rio Tapajós.

Foi essencial a confiança entre indígenas, movimentos indígenas e MAB para aproximação com os ribeirinhos, que por uma questão de antigas disputas territoriais mantinham um certo distanciamento uns dos outros. A tentativa de construção das UHEs no médio Tapajós aproximou indígenas e ribeirinhos que passaram a entender que estão do mesmo ao ter a percepção que hidrelétricas em nada beneficiam suas vidas.

Os entrevistados foram uníssomos em demonstrar que o MAB teve um trabalho importante também para que as comunidades de Pimental e São Luiz do Tapajós tivessem um pensamento comum dos reais impactos causados por hidrelétricas. Tiveram momentos de tensão entre os habitantes, que se polarizaram nos que são favoráveis e contrários às usinas. Muito dessa divisão foi realizada pelo Diálogo do Tapajós, que contratou profissionais habilidosos e material informativo buscando o convencimento da construção de hidrelétricas na região, conforme será visto adiante nas estratégias do Estado em nível local.

O Entrevistado 8, que atua como militante e educador popular, afirma que o MAB começou atuar na região do Tapajós a partir de membros da Pastoral da Juventude de Itaituba trocando experiências com a região do Xingu, onde o movimento já estava atuando. No final de 2008, tais membros passaram a entender o trabalho da organização e começaram a fazer parte de processos de formação, encontros nacionais de jovens e encontro de mulheres. O cenário de resistência e força popular na cidade de Itaituba possibilitou atrair pessoas que se identificaram com a pauta do movimento. Em 2011, as pessoas envolvidas perceberam a necessidade de se criar um núcleo e contaram com alguns membros de Altamira para fortalecer as ações em Itaituba.

O MAB Itaituba conta com um grupo de 100 a 150 pessoas que se identificam como atingidos por barragens; e dentre os articuladores, que envolvem os municípios de Trairão (duas lideranças) e Rurópolis (três lideranças), conseguem reunir 20 articuladores, que passaram pelos processos de formação e avaliação; e hoje são capazes de participar dos processos de planejamento e encaminhamento. Ainda não conseguiram formar um grupo em Jacareacanga e

Novo Progresso, por conta da distância e recursos financeiros. O núcleo de Itaituba reúne com frequência as lideranças dos outros dois Municípios para obter e organizar informações sobre a situação dos atingidos na região do Tapajós.

Existe uma intenção de expansão do movimento para os municípios paraenses de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra, pois o MAB tem apoiado também os atingidos por grandes projetos do agronegócio. A visita de campo feita à Pimental, saindo de Miritituba (PA), permitiu observar o modelo em que o movimento atua com pequenos agricultores. Ao visitar três pequenas propriedades agrícolas foi possível acompanhar a conversa entre um dos membros do MAB e agricultores para a inclusão em projetos de irrigação e energia solar. A percepção é que por meio de projetos como “Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento” o Movimento de Atingidos por Barragens promove debates e práticas relacionadas ao uso de fontes de energia alternativas e se antecipa ao debate da necessidade de grandes hidrelétricas na bacia do rio Tapajós.

A formação de líderes e articuladores conta com a indicação de literaturas do próprio MAB e sob o ponto de vista pedagógico para formação de líderes e integrantes do movimento o Entrevistado 8 (Apêndice II) apontou a utilização de Paulo Freire. Quanto a ciclos orientativos seguem a linha de Karl Marx e Lênin, dentre outros teóricos e/ou biografias de pessoas que foram importantes para a luta dos trabalhadores em todo o mundo. Contam também com apoio de organizações que promovem formação como o cubano Centro Martin Luther King⁶⁵ e Centro de Educação Popular (CEPIS)⁶⁶.

8.1.2. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE

A FASE foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, atua hoje na Amazônia e cinco estados brasileiros: Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro, sua sede. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Atua

⁶⁵ O Centro Memorial Martin Luther King se define como uma organização ecumênica de inspiração cristã desde o povo cubano e suas ideias contribuem profeticamente a solidariedade e a participação popular, consciente, organizada e crítica, empenhada em uma opção socialista. Essa contribuição é feita desde uma concepção de Educação Popular e uma teologia popular, crítica, libertadora e contextualizada. Disponível em: <<https://cmlk.org/>>. Acesso em 26 set. 2018.

⁶⁶ Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae é um centro de formação e assessoria político-pedagógica, no campo da Educação Popular. Assessoria o que considera legítimos processos de luta e organização da classe oprimida e dos setores sociais que sofrem distintas formas de dominação ou opressão, que se dispõem a alterar, pela raiz, as estruturas da sociedade de exploração. Tem por missão buscar, conhecer, acompanhar e participar da trajetória e qualificação de militantes dos movimentos populares, e facilitar a articulação de suas práticas. Disponível em: <<http://sedes.org.br/site/centros/cepis-centro-de-educacao-popular/>>. Acesso em 26 set. 2018.

principalmente em temas como direito à cidade, justiça ambiental, mulheres e soberania alimentar⁶⁷. A organização tem sido muito atuante nos temas voltados aos conflitos socioambientais causados por usinas hidrelétricas (Tucuruí e Belo Monte); e na região Amazônica tem feito apurados levantamentos, como a recente revelação de que o rio Tapajós receberá mais de 20 portos privados ao longo dos próximos anos (Aguiar, 2017) com apoio da Action Aid, organização internacional que trabalha por justiça social, igualdade de gênero e pelo fim da pobreza⁶⁸.

Diferente da atuação na rede de ativismo contra a UHE Belo Monte, a FASE Amazônia teve um papel muito importante de articulação de recursos em um momento crucial da atuação da TAN-CHT. A integração da FASE à rede de ativismo transnacional contra às usinas hidrelétricas no médio rio Tapajós ocorreu a partir de uma articulação do Ministério Público Federal e a Fundação Ford, que estavam interessados em auxiliar a produção do Protocolo de Consulta Munduruku (2014)⁶⁹.

Segundo o Entrevistado 5 nos primeiros contatos o Fundo DEMA⁷⁰ seria o gestor de recursos, mas depois ficou ao encargo da FASE gerir os recursos repassados pela Fundação Ford. Tais informações foram novamente mencionadas no Evento 9, quando o entrevistado expôs com detalhes da inauguração da participação da organização. Outro ponto que merece destaque na entrevista foi o papel articulador realizado pela FASE, pois houve um processo de diálogo com os Munduruku para entenderem que o Protocolo não era um instrumento legalista apenas, mas um importante documento para as constantes investidas empresariais e governamentais em terras indígenas. Ressalta que nunca falaram em nome dos Munduruku e todas as estratégias adotadas foram ideias dos indígenas.

⁶⁷ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em: <https://fase.org.br/>. Acesso em 28 set. 2018.

⁶⁸ ActionAid. Disponível em: <http://actionaid.org.br/>. Acesso em 28 set. 2018.

⁶⁹ Mais adiante será explicado com mais detalhes, tanto a articulação, quanto o significado do Protocolo de Consulta.

⁷⁰ Criado em 2003, o Fundo DEMA surgiu da necessidade de organização dos movimentos sociais na Amazônia brasileira. Apoia projetos coletivos sustentáveis e de fortalecimento das organizações dos Povos da Floresta no Pará – indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar – que visam a valorização socioambiental dessas populações como atores indispensáveis na preservação do bioma amazônico. A FASE é a responsável jurídica e administrativa do DEMA, função que exerce junto a organizações e movimentos sociais que formam um Comitê Gestor. O DEMA é financiado pelo Fundo Amazônia, que por sua vez é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que também se incumbem da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados. O Fundo Amazônia conta com um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos; e com um Comitê Técnico - CTFA, nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo papel é atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/fundos/dema/>. Acesso em: 28 set. 2018.

8.1.3. Fórum da Amazônia Oriental – FAOR

O FAOR segundo o próprio sítio eletrônico⁷¹ nasceu em 1993 durante a “I Conferência da Sociedade Civil Organizada sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Combate à Fome e à Miséria na Amazônia no Pará” e disponibiliza de um escritório em Belém. Hoje, o FAOR atua em quatro estados da Amazônia Oriental: Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins, contando com aproximadamente 300 entidades afiliadas.

O FAOR é uma rede mista de entidades populares, ONGs e movimentos sociais, que tem como missão intervir nas políticas públicas econômicas, sociais e ambientais desenvolvidas no âmbito da Amazônia Oriental. Concebido como Fórum de debate, mobilização e fortalecimento do movimento social na cidade e no campo, o FAOR visa: a) Produzir e executar instrumentos de controle social das políticas públicas implementadas na região; b) Colaborar na proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável; c) Defender a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da população local, na perspectiva da sustentabilidade da Amazônia; d) Qualificar a intervenção de suas organizações-membro; e) Fortalecer as suas entidades-membro através da atuação em rede.

O FAOR coordenou um trabalho de conscientização de impactos das obras de hidrelétricas junto ao beiraideiros de Montanha e Mangabal⁷² distribuindo material, utilizando vídeos de áreas já atingidas por outras construções e usando como material de apoio a cartilha do Movimento Tapajós Vivo. Um dos resultados da oficina foi a formação de uma comissão comunitária que, passou a transmitir as informações para outras comunidades. E também surgiu a proposta das comunidades do alto Tapajós se unirem aos índios Munduruku de Jacareacanga para fortalecer a luta. Outro fruto da oficina foi a produção de uma carta aberta⁷³ em que as comunidades pediram para não ser expulsas de suas casas e territórios.

O Entrevistado 25 (Apêndice II) apontou que apesar da proximidade o FAOR nunca precisou convencer os povos do Médio Tapajós quanto as estratégias de atuação. Citou como exemplo os Munduruku, que se tornaram diferenciados por estabelecer estratégias como a autodemarcação, a criação de um protocolo de consulta com sua própria cosmovisão e a forma de organização que é capaz de enxergar o rio Tapajós com um único território de toda a etnia.

⁷¹ O que é o FAOR - Fórum da Amazônia Oriental. Disponível em: <<http://faor.org.br/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

⁷² FAOR promove oficina comunitária em prol da resistência às Hidrelétricas no Tapajós. FAOR. 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://faor.org.br/?noticiaId=448>>. Acesso em: 28 set. 2018.

⁷³ *Idem*.

8.2. Organizações cristãs

A relativa fragilidade da estrutura sindical na Amazônia, se comparada à que existia em partes do Nordeste, por exemplo, pode ser apontada como um dos fatores que dificultavam a organização de uma ação reivindicatória perante setores da administração pública, acirrando os conflitos na região (Lacerda, 2013, p. 158). Para ocupar esse espaço foi importante a atuação da Igreja Católica na região amazônica no século XX, que de modo geral, segue orientações progressistas da Teologia da Libertação, definida como uma reflexão espiritual e religiosa, que tem como pressuposto fundamental a agência dos seres humanos sobre suas vidas e sobre a transformação (Levy, 2009).

Os movimentos sociais no Estado do Pará começaram por meio da atuação dos movimentos na Transamazônica, ou seja, era composto por um grupo mais heterogêneo, que iniciou pela necessidade de apoio aos colonos para enfrentarem as difíceis condições sociais e estruturais da região, que ameaçavam a sobrevivência das famílias (FVPP, 2006, p. 15). As condições precárias da estrada isolavam os povos das outras regiões do país, e até mesmo das capitais e grandes centros urbanos. O Estado não era capaz de oferecer os serviços básicos de educação, saúde e segurança, e para agravar, a agricultura familiar não conseguia prover condições dignas de sobrevivência.

Ali estavam as sementes dos atuais movimentos sociais na Amazônia, que contou com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), em especial da Prelazia do Xingu, onde surgiram novas organizações, especialmente no período de 1972 a 1985. Posteriormente, de 1987 a 1990 foram realizados cinco encontros⁷⁴, que demonstravam a evolução da organização dos movimentos na região, pois além de estudos que estavam sendo realizados e reflexões sobre esses estudos, em cada reunião eram definidas pautas e estratégias de ação e novos atores sociais eram agregados àquela rede em formação. A partir de 1987, inicia-se uma nova estratégia do movimento social marcada pela regionalização das suas ações, embasamento das denúncias

⁷⁴ O primeiro encontro regional aconteceu em Medicilândia, em julho de 1987, e reuniu lideranças da Região Transamazônica e da Rodovia Cuiabá-Santarém. Um segundo encontro regional foi realizado, desta vez em Rurópolis, para apresentar os resultados e sobre eles refletir. Em 1989 foi realizado um terceiro encontro regional, onde se discutiu a integração dos colonos da Transamazônica com os colonos da Cuiabá-Santarém, uma vez que os problemas enfrentados eram semelhantes: o abandono das estradas, as pontes quebradas, a falta de assistência à educação e à saúde, a falta de crédito agrícola, entre outros. Em 1990 foi realizado um Seminário Regional, também conhecido como “Debate de Altamira”, que teve como tema “O futuro do projeto de colonização – Transamazônica 20 anos depois”. Em novembro de 1990, aconteceu mais um encontro com lideranças de toda a região, com apoio de parlamentares oriundos do movimento social, com a assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e do Centro de Apoio ao Movimento Popular Sindical – CAMPOS (FVPP, 2006, p. 22-24).

com pesquisas socioeconômicas e pelo aumento da visibilidade, no âmbito nacional, dos problemas que atormentavam a população da Transamazônica. (FVPP, 2006, p.15)

O Bispo Dom Erwin Kräutler, que chegou na região do Xingu em 1975, quando era habitada essencialmente por indígenas, ficou conhecido por sua luta contra as usinas hidrelétricas de Belo Monte. Não seria diferente o trabalho realizado na região do Tapajós, principalmente nas cidades de Santarém e Itaituba, onde há uma maior concentração populacional. A partir dessas cidades líderes religiosos se articulam em rede com movimentos sociais locais, nacionais e internacionais.

À frente do Movimento Tapajós Vivo, por exemplo, existe um padre da Igreja Católica (Entrevistado 4), que dentre outras atividades atua em rádios comunitárias. Então é antiga a participação de igrejas cristãs no processo de composição e formação de lideranças indígenas. A TAN-CHT contou com apoio de associações cristãs internacionais como a Miseror, que é uma organização episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Dentre outras organizações nacionais que integraram a rede tem-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que teve uma grande atuação junto aos Munduruku para a realização do Protocolo de Consulta.

8.3. Entre atores globais e o problema local

Existem organizações que estão se especializando em contatar artistas famosos para apoiar causas socioambientais. Um exemplo é a “Uma Gota no Oceano”, que é uma entidade sem fins lucrativos, que trabalha em apoio a movimentos e organizações sociais, construindo estratégias de comunicação para ampliar a empatia e solidariedade ativa da sociedade brasileira com causas socioambientais. A estratégia é identificar oportunidades e estabelecer pontes entre lideranças, organizações, formadores de opinião e a grande imprensa, ampliando a discussão de temas que consideram relevantes como justiça ambiental e sustentabilidade⁷⁵. O vídeo que inaugurou a organização foi o “É a gota d’água + 10”⁷⁶ em prol da causa dos impactos socioambientais da UHE Belo Monte e contou com a participação de atores da Rede Globo como Juliana Paes, Elizângela do Amaral Vergueiro, Maytê Proença, Sérgio Marone, Ary Fontoura, Marcos Palmeira, Isis Valverde e Bruno Mazzeo.

⁷⁵ Uma Gota no Oceano. Disponível em: <https://umagotanooceano.org/>. Acesso em: 20 out. 2018.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DIpAbXsWH7U>. 16 nov. 2011. Acesso em: 20 out. 2018.

A organização atua também na causa socioambiental do CHT contando mais uma vez com atores globais como Marcos Palmeira, Letícia Sabatella e Wagner Moura que realizaram o vídeo “A iniciativa Munduruku”⁷⁷, que trata da PEC 215, autodemarcação de Sawré Muybu e os problemas socioambientais que podem causar as usinas hidrelétricas no rio Tapajós. Difundiram três *hashtags*: #PEC2015Não #DemarcaçãoJá #TapajósLivre. Vídeos têm sido gravados também para dar voz direta aos próprios indígenas Munduruku, ribeirinhos, beiradeiros e movimento sociais locais e nacionais.

8.4. Comunidade de Cientistas

O livro *Ocekadi: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais, e Resistência na Bacia do Tapajós* (termo da língua Munduruku que pode ser traduzido como “nosso rio” ou “o rio do nosso lugar”) é uma crítica sobre as unidades hidrelétricas na bacia do Tapajós, levando em consideração os processos de planejamento, de licenciamento, de implementação e, a problemática da violação dos direitos dos indígenas, das outras populações tradicionais locais e a legislação ambiental. A obra está estruturada em 25 capítulos, organizada em artigos, escritos por pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e países, pertencentes ao poder público, ONGs e movimentos sociais, que atuam na Bacia do Tapajós e/ou em áreas da região amazônica afetadas por barragem. Um dos artigos tem contribuição de Jairo Saw Munduruku, Membro do Movimento Ipereğ Ayũ e vive na aldeia Sai-Cinza, na terra indígena de mesmo nome, no alto Tapajós.

Os artigos são compostos por vários temas que orbitam os impactos da implantação de UHE’s no Tapajós e em outras áreas da região amazônica, revelando a resistência dos povos invisíveis (indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores) do alto e médio Tapajós na preservação ambiental e cultural frente às investidas governamentais para o “desenvolvimento regional” na figura das UHEs. A obra é uma iniciativa do *International Rivers* Brasil e do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e o Instituto Socioambiental (ISA) e tem o apoio da Charles Stewart – Mott Foundation e do Fundo Socioambiental Casa.

⁷⁷ A iniciativa Munduruku. Uma gota no Oceano. 28 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7wCDZqrk3ys>>. Acesso em: 20 out. 2018.

PARTE IV – O INTERNACIONAL-GLOBAL: MUITO MUNDO EM POUCO LUGAR

No fundo da China existe um mandarim mais rico que todos os reis de que a fábula ou a história contam. Dele nada conheces, nem o nome, nem o semblante, nem a seda de que se veste. Para que tu herdês os seus cabedais infindáveis, basta que toques essa campainha, posta a teu lado, sobre um livro. Ele soltará apenas um suspiro, nesses confins da Mongólia. Será então um cadáver: e tu verás a teus pés mais ouro do que pode sonhar a ambição de um avaro. Tu, que me lêes e és um homem mortal, tocarás tu a campainha? (O mandarim, Eça de Queiroz)

Crucial entender o papel da China quando se fala nas relações comerciais internacionais no Brasil. A China, ao mesmo tempo que é centro, é periferia. Centro por estar relativizando o poderio econômico dos Estados Unidos. Periferia por não ter resolvido muitos problemas sociais e ainda não ter o potencial bélico estadunidense. Juntamente com a Rússia tem contrabalanceado a hegemonia americana. É necessário ficar atento também a esse reordenamento para melhor entender o novo cenário em que redes de ativismo vão atuar.

As transformações na relação Sul-Sul são muito atuais e, em geral, a literatura das Relações Internacionais tem se dedicado pouco em observar o fenômeno nos movimentos sociais transnacionais. Existem mudanças na forma de atuar das campanhas transacionais e de localizar o inimigo. Moreira (2015) identificou uma rede Sul-Sul, que tem por alvo também um país do Sul global (Brasil) ao analisar a construção de hidrelétricas no Peru.

A mudança não está apenas na rápida revolução tecnológica. Mudanças ocorrem também na composição da rede e estratégias a serem adotadas. O emaranhado de atores envolvidos coloca em dúvida até se a China configura como um alvo de redes transnacionais de ativismo semelhantes ao final da década de 1990, quando era muito claro, por exemplo, que o financiamento do Banco Mundial partia de uma decisão do Congresso Americano. Ou se um ator-alvo está cada vez mais invisível, pois o modelo atual é de empresas oriundas de vários países. Afinal, “Para o camponês ou a comunidade indígena, faz alguma diferença (...) se a mineradora é canadense ou chinesa? Se a soja que ocupa seus territórios alimentará suínos na Espanha ou chineses na China?” (Moreno, 2015, p. 08).

É interessante a provocação que sugere que não importa a origem do financiamento, que o impacto socioambiental será o mesmo, porém em se tratando de estratégias das redes de ativismo transnacional é importante saber quem financia e a quem atende os projetos na região.

Os atores sociais internacionais podem oferecer melhor suporte quando reconhece o ator alvo (Keck e Sikkink, 1998), seja contra empresas ou contra o próprio Estado. Seja atuando contrárias aos empreendimentos, ora cobrando o cumprimento dos projetos de mitigação.

E diante de tantas transformações, onde o internacional possui diferente configuração os atores sociais internacionais passam a exercer importante papel na mobilização de recursos, pois encontraram atores sociais nacionais dispostos a colaborar e com certa experiência; e atores locais organizados, que estão aptos a fazerem filtragem do que é bom para os povos do médio Tapajós.

9. MERCADO E EMPRESA TRANSNACIONAIS

A ascensão política e econômica da China, Japão e União Europeia reconfigurou geopoliticamente o mundo de unipolar, centrado nos Estados Unidos, para um mundo unimultipolar, com os estadunidenses ainda como *hegemon* bélico, algo também em transformação devido a atual expansão bélica chinesa. O crescimento chinês começa nos anos 1980 e passa impactar o mundo ao longo dos anos 1990, se consolidando no final da primeira década do século XXI, quando então se torna a segunda economia do mundo, o que alguns especialistas já buscam apontar para o retorno da bipolaridade, dessa vez entre Estados Unidos e China, mas ainda longe dos contornos bélicos marcados pela Guerra Fria. “A ascensão chinesa alimenta-se tanto desse dinamismo econômico e tecnológico regional quanto das tendências centrífugas que a globalização introduziu com força, a partir dos anos 1990, na maior parte das economias ocidentais” (AGUIAR, 2016, p. 05)

Seguindo a lógica hegemônica a China percebeu a necessidade de intensificar seu comércio externo e adquirir bens primários para alimentar seu mercado cada vez mais em expansão como minérios, gás, petróleo, madeira e produtos oriundos da agroindústria como soja, carnes, pasta de celulose, milho, dentre outros. A Amazônia que já foi alvo de espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses, americanos e japoneses agora recebe atenção da China em várias frentes estratégicas, políticas incorporadas até mesmo pelos estados subnacionais como é o caso do Estado do Pará⁷⁸.

9.1. Tapajós: lugar de transporte e produção de *commodities*

O Brasil exporta, segundo Escher *et. al.* (2018, p. 325), 60% da sua soja por rodovia, 30% por ferrovia e 10% por hidrovia. O custo por tonelada desembolsado pelo produtor para

⁷⁸ **Gigantes chinesas prospectam investimentos no Pará.** 07 jun. 2018. Disponível em: <http://para2030.com.br/giganteschinesas-prospectam-investimentos-no-para>. Acesso em 10 jul. 2018.

exportar os grãos na Argentina e nos EUA é de US\$ 20, enquanto no Brasil é de US\$ 92. O uso do modal hidroviário no transporte de cargas, hipoteticamente, representaria uma redução nos custos de 44% em relação ao ferroviário e de 84% ao rodoviário.

Além de ser uma continuidade geográfica do Mato Grosso a região do Tapajós possui um corredor hidroviário que aproxima o Brasil do mercado que mais cresce no mundo. O avanço da agricultura de soja na região Centro-Oeste e Oeste do Pará nos últimos anos, fez com o que o governo implantasse o Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), que previu até 2023 o escoamento da soja do Norte do Mato Grosso pelo porto de Santarém, pois seria mais barato que pelo porto de Santos (Morales et al., 2013). Em termos logísticos a Ásia está mais próxima do Estado do Pará que o Estado de São Paulo, pois a soja passaria pelo Canal do Panamá, alcançando o Oceano Pacífico com menos custos e mais rapidez. O objetivo dos produtores é baratear o transporte de carga pelo canal, para reduzir a viagem até a China em até quatro dias. Hoje, os navios cruzam o Cabo da Boa Esperança, na África, para chegar ao país asiático⁷⁹.

9.2. Integração Sul-Americana

Em 2008, os presidentes sul-americanos criaram a União das Nações Sul Americanas - UNASUL⁸⁰ como um espaço de articulação e diálogo político que envolve doze países do continente. A integração originou uma série de conselhos setoriais em nível ministerial, como o Conselho Sulamericano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN, criado em 2009, como instância de discussão política e estratégica para planejar e implementar a integração da infraestrutura regional dos países membros da União das Nações Sul Americanas (UNASUR, 2016, p. 09).

Os trabalhos da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA) – entre 2000 e 2010 – e do COSIPLAN – a partir de 2011 – se basearam desde o início no planejamento de projetos de infraestrutura como componente chave do que se propõe a ser de desenvolvimento do território sulamericano. Assume uma orientação de integração competitiva e adota um modelo de modernização com base em mega-projetos de investimentos.

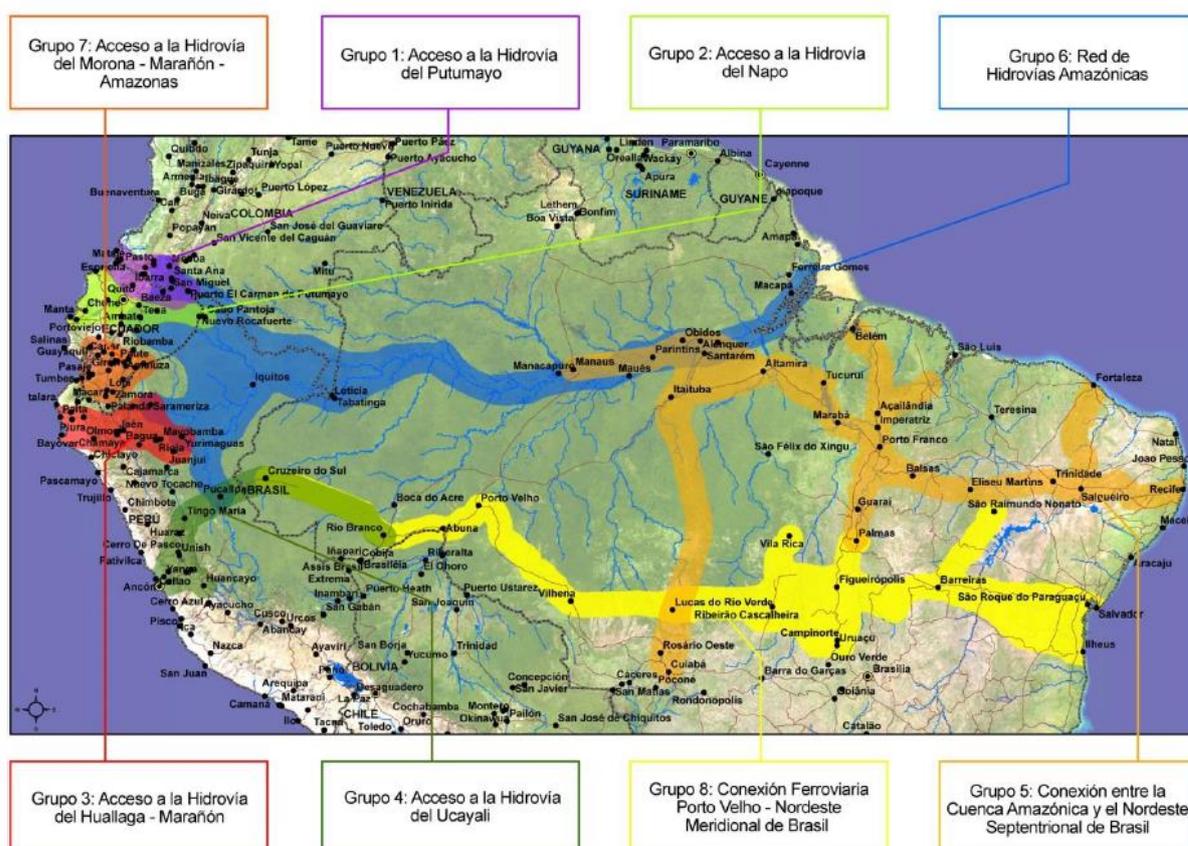
⁷⁹ Arco Norte deve exportar até 50% da soja de Mato Grosso em cinco anos. Previsão do Imea considera aumento da produção em regiões antes predominadas pela pecuária e novas terminais em Miritituba (PA). **Globo Rural**. 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2018/04/arco-norte-deve-exportar-ate-50-da-soja-de-mato-grosso-em-cinco-anos.html>>. Acesso em 20 ago. 2018.

⁸⁰ *The leaders of 12 South American nations have formed a regional body aimed at boosting economic and political integration in the region. In: South America nations found union. BBC News*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/7417896.stm>. 23 mai. 2008. Acesso em: 25 jun. 2017.

A lógica de mercado, como fronteira do desenvolvimento, extrapola os limites políticos dos países da região, onde uma série de investimentos são planejados e implementados sob a lógica de um Estado empreendedor e com metas a curto prazo.

A carteira de projetos da COSIPLAN inclui atualmente 581 projetos de integração, estimados em US\$ 191.420 milhões; a carteira ativa, ou seja, de projetos que se encontram em desenvolvimento (perfil, pré-execução e execução) são 453, estimados em US\$ 163.291 milhões; e os projetos concluídos são 128 e demandaram US\$ 28.129 milhões. Estão distribuídos em todo o território sulamericano 10 eixos de “integração e desenvolvimento”: 1. Amazonas; 2. Andino; 3. Andino do Sul; 4. Capricórnio; 5. Sul; 6. Escudo Guianês; 7. Hidrovia Paraguai-Paraná; 8. Interoceânico Central; 9. Mercosul-Chile; 10. Peru-Brasil-Bolívia. Quatro desses eixos estão na área geográfica da Amazônia internacional: Amazonas, Andino, Escudo Guianês e Peru-Brasil-Bolívia. A Amazônia internacional é a principal região da COSIPLAN e de grande importância para o planejamento desenvolvimentista. A região do Tapajós está abrangida pelo eixo Amazonas, que por sua vez contém 8 principais projetos, conforme pode ser visto no mapa abaixo.

Mapa 7. Projetos do Eixo Amazonas



Fonte: IIRSA, 2015. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/cartera15_reunion_por_eje_informe_final_AMA.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

O Grupo 6 em que está inserida a região Tapajós prevê melhorias exatamente em sua bacia, com a construção e melhorias no corredor hidroviário. Castro (2012), ao apontar o PAC no plano nacional e o IIRSA no âmbito regional, alega que esses programas se constituem em propostas voltadas para a logística do transporte, comunicação e energia, sendo exemplos do compromisso do Estado influenciado pelos processos regionais e transnacionais. A região amazônica tornou-se um espaço central na geopolítica brasileira, onde o interesse pela exploração dos recursos naturais atravessa fronteiras políticas.

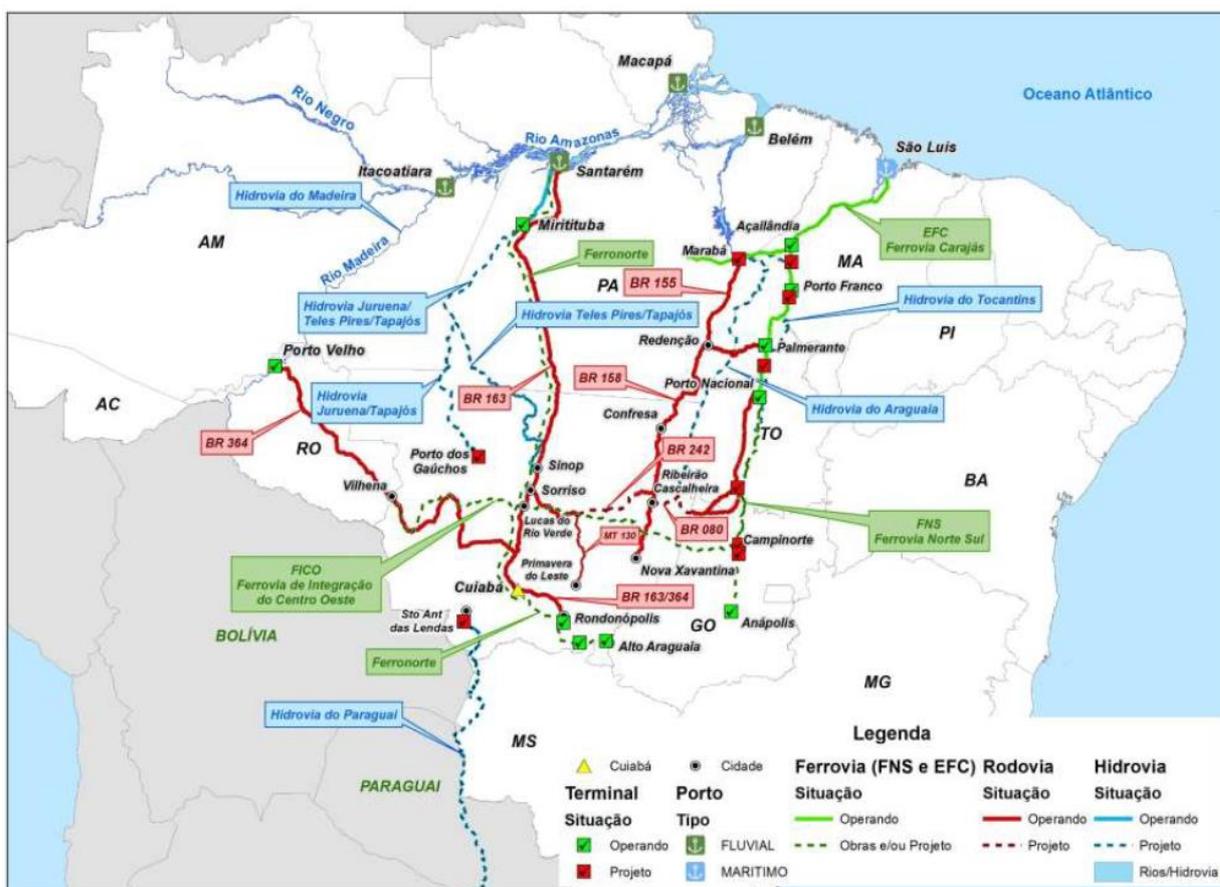
9.3. Grandes Obras de Infraestrutura

As grandes obras de infraestrutura na região do Tapajós experimentam uma nova fase que começa com a chegada da soja na região, o que já tem pouco mais de vinte anos. O avanço é conhecido como Arco Norte. As hidrelétricas a depender da forma como são construídas podem servir também para a construção de hidrovias.

O Arco Norte segundo Rodrigues (2017, p. 09) é um projeto do Estado brasileiro em sinergia com setores empresariais do agronegócio composto pelos eixos Tapajós, Madeira, Leste e São Luiz para corredores de exportação de grãos. O objetivo é assegurar as condições necessárias para instalações logísticas: 1) Pavimentação de estradas, construção de hidrovias e ferrovias; 2) financiamento público-privado; 3) incentivos fiscais e energéticos; 4) dispositivos jurídicos que possibilitem a ampliação da chamada segurança jurídica; 5) viabilidade (ou flexibilização) do licenciamento ambiental; 6) qualificação de mão de obra.

A região não é pensada isoladamente, mas como parte de um todo da exploração e escoamento da soja, e assim há o planejamento/execução da pavimentação de rodovias, construção de hidrovias, estações de transbordo, portos e ferrovias. Passa a ser uma espécie de extensão da economia do Estado do Mato Grosso, conhecida pela exploração graneleira ao mesmo tempo conta com as características de rios com alta capacidade de navegação e exploração energética. Abaixo o mapa com as principais obras em andamento ou em planejamento de integração da região ao centro-sul do país.

Mapa 8. Obras de Infraestrutura de integração Norte/Centro-Sul



Fonte: IMEA, 2019.

Os projetos de investimento que visam converter o Arco Norte em torno do Rio Tapajós em um extenso corredor logístico multimodal para as exportações agrícolas e minerais, que nasceram com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimentos em Logística (PIL) no governo Dilma; e prosseguiram no governo Temer com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que segundo Escher *et. al.* (2018) consolidou uma lógica de privatizações e concessões para o capital transnacional através de Investimentos Diretos Externos (IDE).

9.3.1. Rodovias

A BR-163 (Santarém-Cuiabá) e a BR-230 (Transamazônica) são as duas rodovias federais que conectam a região do Tapajós ao restante do país, ambos projetos não concluídos do período desenvolvimentista militar. Criada em 1973, nunca foi totalmente pavimentada, e possui trechos críticos agravados pelos períodos intensos de chuvas. Há muito tempo é uma bandeira de luta de povos da floresta que vivem próximo à rodovia, criando ramais e vicinais,

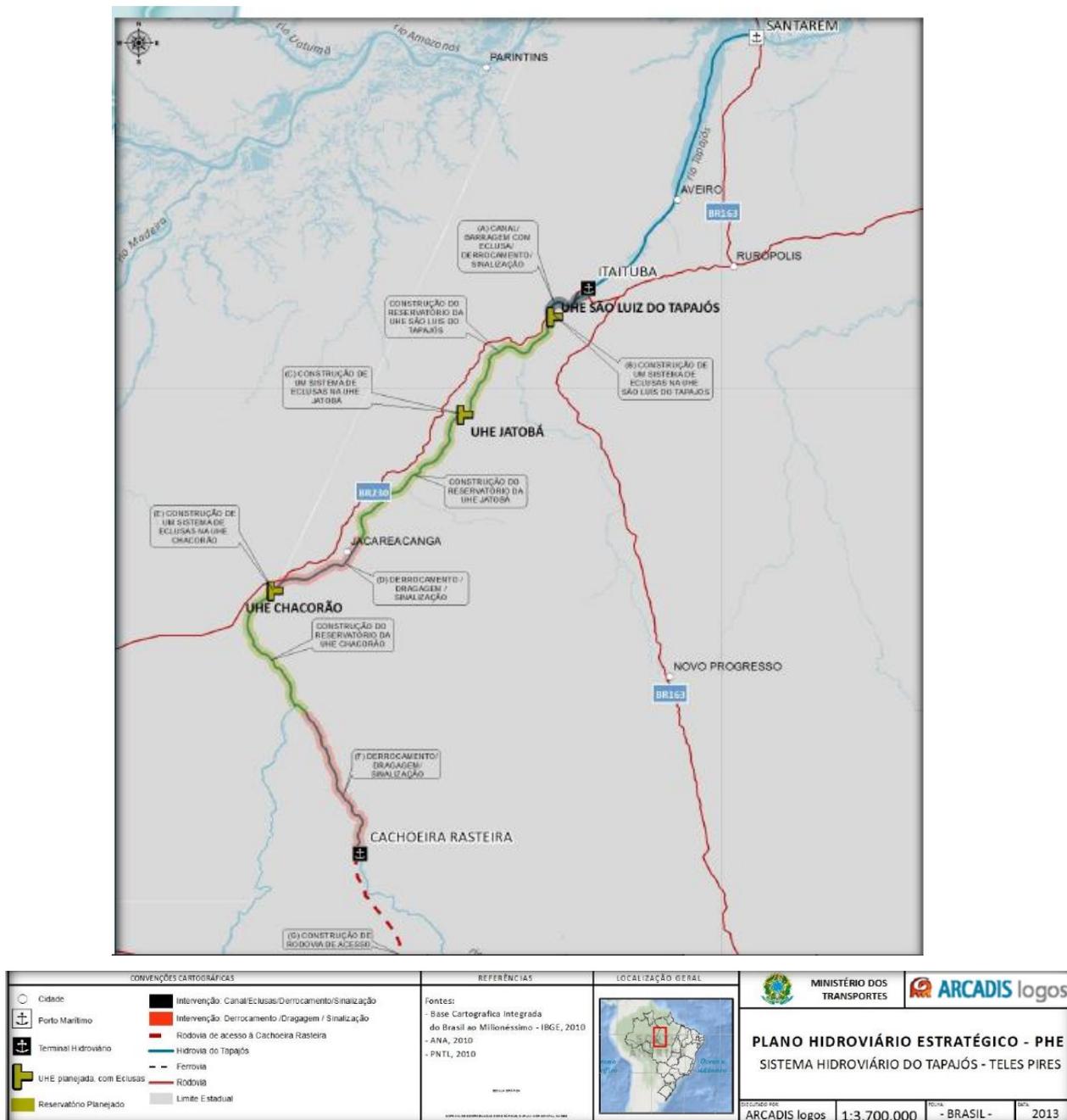
formando uma estrutura conhecida por “espinha de peixe”, por conta do traçado de desmatamento a partir da rodovia. O interesse pela melhoria no escoamento de grãos fez interesses políticos e econômicos voltarem os olhos para a BR-163 nos últimos anos pelo asfaltamento da rodovia.

9.3.2. Hidrovia

O Ministério de Transportes – MT (atual Ministério da Infraestrutura) iniciou em 2013 no Governo Dilma o projeto denominado de Plano Hidroviário Estratégico – PHE com objetivos de aprimorar ainda mais o transporte de cargas e passageiros por hidrovias. Com o PHE, o Governo tinha por objetivo preparar uma estratégia para a implementação do plano até 2031. O Plano Estratégico, elaborado pelo Consórcio Arcadis Logos e teve o Banco Mundial como co-financiador do projeto, que ao todo indica não terá alterações, será utilizado pelo Ministério para se comunicar com as partes interessadas e outras autoridades do governo envolvidas no Transporte Hidroviário Interior (THI).

O PHE 2013 deixa muito claro que a região do Tapajós é de extrema importância no escoamento de grãos. E mais uma vez a bacia é pensada integralmente aliando as hidrovias Tapajós e Teles Pires. O THI entre Santarém e Cachoeira Rasteira depende diretamente da construção de usinas hidrelétricas com sistemas de eclusas, que permitiria a navegação ao longo de extensos segmentos dos rios. No entanto, entre Itaituba e Cachoeira Rasteira, serão necessárias medidas adicionais, tais como: derrocamento, dragagem, regularização do rio e sinalização (BRASIL, MT, 2013, p. 46), conforme mapa a seguir.

Mapa 9. Obras civis e sinalização nos rios Tapajós e Teles Pires



Fonte: Brasil, Ministério dos Transportes, 2013, p. 47.

A hidrovia seria facilitada pelo barramento do rio Tapajós para a construção de hidrelétricas, destruindo trechos encachoeirados, que dificultam a passagem de barcos e barcaças de soja. A hidrovia possui 843 km de extensão entre a confluência dos rios Teles Pires

e Juruena (Mato Grosso) até a foz do rio Tapajós em Santarém (PA)⁸¹. Entretanto a construção da hidrovia trará grandes problemas ambientais para a Amazônia (Fearnside, 2015a).

A construção de barragens para as usinas hidrelétricas ao longo do Tapajós facilitaria a implantação da hidrovia, porém para a sua total implantação deve ser construída a barragem de Chacorão, que após o alagamento encobriria a cachoeira de mesmo nome, facilitando a passagem das barcas (Fearnside, 2015a). Chacorão inundaria 18700 há da terra indígena Munduruku (Millikan, 2011), além disso, a implantação da hidrovia poderá causar aumento no desmatamento da região próxima à hidrovia para o plantio de soja, tanto no estado do Mato Grosso, quanto no Pará (Fearnside, 2015a).

Uma outra questão relacionada à implantação da hidrovia seria que os impactos causados pelo desmatamento após a construção Tapajós-Teles Pires não estão inclusos nos créditos de carbono ou nos licenciamentos ambientais das hidrelétricas do Tapajós, como a Teles Pires e a São Luiz do Tapajós (Fearnside, 2013), apontando erros no Licenciamento ambiental das hidrelétricas e prejudicando os Munduruku, que são detentores das terras em questão (Fearnside, 2015a).

9.3.3. Portos

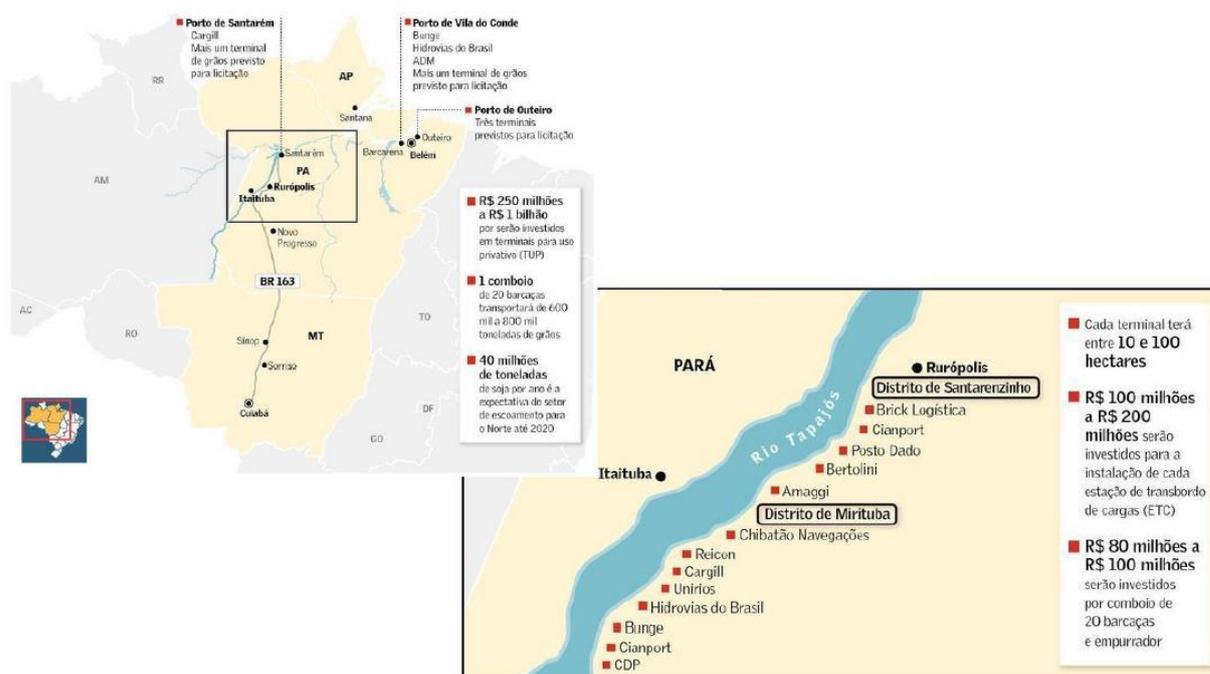
As políticas portuárias advindas do PAC 1, conforme aponta Rodrigues (2017, p. 06), tiveram uma injeção de R\$ 794, 2 milhões, de um total de R\$ 2,2 bilhões, cuja maior parcela foi para o Estado do Pará, equivalente a R\$ 735,4 milhões. A criação de portos envolve uma reunião de projetos que tentam diminuir os custos de transporte e maximizar a produção de grãos no Brasil: PAC 1 e 2; PIL, Política de Desenvolvimento Produtivo (2007); Política Nacional de Logística e Transporte (2007); Política Nacional de Transporte Hidroviário (2010), Plano Nacional de Energia 2030, Matriz Energética Nacional 2030 (2007 e 2009); Plano Hidroviário Estratégico (2010). Em âmbito regional, há o Plano Amazônia Sustentável, Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da BR-163 e o Pará 2030.

Aguiar (2017, p. 39) lembra que a Cargill começou a operar seu terminal de transbordo de cargas em Santarém (baixo Tapajós) em 2003, mesmo sem obter licença para tal. A receita operacional líquida da Cargill no Brasil alcançou R\$ 35 bilhões em 2017, o que representa o

⁸¹ Hidrovia do Tapajós -Teles Pires. **DNIT**. 27 dez. 2018. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario/hidrovia-do-tapajos-teles-pires>. Acesso em: 06 abri. 2019.

crescimento de 6% em relação a 2016⁸². No médio Tapajós, principalmente em Miritituba o escoamento de grão começou no ano de 2014 a partir da empresa Bunge. Depois outras empresas graneleiras se instalaram na região e outras mais estão em vias de se instalar, conforme pode ser visto na imagem a seguir.

Imagem 1. Estações de Transbordo de Carga nos Distritos de Miritituba e Santarenzinho



Fonte: Valor Econômico, 2014.

A Bunge estabeleceu em 2014 sua estação de transbordo de cargas (ETC) em Miritituba, distrito de Itaituba, na margem direita do rio Tapajós. Segundo Aguiar (2017, p. 20) e pelo que se depreende da imagem 1 três outros terminais estão atualmente em construção em Miritituba (das empresas Cargill, Cianport e Hidrovias do Brasil) e quatro ETCs previstas para o município vizinho de Rurópolis (das empresas Odebrecht Transport, Louis Dreyfus Commodities, Bertolini e Cianport) já estão em processo de licenciamento ambiental na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do estado do Pará, em Belém. A Bertolini já opera um terminal de menor porte em Miritituba e a Ammagi está operando em joint-venture com a Bunge em Miritituba. Especula-se que outras empresas tenham comprado terras e planejem iniciar o licenciamento de outros terminais na região.

⁸² Relatório Anual Cargill 2017. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432129331885/brazil-annual-report-br.pdf. Acesso 20 nov. 2018.

9.3.4. Ferrovia

A segunda fase do PIL, de 2015, incluiu o projeto de ferrovia entre o norte do Mato Grosso e Itaituba para integrar o corredor logístico multimodal de escoamento dos grãos do Mato Grosso pelo Tapajós. A EF-170, também chamada de Ferrogrão, foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) na 1ª Reunião do Conselho do PPI, em 13 de setembro de 2016. O projeto visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km. Levantamentos setoriais indicam que a estimativa dos empresários locais é de escoar até 20 milhões de toneladas de grãos do Mato Grosso pelos portos da Bacia Amazônica (Brasil, PPI, 2019).

O potencial interessado é um consórcio formado pelas *tradings* americanas ADM, Bunge e Cargill; a holandesa Louis Dreyfus e a brasileira Amaggi. O traçado previsto para a ferrovia atravessa o Parque do Jamanxim, que é uma Unidade de Conservação. Por meio da Medida Provisória nº 758/16, foi feita a desafetação da área alcançada pela faixa de domínio da ferrovia, a fim de evitar o risco de questionamentos quanto à viabilidade locacional. A MP já foi aprovada pelo Congresso e sancionada conforme Lei nº 13.452/2017. O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública solicitando suspensão do processo de audiência, obtendo liminar em 24/10/2018. A Agência Nacional de Transportes Terrestre entrou com pedido de suspensão da liminar, o qual foi deferido em 18/12/2018⁸³.

9.4. Financiamento

A crise econômica nos países industrializados aliado à consolidação das economias dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) modificou significativamente o financiamento de projetos na Amazônia na primeira década do século XXI. As relações econômicas Sul-Sul se intensificaram, dentre elas Brasil e China, que forjaram uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, com base nas políticas de internacionalização das empresas nacionais e a construção de espaços hegemônicos regionais dominados por seus capitais nacionais (Little, 2013, p. 13). Crescem, assim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da China para ocupar o espaço dos principais investidores e credores para a megaprojetos na Amazônia.

⁸³ Informações do Projeto Ferrogrão. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Durante os primeiros anos, após o colapso financeiro 2007-2008, Aguiar (2017, p. 60) aponta que os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) pareciam ter descolado seus destinos dos centros industriais tradicionais, aproveitando a necessidade chinesa por commodities e se beneficiando da alta histórica dos preços dessas mercadorias, resultante tanto (ou mais) da especulação financeira quanto da demanda asiática. Logo, parte dos investimentos em infraestrutura no Brasil buscava garantir as fontes de energia e os canais de escoamento da pujante produção agropecuária e mineral do país diante desta conjuntura internacional favorável aos termos de troca da balança comercial brasileira. Na década de 1990, McCully (2004, p. 03) apontava que o Banco Mundial, que por anos foi o único e maior patrocinador da indústria internacional de barragens, passou a se afastar das críticas e reduziu já naquela época para menos da metade das barragens. A UHE Belo Monte na sua primeira tentativa foi um exemplo de um desses projetos abandonados, exatamente por problemas socioambientais, financiamento que foi substituído pelo BNDES.

Os acontecimentos políticos e econômicos no Brasil ocasionaram algumas mudanças quanto ao financiamento e participação nacional em grandes empreendimentos. Parte pela falência das empresas, parte pela Operação Lava Jato, que retirou de cena os alguns grupos e financiamento brasileiros. A China intensificou seu interesse nos empreendimentos na região por possuir empresas competitivas em vários setores de logística e para não ter seu crescente consumo de commodities ameaçado.

O interesse chinês por minerais como bauxita (que produz a alumina), por exemplo, é impossível sem uma grande geração de energia. Um casamento perfeito já está acontecendo, pois segundo Proença e Kupfer (2018, p. 277), o Brasil, com seu arranjo concorrencial e com a estabilidade institucional no Setor Elétrico (ex. Contratos assegurados; ANEEL; Judiciário; ONS e a operação “neutra” do Sistema Interligado Nacional; CCEE; etc.), seria um mercado atraente para o desenvolvimento gerencial da *China Three Gorges Corporation*. A CTGC é uma empresa estatal do governo central da República Popular da China, centrada em negócios de geração de energia, principalmente hidrelétrica, mas também crescentemente eólica (desde 2007) e solar (desde 2011).

9.5. As empresas envolvidas na construção de usinas hidrelétricas

O Brasil, mesmo levando construção de hidrelétricas a outros países da América Latina e África, possui baixa tecnologia na construção de tais empreendimentos. Isso porque as empresas envolvidas são aquelas responsáveis pela engenharia da barragem apenas. O que mais agrega valor econômico e tecnológico como as turbinas, comportas, válvulas e cilindros, ficam

sob a responsabilidades de empresas estrangeiras subsidiadas no Brasil. Debeux (2015, p. 213) ressalta que a UHE Tucuruí (PA) possui 25 unidades geradoras (UG) das quais 6 UG são da empresa Alstom (França); 8 UG da Alstom/Asea Brown Boveri (França/Suíça); 6 UG da General Electric (Estados Unidos); 3 UG da ABB (Suíça); 2 UG Voith (Alemanha); enquanto a UHE Belo Monte (PA) das 24 unidades geradoras 20 UG são do “Consórcio europeu” entre Alstom (França), Voith (Alemanha) e Andritz (Áustria); e 4 UG da Impsa (Argentina).

Segundo Debeux (2015, p. 213) os desafios tecnológicos de explorar os potenciais hidrelétricos de grande porte – especialmente com a utilização de turbinas de tipo bulbo, para evitar alagamentos na região amazônica – têm sido liderados por empresas estrangeiras, que desenvolvem boa parte dos produtos em suas matrizes.

Não bastasse a baixa tecnologia, colocando as empresas brasileiras apenas como construtora de barragens e a provável substituição dessas empresas por empresas estrangeiras; o que merece particular observação é como uma indústria tão recente na China, praticamente toda formada depois dos anos 2000, já logrou forjar empresas de grande porte, que fornecem não apenas para as usinas locais, como também se tornaram centros de exportação (Debeux, 2015, p. 245). Na hidrelétrica de Três Gargantas, por exemplo, empresas chinesas foram integradas aos dois consórcios formados pelas maiores fabricantes de unidades geradoras do mundo, com a obrigação de transferência de tecnologia. Em todas as cinco principais usinas hidrelétricas, há empresas chinesas entre as fornecedoras das unidades de geração elétrica.

A chinesa Dongfang, por exemplo, já está exportando para o Brasil parte das unidades geradoras da hidrelétrica de Jirau. Ela também disputou, juntamente com a Harbin, o fornecimento de turbinas para a hidrelétrica de Belo Monte, mas as companhias chinesas perderam a disputa pelo contrato de fornecimento nesse caso, conforme noticiado pela imprensa. Já a Companhia de Maquinário Elétrico Harbin, a outra gigante chinesa em equipamentos do setor, é responsável por praticamente metade das unidades geradoras de toda a capacidade hidrelétrica instalada de grande porte na China, segundo informações da própria companhia. Ela exporta produtos para mais de 34 países, incluindo Estados Unidos, Canadá, Japão, Rússia e Brasil (Debeux, 2015, p. 247).

Nem mesmo para aquelas atividades-meio que envolvem a construção de hidrelétricas, o Brasil é capaz de oferecer serviço. Exemplo está no próprio caso estudado, onde a empresa que realizou os estudos de impacto ambiental não é brasileira, mas a australiana *Worley Parsons*, que já tinha adquirido a brasileira CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores.

A CNEC surgiu como parte da divisão de Engenharia e Construção (E & C) do conglomerado brasileiro Camargo Correa e tornou-se uma subsidiária integral na década de 1990⁸⁴. A CNEC atende às indústrias de hidrocarbonetos a jusante, minerais e metais, hidrelétrica, infraestrutura (transporte, água/esgoto) e ambiental do Brasil. É um líder estabelecido no setor hidrelétrico do Brasil, reconhecido internacionalmente. A Camargo Corrêa decidiu no dia 31 de dezembro de 2010 vender a CNEC por R\$ 170 milhões para o grupo *WorleyParsons*⁸⁵. A transação faz parte da estratégia da Camargo Corrêa de focar em suas áreas principais, como construção, cimento, concessões de rodovias e a área de energia.

A *WorleyParsons Limited* é uma empresa de engenharia australiana que fornece serviços de consultoria e entrega de projetos para os setores de recursos, energia e processos complexo de indústrias⁸⁶. Depois da fusão passou a ser chamada no Brasil de *CNECWorleyParsons*, com sua principal sede em São Paulo, pioneira no Brasil em projetos na área ambiental. Em meados de 1980, antes da fusão, a *WorleyParsons* tornou-se a primeira empresa a manter uma equipe especializada de profissionais para estudos do meio ambiente, antes mesmo que o país adotasse uma legislação específica para o setor.

A CNEC *WorleyParsons Engenharia S.A.* tem atuado nos estudos de licenciamento ambiental em todas as fases regulamentadas pela legislação brasileira, quais sejam na obtenção de Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

A elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental para o Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós foi de responsabilidade da CNEC *WorleyParsons*. Já realizou outros trabalhos envolvendo domínio em áreas dos biomas amazônico e cerrado, como os inventários hidrelétricos para aproveitamento energético das bacias dos rios Madeira, Xingu, Araguaia, Tocantins e Juruena, sendo esses dois últimos foram realizadas a Avaliação Ambiental Integrada.

O *Greenpeace* (2016) elaborou um interessante levantamento de quais são as empresas e financiadores, que são potenciais participantes da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós levando em consideração os consórcios já formados e a lista de empresas e financiadores envolvidos na hidrelétrica de Belo Monte.

⁸⁴ Cnec Consorcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A. Disponível em: <http://www.cnpjbrasil.com/e/empresa/cnec-consorcio-nacional-de-engenheiros-consultores-s-a/61564639003371>. Acesso em: 20 ago. 2018

⁸⁵ *WorleyParsons* to acquire Brazil's CNEC Engenharia. Disponível em: <https://www.waterpowermagazine.com/news/newsworleyparsons-to-acquire-brazil-s-cnec-engenharia>. Acesso em 20 ago. 2018.

⁸⁶ About *WorleyParsons*. Disponível em: <https://www.worleyparsons.com/who-we-are/about-worleyparsons>. Acesso em 20 ago. 2018.

Imagem 2. Potenciais empresas e financiadores da UHE São Luiz do Tapajós



Fonte: *Greenpeace* (2016, p. 48-49)

O Entrevistado 24 (Apêndice II) afirmou que um grande aprendizado, que não foi possível fazer de forma mais elaborada na campanha contra a UHE Belo Monte e o *Greenpeace* adotou na campanha contra o Complexo de UHEs Tapajós, foi identificar todas as empresas transnacionais potenciais lucradoras com a construção de usinas hidrelétricas. A partir da identificação dessas empresas-alvo é possível realizar pressão e posicionamento quanto aos impactos socioambientais na Amazônia.

Existem ainda as empresas que se beneficiam depois de construídas as hidrelétricas, geralmente empresas mineradoras, que exigem energia eletrointensiva. Foi o caso da canadense Belo Sun que em busca de ouro se instalou no rio Xingu durante a construção da UHE Belo Monte. O rio Tapajós que historicamente extrai ouro e diamante de forma ilegal pode atrair essas empresas, que mesmo obtendo licença causam impactos socioambientais irreversíveis.

10. ATORES SOCIAIS INTERNACIONAIS – MOBILIZANDO OS RECURSOS

A UHE Belo Monte na sua primeira tentativa de construção ficou largamente conhecida por vários aspectos, sendo que Sequeira (2015) destaca os seguintes: 1. Ambientalismo na Amazônia brasileira, que ficou marcado pelo assassinato de Chico Mendes em 1988; 2. O local em que foi planejada a usina Kararaô, o que permitiu uma sensibilidade internacional à causa dos indígenas do Xingu ao conhecerem que se tratava de um lugar com muitas terras indígenas e de grande preservação ambiental; 3. A liderança do cacique Kayapó Raoni Metuktire, que em 1989 realizou uma campanha internacional em 17 países contra a usina hidrelétrica; 4. O *frame* da Kayapó Tuíra passando um facão no rosto de Cláudio Muniz, em sinal de advertência; e 5. As várias ONGs internacionais que compuseram o ativismo transnacional.

Atualmente todos esses eventos acima relatados seriam mais bem difundidos com as tecnologias atuais. O estudo da mobilização de recursos sempre terá campo de análise, o que não significa que somente aos recursos se atribuem o sucesso da campanha transnacional, mas perceber suas mudanças é entender a dinâmica que se estabelece entre os atores locais, nacionais e internacionais da rede.

As estruturas de mobilização estão conectadas aos recursos e estes “podem ser de natureza econômica, técnico-científica, associativa e/ou se basear na disseminação de informações. Esses recursos podem ou não ser convertidos em recursos políticos” (NASCIMENTO, 2011, p. 52). Uma rede de ativismo transnacional é composta por atores que trabalham internacionalmente em favor de um assunto e que se mantêm unidos por um discurso comum, por valores que compartilham, por uma intensa troca de informações e pelo movimento de recursos e serviços (Keck e Sikkink, 1999a, p. 405).

É necessária a ressalva que não existe uma anulação da participação influenciadora em táticas e estratégias por parte de ONGs internacionais na mobilização local, ocorre que ela vem sendo diminuída. O período dos novos movimentos sociais demonstra que tais recursos e serviços receberam uma transformação a partir da década dos anos de 1960, que acompanharam as mudanças tecnológicas e sociais em todo o mundo. Segundo Moreira *et. al.* (2019, p. 80) as tecnologias de comunicação tornaram-se mais acessíveis até para alguns das mais remotas e marginalizadas comunidades, aliviando algumas das dependências históricas às ONGs internacionais para troca de informações e exposição da campanha.

Logicamente muitos recursos acompanham a revolução tecnológica e o exemplo mais conhecido foi a “Primavera Árabe” que se iniciou em dezembro de 2010, quando o *Twitter* foi o meio utilizado para propagar protestos e manifestações em locais públicos em países do Oriente Médio e Norte da África de jovens insatisfeitos com a crise econômica e o regime

político. Keck e Sikkink (1998) citava como exemplo o fax para demonstrar o quão rápido poderia ser a comunicação. Hoje a velocidade e o acesso facilitaram muito a divulgação das campanhas transnacionais. Existe muito espaço para inovação na utilização dos meios tecnológicos, mas é cada vez mais claro que se tratam de recursos de acesso amplo, que até mesmo os povos locais dominam, sem a dependência de ONGs do Norte global tão conhecida até o final da década de 1990.

A mobilização por direitos é impossível se não houver recursos para tal. Muitas ONGs internacionais estão prontas e aptas para atuar na mobilização de direitos, mas essa atuação pode ser diminuída quando o país não possui recursos comunicacionais, seja por falta de investimentos (algo que também vem sendo superado pela difusão e o barateamento das tecnologias); seja pela repressão estatal, capaz de realizar o controle de plataformas ou sinais de telefone e *Internet*.

Os estudiosos das Estruturas de Oportunidade Política ao fazer distinção da Mobilização de Recursos, levantaram alguns recursos básicos que os movimentos sociais dispõem para realizar suas campanhas. Sidney Tarrow (2009) denomina os novos recursos como inovações organizacionais, que podem ser recursos externos e inovações internas. Para compreensão da rede de ativismo transnacional contra as UHEs Tapajós é importante observar quais foram os recursos mobilizados, capazes de auxiliar o sucesso da campanha.

10.1. Recursos externos

Dentre os recursos externos mais importantes, tem-se a expansão e a disponibilidade da mídia de massa, que já foi a televisão (Tarrow, 2009, p. 168) e hoje é a *Internet* e as redes sociais. Um segundo conjunto de mudanças está na maior quantidade de dinheiro, tempo livre disponíveis para os jovens nos anos de crescimento do pós-guerra (McCarthy; Zald, 1973; 1977, *apud* Tarrow, 2009, p. 169). Um terceiro conjunto de mudanças está nos recursos financeiros e administrativos disponibilizados por fundações, governos locais, partidos ou grupos profissionais e civis.

A revolução digital mudou completamente as maneiras que as informações são produzidas e compartilhadas (Bickford, 2018, p. 84). Todo e qualquer indivíduo pode hoje produzir informação e em tempo real. Os *smartphones* revolucionaram a velocidade e difusão da informação ao mesmo tempo em que retirou dos grandes meios a exclusividade da comunicação. Tal característica tem impacto nas estratégias das redes de ativismo, no aperfeiçoamento dos *frames* (enquadramento discursivo) e no enfretamento ao Estado no papel de denunciar diretamente e por meio de provas possíveis abusos de autoridades públicas.

Característica essencial da rede de ativismo transnacional em prol de movimentos dos direitos humanos e socioambientais é obter apoio de fundações. No caso da TAN-CHT foi crucial para o êxito da campanha a disponibilidade de recursos. Longe de ser simplesmente fontes de dinheiro, as fundações desempenham uma diversidade de papéis, de convocação, de enquadramento estratégico, até a participação em comunidades de prática (Bickford, 2018, p. 74). Embora as redes de ativismo transnacional tenham surgido organicamente nas décadas de 1980 e 1990, foi a partir dos anos 2000 que sua estrutura subjacente foi fortalecida pelos padrões de financiamento dos principais apoiadores filantrópicos.

10.2. Inovações internas

Os movimentos sociais fazem uso dos meios de comunicação como a Internet e avançadas ferramentas de mídias digitais. Recorrem também às celebridades – astros de rock, cantores folk e estrelas de cinema que emprestam seus nomes e talentos às campanhas dos movimentos (Nelkin, 1975 *apud* Tarrow, 2009, p. 169).

Ampliando o leque de fatores que influenciam na atuação da rede a partir dos teóricos do ativismo transnacional, tem-se o conceito de fatores de atração – *pull factors*, que são fatores que facilitam a atuação da rede no plano transnacional (Tarrow, 2009; Sikkink, 2003), sendo alguns elencados após pesquisas empíricas: estudo ou trabalho no exterior dos membros da rede; conferências organizadas de forma paralela às organizadas por organismos estatais ou de organizações internacionais institucionalizadas; rol de avanços nas comunicações e na tecnologia internacional; diminuição dos custos de deslocamentos, como passagens de avião. Não caberia um estudo exaustivo de cada elemento, mas apenas indicar que a TAN-CHT dispõe de cada um desses fatores de atração ou recursos levantados pelos teóricos.

O rol de avanços na tecnologia de comunicações e a diminuição dos custos de deslocamentos, como passagens de avião são transformações típicas da globalização (Held, *et. al.*, 2002) que aumenta o contato entre os membros da rede e é essencial para sua eficácia (Keck e Sikkink, 1998, p. 26). São recursos disponíveis ao mercado, à economia, às pessoas e, conseqüentemente, aos movimentos sociais. Por meio da *Internet* as principais organizações da rede divulgaram suas ações contra a construção do complexo CHT em canais como *Youtube*, *Facebook*, *Twitter*, boletins informativos eletrônicos, blogs, e-mails, linkedin, aplicativos, dentre outros, atuando, assim, em um ciberativismo, que é a utilização do espaço virtual para divulgar resultados, convocar a sociedade civil e expor argumentos contra a usina. O crescimento da capacidade de apresentar novas formas de ação coletiva é um dos efeitos da globalização. Onde a comunicação eletrônica se torna um meio para propagar informações de

movimentos, há uma maior capacidade de as pessoas em todo o mundo ganharem mais poder com pouco risco – o que pode ser denominado de navegação livre na *Internet* (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 41).

Embora a mensuração do impacto do uso da tecnologia exija um estudo mais aprofundado e diferenciado, como o estudo de redes, é notório que os principais movimentos sociais e organizações não governamentais, e até mesmo o Ministério Público Federal, todos contrários ao CHT, utilizam tais ferramentas para divulgarem suas ações em uma tentativa de influenciar o maior número de pessoas.

As aceleradas transformações tecnológicas trazem impactos em lapso de tempo cada vez menor na atuação das redes. O aproveitamento tecnológico para a rede de ativismo em Belo Monte pode já não ser o mesmo para atuação contra o Complexo de Hidrelétricas no Tapajós. E isso ocorre não apenas pela existência, mas pela acessibilidade e domínio de determinadas tecnologias. Louis Bickford (2018, p. 84) cita exemplo prático convergente ao tema desta pesquisa ao mencionar que agora a coleta de informações pode incluir o uso de imagens de satélite e outros dados sobre o deslocamento de uma comunidade indígena por meio de uma nova concessão de mineração a uma empresa multinacional, tendo a análise de tais dados realizada por especialistas de base nacional.

Outro exemplo recente foi a forma como os indígenas Juruna denunciam e monitoram o rio Xingu, especialmente na região da Volta Grande, onde há impacto da barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Utilizam filmagens e observação no local para detectar o desaparecimento de espécies de plantas e animais, algumas delas endêmicas, denunciando as consequências para a sobrevivência de quem necessita do rio para sobreviver. O vídeo “Xingu, o rio que pulsa em nós”⁸⁷ é uma realização da Associação Yudjá Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix), Instituto Socioambiental (ISA) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

O modelo clássico do “efeito bumerangue” colocava as ONGs internacionais como difusora ou exclusivos facilitadores da exposição da mídia internacional (Moreira *et. al.*, 2019, p. 05). Em termos de compartilhamento de informações a revolução digital criou uma relação mais horizontal entre ONGs nacionais e ONGs e a distância é encurtada em relação ao centro de poder ou “alvo”, seja Estado, empresa ou Organização Internacional.

⁸⁷ Xingu, o rio que pulsa em nós. Juruna denunciam impactos de Belo Monte. Disponível em: <https://youtube.be/fh1mw1wOzLw>. Publicado em: 31 ago. 2018. Acesso em 10 set. 2018.

10.3. Organizações não-governamentais internacionais

A rede formada para resistir ao Complexo de Usinas Hidrelétricas no rio Tapajós está em expansão quanto à adesão de atores internacionais e as lideranças indígenas estão sendo cada vez mais conhecidas internacionalmente. O arquivamento do Licenciamento do Projeto de São Luiz do Tapajós não foi considerado pelos povos do médio rio Tapajós e por membros da rede como uma vitória final, mas apenas uma das várias lutas que precisarão travar.

Muitas organizações importantes como a WWF (2016) atuaram mobilizando recursos técnico-científicos ou disseminando informações, realizando relatórios e divulgando a causa em seus sites, inclusive para doações. E muitas outras assinaram petições e são apoiadoras da campanha transnacional. Para os propósitos da tese foi realizado um filtro para elencar as ONGs internacionais que demandariam mais atenção devido sua importância na rede de ativismo transnacional: **1º.** Participação nas estratégias locais, lembrando sempre, que isso não significou centralidade decisional; **2º.** A citação dos entrevistados de quais ONGs estavam apoiando de forma mais participativa a causa; **3º.** Esse grupo seria formado pelas seguintes organizações: *Greenpeace, International Rivers, Amazon Watch e Ford Foundation.*

10.3.1. Greenpeace

O *Greenpeace* foi criado em 1971 em Vancouver no Canadá, como uma organização sem fins lucrativos, com o objetivo de impedir teste nucleares americanos no Alasca, por meio de uma manifestação pacífica, que culminou no fechamento da área para testes nucleares e hoje é um santuário de pássaros. No Brasil, a ONG foi criada em 1992, sob influência da ECO-92.

No país, a ONG atua, principalmente, contra a exploração dos recursos naturais amazônicos, como a tomada de terras indígenas, a implantação de UHE's, queimadas e a expansão da fronteira agrícola, a entrada de plantas transgênicas no campo e mudanças climáticas. O *Greenpeace* tem vários projetos, como o Guia do Consumidor (produtos que contêm ou não transgênicos).

O *Greenpeace* se tornou conhecido na região do Tapajós quando fez parte da campanha contra os impactos socioambientais causado desde o início dos anos 2000 pela soja em Santarém e cidades próximas, sendo alvo principal a americana Cargill. Com ações peculiares da organização paralisaram produção e escoamento ocupando navios de carga. Depois de algumas pressões em países que tem a franquia do McDonald's passou a realizar boicotes, denunciando que a rede de lanchonetes era uma das principais compradoras de soja oriunda de problemas socioambientais na Amazônia. Deu-se início a um acordo voluntário, conhecido

como moratória da soja⁸⁸, que garantiu que comerciantes não comprassem soja cultivada na Amazônia em terras desmatadas depois de 2006. O compromisso foi mantido em 2008, já com a participação do governo brasileiro e desde então vinha sendo renovado anualmente. Em maio de 2016, o acordo foi renovado por tempo indeterminado ou “até que ela não seja mais necessária”, como diz o termo de renovação. A ONG também foi muito atuante contra os impactos socioambientais da UHE Belo Monte.

A ONG teve considerável participação na campanha transnacional elaborando relatórios e reunião de artigos científicos (*Greenpeace* Brasil, 2015; 2016), que levantam os impactos socioambientais de usinas hidrelétrica e quais empresas são beneficiadas pela construção de UHEs na bacia do Tapajós. Segundo o Entrevistado 24 foi a primeira vez que o *Greenpeace* teve uma campanha organizada, pensando metas e estratégias, direcionada à questão de hidrelétricas na Amazônia, pois em Belo Monte o que ocorreu foi uma reunião de ações esporádicas.

O *Greenpeace* (2016, p. 11) entende que o Governo Federal adota uma prática típica de projetos de infraestrutura na Amazônia ao obstruir a demarcação da terra indígena Sawré Muybu do povo Munduruku, ao mesmo tempo em que reduz os limites de outras áreas protegidas, tenta viabilizar o projeto sem respeitar a necessidade de uma análise ambiental integrada para a bacia.

Estiveram próximos aos Munduruku elaborando o Protocolo de Consulta, realizaram oficinas de filmagem e apoiaram a autodemarcação. Em 2016, o *Greenpeace* promoveu um abaixo-assinado, que reuniu mais de 1,2 milhão de assinaturas⁸⁹ contra a construção de hidrelétricas no rio Tapajós, contribuindo para a visibilidade do caso. Outra contribuição importante foi o Mapa da Vida Munduruku.

10.3.2. *International Rivers*

A *International Rivers* foi criada em 1985 nos EUA, Califórnia, é uma organização sem fins lucrativos não governamental, e luta pela proteção dos rios e pela defesa dos direitos das comunidades que dependem dos rios para viver. A ONG está presente em quatro continentes, sendo alguns países de destaque Brasil, Índia, China e África do Sul. A organização é composta por diversos profissionais, como cientistas, analistas políticos e financeiros, voluntários com o

⁸⁸ Moratória da Soja completa dez anos. **Greenpeace**. 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/moratoria-da-soja-completa-dez-anos/>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

⁸⁹ Salve o coração da Amazônia. Junte-se aos Munduruku na luta pela proteção do Tapajós. **Greenpeace**. Disponível em: <<https://br.heartoftheamazon.org/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

objetivo de lutar, principalmente, contra as ações destrutivas das barragens e os seus impactos socioambientais.

A organização acredita que as maiores ofertas de água e energia são atendidas sem a degradação da natureza e aumento da desigualdade social, e a sociedade tem o direito de participar sobre as questões que impactam diretamente na sua sobrevivência. Outro tema abordado é a implantação de hidrelétricas e as suas consequências socioambientais para a população tradicional e indígenas.

A luta contra barragens no Brasil e no mundo tem se tornado conhecida também pelo material que a organização produz. O livro “*Silenced Rivers*” ou “*Ríos Silenciados*” (2004), por exemplo, que traz várias informações de hidrelétricas espalhadas pelo mundo, foi escrita por um ex-integrante da IR, que também publicou a obra em inglês. Outra publicação importante, que contou com recursos da *International Rivers* foi a obra “Ocekadi”, que conta com alguns artigos escritos por um dos membros da organização.

O Entrevistado 13 ressaltou que a *International Rivers* não interfere na atuação dos movimentos locais e, sem citar quais, afirmou discordar de ONGs internacionais que querem tomar para si o papel protagonista das campanhas transnacionais.

10.3.3. Amazon Watch

A *Amazon Watch* é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1996 em Oakland, Califórnia, criada para proteger a floresta tropical e promover os direitos dos povos indígenas na Bacia Amazônica. Fazem parcerias com organizações indígenas e ambientais em campanhas pelos direitos humanos, responsabilidade corporativa e preservação dos sistemas ecológicos em países da Amazônia como Equador, Peru, Colômbia e Brasil.

Juntamente com o povo do Xingu, fez parte da rede de ativismo transnacional contra a UHE Belo Monte, atuando na documentação e divulgação dos impactos da represa em populações locais e indígenas. Exerce papel semelhante na TAN-CHT e no site da organização é possível visualizar diversas notícias vinculadas a atuação dos povos do rio Tapajós contra os empreendimentos hidrelétricos na região.

10.3.4. Fundação Ford

A Fundação Ford foi criada em 1934 em Detroit nos EUA, nessa época estava direcionada aos problemas locais, entretanto nas décadas seguintes a fundação se expandiu para outros países, chegando ao Brasil em 1962. Em meio a ditadura, a Fundação investiu em doações para pesquisa, educação e saúde. Após a ditadura, a organização investiu nos direitos

das mulheres, segurança pública, participação política e governança democrática, assim como recursos naturais, direitos de propriedade de terra, justiça racial e direitos humanos. Foi responsável por inúmeros projetos científicos no país, além do grande investimento em direitos humanos (Adorno e Cardia, 2002). O objetivo principal do estabelecimento da Fundação no Brasil era conceder recursos para promover o desenvolvimento, por meio de apoio a programas voltados ao ensino superior, fazendo doações para universidade, Capes e CNPq, o que contribuiu para o desenvolvimento brasileiro (Rocha, 2017).

Desde os anos 2000, houve inúmeras mudanças no mundo, e a estrutura Norte-Sul dos anos anteriores já não mapeia com precisão o movimento internacional dos direitos humanos. Bickford (2015) aponta que há uma crescente “convergência para o meio global”, como as ONGs nacionais se tornam cada vez mais internacionalizadas e em rede (tanto horizontal ao longo de um eixo Sul-Sul e verticalmente entre ONGs do Norte e do Sul) e como as ONGs se tornam cada vez mais conscientes da estratégica e programática importância de estar “mais perto do solo”. Bickford (2015) entende ainda que grupos internacionais podem, ou não, ter a legitimidade para pressionar por soluções locais e estão competindo por fundos e atenção com grupos nacionais, porém a tendência é a convergência de interesses.

O caso específico exemplifica isso e coloca a Fundação Ford ainda “mais perto do solo”. Conforme relatado no Seminário “Instrumento de Defesa do Território” (Evento 9) e ainda nas palavras do Entrevistado 5, a Ford Foundation financiou o projeto e a ONG Fase coordenou, a partir da solicitação dos indígenas a realização das oficinas, construção do material didático e assessoria na elaboração do Protocolo de Consulta Munduruku. Em torno do protocolo, portanto, orbitou uma rede, que contou com a participação da Universidade Federal do Pará, organizações internacionais (*Greenpeace*, *International Rivers* e *Amazon Watch*), organização indigenista (Conselho Indigenista Missionário - Cimi) e movimentos sociais que lutam contra a implantação de UHEs na Amazônia, como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre e o FAOR.

A Fundação Ford possuía o interesse de financiar a campanha, mas precisava de um *feedback* desde o “solo” da real necessidade dos atores locais naquele determinado momento para alocar o recurso disponível. A FASE acabou sendo a intermediadora, ou tradutora (Merry, 2006) entre o recurso e os vários gastos para reunir os indígenas do alto, médio e baixo Tapajós.

10.4. Imprensa Transnacional

Os sites das ONGs internacionais já são naturalmente difusores dos impactos socioambientais causados pelas usinas hidrelétricas devido suas capacidades de difusão e alcance. A rede de ativismo em torno da UHE Belo Monte herdou para a TAN-CHT uma

imprensa investigativa e independente. A maior parte delas continuou na causa contra o complexo de UHEs na bacia do Tapajós. Não há sentido em dividir entre nacional e internacional, pois como citado anteriormente, a Internet é um espaço global de difusão de notícias. Algumas estão centradas em blogs como Telma Monteiro (<http://telmad-monteiro.blogspot.com/>), outras em jornalistas que passaram a se engajar na causa socioambiental como Eliane Brum (El país).

Dentre as agências brasileiras de reportagem e jornalismo investigativo tem-se a APublica (<http://apublica.org>); e internacional a conhecida Mongabay, que publica notícias sobre ciência ambiental, energia e design ecológico e apresenta informações abrangentes sobre florestas tropicais, incluindo imagens e estatísticas de desmatamento para países do mundo.

10.5. Artistas internacionais e comunidade científica internacional

Ao todo, 48 celebridades europeias assinaram uma carta, incluindo nomes como os cantores Paul McCartney e Dave Gilmour, a estilista inglesa Vivienne Westwood, a atriz Emma Thompson e a ativista Bianca Jagger. No documento, eles comemoram o arquivamento do licenciamento ambiental da construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, mas lembram que ainda há outras hidrelétricas ameaçando a região. “A melhor maneira de proteger esta terra e o seu povo é o governo brasileiro reconhecer o direito dos Munduruku ao seu território e as empresas do setor de hidrelétricas ficarem fora desse negócio destrutivo”, afirma trecho da carta, que foi publicada no jornal *The Guardian*⁹⁰.

Tem aumentado o número de pesquisadores opositores às barragens em todo mundo ao mesmo tempo que ainda persiste em vários países políticas favoráveis a construção de usinas hidrelétricas. McCully (2004, p. 02) aponta uma lenta vitória dos pesquisadores nessa queda de braço por dois motivos: 1º. Os favoráveis às usinas estão recebendo uma influência crescente; 2º. o terrível desempenho das barragens aliado ao “esgotamento de melhores locais de barragens”.

A influência de tais estudos no Brasil é ainda muito baixa. Ainda segundo McCully (*idem*) as agências de água e energia da China, Índia, Japão, Irã, Turquia, Brasil, Espanha e outros países continuam lotadas de engenheiros que apoiam as barragens, determinados a continuar planejando e construindo. O Governo brasileiro tem utilizado muito bem a retórica de segurança energética aliada a sustentabilidade das hidrelétricas, principalmente depois do

⁹⁰ *Brazil must recognise Munduruku lands. The Guardian.* 10 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2016/aug/10/brazil-must-recognise-munduruku-lands>>. Acesso em 27 ago. 2018.

apagão de 2001 no governo Fernando Henrique Cardoso. Apesar de ser um poder de influência muito fraco em benefício da TAN-CHT é inegável que alguns atores que circulam esse meio internacional foram importantes para a rede de ativismo, como a *International Rivers* e as pesquisas de Philip Fearnside.

Inclui tais indivíduos, trabalhando internacionalmente sobre um assunto, unidos por valores compartilhados, em um discurso comum, e intercâmbios densos de informações e serviços (KECK; SIKKINK, 1999b, p. 90). Em defesa de tais grupos existe uma rede com atores com *expertise* em matéria ambiental. A própria comunidade epistêmica, “que segundo a teoria das relações internacionais, tem um papel na criação de regimes internacionais” (INOUE, 2003, p. 314), busca apontar os impactos ambientais, que estão associadas aos direitos humanos dos povos da floresta. Dentro dessa comunidade epistêmica existem cientistas conhecidos internacional, como Philip Fearnside (2009), que associa construções de hidrelétricas como fontes de gases de efeito estufa, o que pode vir comprometer o aquecimento global caso os Estados, em especial o brasileiro, continuarem ignorando pesquisas prévias dos impactos ambientais de grandes projetos.

O Entrevistado 24 do *Greenpeace* apontou como estratégia uma “*cross campaigning*”, que alia a questão da Energia, que já era trabalhada pela ONG; com a a questão da Amazônia, que atende ao apelo dos direitos indígenas. Como prática da entidade, baseia-se em estudos científicos para justificar a importância de outras matrizes energéticas como eólica e solar ao mesmo tempo que apontam para os riscos que a expansão de hidrelétricas pode causar para Amazônia. O entrevistado afirmou que diferente do material produzido na campanha contra a UHE Belo Monte elaborado essencialmente por ambientalistas, o material na campanha contra o Complexo Tapajós contou com pesquisadores da academia e de pessoas que já havia participado de estudos de impacto ambiental questionando aspectos técnico-científico do EIA/RIMA de São Luiz do Tapajós. Isso rendeu uma audiência do IBAMA com o grupo de cientistas apoiados pelo *Greenpeace*, algo que não tinha ocorrido em se tratando de usinas hidrelétricas no Brasil. Outras estratégias foram adotadas e serão melhor abordadas na próxima parte da pesquisa.

PARTE V – CAMPANHA DA REDE DE ATIVISMO TRANSNACIONAL: MANTER O LUGAR PARA RECUPERAR O MUNDO

Os “pesquisadores”, para os povos da floresta, são uma espécie de atualização das caravelas dos portugueses apontando no horizonte. Quando os Munduruku prenderam três biólogos, em julho de 2013, parte dos brasileiros de outros Brasis achou que os índios cometiam uma atrocidade. Selvagens, proclamou-se, num salto para trás de 500 anos. Para os Munduruku, era exatamente o contrário. Eles apenas sabiam, numa história inscrita nas gerações, que era um anúncio do fim do mundo - do fim do seu mundo. Eliane Brum (2014)

O tipo de estado e as instituições que dele fazem parte proporciona maior ou menor espaço de participação/reivindicação, seja de movimentos sociais domésticos ou de redes de ativismo transnacional. A própria atuação da rede pode conquistar instituições, ou provocar fechamento como reação do Estado, daí ser tão importante adotar estratégias com propósitos claros de conquistas futuras. Por outro lado, esse mesmo Estado pode criar embaraços para a rede e em se tratando um interesse diretamente estatal, como são os grandes empreendimentos, muito provável que o Estado recrie ou até lance mão de práticas não democráticas. O que se observou até o momento é um alinhamento entre consumo internacional, mercado transnacional e interesse doméstico em construir usinas hidrelétricas na Amazônia. Isso aumenta os desafios da campanha transnacional em elaborar novas estratégias para realizar o desbloqueio do Estado.

Observar como a rede foi capaz de influenciar ou pôde atingir certo grau de influência é tentar responder como um grupo de atores conseguiu congrega diversos interesses em torno de um objetivo principal. Não se trata apenas de paralisar a construção das usinas na bacia do Tapajós. Em geral isso é apenas a superfície demonstrada em *frames*. Conforme alianças são feitas e a campanha transnacional foi expandindo encontrou dentro do próprio movimento a necessidade de abordar outros temas correlatos ao enfrentamento das hidrelétricas.

Não é raro que pessoas que fazem parte da rede conheçam alguma literatura que aborda estratégias e é comum observarem outros casos para tentar aproveitar aprendizado de outras experiências em prol da rede de que fazem parte. Trabalhos que abordam estratégias de movimentos sociais domésticos ou campanhas transnacionais, acabam identificando trajetórias de interinfluência mútua entre prática e teoria em várias direções. A teoria é capaz de fazer releituras a partir de várias práticas e a prática pode fazer releitura de suas estratégias observando também outras práticas, ou o que tem sido levantado pela teoria.

A parte V aprofunda o debate entre prática e teoria e tem como base os capítulos anteriores, pois todos os fatos históricos, geográficos, políticos e econômicos dizem muito das mudanças traçadas pela rede, que como será demonstrado não foram aleatórias. A análise das esferas local, nacional e internacional servirão para entender o quanto a rede se retroalimentou diante às oportunidades e restrições políticas e jurídicas encontradas. As outras usinas hidrelétricas em construção como a UHE Belo Monte e o Complexo Teles Pires serão influenciadoras na tomada de decisão.

A participação de movimentos sociais locais não é uma novidade para a Teoria da Rede de Ativismo Transnacional, tanto que Keck e Sikkink (1998, p. 17) vislumbrou quando categorizou como principais atores os seguintes: (1) organizações não-governamentais e de pesquisa domésticas e internacionais; (2) **movimentos sociais locais**; (3) fundações; (4) a mídia; (5) igrejas, sindicatos, organizações de consumidores e intelectuais; (6) partes de organizações intergovernamentais regionais e internacionais; e (7) partes dos poderes executivo e/ou parlamentar dos governos. O exemplo citado pelas autoras para demonstrar o impacto local foram os seringueiros, que liderados por Chico Mendes criaram sindicatos de trabalhadores e se aproximaram de outros movimentos sociais locais, e posteriormente, tiveram projeção internacional.

A tese identifica um oitavo ator: povos da floresta. Indivíduos capazes de influenciar as políticas domésticas e internacionais. A organização em torno de movimentos sociais locais e apoio de ONGs transnacionais não retirou a autonomia decisional desses povos, tampouco o protagonismo em colocar suas características próprias ao movimento. Especialmente, em relação aos Munduruku, que historicamente possuem um processo mais longo de identidade, é possível perceber uma sofisticação na atuação utilizando tática e estratégias pensadas desde baixo, a partir da decisão entre o coletivo indígena. Não existe grupo representativo, seleção de porta-vozes ou transferência decisional para movimentos sociais indígenas. As principais decisões são tomadas de forma coletiva.

11. ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES

Fatores políticos conduzem atores a sentir mais confiança no sucesso da ação coletiva para promover a mobilização (Abers, 2016, p. 16). O contexto político pode fornecer ou não incentivos à ação, logo as pessoas tendem a protestar quando esse contexto está aberto ou favorável. As pessoas não gastam tempo e esforço para se engajar se percebem que os resultados são inúteis. Estruturas de oportunidades políticas tem por premissa básica compreender que fatores exógenos podem aumentar ou inibir as perspectivas de mobilização, gerando

oportunidades e diante restrições fazerem os movimentos sociais buscarem novas oportunidades para a ação. Diante de tais fatores, esses agentes estabeleceriam determinadas estratégias para influenciar a política institucional do próprio Estado ou até mesmo obstruir políticas de outros países.

Certamente um Estado mais autoritário propiciará menos estruturas de atuação de organizações sociais e de ONGs que um Estado democrático. Por outro lado, por se tratar de forças antagônicas é preciso apontar tais estruturas mesmo nos países democráticos (Sequeira, 2017, p. 477), pois “estamos acostumados a observar como os Estados autoritários controlam o protesto, porém neste novo século a grande questão é como este tipo de controle também vem se estendendo no marco de Estados democrático-liberais” (BRINGEL, 2011, p. 68).

A América Latina, a partir dos regimes ditatoriais que perduraram até a década de 1980, passou a experimentar o avanço no regime dos direitos humanos, o reconhecimento de atores sociais como legítimos para atuarem na defesa de determinados grupos e a valorização de sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, em outras palavras, um ambiente democrático e internacionalizado (Cardoso, 2012, p. 31). Segundo a autora, democrático, pois não há uma situação de bloqueio, ou repressão, e sim uma falta de responsividade estatal, e internacionalizado, pois o ambiente doméstico tem de ser receptivo às decisões das instituições internacionais. Essas duas características trouxeram uma gama de estruturas, que merecem mais atenção e especificação dos estudiosos de movimentos sociais.

11.1. Estruturas de Oportunidades Políticas

Contribuições teóricas foram incorporadas, sendo que em muitos pontos os autores convergem para um entendimento do que seriam as oportunidades políticas. Não há necessidade de discorrer toda a evolução teórica, mas partir dos estudos McAdam (2008, p. 27), que analisou vários autores⁹¹ para observar quais conceitos se repetiam, chegando nas seguintes dimensões: **(1)** sistema político institucionalizado mais ou menos fechado; **(2)** estabilidade ou instabilidade das alianças entre elites, que podem ou não garantir a manutenção do sistema; **(3)** existência ou não de aliados dos movimentos sociais oriundos da elite; **(4)** a capacidade e propensão do uso da repressão pelo aparato estatal.

Existem vicissitudes que falseiam oportunidades, quando na verdade se está diante de restrições, ou de estruturas fechadas, o que faz repensar Estados, organizações internacionais

⁹¹ Os autores pesquisados foram Charles Brockett (1991), Kriesi *et. al.* (1992), Dieter Rucht (2008) e Sidney Tarrow (1996). O último foi eleito por Keck e Sikkink (1998, p. 46) como quem melhor conceitua estruturas de oportunidades políticas a partir de quatro sinais (dimensões): abertura do acesso ao poder, mudança de alianças, disponibilidade de aliados influentes e a desunião entre as elites.

como retoricamente abertos e práticas cerradas. Os países de democracia recente merecem cuidado especial, pois nem sempre a adesão às instituições democráticas traduz uma *praxis* política. Existência de normas jurídicas não garante o seu cumprimento. A distância que o Estado vai tomando da democracia torna o campo próprio de atuação da rede de ativismo transnacional, que tenta resgatar regimes e instituições. Serão analisadas teoricamente cada dimensão a partir da observação da relação do Estado brasileiro com o tema socioambiental e a aplicabilidade no caso empírico da tentativa da construção das UHEs no médio Tapajós.

11.1.1. Sistema político institucionalizado mais ou menos fechado

A primeira dimensão, que é a abertura ou fechamento do sistema político precisa ser atualizada para a observação do sistema internacional em países de democracia tardia, como os da América Latina. Logo, para haver uma atualização teórica da Rede de Ativismo Transnacional é preciso considerar o debate analisado por Keck e Sikkink (1998), que consideravam em suas análises as oportunidades políticas domésticas fechadas (e repressivas) e uma transnacional aberta. Peruzzotti (2018) atualizou afirmando que hoje se trata de oportunidades domésticas e transnacionais abertas, fazendo novamente a ressalva, que isso oportuniza, e não determina a ação coletiva, em mesma direção de Tarrow (2009, p. 99) ao entender que as oportunidades externas não produzem necessariamente movimentos sociais sustentados.

A análise de Peruzzotti (2018) parece mais fiel às redes de direitos humanos, quando a abertura democrática reconfigura o “ecossistema” (Santos e Garavito, 2018) e uma considerável difusão de práticas e instituições de direitos humanos (cascata de normas e justiça). Em matéria socioambiental as oportunidades políticas domésticas estão retoricamente abertas e as transnacionais aparentemente abertas, pois o Estado brasileiro foi capaz de desgastar tais estruturas atendendo exatamente grandes projetos com fortes impactos socioambientais, conforme será observado no capítulo seguinte.

Para Risse-Kappen (1995), a noção de estrutura doméstica se refere às instituições políticas do Estado, às estruturas sociais e às redes de política que as unem. Abrange, deste modo, o aparato organizacional das instituições políticas e sociais, suas rotinas, as regras de decisão e procedimentos incorporados na lei e ao costume, bem como os valores e as normas incorporado na cultura política.

O conceito de sistema político institucionalizado aberto ou fechado visa compreender o fenômeno dos conflitos socioambientais, identificando as condições em que as redes de ativismo transnacional podem influenciar, frear ou até impedir projetos desenvolvimentistas. O

debate tem avançado também para um aperfeiçoamento da teoria que contemple adequados conceitos, variáveis, mecanismos e instrumentos de análise.

Em relação especificamente ao ambientalismo, Alonso *et. al.* (2005) destacam três grandes aberturas políticas dos quais se valeram os grupos de ativistas ambientalistas: a Redemocratização, a Assembleia Constituinte e a Rio-92. A Rio-92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, reuniu mais de cem países na busca de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção do meio ambiente. A Rio-92 é considerada como uma estrutura, pois oportunizou que as “redes verdes de ativismo” (DIANI, 1995) se difundissem no país:

Nas vésperas da realização da Rio-92 o Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais já tinha realizado sete encontros plenários nacionais e contava com a filiação de aproximadamente 1.200 organizações. A preparação e realização do Fórum Global contribuiu fortemente para inserir o ambientalismo brasileiro num processo internacional de networking e também alargou o debate político-ideológico que tinha sido ainda pouco impactado pela queda do Muro de Berlim (VIOLA, 1998, p.11).

A redemocratização e a Assembleia Constituinte estão instrumentalizadas na abertura do sistema político de maior significação no Brasil, que é a Constituição de 1988. Quando se fala no período pós-1988, coloca-se um ponto final ao período da ditadura no país, que iniciou em 31 de março de 1964. Nas relações domésticas ou internacionais é perceptível a abertura do país à democracia, que além da Constituição e de assinatura de tratados internacionais de direitos humanos criou vigorosas instituições que garantem não apenas o acesso à justiça, mas fiscalizam aqueles que foram investidos de poder.

O que tornou o ambiente doméstico não totalmente aberto em assuntos socioambientais foram os projetos neodesenvolvimentistas (Boito Jr e Berringer, 2013) dos governos Lula e Dilma. O Brasil desde sua abertura democrática em 1988, possui um arcabouço de normas protetoras de direitos humanos e meio ambiente, faz parte das principais organizações internacionais de proteção de tais direitos, ratificou inúmeros tratados, mas continua sendo um descumpridor de direitos socioambientais. Não se trata de uma perspectiva pessimista, mas de um reconhecimento que o Brasil adota uma racionalidade típica de países heterogêneos, onde existe diferentes lógicas de regulação executadas por diferentes instituições do Estado com muito pouca comunicação entre si (Santos, 2006), ou até prerrogativa de algumas estruturas burocráticas, como é o presente caso em estudo, que identifica certa centralidade na burocracia energética em detrimento da burocracia protetiva socioambiental.

11.1.2. Estabilidade ou instabilidade das alianças entre elites

A segunda dimensão não foi possível identificá-la como oportunidade, mas como restrição, tanto no âmbito doméstico nas matérias socioambientais no Brasil, quanto na tentativa de construção de hidrelétricas no médio Tapajós. Há uma necessidade de alargamento teórico para não ficar apenas no âmbito doméstico e político. Importam as questões locais, internacionais e econômicas que serão abordadas.

A estabilidade ou instabilidade das alianças entre elites, que pode ou não garantir a manutenção do sistema, são conceituadas a partir de divisões entre as elites que não apenas incentivam os grupos com poucos recursos a assumirem os riscos da ação coletiva; mas encorajam os segmentos da elite que estão fora do poder a assumirem o papel de “defensores do povo” (Tarrow, 2009, p. 108). A divisão da elite seria capaz de originar a ascensão de uma nova elite; disputas gerariam reconfigurações entre posições de apoio de governo e desafiantes, possibilitando a origem de movimentos emergentes. O modelo desenvolvimentista nunca esteve em disputa entre as principais elites partidárias no Brasil. Mesmo com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff tal modelo se manteve inalterado.

Apesar da instabilidade política entre as principais elites partidárias do país ocorrer durante a discussão da construção do complexo de usinas hidrelétricas no Tapajós, a campanha transnacional já estava consolidada, atingido seu ápice com a construção dos protocolos de consulta dos três principais grupos (Munduruku; Montanha e Mangabal; Pimental e São Francisco) até final de 2014, conforme é possível observar da cronologia trazida pelo Apêndice IV. Logo, não é possível afirmar que a origem do movimento emergente ocorreu a partir da disputa política entre elites partidárias.

O Projeto do Complexo de Usinas Hidrelétricas na Bacia do Tapajós reforça, portanto, o âmbito doméstico socioambiental dessa dimensão como uma restrição. Não existe elite partidária interessada na causa indígena e nem mesmo uma disputa de empresas de outra matriz energética que pudesse, via mercado, criar a instabilidade da aliança entre elites. O Partido dos Trabalhadores (PT) que elegeu o Governo Lula no primeiro mandato enfraqueceu a base de muitos movimentos sociais que o apoiaram e, quanto à questão socioambiental e indígena, não honrou muitos compromissos, sendo Dilma Rousseff a presidente que menos homologou terras indígenas, desde Fernando Henrique Cardoso.

A convergência entre as elites ocorre no plano nacional, estadual e entre municípios. O interesse dos municípios em terem grandes projetos em seu território é incentivado pelo Pará 2030, que está alinhado ao PAC, que por sua vez está alinhado ao IIRSA, que por sua vez está alinhado à necessidade do mercado internacional (chinês em franca ascensão). O PT provou

desde Belo Monte que em matéria econômica é difícil pensar em instabilidade entre as elites e adotaram o discurso desenvolvimentista de sacrifícios socioambientais em favor do superávit.

Não há muita diferença entre o projeto desenvolvimentista Programa Avança Brasil do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o Programa de Aceleração do Crescimento de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). Ambos trouxeram em seu bojo a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Logo, o que parecia uma instabilidade entre as elites partidárias do país, e até mesmo um conflito de interesses, quando o PT lançou o Programa de Governo 2002 expondo que a matriz energética brasileira de “megaobras de represamento de rios” afeta a bacia Amazônica (Coligação Lula Presidente, 2002, p. 14) foi na verdade um realinhamento de intenções, o que demonstra a similaridade dos modelos socioeconômicos pensados para a região Amazônica pelas duas elites políticas de maior representatividade no país até o ano de 2018.

O círculo que existiu entre empreiteiras, voto e interesse partidário contribuiu mais ainda para a aliança entre elites. Moreira (2015, p. 201) aponta que o financiamento de campanhas partidárias pelas campeãs Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez influenciou as eleições de 2002 e 2012. As quatro empresas juntas investiram aproximadamente R\$ 479 milhões em diversos comitês partidários e candidaturas pelo Brasil para partidos que configuraram desde 1988 em espectros diferentes entre direita e esquerda, tais quais PT, PSDB, PV e DEM.

A estabilidade entre as elites foi tão grande que muitos movimentos sociais dessa época passaram a ter maior afinidade com PSOL e PSTU, partidos que surgiram a partir da dissidência do PT e se aproximaram dos movimentos sociais locais. Tal aliança já vinha sendo feita desde os movimentos sociais contrários a Belo Monte quando alguns parlamentares⁹² de tais partidos se posicionaram contra o modelo implantado de usinas hidrelétricas na Amazônia. A aliança se manteve, porém sem muito protagonismo, devido a baixa representatividade parlamentar de tais partidos⁹³.

⁹² Marinor Brito (PSOL) aponta custo social e ambiental de Belo Monte. **Senado Notícias**. 22 mar. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/03/22/marinor-brito-aponta-custo-social-e-ambiental-de-belo-monte>. Acesso em: 28 ago. 2018.

⁹³ Atualmente existe um grupo de parlamentares interessados na temática socioambiental chamado Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, que tem o objetivo de tratar de questões de áreas específicas, como saúde, educação e agricultura para povos e comunidades indígenas. As atividades da Frente preveem ainda a assistência aos indígenas vítimas de tragédias ambientais, como a de Brumadinho (MG), onde índios da etnia Pataxó sofrem com os impactos causados pela contaminação do Rio Paraopeba. A iniciativa foi da deputada Joênia Wapichana (Rede-RR) e conta com adesão de 219 deputados federais e 29 senadores.

11.1.3. Existência ou não de aliados dos movimentos sociais oriundos da elite

Os partidos políticos também são importantes aliados. “Os partidos políticos são aliados especialmente importantes para desafiantes em sistemas representativos. Os partidos de esquerda são geralmente mais favoráveis aos desafiantes do que os moderados ou conservadores” (TARROW, 2009, p. 109). Se por um lado o PT criou uma elite dentro do próprio partido que fragmentou logo no início com a criação de outras linhas de esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), houve também políticos locais, que mantiveram algumas características alinhadas aos trabalhadores, pequenos agricultores, indígenas, dentre várias outras categorias.

A atuação dos povos locais foi essencial para o estabelecimento de alianças. Souberam interpretar quem é aliado e qual recurso poderia oferecer. Quanto a participação dos Munduruku na política é algo que merece estudo próprio, como reconhecido por Loures (2017), mas é possível tecer que não é consenso entre eles se é estratégico ou não para os interesses dos indígenas a participação em esfera local, ocupando cargos municipais. Existem discordâncias quanto a ocupação de cargos políticos, pois isso poderia criar desunião entre os povos e os indígenas passariam a atender os interesses do Estado, conforme exposto pelos Entrevistados 22 e 23 (Apêndice II). Depois da tentativa da tomada do Movimento Pusuru por parte de políticos de Jacareacanga, interessados em realizar consultas favoráveis à construção das UHEs, houve um fortalecimento entre os Munduruku tornando uníssona a discordância da construção das usinas hidrelétricas na bacia do rio Tapajós. Mesmo existindo indígenas assumindo cargos públicos municipais e haver discordâncias quanto a determinados assuntos e até partidos (esquerda e/ou direita) existe consenso quanto a não construção de grandes hidrelétricas na região.

A existência de aliados poderosos pode criar um ambiente no qual as comunidades locais têm maior acesso a informações sobre os riscos da construção de UHEs e recebem maiores incentivos para contestá-los (Abers, 2016, p. 16). Nesse sentido Hochstetler e Tranjan (2016) afirmam que os desafiantes recebem apoio dos principais aliados aptos a agir. Esse apoio pode ser institucionalizado, como na relação entre o Estudo de Impacto Ambiental e as comunidades afetadas; ou contingente, dependendo dos resultados eleitorais ou da mobilização de grupos relacionados.

O primeiro aliado, de origem institucional, ocorreria pela lentidão do processo de licenciamento ambiental, quando as comunidades locais aproveitam mais tempo para organizar e adicionar suas demandas a partir do processo prolongado das agências ambientais como IBAMA e ICMBIO. As comunidades locais podem desencadear investigações pelo Ministério

Público. A contribuição da comunidade para as consultas públicas de EIA pode estimular mais questionamentos e mudanças adicionais solicitadas no processo de licenciamento.

O segundo tipo de aliado, possui origem contingencial, estaria no plano transnacional quando as ONGs nacionais e internacionais se mobilizam para influenciar o projeto ou mesmo o término de determinados projetos de eletricidade. ONGs podem influenciar positivamente a resposta dos atores da comunidade e do Estado, fornecendo apoio da elite para as comunidades, ativando o Ministério Público ou pressionando as agências de licenciamento ambiental.

Keck e Sikkink (1998) identificaram, que até o final dos anos de 1990, existiu uma composição desequilibrada de redes de ativismo transnacionais, que consistiam em: a) grupos de “normas e empreendedores”, domesticamente fracos e isolados, de um lado; b) e de governos ocidentais fortes e influentes, de organizações não-governamentais internacionais e de agências multilaterais, de outro. Peruzzotti (2018), em sua releitura, identifica um novo eixo para a política de direitos humanos: i) A política de direitos humanos já não giraria em torno de um eixo Estado *versus* sociedade, ou global *versus* doméstico; em vez disso, as instituições estatais se tornariam promotores ativos da agenda de direitos humanos. A política democrática doméstica adquire uma posição de preeminência, deslocando a centralidade que a dimensão transnacional teve em lutas iniciais de direitos humanos; ii) O papel dos atores globais, embora não completamente eliminados, perde relevância em relação ao que foi no período de democratização.

Aproveitando a abordagem de Peruzzotti (2018), o que se observa em campanhas transnacionais Sul-Sul ou Sul-Local são as seguintes transformações:

I) Mudança do eixo para a política de direitos socioambientais de componente local (povos e movimentos sociais locais), que possuem estratégias e táticas próprias. O plano doméstico possui diálogo forte entre o local e o internacional, como tradutores entre a necessidade local e a mobilização de recursos transnacionais. A política de direitos socioambientais não gira em torno de atores fechados, mas de redes. Nesta configuração existem interesses que atravessam o aspecto local, nacional e internacional; Estado, sociedade e mercado. Algumas instituições estatais se tornam promotores ativos da agenda de direitos socioambientais, porém são voláteis aos interesses do Estado. A política democrática doméstica adquire uma posição de proeminência, deslocando a centralidade que a dimensão transnacional teve em lutas iniciais de direitos socioambientais, mas essa proeminência chega de forma precária ao local.

II) Os atores globais não perdem relevância, mas ganham papéis diferentes, e influenciam dinâmicas locais com uma mobilização de recursos decantada por ONGs nacionais.

O que se observa, portanto, é uma existência de aliados internacionais com papéis diferentes, o que não diminui sua atuação, mas a especializa e repensa novas estratégias. O Entrevistado 24 (Apêndice II), membro do *Greenpeace*, revelou que ao serem convidados pelos Munduruku para apoiar a causa se surpreenderam positivamente com a organização daquele povo, pois quando passaram a tratar das necessidades dos indígenas, perceberam que estavam fazendo parte uma rede organizada já composta por vários atores nacionais e internacionais, mas com o protagonismo Munduruku. O *Greenpeace* que está acostumado a ser protagonista em ações em todo o mundo, fez um acordo para se tornar, nas palavras do entrevistado, “uma caixa de ressonância dos direitos do povo Munduruku”, enquanto estes se comprometiam a apoiar ações da ONG voltadas a proteção ambiental no rio Tapajós, viagens à Europa e outros locais que fosse necessário. A atuação junto aos Munduruku modificaria até mesmo a política interna do *Greenpeace*, que passou a adotar um *policy paper* para atuar junto a povos autóctones. Nenhuma aproximação semelhante havia sido tão exitosa e proporcionado tanto aprendizado para entender que é preciso respeitar o protagonismo indígena quando ele existir e abrir espaços para estimular tal participação quando ela não estiver presente no nível local. O entrevistado destacou que essa experiência com os Munduruku foi levado à Assembleia Geral dos Executivos de todos os escritórios do *Greenpeace* como um *case* de sucesso e excelência a ser seguido por todos os países.

11.1.4. Capacidade e propensão do uso da repressão pelo aparato estatal

A estrutura de oportunidades políticas se torna precária se há uma alta capacidade do Estado em utilizar a repressão. Este é um dos efeitos da globalização: declínio da capacidade dos governos de exercer controle sobre o sistema político nacional (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009, p, 41) diante da fluidez do capital, do trabalho, das mercadorias, do dinheiro e das práticas culturais. A globalização arrefece a capacidade de repressão do Estado, quando as estruturas nacionais de oportunidade política, que costumavam estruturar apenas a ação coletiva – e reprimi-la – podem estar diminuindo (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009, p. 40).

O Estado, que era o único que estimulava e restringia os movimentos sociais no passado, agora passa a dividir essa tarefa com instituições transnacionais políticas e econômicas emergentes. Essa nova configuração ressignifica o efeito bumerangue, pois a busca por um Estado mais democrático pode ser substituída por uma organização internacional, como os sistemas internacionais de proteção de Direitos Humanos, no caso dos países da América Latina, possuem a opção do ONU (global) ou OEA (regional).

Em âmbito doméstico a própria Constituição Federal de 1988 consagra no artigo 5º a liberdade de associação em vários incisos esparsos⁹⁴. O Estado brasileiro, porém, não precisa fazer uso da repressão direta contra os movimentos sociais. A repressão discutida pela teoria dos movimentos sociais diz respeito às proibições de reunião, de reivindicação ou de organização dos movimentos sociais. A força que o Estado brasileiro utiliza possui vestes institucionais, mas possui caráter autoritário quando utilizadas contra indígenas.

O Estado pode até não exercer controle sobre o surgimento de movimentos sociais, mas tem conseguido vencê-los nas arenas política e jurídica, quando há um projeto de uma aliança política e econômica transnacionais. A decisão do Estado de usar ou não os recursos naturais, segundo Fillipin (2010, p. 154-155), não é uma decisão meramente econômica, mas essencialmente política com conteúdo econômico, logo são decisões tomadas pelas instituições, que são compostas por agentes políticos e funcionam num contexto de normas legais que contém em si uma série de princípios e regras, elaborados no âmbito político, mesmo que passem pelo crivo do Judiciário.

A capacidade e propensão do uso da repressão pelo aparato estatal no caso de resistência ao Complexo de Usinas no Tapajós foi ganhando contornos que o Estado se via, ora estimulado, ora contido em lançar mão desse recurso. Mais adiante, quando abordadas as estratégias da campanha transnacional, será observado que o Estado esteve em uma “encruzilhada” que de um lado possuía os Munduruku ocupando uma propriedade público-privada, que são os canteiros de obras da UHE Belo Monte; do outro lado o histórico de violências desse mesmo Estado contra indígenas; os olhos internacionais para possíveis desdobramentos de uma ação violenta; ao mesmo tempo que não se tratava de uma ocupação de puro vandalismo, mas com uma pauta séria reivindicando direitos recepcionados no ordenamento jurídico doméstico e internacional.

11.2. Estruturas de Oportunidades Jurídicas

A necessidade de entender a relação entre movimentos sociais e o Estado levou alguns poucos teóricos do Direito no Brasil a se aprofundarem a discussão sobre essa relação frente ao Poder Judiciário. Relação complexa, que ora é de embate, protesto e conflito; ora ocorre

⁹⁴ Artigo 5º, XVII – É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado; XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

atendendo às regras do jogo, como parte processual ou até mesmo auxiliando, caso do *amicus curiae*⁹⁵. O objetivo dos estudiosos de oportunidades jurídicas é apontar as variáveis ou mecanismos que consideram fundamentais na conquista de novos direitos e na permanência daqueles já conquistados, sendo que minha pesquisa bibliográfica (Sequeira, 2017) identificou as seguintes: **(1)** Natureza da norma e ações judiciais disponíveis (Case e Givens, 2010, p. 223); **(2)** Regras que regulam o acesso ao Poder Judiciário (Case e Givens, 2010, p. 224); **(3)** Presença de aliados dos movimentos sociais (Andersen, 2006, p. 11); **(4)** Disponibilidade de recursos para a assistência jurídica (*idem*); **(5)** Acesso dos movimentos sociais às cortes (Andersen, 2006, p. 09); **(6)** Receptividade dos tribunais a argumentos políticos (Hilson, 2002, p. 243); **(7)** Configuração do poder das elites ligadas ao judiciário (Andersen, 2006, p.10).

11.2.1. Natureza da norma e ações judiciais disponíveis

Leis capazes de garantir: alçada de direitos constitucionalmente consagrados; definições de discriminação ou abusos de direitos; regras de inversão do ônus da prova para um requerido uma vez que o autor da denúncia estabeleceu um caso *prima facie* (Case e Givens, 2010, p. 223). As ações judiciais disponíveis também são importantes em um Estado Democrático de Direito, pois são elas que complementam um ordenamento jurídico avançado.

Os países da América Latina avançam em bloco em direção à democratização quando passam a fazer parte do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), algo que teve maior adesão no início da década de 1990. Desde a sua criação houve uma ampliação de proteção aos direitos humanos aos países aderentes. Ainda são presentes estruturas antigas que fazem lembrar períodos autoritários, quando a vontade de um governo se sobrepõe à própria carta constitucional, porém, em regra, o continente latino-americano tem observado crescentes avanços nas estruturas democráticas. Entre o período de 1995-2010, segundo Anicama (2007) foram 13 Medidas Cautelares em diversos países da América do Sul e América Central, envolvendo a construção de barragens, projetos de mineração, madeireiras e empresas petrolíferas, que foram impedidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O olhar direcionado ao ordenamento jurídico brasileiro faz acreditar ser um país preocupado com direitos ambientais, indígenas e de comunidades tradicionais desde a

⁹⁵ Termo de origem latina que significa “amigo da Corte”, refere-se a uma pessoa, física ou jurídica, que intervém em processo alheio pendente com a finalidade de auxiliar o magistrado em seu julgamento. O *amicus curiae* manifesta-se em juízo através da apresentação de informações relevantes à solução do litígio, geralmente mediante memoriais escritos. A intervenção tem também como finalidade a exposição de esclarecimentos sobre os reflexos da decisão na vida de toda a sociedade. SILVESTRI, Elisabetta. Apud BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um Terceiro Enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 87-90.

promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. Nesses 30 (trinta) anos de “carta cidadã”, assim denominada pelo presidente de Assembleia Constituinte Ulysses Guimarães, os direitos socioambientais vão ganhando maior dimensão conforme a assinatura de Tratados Internacionais:

Quadro 3 – Instrumentos jurídicos de proteção dos direitos indígenas no Brasil

Proteção Internacional (ONU)	Proteção Regional (Américas)	Proteção Nacional
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945)	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)	Decreto 65.810/69 que promulga a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação racial
Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965)	Convenção Americana sobre direitos humanos (1969)	Lei 6001/73 Estatuto do Índio. (sua atualização é objeto de projeto de lei desde 1991)
Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos (1966)	Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985)	Lei 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor
Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais (1966)	Protocolo de San Salvador sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988)	Constituição Federal Brasileira de 1988 (artigo 5 e 231)
Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979)	Convenção de Belém do Pará para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994)	Decreto 592/92 que promulga o Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos
Convenção contra tortura (1984)	Declaração da Organização dos Estados Americanos de direitos indígenas (2016)	Decreto 591/92 que promulga o Pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais
Convenção internacional sobre os direitos da criança (1989)	-	Decreto 7.003/09 que dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (e revoga o Decreto 4.229/02)
Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas (1989)	-	Decreto 5.051/04 que promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas
Declaração da ONU sobre direitos indígenas (2007)	-	-

Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/internacional/principais-instrumentos-de-protecao-dos-direitos-humanos-para-os-povos-indigenas>

Não são poucos os instrumentos de proteção dos direitos indígenas e povos originários. Tais normas de direitos humanos passaram pela fase da legitimidade e do reconhecimento. Hoje a luta é por cumprimentos de tais direitos, principalmente por parte do Estado, de todos o maior compromissado. Algumas normas internacionais possuem destaque.

O artigo 14 da Convenção 169 da OIT exige que “Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos” e que seja garantida a “proteção efetiva” por parte dos governos. O artigo 15 da Convenção 169 da OIT,

que o Brasil ratificou em 2002, exige que os governos consultem os povos indígenas “a fim de determinar se e em que medida os seus interesses são afetados antes de conduzir ou aprovar programas para a exploração de recursos em suas terras”.

O artigo 19 da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DRIPS) da ONU, adotada pela Assembleia Geral da ONU em setembro de 2007, estipula que “Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa-fé, com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas para obter seu consentimento prévio, livre e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem”. O artigo 26 da DRIPS afirma que “Os povos indígenas têm direitos a possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos, que possuem em razão da propriedade tradicional, ou outra forma tradicional de ocupação ou utilização, assim como aqueles que tenham adquirido de outra forma.

Todos os dois documentos internacionais abordam proteções similares aos valores culturais das populações indígenas (artigo 4º §1º do 169 da OIT; artigo 8º da Declaração de Direitos dos Povos Indígenas da ONU – DRIPS); além de juntamente com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Pidesc, garantirem o direito à alimentação e à saúde (artigo 7º 169 da OIT; Artigos 21 e 29 da DRIPS; e artigos 11 e 12 do Pidesc).

Em várias ações, que serão expostas no capítulo 15, os indígenas fizeram referência a alguns desses direitos quando realizaram ações de protesto como ocupação de canteiros de obra ou aprisionamento de pesquisadores. As associações e movimentos sociais indígenas e de comunidades tradicionais elaboram seus documentos com base em tais normas, o que demonstra domínio e sua aplicabilidade. O Ministério Público Federal em suas ações perante o Poder Judiciário Federal na proteção de direitos indígenas resgata o compromisso do Estado brasileiro na ratificação de tais tratados:

Com base na Convenção Americana, na Convenção 169/OIT, na Convenção de Viena sobre os Tratados, nas decisões socioambientais interamericanas, na jurisprudência internacional e nos princípios e costumes de direitos humanos, a corte determinou no caso *Sarayaku Vs. Equador* que, em respeito aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas, o Estado deve consultar os povos sempre que qualquer medida for suscetível de atingi-los (AGRAVO DE INSTRUMENTO – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013).

Existe também um esforço muito grande por parte de movimentos sociais e atores jurídicos para fazerem valer normas de Direitos Humanos em um país de experiência democrática recente, realidade esta da América Latina. A obrigação da consulta está instituída

no artigo 231 da Constituição do país e reforçada por uma série de tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte.

O artigo 231, § 5º (Brasil, 1988), equilibrou a força entre Estado e indígenas e tensionou o momento mais crítico de reconhecimento da terra indígena Sawré Muybu ao reconhecer que é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras. Existe a possibilidade de remoção apenas em caso de catástrofe, ou epidemia que ponha em risco a população indígena, ou no interesse da soberania do País⁹⁶, desde que garanta o retorno imediato logo que cessar o risco. O Brasil, em especial o Estado do Pará, contém relatos de remoção de indígenas para atender a empreendimentos, como foi o caso da etnia Katxuyana, que vivia no rio Trombetas⁹⁷ e foi removida para dar espaço à exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte na década de 1980.

Ao lado das normas estão instituições autônomas que ao menos formalmente são capazes de garantir um progressivo *accountability* tentando direcionar para um Estado Democrático de Direito. A redundância tão utilizada em manuais de Direito é antes um reforço de que a Constituição de 1988 inaugura um país de institucionalidade moderna e respeito aos Direitos Humanos. As regras do Direito Ambiental pela criação Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e suas resoluções na década de 1980 direcionaram o país para modernos instrumentos e princípios jurídicos de proteção ambiental. A mais conhecida e significativa e conhecida é o Estudo de Impacto Ambiental – EIA acompanhado Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

11.2.2. Regras que regulam o acesso ao Poder Judiciário

Regras que possibilitam a litigância estratégica. A fim de estabelecer a representatividade, determinado grupo demonstra que um determinado direito pessoal foi violado, mas repercute no interesse coletivo, tanto em tribunais domésticos ou internacionais. Grupos de interesse podem ser envolvidos em um litígio com a partir da representação legal de um indivíduo (Case e Givens, 2010, p. 224).

A esfera nacional é caracterizada pelo ordenamento jurídico brasileiro, que possui instrumentos processuais, que garantem a representação coletiva a partir de uma demanda individual. Como o caso já nasce por si como coletivo, por se tratar de povos do rio Tapajós, a

⁹⁶ Apesar do apelo à soberania do país parecer uma restrição e não uma oportunidade, não existe na prática o apelo nas esferas jurídicas e administrativas para remover indígenas por esse motivo.

⁹⁷ Por que demarcar a TI Katxuyana-Tunayana? Conheça seis das principais razões. **Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena**. Disponível em: <<https://www.institutoiepe.org.br/2014/12/por-que-demarcar-a-ti-katxuyana-tunayana-conheca-seis-das-principais-razoes/>>. Acesso em 03 mar. 2019.

Ação Civil Pública (ACP) é instrumento processual mais adequado, previsto na Constituição Federal brasileira e em normas infraconstitucionais, de que podem se valer o Ministério Público e outras entidades legitimadas para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. O art. 129 da Constituição da República (BRASIL, 1988) prescreve que ao Ministério Público, instituição essencial à função jurisdicional, compete a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e dentre várias funções para a presente pesquisa destacam-se: II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos(...); V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Em Belo Monte o MPF propôs 25 ACPs, enquanto no caso das UHEs do médio Tapajós até o momento houve a proposição de 2 ACPs: uma mais direta, relacionada ao Médio Tapajós, especificamente tratando do AHE São Luiz do Tapajós (ACP nº 3883- 98.2012.4.01.3902); e relacionada indiretamente, que trata da Operação Eldorado em terras indígenas Munduruku no Alto Tapajós (Inquérito Civil nº 1.23.008.000034/2015-69).

Não existe uma participação *sine qua non* do Ministério Público para regularidade de alguns procedimentos, como alerta Maia (2013). Ocorre que o licenciamento ambiental brasileiro abre espaço para atuação do órgão jurídico, que legitimamente passa a ter as seguintes funções: a) Atuar por meio de seus órgãos no controle dos licenciamentos ambientais de empreendimentos hidrelétricos; b) Exigir a completa avaliação dos impactos ambientais (art. 9º, III, da Lei 6.938/1981), inclusive considerando o conjunto de empreendimentos da bacia hidrográfica e seus efeitos sinérgicos e cumulativos, sem prejuízo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), para as obras e atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, ou de outros estudos ambientais, para os demais empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental; c) Adotar providências no sentido de evitar a postergação de estudos de diagnóstico próprios da fase prévia para fases posteriores, sob a forma de condicionantes do licenciamento, pugnando, se for o caso, pelo indeferimento do requerimento de licença, seja na seara administrativa, seja pela via judicial; d) Exigir, desde a fase do licenciamento ambiental, a apreciação não apenas das questões relacionadas com o meio ambiente natural, mas também das referentes ao meio ambiente social, econômico e cultural (bens materiais e imateriais), integrando-os; d) Perseguir a total aplicação do princípio da participação social no licenciamento ambiental; f) Buscar o cumprimento das

normas legais versando sobre espaços territoriais protegidos relacionados com o empreendimento hidrelétrico, a exemplo das unidades de conservação, de Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, inclusive fiscalizando a elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório.

Na esfera continental⁹⁸ existe uma restrição perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos ocasionada pela pressão brasileira no caso povos do rio Xingu ao discutir a legalidade da construção da UHE Belo Monte que reverbera para grandes empreendimentos na Amazônia, que será abordada com maiores detalhes no capítulo seguinte; e perante a ONU a campanha transnacional contra as UHEs Tapajós, destaco a seguir três acontecimentos que demonstram a litigância estratégica em âmbito global.

Uma coalizão de 39 entidades civis brasileiras e 19 internacionais, apresentou no dia 22 de maio de 2015 uma declaração à Assembleia Geral da ONU (A/HRC/29/NGO/X, 2015)⁹⁹, solicitando ao governo brasileiro o respeito pelos direitos indígenas e garantias da independência do judiciário. A declaração detalha a ausência de consulta prévia no caso de Belo Monte e barragens na bacia do Tapajós, em contraste com as determinações da Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT, enquanto a Suspensão de Segurança tem permitido que as obras prossigam, apesar destas violações.

No dia 24 de junho de 2015 em um evento paralelo à 29ª Reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra (Suíça) o líder indígena Ademir Kaba Munduruku denunciou o agravamento de abusos de direitos indígenas pelo governo brasileiro na sua corrida para construir hidrelétricas na Amazônia. Acompanhado pelo Procurador Felício Pontes, o líder Munduruku direcionou sua denúncia para as repetidas violações dos direitos dos povos indígenas a processos de consulta e consentimento livre, prévio e informado sobre barragens que teriam consequências devastadoras para seus territórios e meios de vida¹⁰⁰.

No dia 15 de março de 2016 o MPF apresentou m documento intitulado “O projeto da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós e as violações aos direitos do povo indígena

⁹⁸ Ou esfera regional, conforme denominado por estudiosos dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, que dividem os sistemas europeu, africano e americano em sistemas regionais e global o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).

⁹⁹ Disponível em: <<https://amazonwatch.org/assets/files/2015-un-statement-on-violations-of-indigenous-peoples-rights-in-brazil.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

¹⁰⁰ Munduruku leva batalha épica por direitos indígenas às Nações Unidas Em Genebra. Ademir Kaba denuncia falta de consulta e violações de direitos territoriais pelo governo brasileiro em corrida para construir hidrelétricas na Amazônia. **Movimento Xingu Vivo Para Sempre**. 24 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2015/06/24/lider-munduruku-leva-batalha-epica-por-direitos-indigenas-as-nacoes-unidas/>>. Acesso em 03 mar. 2019.

Munduruku” na reunião com a relatora especial sobre direito dos povos indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz¹⁰¹.

11.2.3. Presença de aliados dos movimentos sociais

Os aliados podem cobrir os custos substanciais de levar um caso à corte; oferecer assistência na elaboração de estratégias jurídicas; ou atuar como *amicus curae* em determinado processo, aumentando a credibilidade para as demandas propostas (Andersen, 2006, p. 11). Os aliados considerados influentes seriam aqueles capazes de acessar facilmente às instituições, como os parlamentos e os tribunais.

Segundo Tarrow (2009, p. 109), os desafiantes são encorajados à ação coletiva quando têm aliados que podem atuar como amigos nos tribunais, como garantias perante a repressão ou como negociadores aceitáveis a seu favor. A campanha transnacional CHT possui aliados jurídicos nacional(s) e internacional (s). Domestically, destacam-se as atuações do Ministério Público Federal e o fato de as comunidades poderem levar suas reclamações ambientais diretamente ao órgão jurídico público, que investigará (gratuitamente) e, possivelmente, acusará os desenvolvedores de infrações é uma oportunidade significativa para comunidades que não existia no Brasil (Hochstetler e Trajan, 2016, p. 501). Internacionalmente a rede tem contado com a atuação da Justiça Global, da *Interamerican Association for Environmental Defense* (AIDA) e da Sociedade Paraense de Direitos Humanos.

O Brasil tem a peculiaridade de ter um ordenamento jurídico onde o Ministério Público equilibra as estruturas de poder por via processual, campo onde o Estado dialoga democraticamente por meio do devido processo legal. Nesse sentido, existe atuação do Ministério Público Federal que desde a UHE Belo Monte vem exercendo duplo papel: um mais institucional com toda a previsão constitucional, e outro de ator parte da rede, embora informal, é revestido de legalidade, que apoia ações dentro da rede de ativismo transnacional, pois pensa estrategicamente para além do processo.

Quanto ao papel institucional do Ministério Público Federal, defende judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, entre os quais se incluem sua integridade física e psicológica, conforme artigos 129, inciso V e 231, *caput*, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e artigo 5º, inciso III, alínea “e” da Lei Complementar nº 75/93.

¹⁰¹ MPF/PA e relatora da ONU para povos indígenas têm reunião sobre usinas no Xingu e no Tapajós. MPF. **Procuradoria da República no Pará**. 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-e-relatora-da-onu-para-povos-indigenas-tem-reuniao-sobre-usinas-no-xingu-e-no-tapajos>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

O caso de Belo Monte trouxe também aprendizado de quais estratégias jurídicas adotar e quais alianças estabelecer. O número menor de ações civis públicas não se deve apenas ao fato da UHE São Luiz do Tapajós ter um processo mais curto e resolvido em âmbito administrativo, mas pelo fato do MPF fazer uma releitura de quanto a mera judicialização não resolve diante um ordenamento jurídico que reverte as decisões de primeiro grau da Justiça Federal utilizando instrumentos como a Suspensão de Liminar e a Suspensão de Segurança.

A função do MPF no Brasil destoa das funções de um Ministério Público de qualquer país e por vezes transformam procuradores federais em atores individuais, ganhando rosto e nome, apesar de estarem em nome de um órgão jurídico do Estado. Enquanto Belo Monte teve a atuação do procurador Felício Pontes, que está presente em algumas obras literárias como *Tenotã-mõ* (Sevá Filho, 2015) configurando como parte de uma comunidade epistêmica (Haas, 1992; Inoue, 2003) o mesmo ocorre com a atuação do procurador Boaventura Camões, com características semelhantes e também participante da comunidade epistêmica ao contribuir com a obra *Ocekadi* (Alarcon et. al., 2016).

11.2.4. Disponibilidade de recursos para a assistência jurídica

A teoria de Estrutura de Oportunidades Jurídicas, segundo Case e Givens (2010, p. 224), pensou o conceito no sentido de existir um suporte organizacional que permita advogados trabalharem em tempo integral no desenvolvimento de competências, garantindo continuidade e duração da assistência jurídica, ambas vitais o desenvolvimento de precedentes ao longo do tempo.

Paredes (2018), ao tratar da institucionalização do processo de consulta prévia dos povos indígenas em países como Peru e Colômbia, aponta a importância de ONGs nacionais ao elaborar documentos, que são bases para o formato da consulta livre, prévia e informada nesses países. O caso CHT aponta que as ONGs nacionais possuem mesma importância, mas conta com o papel do MPF como orientador estratégico na disseminação do instrumento de consulta. Logo, mais do que exercer o papel de assistência jurídica integral o órgão estabelece estratégias de atuação extraprocessuais e é capaz por meio de suas oficinas ser um difusor das normas globalizadas e institucionalizadas dentro do país quanto à proteção dos direitos humanos de indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais.

O Ministério Público Federal nos meses de setembro e dezembro de 2014 ministrou oficinas de capacitação com o povo Munduruku a respeito do direito à consulta prévia, livre e informada, oportunidade em que foi elaborado o Protocolo de Consulta Munduruku na Aldeia

Waro Apompu, Terra Indígena Munduruku, Praia do Manguê, Aldeia Sai Cinza e Terra Indígena Sai Cinza.

11.2.5. Acesso dos movimentos sociais às cortes

O conceito segundo Andersen (2006, p. 09) está associado às Opções disponíveis para os ativistas, que esperam mobilizar a lei em nome dos objetivos do movimento social. A mobilização da lei recebe um sentido mais amplo pela mobilização de direitos. De acordo com Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez-Garavito (2005), “legalidade cosmopolita subalterna” é o tipo de mobilização jurídica transnacional que desafia as concepções hegemônicas do direito e inclui uma expansão das concepções do direito em quatro formas principais.

Primeiro, a mobilização jurídica deve ser combinada com a mobilização política. Isso foi algo muito rapidamente assimilado pelos povos do médio rio Tapajós e, em especial, pelos Munduruku, que realizaram ocupações, protestos, manifestações e passeatas sempre com uma pauta jurídica definida: demarcação de terras indígenas e consulta livre, prévia e informada.

Em segundo lugar, a mobilização jurídica deve ir além das concepções individualistas de direitos, mesmo que as lutas por direitos individuais não precisem ser abandonadas. Nesse aspecto, como já explicado anteriormente, a causa já nasce coletiva pelo forte impacto que uma usina hidrelétrica pode causar aos povos do rio Tapajós.

Terceiro, a legalidade cosmopolita subalterna pode incluir estratégias legais, ilegais e não legais. Dentro das estratégias, que serão melhor abordadas no capítulo 13, os movimentos locais perceberam a necessidade de agir para além da fronteira da norma e demonstrando de forma hábil, que isso era feito como último recurso. O próprio MPF já teve sua atuação questionada por parte da Advocacia Geral da União e por empresários de que incitava índios na causa contra a UHE Belo Monte. Acusação que não prosperou, pois agir fora do processo não necessariamente significa agir em descumprimento da lei, e, portanto, não existe ilegalidade o fato do Ministério Público se aproximar dos povos e dos movimentos sociais se a própria Constituição Federal além de não proibir, garante sua autonomia e a defesa dos interesses sociais, como preconizado no artigo 127 da CF: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL, 1988).

Finalmente, as lutas devem ser articuladas em diferentes escalas de ação — locais, nacionais e transnacionais. E essa atuação, além das exercidas diretamente pelos povos que peticionaram diante a Organização das Nações Unidas, a atuação transnacional do MPF ocorre

quando encontra um bloqueio em uma instituição doméstica (Poder Judiciário) e passa “investir” na mobilização contra o Executivo. Uma espécie de “bumerangue jurídico” interno, com recursos internacionais (Fundação Ford) para mobilizar ONGs nacionais a preparar comunidades locais a adotarem instrumento doméstico (Protocolo de Consulta) respaldado na Convenção 169 (instrumento internacional).

11.2.6. Receptividade dos tribunais a argumentos políticos

A preferência política dos juízes pode variar significativamente entre os diferentes níveis das cortes no interior da hierarquia do sistema judiciário (Hilson, 2002, p. 243-244). A receptividade a argumentos políticos consiste na capacidade dos juízes aceitarem demandas sociais progressistas.

No Brasil, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal já teve que decidir demandas como célula tronco, aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em geral, tais temas não estão consolidados na opinião pública e alguns não possuem unanimidade no posicionamento de juízes de primeira instância e tribunais. E aqui existe também a habilidade dos peticionantes: “As questões legais surgem principalmente não antes dos tribunais, mas no processo de tomada de decisões políticas, com os advogados desempenhando um papel mais importante do que os juízes e consentem em desempenhar um papel maior do que o comando” (KOH, 1996, p. 189).

Em matéria socioambiental existem avanços e retrocessos. A decisão sobre TI Raposa Serra do Sol é considerada avanço e retrocesso ao mesmo tempo, pois ao passo que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou em 2013 a validade das 19 salvaguardas adotadas no processo que decidiu pela manutenção da demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, considerou que decisão não tem efeito vinculante, ou seja, não se estende a outros litígios, que envolvam terras indígenas¹⁰². Surgiu com a decisão também a ideia de “marco temporal”, preconizando que indígenas só teriam direito a terras que ocupavam em 1988, momento da promulgação da Constituição. Na decisão, a maioria dos ministros apontou que a tese não deveria ser aplicada automaticamente em outros casos. Apesar disso, a Advocacia-Geral da União elaborou um parecer, vinculando toda administração pública, baseado nesta concepção.

O fenômeno em que o judiciário é chamado para decidir questões políticas tem sido amplamente debatido tanto no Brasil quanto em outros países. Cientistas políticos e juristas têm se debruçado no tema para entender esse fenômeno ora chamado de ativismo judicial, ora de

¹⁰² Plenário mantém condições fixadas no caso Raposa Serra do Sol. **Notícias STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=251738>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

judicialização da política, tendo alguns autores (Vianna *et. al.*, 1999) se ocupado de distinguir tais conceitos. Para a presente pesquisa, interessa o ativismo judicial como aquele associado a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes (Barroso, 2009, p. 05). Durante a construção da UHE Tucuruí (1976-1984) era a baixa a receptividade e provavelmente uniforme em todos os níveis do judiciário. O período era de precariedade das estruturas de oportunidades jurídicas, poucas informações dos reais impactos causados por uma grande usina hidrelétrica na Amazônia e alinhamento vertical do Judiciário (juízes de primeira instância à juízes dos tribunais) aos interesses do governo militar. No caso das UHEs de Belo Monte e Tapajós existem diferenças entre o posicionamento dos juízes em primeira instância para os juízes de tribunais ou desembargadores, havendo uma receptividade em primeiro grau e uma baixa receptividade em instâncias superiores às demandas socioambientais.

O Brasil possui avançadas normas de direitos socioambientais, no entanto, existe uma margem muito grande em reconhecer determinado grupo como povo originário ou não. Ocorre que isso é o primeiro direito que garantirá todos os outros. O que se tem observado é uma sensibilidade dos juízes federais de primeiro grau e uma influência política nos tribunais superiores com uso de instrumentos jurídicos que tentam trazer conceitos abstratos como “interesse nacional” para justificar empreendimentos causadores de fortes impactos socioambientais.

Em âmbito internacional de proteção dos direitos humanos, historicamente os juízes são mais receptíveis às questões políticas, principalmente quando os Estados estão violando direitos fundamentais. Harold Koh (1996, p. 183-184) define processo legal transnacional como a interação entre agentes públicos e privados – Estados-nação, organizações internacionais, empresas multinacionais, organizações não governamentais e indivíduos privados – em uma variedade de foros públicos e privados, nacionais e internacionais para fazer, interpretar, reforçar e, em última instância, internalizar as regras do direito transnacional.

Como observado ao longo dos anos em relação ao avanço de grandes empreendimentos que afetam terras indígenas, a ONU possui limitações quanto à internalização de tais regras. Existe um arcabouço jurídico internacional absorvido pela Constituição Federal, mas os mecanismos de exigência de cumprimento mandamental tornam incipientes a efetiva proteção dos direitos humanos de povos indígenas e comunidades tradicionais, principalmente quanto à proteção de terras e o direito de consulta.

Em âmbito continental de proteção dos direitos humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) são

responsáveis pela defesa da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948 e da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969. A CIDH conseguiu persuadir até mesmo regimes repressivos para conceder compromissos em nome dos direitos humanos. Além disso, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja jurisdição o Brasil se submeteu voluntariamente, estabeleceu normas de consulta e CCLPI das comunidades indígenas. São muitos os avanços nas decisões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que surgiu com o propósito de aceitar os argumentos políticos de petionantes, porém o caso de Belo Monte demonstrou que existem reformas necessárias para fazer efetivamente dessa organização internacional uma protetora de direitos socioambientais dos indivíduos que compõem os Estados americanos.

11.2.7. Configuração do poder das elites ligadas ao judiciário

Poder formado principalmente por juízes, que irão julgar o caso em três perspectivas: aceitar, recusar ou divergir de opinião das implicações legais relativo à demanda do movimento social. O posicionamento da corte depende também da mudança nos quadros da magistratura (Andersen, 2006, p.10-11).

Mais uma vez o Ministério Público Federal ao defender indígenas e povos tradicionais acaba por ter uma apreciação diferenciada, por ser uma espécie de quarto poder. Porém, isso por si não garante que todas as decisões sejam favoráveis. Os quadros da magistratura são importantes principalmente no Brasil que viveu uma passagem constituinte, então a sensibilidade de juízes recentemente formados à causa de Direitos Humanos e socioambientais podem estar presentes, pois até as provas no concurso exigem o conhecimento de tais matérias. Isso também não é uma garantia absoluta, pois existem outros fatores como a trajetória acadêmica e a origem social dos juízes que podem influenciar o julgamento.

Quanto à matéria das usinas hidrelétricas, há uma clara restrição à rede de ativismo transnacional até o momento perante o Supremo Tribunal Federal, que é a mais alta corte brasileira. Mesmo os mais críticos politicamente e engajados doutrinariamente aos Direitos Humanos posicionaram-se em desfavor às comunidades indígenas e quilombolas quando tiveram a oportunidade de apreciar os casos de suspensão de segurança e/ou suspensão de liminar referentes à UHE Belo Monte. Essa é uma característica que pode variar bastante. O caso das UHEs no Médio Tapajós não foi levado a Suprema Corte, pois a primeira obra que é a UHE São Luiz do Tapajós, tomou contornos diferentes e foi arquivado administrativamente. Até o momento existem avanços e recuos, mas que ainda mantém a configuração do poder como uma estrutura de oportunidade jurídica.

12. O ESTADO BRASILEIRO: RESTRINGINDO AS OPORTUNIDADES INTERNACIONAIS; DESMONTANDO AS DOMÉSTICAS; DESTRUINDO O LOCAL

O fato de o empreendimento ter o Estado como primeiro interessado tem resultado desde a UHE Belo Monte (Sequeira, 2015) na criação de restrições, que além de abalarem estruturas democráticas consolidadas, impõem condições desfavoráveis à rede de ativismo transnacional (Tarrow, 2009). O objetivo deste capítulo é apresentar tais restrições, sendo que algumas ocorreram especificamente no caso das UHE Tapajós; outras em caso de usinas na Amazônia; e outras mais gerais, relacionadas aos interesses da construção de empreendimentos em inobservância às normas domésticas e internacionais socioambientais, afinal, “As oportunidades políticas precisam ser vistas, é claro, junto com elementos estruturais mais estáveis – como a força ou a fraqueza do Estado ou as formas de repressão que emprega usualmente” (KRIESI, 1995 *apud* TARROW, 2009, p. 99).

O Estado, como detentor do poder, dele ainda depende muito o sucesso ou o fracasso dos objetivos da rede. Bringel (2011, p. 63), a partir da teoria de Tarrow, compreende que o Estado-nação continua forte não só porque ainda consiste em um importante referente “real” e “mental” para os atores sociais, mas também porque detém o monopólio legítimo da violência, algo fundamental na luta política.

Segundo Tarrow (2009, p. 111), para a análise das restrições postas pelo Estado existe um conjunto de fatores: o primeiro, que gira em torno do problema da repressão e do controle social; o segundo lida com as estratégias preponderantes do Estado em relação aos desafiantes; e um terceiro relaciona-se com o conceito de “força do Estado”. O Brasil adotou desde o caso da UHE Belo Monte (Sequeira, 2015) algo que se repete ao caso CHT, onde nas esferas local, nacional e internacional utiliza discurso e práticas distintas, típicas de um Estado heterogêneo (Santos, 2006) da seguinte forma: **(1)** Internacional – Diplomacia e Força do Estado; **(2)** Nacional – Desmonte das estruturas de oportunidades; **(3)** Repressão e controle social.

Deve-se atentar que quanto menor a escala geográfica, maior é o uso de meios coercitivos, ou seja, enquanto no nível internacional os atos são omissivos ou conciliadores; na esfera nacional há um posicionamento discursivo de soberania do Estado brasileiro e do uso de instrumentos jurídicos, que respaldam a ação do Estado; e na esfera local são atos concretos de presença física, por meio de aparato policial, que apesar de não serem proibidores das manifestações tentam coibi-las, coopta-las e/ou intimidá-las quando estas impedem a continuidade da construção das usinas hidrelétricas no Médio Tapajós.

12.1. Diplomacia e Força: Restringindo oportunidades internacionais

O caso do Complexo Hidrelétrico do Rio Tapajós possui algumas semelhanças com o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Sequeira, 2015) quanto ao uso da diplomacia e da força ao mesmo tempo. No caso de Belo Monte quando o Estado brasileiro resiste às pressões internacionais ao desafiar o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e adquire independência de instituições internacionais financeiras com a substituição do BNDES pelo Banco Mundial ficou claro que as pressões internacionais já não operam iguais ao final da década de 1990, pois a troca do financiador deixou muito mais refratária pressões externas do tipo bumerangue (Keck e Sikkink, 1998).

Não se pode afastar as questões domésticas e conjuntarias que enfraqueceram o Estado brasileiro durante a discussão do CHT, que denomino de evidências político-econômicas como a crise econômica no governo Dilma Rousseff e a eclosão da Operação Lava Jato. A momentânea falta de recursos financeiros pode ser contornada por investimentos do mercado interessado nas *commodities* brasileiras e na logística de exportação, que envolve dentre vários empreendimentos a construção de hidrelétricas, tanto que empresas chinesas já realizam a transmissão de energia de Belo Monte para o Sudeste do país¹⁰³. Diante o desemprego e a crise econômica no Brasil aliado ao modelo desenvolvimentista que a maioria das elites partidárias têm defendido é difícil vislumbrar que por interesse do próprio Estado grandes hidrelétricas deixarão de ser construídas na Amazônia.

Como indicadores de referência para avaliar a vulnerabilidade do Estado e sua capacidade de restringir oportunidades internacionais, pode-se utilizar aqueles elencados por Christensen (2008, p. 82-83): 1. Ampla dependência da ajuda externa de atores internacionais, que limitam os termos de atuais e futuros auxílios ou penalidades para comportamentos e políticas adotadas por determinado Estado; 2. A ratificação de compromissos internacionais que imponham sanções aos Estados Membros por violações das suas disposições; 3. A assinatura de compromissos internacionais, que adotam penas de não-conformidade; ou ratificação ou assinatura de compromissos internacionais que não adotam penalidades de não-conformidade.

Tanto a UHE Belo Monte quanto o CHT provaram não ser nenhum dos três indicadores empecilhos para o Estado brasileiro. A primeira já foi debatida quando se tratou da falta de dependência do financiamento externo para realizar obras de grande empreendimento, pois o

¹⁰³ Chinesa traz tecnologia e investe R\$ 9,6 bilhões para levar energia de Belo Monte ao Rio (de Janeiro). A State Grid arrematou sozinha a concessão para construir e operar a linha em um leilão promovido pelo governo em julho de 2015. G1 Economia. 28 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chinesa-traz-tecnologia-e-investe-r-96-bilhoes-para-levar-energia-de-belo-monte-ao-rio.ghtml>>. Acesso em 17 mai. 2019.

BNDES foi incumbido dessa missão, dispensando instituições internacionais como o Banco Mundial. Em relação aos outros dois indicadores não foram empecilhos ao Estado brasileiro, pois conforme será exposto, o Brasil vem desafiando os compromissos internacionais, sendo que os organismos internacionais de proteção aos direitos humanos não impuseram alguma sanção para impedir a construção desde a UHE Belo Monte, repetindo o mesmo em relação ao Complexo de UHEs Tapajós.

12.1.1. A herança da UHE Belo Monte: Enfraquecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) acatando a petição da rede de ativismo contra a UHE Belo Monte em 2010, outorgou no dia 1º de abril de 2011 a Medida Cautelar nº 382/10 - Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará, Brasil¹⁰⁴, solicitando ao Governo brasileiro, a suspensão imediata do processo de licenciamento da UHE Belo Monte, impedindo a realização de qualquer obra material de execução até que fossem observadas condições mínimas.

No dia 25 de abril de 2011, em resposta à comunicação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil apresentou informações complementares às anteriormente enviadas em 17 de março de 2011. O que muitos estudiosos não esperavam é o posicionamento de recuo da CIDH, que remodelou totalmente o conteúdo da Medida Cautelar nº 382/10:

Em 29 de julho de 2011, durante o 142º Período de Sessões, a CIDH avaliou a MC 382/10 com base na informação enviada pelo Estado e pelos peticionários, modificou o objeto da medida, solicitando ao Estado que: 1) Adote medidas para proteger a vida, a saúde e integridade pessoal dos membros das comunidades indígenas em situação de isolamento voluntário da bacia do Xingu e da integridade cultural de mencionadas comunidades, que incluam ações efetivas de implementação e execução das medidas jurídico-formais já existentes, assim como o desenho e implementação de medidas específicas de mitigação dos efeitos que terá a construção da represa Belo Monte sobre o território e a vida destas comunidades em isolamento; 2) Adote medidas para proteger a saúde dos membros das comunidades indígenas da bacia do Xingu afetadas pelo projeto Belo Monte, que incluam (a) a finalização e implementação aceleradas do Programa Integrado de Saúde Indígena para a região da UHE Belo Monte, e (b) o desenho e implementação efetivos dos planos e programas especificamente requeridos pela FUNAI no Parecer Técnico 21/09, recém enunciados; e 3) Garantissem a rápida finalização dos processos de regularização das terras ancestrais dos povos indígenas na bacia do Xingu que estão pendentes, e adote medidas efetivas para a proteção de mencionados territórios ancestrais ante apropriação ilegítima e ocupação por não-indígenas, e frente a exploração ou o deterioramento de seus recursos naturais. **Adicionalmente, a CIDH decidiu que o debate entre as partes no que se refere a consulta prévia e ao consentimento informado em relação ao projeto Belo Monte se transformou em uma discussão sobre o mérito do assunto que transcende o âmbito do procedimento de medidas cautelares.** (CIDH, 2011, grifo nosso).

¹⁰⁴ MC 382/10 - Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará, Brasil 9 Disponível em: <<http://www.cidh.org/medidas/2011.port.htm>>. Acesso em 06 mar. 2019.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos passou a considerar a possibilidade de construção da UHE Belo Monte. O que causou estranheza aos especialistas foi a modificação dos termos da MC 382/10. Cetra e Ventura (2012, p. 45) entenderam que não houve retratação ou pedido de desculpas por parte da CIDH, e ainda menos extinção ou suspensão das medidas cautelares; o que ocorreu foi a modificação de seu conteúdo, especialmente a supressão da polêmica recomendação relativa à “suspensão imediata do processo de licenciamento da obra”. Após a Medida Cautelar 382/10, o Brasil iniciou, ainda, sem coincidência, um processo de enfraquecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Uma das medidas foi a retirada da candidatura do ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos Paulo Vannuchi a uma vaga na CIDH¹⁰⁵. No dia 01 de junho de 2011 o Governo brasileiro autorizou o começo da construção da UHE Belo Monte, quando emitiu a Licença de Instalação, em desacordo da determinação da Comissão Interamericana. Segundo Cetra e Ventura (2012), o posicionamento do Brasil encorajou outros países a se pronunciarem em desfavor do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro apresentou um documento ao Grupo, denominado “Propostas de implementação das recomendações do Grupo de Trabalho de Reflexão sobre o funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos”¹⁰⁶, demonstrando assim seu interesse no “fortalecimento”. Em resposta a esse movimento, 39 (trinta e nove) organizações, dentre sociedades civis organizadas e ONGs, peticionaram ao Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no dia 31 de outubro 2012, destacando-se o seguinte trecho:

Na realidade, este é mais um exemplo do discurso exteriorizado do Estado brasileiro de compromisso com o fortalecimento do sistema, quando na realidade inexistem ações concretas e compromissos públicos no sentido de afirmar a importância da Comissão e da Corte, de seus mecanismos de monitoramento, de sua autonomia e independência, e principalmente da obrigatoriedade das suas decisões. Ao contrário, publicamente conhece-se o posicionamento de autoridades do Estado afirmando que a Corte não tem “o poder de cassar uma sentença da suprema corte brasileira”, que suas decisões têm somente “eficácia política e não jurídica.” Ou ainda expressando perplexidade quanto a decisões “precipitadas e injustificáveis” e que o Brasil não estaria obrigado a cumpri-las. Mais recentemente o Chanceler Antônio Patriota afirmou que “a verdade é que há um nível razoavelmente disseminado de insatisfação com o funcionamento do sistema” [...] e que o “Brasil ficou muito insatisfeito com a maneira como foi tratada a questão da hidrelétrica de Belo Monte”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Brasil retira candidatura de Vanuchi para vaga na OEA. **Estadão**. 12 abr. 2011. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-retira-candidatura-de-vannuchi-para-vaga-na-oea,705426>. Acesso em: 06 mar. 2019.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/2012/CP29609%20Anexo%20II.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2012/10/sidh_carta_sociedade_civil1.pdf>. Acesso em 07 mar. 2019.

Posteriormente o Brasil voltou atrás em seu posicionamento de ameaças de enfraquecimento ao SIDH, e recolocou a candidatura de Paulo Vannuchi em 2013 para ser membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil apoiou também em 2012 a candidatura de Roberto Caldas para compor a CorteIDH, que foi eleito e teve mandato no período de 2013 a 2018. Ficou claro que o enfraquecimento ocorreu motivado pelo principal empreendimento do Estado brasileiro à época, mas reverberou para outros casos semelhantes atuais e futuros.

12.1.2. O mito da energia hidrelétrica limpa e o posicionamento brasileiro

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas número 7 diz: “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno a preço acessível à energia para todos”¹⁰⁸. As metas¹⁰⁹ são: **1.** Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia; **2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global; **3** Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética; **4.** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa; **5.** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

O ODS 7 não menciona os tipos de matrizes energéticas que seriam limpas e para piorar esse quadro em desfavor da TAN-CHT, Fearnside (2015, vol. II, p. 103) sinaliza que a inclusão de hidrelétricas nas diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para inventários nacionais sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) não evoluiu ao ponto de incluir o metano nas informações obrigatórias do relatório.

Philip Fearnside, biólogo e cientista norte americano, é pesquisador titular na Coordenação de Pesquisas em Ecologia do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), com

¹⁰⁸ Energia limpa e acessível. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/ods7/>. Acesso em 20 dez. 2018.

¹⁰⁹ Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods7/>. Acesso em 20 dez. 2018.

sede em Manaus. Possui vários trabalhos premiados e participou da equipe editorial de várias revistas científicas. Com a equipe do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) foi um dos ganhadores do Nobel da Paz em 2007. Foi reconhecido pelo Instituto Thomson de Informações Científicas como o segundo mais citado cientista no mundo na área de aquecimento global, e em 2011 foi identificado como o sétimo mais citado no mundo na área de desenvolvimento sustentável. Tem se debruçado em avaliar os impactos socioambientais de grandes empreendimentos na região, e possui dezenas de artigos especificamente sobre os impactos das hidrelétricas na Amazônia (muitos desses trabalhos citados nesta tese). O conhecimento do cientista, porém, não é levado em conta por outros grupos de pesquisadores, que insistem em afirmar que usinas hidrelétricas são sustentáveis ou quando muito causam danos menos piores que outras matrizes. Outro argumento muito utilizado é que toda matriz energética causa algum impacto socioambiental, o que justificaria a construção mesmo na Amazônia.

O pesquisador demonstra por números o quanto prejudicial são usinas hidrelétricas na região. E também estudou as particularidades da bacia do Tapajós e, ao analisar a Usina Hidrelétrica de Teles Pires, Fearnside (2015c, vol. II, p. 100) foi enfático ao afirmar que o Crédito de carbono é concedido a usinas hidrelétricas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Quioto, com as seguintes condições: 1º. as barragens não seriam construídas sem financiamento do MDL; 2º barragens teriam emissões mínimas ao longo da duração dos projetos, de 7 a 10 anos, em comparação com a eletricidade gerada por combustíveis fósseis. Considera que essas condições não são cumpridas, especialmente no caso das barragens tropicais, como as previstas na Amazônia.

Não serão aprofundados todos os detalhes técnicos levantados pelo pesquisador, mas apenas dados e fatos que refutam as duas condições. Quanta à primeira condição, praticamente todos os projetos de barragens apenas solicitam o crédito do MDL depois que os investimentos na construção do projeto já estejam assegurados, quando a represa está em construção e algumas vezes, mesmo após a barragem ser construída. A conclusão é de que as barragens seriam construídas de qualquer maneira, sem financiamento do MDL.

A condição é refutada a partir dos dados de outros pesquisadores. O impacto do metano produzido por hidrelétricas é até quatro vezes maior que o impacto indicado por cálculos feitos usando o valor¹¹⁰ de 21 toneladas adotado pelo Protocolo de Quioto (até o final de 2012) com base no segundo relatório do IPCC (Schimel *et al.*, 1996 *apud* Fearnside, 2015a, vol. II, p. 102),

¹¹⁰ Valor do impacto de cada tonelada de metano comparado com uma tonelada de gás carbônico.

3,4 vezes o impacto correspondente ao valor de 25 adotado para o período 2013-2017, com base no quarto relatório (Forster *et al.*, 2007 *apud* Fearnside, 2015a, vol. II, p. 102) é mais de trinta vezes o impacto indicado por cálculos que consideram apenas a emissão de carbono, sem considerar o efeito das emissões serem em forma de metano.

Por último, para somar-se ao quadro normativo internacional desfavorável à TAN-CHT o Fearnside (2015, p. 104) exemplifica dois casos de influência brasileira na criação e ampliação de brechas no regulamento do MDL sobre o crédito de carbono para hidrelétricas: 1^a. Na reunião plenária do IPCC realizada nas Ilhas Maurício, que aprovou as diretrizes de 2006, os diplomatas brasileiros tentaram, sem sucesso, remover por completo as emissões de reservatórios da seção sobre “terra inundada”; 2^o. O Painel de Metodologias do MDL propôs considerar como nulas as emissões para os projetos com densidades energéticas acima de 10 W/m² com base em um documento técnico interno elaborado pelo ex presidente da Eletrobrás.

Os relatórios do IPCC continuam considerando hidrelétricas como matrizes limpas, a exemplo de 2011 que realizou relatório especial e classificou-as como tendo a metade ou menos do impacto das emissões de qualquer outra fonte, incluindo a eólica, solar e a energia dos oceanos. Muitos especialistas como Fearnside vem contestando as metodologias empregadas, tentando incluir outras áreas da barragem que não entram no cálculo e apresentando ainda melhores estudos da emissão de gás metano. A quantidade de projetos hidrelétrico traduz o insucesso da reverberação da ciência na política e aumentam os desafios de ONGs como a *International Rivers* que também contestam as metodologias empregadas pelo IPCC.

12.2. Nacional: Desmontando oportunidades domésticas

As estruturas de oportunidades jurídicas são ameaçadas tanto no Congresso Nacional com a tentativa de se criar normas que não condizem com o arcabouço protetivo socioambiental que o país possui. E ocorre no Poder Judiciário ao se lançar mão de normas consideradas pouco democráticas.

A modernidade das normas e as instituições democráticas, portanto, são obnubiladas por instrumentos jurídicos e pela forma de utilização de determinadas instituições, que remetem a períodos ditatoriais vivenciados pelo país (1964-1985). Embora haja uma progressiva utilização de jurisprudência favorável a proteção dos Direitos Humanos por parte de juízes e ministros das cortes superiores algumas normas parecem perder sua eficácia colocadas à prova diante grandes empreendimentos de interesses do Estado e do mercado transnacional.

12.2.1. Propostas Normativas Restritivas de Direitos

Existem várias tentativas de modificar a legislação em favor de empreendimentos agrícolas e agropecuários. O grupo influenciador é tão grande que foi denominado de bancada ruralista, que são aqueles que independente do partido são defensores da criação de leis para a exploração de tais atividades sem empecilhos socioambientais.

A Proposta de Lei 1610/1996 dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas¹¹¹, de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal (Brasil, 1988). Abrir espaço para exploração de recursos minerais em terras indígenas é facilitar projetos hidrelétricos, pois na Amazônia os grandes empreendimentos hidrelétricos são acompanhados de projetos minerários, que são eletrointensivos. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 revoltou os indígenas e populações tradicionais e foi alvo de protesto em todo Brasil, pois a proposta de emenda buscava incluir dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei¹¹².

Outra norma se aprovada será nefasta ao direito do território indígena. O parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal estabelece que:

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, **segundo o que dispuser lei complementar**, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé. (BRASIL, 1988) **grifo nosso**.

Aproveitando essa lacuna normativa os Deputados federais elaboraram a PLP 227/2012, aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados com a seguinte redação:

"Art. 1º Para os fins a que se refere o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal, reputam-se de relevante interesse público da União os seguintes atos e fatos: I - assentamentos rurais realizados pelo Poder Público, em programas de reforma agrária e colonização; **II – a exploração e aproveitamento de jazidas minerais; III – o aproveitamento de potenciais hidráulicos; IV – o uso e ocupação de terras públicas destinadas à construção de oleodutos, gasodutos, estradas rodoviárias e ferroviárias, portos fluviais e marítimos, aeroportos e linhas de transmissão;** V – concessões e alienações de terras públicas localizadas na faixa de fronteiras; VI – as

¹¹¹ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16969>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

¹¹² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em: 05 mar. 2109.

ocupações de terras públicas na faixa de fronteiras resultantes das formações de núcleos populacionais, vilarejos e agrupamentos urbanos; VII – os campos de treinamento militar e as áreas destinadas às instalações policiais e militares, das forças armadas e de 2 outros órgãos de segurança; VIII – os atos que tenham por objeto a legítima ocupação, domínio e posse de terras privadas em 5 de outubro de 1988.

Art. 2º É livre o trânsito de veículos nas vias de comunicação e transporte terrestre e hidroviário que cortem terras indígenas, vedada a cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza.

Art. 3º É livre o trânsito nas terras indígenas, vedado o impedimento à sua atuação: I – das Forças Armadas; II – da Polícia Federal; III – dos membros do Poder Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios; IV – dos servidores de órgãos governamentais vinculados à saúde e educação dos indígenas.

Art. 4º O usufruto das terras indígenas não se sobrepõe aos interesses estabelecidos pela Política de Defesa Nacional. Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação¹¹³."

A proposta alteraria toda a natureza de normas protetivas aos indígenas. Existe o claro objetivo de realizar qualquer tipo de empreendimento em TIs sem que para isso ocorra consentimento. Tais normas colidem até mesmo com tratados internacionais ratificados pelo Brasil, principalmente a Convenção 169 OIT.

Em 16 de julho de 2012, a Advocacia Geral da União (AGU) – órgão que tem a incumbência de defender juridicamente a administração pública federal e a defesa dos direitos coletivos indígenas – editou a Portaria nº. 303/AGU. A portaria estende para todas as demarcações as condicionantes criadas em Raposa Serra do Sol, como proibir a extensão de terras já demarcadas, ou seja, para atuar restritivamente em outros casos referentes à demarcação de territórios indígenas. “Embora a Portaria não tenha status de lei, ela reflete posicionamento institucional da AGU e acaba por restringir diversos direitos indígenas à medida em que limita a linha de defesa pelos Advogados da União nos casos judiciais e extrajudiciais” (GARZON, et. al., 2016, p. 14).

Outro aspecto normativo tem sido justificado pelo Estado brasileiro como falta regulamentação interna, quando na verdade é um descumprimento de norma internacional declaradamente autoaplicável em matéria de direitos fundamentais, que são os procedimentos para a consulta livre, prévia e informada. Em 2010, por meio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), organizações indígenas e quilombolas denunciaram o Estado brasileiro à Organização Internacional do Trabalho (OIT) por descumprimento sistemático da obrigação de consultar. Segundo Garzón et. al (2016, p. 14), em meio às pressões da sociedade civil e à inclusão do Brasil na lista preliminar da OIT, o governo brasileiro tomou a iniciativa de constituir, em 27 de janeiro de 2012, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação administrativa do direito à consulta prévia.

¹¹³ PLP 227/2012. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=561643>>. Acesso em 06 mar. 2019.

Mesmo criado o grupo, o Governo Federal, propiciou diversos embaraços para a correta regulação do CCLPI, criticada por seu conteúdo e pelo processo de elaboração, conforme apontado por Garzón et. al. (2016): a) debate somente no âmbito do Poder Executivo (sem participação do Legislativo); b) não participação de povos indígenas e tradicionais no conteúdo da proposta de regulamentação; c) descumprimento do planejamento que previa 32 reuniões (sendo 27 informativas e 5 consultivas), foram realizadas apenas 11; d) falta de transparência quanto aos procedimentos que pudesse adquirir a confiança dos interessados (indígenas e povos tradicionais).

12.2.2. Suspensão de Segurança, Suspensão de liminar e antecipação de tutela

Existe uma percepção por parte das redes de ativismo e do próprio MPF de um alinhamento do Poder Judiciário aos interesses governamentais. As disputas judiciais ocasionadas por grandes empreendimentos têm repetido mesmo caminho processual que consiste em as redes de ativismo ou movimentos sociais, por meio do MPF, terem decisões favoráveis em primeira instância e depois revertidas em instâncias superiores, prevalecendo os argumentos sustentados pela Advocacia Geral da União, órgão jurídico legitimado a defender os interesse da União escorado em três leis que possuem finalidade semelhantes.

A primeira é a lei que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública que prevê a aplicação à tutela antecipada prevista nos artigos 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos artigos 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964 (BRASIL, Lei 9.494, de 10 de setembro de 1997, artigo 1º).

A segunda é a lei de liminares contra o Poder Público que autoriza o presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas (BRASIL, Lei 8.437, de 30 de junho de 1992, artigo 4º).

A terceira é a lei do Mandado de Segurança que prevê quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco)

dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição (BRASIL, Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009, artigo 15).

Os dois últimos dispositivos se equivalem, com a diferença que o terceiro é aplicado especificamente às decisões de mandado de segurança¹¹⁴. Todos os três dispositivos legais autorizam o poder público suspender liminares concedidas contra suas medidas caso o presidente do tribunal que julgará eventuais recursos entenda que a liminar judicial cause “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”. Alguns juristas como Ellen Gracie reconhecem que se trata de um instrumento para obtenção de uma decisão de natureza política (Northfleet, 2000). Decisões de magistrados apontam para o mesmo entendimento como a do Ministro José Delgado: “O ato do Presidente que suspende os efeitos de tutela antecipada contra o Poder Público é de natureza política, sendo vedada a análise do mérito da demanda” (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. AgRg na MC 9.866/SP, 2005, p. 365).

Em 16 de março 2007, a ministra Ellen Gracie, que havia criticado o instrumento jurídico, então presidente do Supremo Tribunal Federal, julgou a Suspensão de Liminar (SL nº 125), acatando os argumentos da Advocacia Geral da União no sentido de que a não viabilização do empreendimento comprometia o planejamento da política energética do país e, em decorrência da demanda crescente de energia elétrica, seria necessária a construção de dezesseis outras usinas na região com ampliação em quatorze vezes da área inundada, o que agravaria o impacto ambiental e os vultosos aportes financeiros a serem despendidos pela União (SL 125, 2007, p. 07).

Além de concordar com o argumento sobre a necessidade de hidrelétricas, a ministra entendeu que a continuidade do licenciamento, mesmo que incompleto, era importante para a manutenção da “ordem e economia públicas”: “Aliás, o importante debate jurídico a respeito da natureza dessa consulta - se política ou técnica, não é cabível na presente via da suspensão de decisão, tendo em vista os estritos termos do art. 4º da Lei 8.437/92.” (SL 125, 2007, p.06).

Reiterando mesmo entendimento, o Ministro Ayres Britto, presidente do STF à época, em 27 de agosto de 2012, em julgamento da Medida Cautelar na Reclamação 14.404 do Distrito Federal, autorizou a retomada das obras da UHE Belo Monte sabidamente, no instrumento processual da suspensão de liminar não se analisa o mérito da causa. Todavia, a decisão paradigmática (SL 125), em homenagem à ordem e economia públicas, autorizou a atuação do IBAMA e dos demais órgãos responsáveis pela continuidade do processo de licenciamento

¹¹⁴ O Mandado de Segurança é uma ação constitucional prevista no artigo 5º, inciso LXIX da Constituição Federal (Brasil, 1988) que tem como objetivo a proteção de direito líquido e certo, ou seja, de direitos evidentemente existentes.

ambiental da obra da UHE Belo Monte, não obstante continuar existindo a pendência judicial. (RCL, 14.404 MC/DF, 2012, p. 04).

Uma forte tendência de restrição aos movimentos sociais se encontra no estudo feito por Gomes Neto *et. al.* (2012) que, ao analisar a suspensão de segurança em âmbito do Supremo Tribunal Federal, conclui que tal instrumento aumenta significativamente a possibilidade de aceitação do pedido quando as alegações se referem ao dano à economia pública conjuntamente com a lesão à ordem pública - regular funcionamento da Administração Pública, seja qual for a matéria objeto do litígio político. Os estudos de Gomes Neto *et. al.* (2012) coadunam-se às apreciações da suspensão de segurança pelo STF relacionadas à UHE Belo Monte, pois nas duas decisões (SL 125, 2007; RCL, 14.404 MC/DF, 2012) os ministros alegam danos à economia e lesão à ordem públicas.

A forma como o STF tem se posicionado, segundo Albuquerque e Gomes Neto (2012, p. 152) faz concluir que as decisões tomadas deixam de lado os critérios de fundo técnico-jurídicos para se assentarem em pressupostos eminentemente políticos, respaldados, por vezes, na premissa de que tais decisões longe de ferir a questão meritória são calcadas nos instrumentos de discricionariedade, com base nos elementos da oportunidade e conveniência.

Inconformados com a decisão que suspendeu qualquer ato de licenciamento ambiental da UHE do Tapajós até que fosse julgado o mérito da ação, a União e o Ibama interuseram pedido de suspensão de segurança, SLS nº 170045, diretamente ao Superior Tribunal de Justiça, sob o argumento de que não existia uma vinculação temporal entre o estudo de viabilidade técnica e a realização da consulta prévia. Em outras palavras, segundo Santos e Gomes (2015, p.11) em flagrante má fé, argumentaram que a consulta prévia poderia ser realizada concomitantemente aos estudos, uma vez que não há regulamentação no Estado brasileiro sobre de que forma a consulta prevista na Convenção 169 da OIT deva ser feita.

Como em diversas vezes que o instrumento foi utilizado para construção de UHEs a União informou que a paralisação dos estudos inviabilizaria o planejamento estatal para o suprimento da energia elétrica. E, no que toca ao argumento do perigo de grave lesão à economia pública, sustentou que a suspensão do licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós, e o conseqüente atraso da entrada em operação da usina, implicaria no planejamento estratégico um custo econômico adicional da ordem de R\$ 2,49 bilhões por ano, ou seja, R\$ 6,8 milhões por dia, por conta da substituição da fonte hidráulica por fonte térmica¹¹⁵.

¹¹⁵ Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=28254523&num_registro=201301078790&data=20130424&tipo=0&formato=PDF>. Acesso em: 06 mar. 2019.

O ministro Felix Fischer acolheu os argumentos apresentados pelo Ibama e pela União, entendendo que a suspensão dos estudos causaria lesão à ordem pública, uma vez que o país vive um grave problema de suprimento energético. Dessa forma, paralisar o planejamento e investimento estatal nos estudos da UHE do Tapajós agravaria ainda o problema do fornecimento de energia no Brasil:

No meu entender, interromper o planejamento do Governo destinado ao setor energético do país, estratégico para o desenvolvimento da nação, causa grave lesão à ordem pública, em sua esfera administrativa, especialmente por poder comprometer a prestação dos serviços públicos que dependem dessa fonte de energia. Nesse contexto, impedir que se promova o andamento dos estudos preliminares, que servirão de base para que o Governo possa planejar de modo adequado e eficiente sua política energética, ainda mais levando-se em consideração a crescente demanda por energia no país, afeta o interesse público na medida em que poderá obstar a expansão do setor elétrico e, conseqüentemente, o crescimento da economia brasileira¹¹⁶.

A decisão só não foi mais desfavorável porque condicionou a concessão da licença ambiental à realização de consulta aos povos e comunidades que serão atingidos pelo empreendimento. Santos e Gomes (2015, p. 12) atentam para o fato que a decisão desconsiderou, no entanto, que os estudos de viabilidade da obra afetam diretamente os povos e comunidades envolvidos, que tiveram que conviver com a presença de pesquisadores em suas áreas e a retirada de material biológico para a conclusão das pesquisas. E ainda, os danos na vida desses povos também devem ser considerados sob o ponto de vista psicológico, uma vez que eles são obrigados a conviver com pesquisadores dentro de seus territórios sem terem informações sobre o projeto em curso ou mesmo sobre como a consolidação do empreendimento poderá afetar suas vidas.

Não parecem consistentes os elementos avaliados pelos tribunais para se auferir a “gravidade à economia pública”, desconsiderando outras questões econômicas já suscitadas por especialistas em engenharia energética, além dos impactos socioambientais. Logo, em relação à geração de energia por meio de construção de hidrelétricas na Amazônia parece não está sendo observada pelos tribunais a advertência feita por Albuquerque e Gomes Neto (2012, p. 160), de que o conceito de grave lesão à economia pública, como suporte da decisão judicial de suspensão de segurança, não pode ser concebido a partir da simples noção do montante dos valores envolvidos, na questão que medeia o caso concreto, mas sim com a gravidade da lesão que a decisão judicial possa suscitar para a ordem jurídica em geral.

Embora possam existir situações que o uso de suspensão de segurança seja utilizado em casos urgentes não parece essa opinião dos especialistas quando apontam outras soluções para

¹¹⁶ *Idem.*

a insuficiência energética. A crítica também está na chancela das decisões governamentais mesmo que em prejuízo e lesão a direitos fundamentais. Os termos amplos como “lesão à ordem”, “segurança e economia públicas” permitem que qualquer interesse político e/ou econômico seja utilizado como argumento para suspender decisões com base na lei. Por se tratar de termos abrangentes o cuidado deveria ser redobrado para a concessão da suspensão. Seria imperioso que os juízes ao acatarem o argumento de grave lesão à economia pública o fizessem baseados em critérios mais rígidos com base em estudos econômicos e sociais.

Percebendo situações semelhantes como da estrada de ferro de Carajás – Pará/Maranhão e as usinas hidrelétricas na Amazônia, incluindo o que já se estava projetando para o Complexo de Usinas no Tapajós, todos os casos envolvendo terras indígenas, um grupo de ONGs nacionais e internacionais, como Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA), *International Rivers*, Terra de Direitos e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, solicitaram uma audiência perante a OEA para discutir o uso de tal instrumento jurídico pelo Estado Brasileiro, elaboraram um relatório que expõe o histórico do instrumento processual; a utilização da Suspensão de Segurança em casos concretos; análise do instrumento à luz do direito internacional dos direitos humanos; e solicitaram por fim:

1. Analise o instrumento processual brasileiro “Suspensão de Segurança” à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos e da jurisprudência apropriada e, ao final, declare que a existência e utilização desse instrumento é uma clara violação ao mencionado tratado e jurisprudência aplicável ao Brasil; 2. Solicite ao Estado Brasileiro, com base no artigo 2º da Convenção Americana de Direitos Humanos, que derogue o instrumento Suspensão de Segurança, por ser um instrumento que contraria normas de dito tratado¹¹⁷.

A audiência¹¹⁸, denominada de 150º período ordinário de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington, DC), ocorreu no dia 28 de março de 2014, sendo o Estado Brasileiro questionado publicamente. Como representantes das vítimas da Suspensão de Segurança estiveram presentes o líder indígena Josias Munduruku (Mato Grosso); Alaíde Silva, morador de Buriticupuru (Maranhão), município por onde passa a estrada de ferro de Carajás; a juíza federal Célia Bernardes, da Associação Juízes pela Democracia; e os advogados Alexandre Sampaio (AIDA) e Eduardo Baker (Justiça Global); representando o Estado brasileiro estiveram advogados da Advocacia Geral da União. As duas partes

¹¹⁷ Situação do direito ao acesso à justiça e a suspensão de decisões judiciais (ação de suspensão de segurança) no Brasil. Disponível em: <https://amazonwatch.org/assets/files/2014-brazil-rights-report-portuguese.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

¹¹⁸ *Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Situación del derecho de acceso a la justicia y suspensión de decisiones judiciales* (ação de suspensão de segurança) en Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PSRkh1ZFwsw>. Acesso em: 07 mar. 2019.

apresentaram seus argumentos aos comissários Felipe González (Chile), José de Jesús Orozco Henríquez (México) e James Cavallaro (Estados Unidos). Até o momento não houve qualquer pronunciamento da CIDH sobre o instrumento jurídico da Suspensão de Segurança e a forma usada pelo Brasil.

Considerando toda a bacia do Tapajós, Oliveira e Vieira (2016, p. 248) levantaram que do total de 14 ações propostas, 12 tiveram decisões liminares, das quais nove foram favoráveis ao MPF. Isso significa que em 75% das ações decididas, o Poder Judiciário reconheceu que o licenciamento desrespeitou as leis brasileiras. Essas decisões determinaram a suspensão do licenciamento – ou da obra, conforme o caso – até que a ilegalidade fosse corrigida. No entanto, nenhuma delas chegou a ser aplicada, pois foram suspensas utilizando os autoritários institutos jurídicos.

12.2.3. Mudança nas regras do uso da Força Nacional de Segurança Pública

Criada na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, idealizada pelo então Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, a Força Nacional entrou em vigor por meio do Decreto 5.289/2004, que em seu artigo 4º, possuía a seguinte redação: “A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado ou do Distrito Federal”.

No dia 12 de março de 2013 a Presidência da República publicou o Decreto 7.957 que alterou substancialmente o artigo 4º do Decreto 5.289/2004, acrescentando a competência de qualquer Ministro do Estado para autorizar a presença da Força Nacional. Houve flagrante quebra do pacto federativo, pois qualquer ministro – e todos eles são nomeados pelo Presidente da República, pode solicitar ao Ministério da Justiça o emprego da FNSP em qualquer território para atender os interesses do Governo Federal, sem a necessidade de autorização judicial ou consentimento do Governador do Estado.

A decisão de colocar a Força Nacional para proteger obras de infraestrutura da usina ocorreu por pedido do Ministério de Minas e Energia, Édson Lobão, em aviso ministerial enviado no dia 21 de março de 2013, quando ribeirinhos e lideranças indígenas paralisaram pela oitava vez canteiros da Belo Monte. No dia 25 de março de 2013 foi publicada portaria nº 1.035 no Diário Oficial da União, autorizando o emprego do efetivo da FNSP no Estado do Pará, pelo prazo de até 90 (noventa) dias para o fim de “garantir incolumidade das pessoas, do patrimônio e a manutenção da ordem pública nos locais em que se desenvolvem as obras, demarcações, serviços e demais atividades atinentes ao Ministério de Minas e Energia” (Artigo 1º, Portaria 1.035/2013). Foi uma decisão direcionada a todas as construções de grandes projetos,

principalmente hidrelétricas, tanto que no mês seguinte a Força Nacional foi solicitada pelo Governador do Estado de Rondônia para atuar nas obras de Santo Antônio e Jirau, que estavam paralisadas pelo movimento grevista dos trabalhadores de ambas usinas hidrelétricas¹¹⁹.

A Força Nacional tem a constitucionalidade discutível. A Constituição Federal determina em seu artigo 144, §§ 4º e 5º, que é responsabilidade das polícias militares dos estados, subordinadas aos respectivos governadores, a “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. A intervenção da União só poderia ser feita em duas possibilidades: intervenção federal no estado (art. 34, CF), ou decretando estado de defesa (art.136, CF), tais situações são excepcionais de garantia da segurança e integridade nacionais, quando são acionadas as Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica. As consequências do uso dessa força, no entanto, foram sentidas pelos povos do rio Tapajós, principalmente contra os Munduruku.

12.3. Destruição do local: Repressão e controle social

A esfera local já tem uma carga de violência muito grande ocasionada pela falta de aparelhamento estatal e os conflitos agrários com números sempre crescentes. A omissão do Estado faz os habitantes da Amazônia sentirem certo abandono e quando políticas públicas conseguem chegar ao local, parecem estar incompletas, conforme apontam os vários problemas básicos de segurança, educação, saúde e saneamento básico.

Aliado a esse contexto desfavorável existe a retórica do desenvolvimento. Decisões tomadas de cima para baixo passam a influenciar vidas de povos da floresta, que antes estarem esquecidos a serem lembrados, “convidando-os” a se retiraram de seus locais de morada. É na esfera local que a violência aflora e o Estado, que investido de legalidade e cumpridor da lei quer tornar ainda mais invisíveis esses povos. O caso da construção do Complexo UHEs Tapajós identificou três formas de repressão e controle social do Estado brasileiro: a) Tentativa de controle dos movimentos sociais locais; b) Inobservância dos Princípios para Consulta e Consentimento Livres, Prévios e Informados (CCLPI); e c) Operações policiais.

12.3.1. Tentativa de controle dos movimentos sociais locais

O Governo do Estado Pará criou o Decreto no. 1.969 de 24 de janeiro de 2018¹²⁰ do Governo do Pará que institui Grupo de Estudos incumbido de sugerir normas procedimentais

¹¹⁹ Governo envia Força Nacional para obras de Jirau e Santo Antônio. Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3075272/governo-envia-forca-nacional-para-obras-de-jirau-e-santo-antonio>. 05 abr. 2017. Acesso em: 20 mar. 2018.

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/pages/2018/2018.01.25.DOE.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

voltadas à realização de consultas prévias, livres e informadas aos povos e populações tradicionais. Por ser recente ainda não foi possível verificar na prática os efeitos do decreto, mas causou estranheza aos movimentos sociais e até mesmo a associações profissionais como a Associação Brasileira de Antropologia.

Dentre os pontos polêmicos têm-se: a) falta de participação efetiva e reconhecida dos sujeitos de direito na elaboração do decreto, ou seja, nem mesmo um decreto que trata sobre consulta não foi ele próprio submetido à consulta; b) o artigo 6º não prevê representações da sociedade civil, apenas representantes de órgãos do governo; c) previsão de que “entidades públicas ou privadas” podem pedir o credenciamento no Grupo, sujeito à aprovação de seu coordenador, nomenclatura esta que não contempla os povos indígenas e comunidades tradicionais, já que limitar o “credenciamento” a associações da sociedade civil não configura uma participação culturalmente adequada; d) falta de divulgação adequada do decreto que garanta seu amplo conhecimento, sendo publicado apenas do Diário Oficial do Estado do Pará, sem alguma difusão em meios de comunicação que atinja povos que habitam a região; e) prazo exíguo de quinze dias para que o Grupo de Estudos apresente ao governo uma proposta Plano Estadual de Consultas Prévias, Livres e Informadas, considerando todos os elementos necessários que são imprescindíveis para realização de uma consulta; f) o artigo 2º, § 1º prevê que “Os integrantes e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e designados por ato do Governador do Estado para o exercício das suas atribuições, podendo ser substituídos a qualquer tempo”. Ou seja, não bastasse a exclusão de impactados de projetos e movimentos sociais, mesmo se houver dentro dos órgãos governamentais pessoas aptas a discutir democraticamente a consulta, livre, prévia e informada, estas poderão ser substituídas conforme conveniência política.

12.3.2. Inobservância dos Princípios para Consulta e Consentimento Livres, Prévios e Informados (CCLPI)

O Estado brasileiro é obrigado por legislação doméstica e internacional a consultar os povos indígenas e tribais sobre as questões que os afetam e a garantir o consentimento e consulta livres, prévios e informados (CCLPI) para empreendimentos que impactem o seu território, seus meios de subsistência ou seus direitos. Quanto ao modo de realização, Garzón et. al. (2016) apontam três princípios retirados da própria Convenção 169 OIT: caráter culturalmente apropriado, boa fé e caráter livre. O direito à consulta prévia livre e informada nos termos do OIT-169 foi convertido em lei brasileira por Decreto No. 5.051 de 19 de abril de 2004 (Brasil, PR, 2004).

O que consta nas normas não tem sido aplicado na prática. O Governo Federal tem utilizado de argumentos considerados pífios pela campanha transnacional para não atender comunidades indígenas ou tradicionais e justificado a não realização de consultas por falta de regulamentação normativa procedimental interna, embora a Convenção 169 OIT trate de direitos fundamentais autoaplicáveis.

Os Munduruku fazem parte da categoria “indígena”, estão abrangidos pelo artigo 1.1.b da Convenção 169/OIT, o que remete à descendência dos povos que habitavam o país à época da colonização e que mantêm vivas suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Apesar do preconceito que perpassa a sociedade e às vezes parte do próprio Estado principalmente quando estes têm acesso a bens materiais como televisão e telefone celular, a categoria “índio” possui uso consolidado e sua abrangência não suscita controvérsias, ao menos quanto às realidades socioculturais a que se refere.

O artigo 231 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) prevê que são reconhecidos aos indígenas em território brasileiro a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. No §3º do mesmo artigo há a previsão de que o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com a oitiva das comunidades afetadas.

O Estudo de Impacto Ambiental aponta que a obra irá afetar de maneira grave o povo Munduruku. O Governo Federal além de retardar o processo de demarcação das terras indígenas, passou a interpretar de maneira equivocada a Convenção 169 OIT. O ex-ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou “(...) não abriremos mão de construir Tapajós. A consulta não é deliberativa. Ela deve ser feita para atender demandas, diminuir impactos, mas não é impeditiva¹²¹”. Em sentido semelhante, o então Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, afirmou: “Estamos trabalhando muito para que o diálogo e a construção de uma política de compensações ambientais e compensações sociais possam acontecer com os Mundurucus, de forma diferente de Belo Monte¹²²”.

Os beiradeiros de Montanha e Mangabal e os ribeirinhos de São Francisco e Pimental pertencem a categoria “povos tribais” e segundo a Convenção 169 OIT, devem preencher duas

¹²¹ Dilma se afastou dos 'principais atores na economia e na política', diz Gilberto Carvalho. **O Globo**. 10 nov. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-se-afastou-dos-principais-atores-na-economia-na-politica-diz-gilberto-carvalho-14523428>. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹²² Ministro diz que hidrelétrica do rio Tapajós deverá entrar em pacote a ser lançado em agosto. **O Globo**. 11 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/ministro-diz-que-hidreletrica-do-rio-tapajos-devera-entrar-em-pacote-ser-lancado-em-agosto-16415983>. Acesso em: 15 ago. 2018.

condições: (I) possuir “condições sociais, culturais e econômicas que os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial”; e (II) tenham consciência de sua identidade tribal. Estes critérios consagram o “direito à autoidentificação” (“autoatribuição”, “autorreconhecimento” ou “autodefinição”).

Montanha e Mangabal possui a ocupação tradicional do território reconhecida pelo governo federal por meio da criação de um projeto agroextrativista (PAE). No final de 2014, em reunião com lideranças da comunidade, funcionários da então Secretaria Geral da Presidência da República afirmaram que o governo não consultaria as comunidades tradicionais afetadas:

(...) tem uma discussão no governo nesse momento que a consulta nesse plano piloto que estamos fazendo na região atende às comunidades indígenas, o que a gente tá discutindo é fazer um processo de informação lá com Mangabal, mas que não seria consulta. O entendimento do governo federal, hoje, quem é ouvido na 169 são os indígenas e quilombolas, que isso já tem referência. Comunidades tradicionais ainda não chegou a esse acordo dentro do governo como vai ser consultado e em que estágio vai ser consultado ¹²³.

As decisões referentes à Usina Hidrelétrica do Tapajós deveriam assegurar o direito à consulta a todas comunidades tradicionais afetadas pelo projeto, sem distinção.

O Estudo de Impacto Ambiental aponta que a obra afetará de maneira grave o povo Munduruku e dezenas de comunidades tradicionais, como Montanha e Mangabal, São Luis, São Francisco e Pimental. O mesmo estudo, no entanto, adota a heteroidentificação (Garzon et. al., 2016, p. 20), não reconhecendo-as como comunidades tradicionais:

Porém, não se pode afirmar que são populações tradicionais no termo da Lei nº 11.284 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) que as define como grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica ou, como define o Decreto nº 6040, Art. 3º Inciso I - Povos e Comunidades Tradicionais, como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. O reconhecimento e indicação de um grupo como população tradicional não se sustenta sem o desenvolvimento de estudos etnográficos pertinentes.

Após sucessivas demandas no Poder Judiciário e recursos judiciais indeferidos que o governo passou a dialogar com sobre a realização de consulta. Nos dias 2 e 3 de setembro de

¹²³ Governo nega direito à consulta prévia às comunidades ribeirinhas de Montanha e Mangabal. 20 set. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nYbR6ejV0ao>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

2014, na aldeia Praia do Mangue, em Itaituba, o governo federal reuniu-se com os Munduruku para discutir como seria feita a consulta. Na ocasião, os funcionários do governo afirmaram que a consulta seria algo inédito no Brasil e inauguraria um novo patamar na relação entre Estado e povos indígenas, comprometida com a Convenção 169 OIT. Passados menos de dez dias da reunião, o Governo Federal não cumpriu o acordo quanto a procedimentos de consulta e, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), publicou a Portaria nº 485, agendando o leilão da UHE São Luiz do Tapajós para 15 de dezembro de 2014.

Como explicado no capítulo 3 o Leilão só poderia ocorrer após a Licença Prévia, a ser conferida pelo IBAMA, ao passo que a LP, por ordem judicial, deveria ser necessariamente precedida pelo CCLPI. Ou seja, sem considerar todas as dificuldades de comunicação entre os povos da floresta e o tempo que leva para explicar os impactos do empreendimento, o governo pretendia considerá-los como consultados.

Os grandes projetos de infraestrutura na Amazônia em geral são decididos antecipadamente, sem considerar a opinião de especialistas ou da sociedade civil e, posteriormente, apresentados como irreversíveis (*Greenpeace*, 2016, p. 10). No caso envolvendo indígenas e comunidades tradicionais, segue a prática de não realizar de forma correta o CCLPI. É possível identificar que o governo concebe a consulta prévia limitada a um espaço de negociação de medidas de mitigação e compensação de impactos negativos de uma decisão já tomada, negligenciando assim o escopo do direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado (Garzon et. al., 2016).

12.3.3. Operações policiais

A Polícia Federal tem por missão exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito¹²⁴. Conforme o artigo 144, §1º, incisos da Constituição Federal (BRASIL,1988) a Polícia Federal destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas

¹²⁴ Disponível em: <http://www.pf.gov.br/institucional/missao-visao-e-valores>. Acesso em 01 mar. 2019.

de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

A Polícia Federal realizou duas operações na região do Tapajós que fogem de suas atribuições e ainda com emprego desmedido de violência contra povos indígenas. As duas operações foram realizadas e tiveram desdobramentos que acentuaram os conflitos diante da tentativa do Estado brasileiro em construir usinas hidrelétricas, reforçando o caráter do uso da repressão como *modus operandi* observado desde a UHE Belo Monte (Sequeira, 2015).

Operação Eldorado

A Polícia Federal iniciou em fevereiro de 2012 as investigações e deflagrou em novembro do mesmo ano a Operação Eldorado¹²⁵ que segundo a PF visava combater uma organização criminosa que “esquentava” notas fiscais do ouro extraído ilegalmente de garimpos clandestinos localizados ao longo dos rios Teles Pires e Tapajós (Mato Grosso e Pará). A partir daí eles eram vendidos para postos de compra de ouro que eram parte do sistema de distribuidora de títulos e valores imobiliários e desses postos esse ouro ia para São Paulo, onde era comercializado como ativo financeiro para investidores. Uma das empresas suspeitas de participar do esquema teria movimentado mais de R\$ 150 milhões, cujo proprietário foi preso em Cuiabá com aproximadamente 20 quilos de ouro, avaliados em cerca de R\$ 2 milhões. A operação que também foi realizada em terras indígenas Kayabi e Munduruku foi paralisada depois do conflito entre forças policiais da operação composta por 150 homens da Força Nacional de Segurança Pública, FUNAI E IBAMA, coordenado pela Polícia Federal. Gerou muita polêmica e versões diferentes tanto dos indígenas quanto dos policiais.

De acordo com os índios, a Polícia Federal chegou ao local por volta das 8h, usando helicópteros e fortemente armada. O barulho das máquinas teria assustado a comunidade, que lançou flechas em defesa da aldeia. Os agentes, então, revidaram com tiros e armas de efeito moral. O resultado foi indígenas feridos, alguns gravemente como Eurico Kirixi Munduruku e Edivaldo Moris Boro Munduruku que tiveram o úmero (osso do braço que se articula com o ombro) e antebraço, respectivamente, atingidos; e a morte de Adenilson Kirixi Munduru¹²⁶ no

¹²⁵ **PF suspende Operação Eldorado após confronto com índios em MT.** Tiroteio em terra indígena terminou com pelo menos oito feridos. G1/Tv Centro America. Operação Eldorado era para combater extração ilegal de ouro. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/11/pf-suspende-operacao-eldorado-apos-confronto-com-indios-em-mt-operacao-eldorado-e-suspensa-apos-confronto-entre-indios-e-agentes-da-pf-apos-confronto-entre-indios-e-agentes-da-pf-operacao-eldorado-e-suspensa.html>. Acesso em 20 mar. 2019.

¹²⁶ **Operação Eldorado.** Fortes imagens da operação que resultou em vários feridos e a morte de um indígena Munduruku. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/11391-operacao-eldorado>. Acesso em: 17 set. 2017.

dia 07 de novembro de 2012. À Agência Brasil¹²⁷ Valdenir Munduruku, um dos líderes da Aldeia Teles Pires, afirmou que a Polícia Federal foi à comunidade assassinou um índio, feriu dois, agrediu idosos, mulheres e crianças, destruiu embarcações e nenhuma providência foi tomada pelo poder público.

A Polícia Federal, por sua vez, alegou que gravações telefônicas foram feitas com autorização judicial comprovando que a liderança indígena planejou o ataque e que os policiais revidaram para se proteger a si e aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Funai que acompanhavam a operação. Bombas de gás foram lançadas até que “os policiais usaram a força necessária para reprimir o ataque, tendo em vista o grande número de disparos de armas de fogo vindos da aldeia”. De acordo com Valdenir, o delegado Antonio Carlos Moriel Sanches admitiu ter atirado em legítima defesa. Versão que o líder munduruku refuta, apontando que o fato de Adenilson ter sido baleado três vezes, um dos tiros na cabeça, sugere que ele pode ter sido executado, pois esse é o treinamento recebido quando se quer executar alguém.

O capítulo 03 demonstrou que é antiga a exploração aurífera na região e o envolvimento de indígenas Munduruku nesse tipo de atividade. A maioria dos indígenas não são beneficiados e até denunciam a prática depois que tomaram conhecimento como o mercúrio prejudica o rio e mananciais e à saúde humana. A época o Conselho Indigenista Missionário – CIMI¹²⁸ informou que há pelos menos dois anos antes de novembro de 2012, quando a Operação Eldorado foi deflagrada, os Munduruku já propunham que o garimpo fosse fechado e, em troca, o governo federal implementasse na área projetos de geração de renda, como programas de produção de artesanato, mel, piscicultura, avicultura e de uma casa de farinha.

O Ministério Público Federal ingressou com um pedido (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2016) em face da União Federal para investigar o ocorrido tendo como base também as informações obtidas por *The Intercept Brasil*, que elaborou um vídeo¹²⁹ a partir dos arquivos do movimento Ipereğ Ayũ. Dentre as alegações do MPF/PA destacam-se: a) a organização criminosa envolvida na extração ilícita de ouro cooptam os indígenas em circunstâncias anormais reais e se aproveitam de sua mão de obra barata, dando-lhes migalhas do lucro da quadrilha, a título de participação no produto da lavra do ouro; b) a incursão dos policiais se

¹²⁷ Líderes indígenas cobram providências no caso da morte de índio durante operação da PF. **EBC**. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/02/lideres-indigenas-cobram-providencias-no-caso-da-morte-de-indio-durante>. Acesso em 20 out. 2017.

¹²⁸ Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6614&action=read. Acesso em: 20 out. 2017.

¹²⁹ Operação Eldorado: terror na aldeia Teles Pires - Tapajós sob ataque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qpM2hgx-Hi4>. Acesso em: 21 out. 2017.

deu com o disparo de armas com balas de borracha e letais colocando em risco toda a comunidade indígena, que contava no momento com a presença de mulheres, crianças e idosos¹³⁰; c) a condução até a delegacia de polícia de Cuiabá, foi marcada por desrespeito aos seus modos de vidas próprios, existindo relatos de que foram coagidos a direcionar os depoimentos para incriminar a liderança indígena que estava no local e eximir qualquer responsabilidade dos agentes federais; d) a operação policial da forma como foi realizada, com disparos e utilização de sobrevoo baixo de helicóptero – aeronave que nem todos estavam acostumados a ver – provocou terror naqueles que presenciaram a operação; e) as consequências psicológicas refletiram não só naqueles que assistiram e sofreram diretamente com a operação, mas de todos os parentes da etnia e de comunidades tradicionais de convivência comum que ouviram os relatos dos amigos e parentes, imprimindo temor em toda a comunidade; f) por se tratar de grupo étnico com peculiaridades culturais, a ação estatal deveria ter primado pela cautela, utilizando-se do tempo necessário para articular o cumprimento da decisão judicial, buscando principalmente o entendimento com as lideranças indígenas evitando o desfecho violento.

Os acontecimentos fortaleceram a união entre os povos do Tapajós, que passaram a perceber a necessidade de várias estratégias que precisariam ser traçadas para resistir a entrada em seu território. Por outro lado, a Operação Eldorado foi desastrosa e acentuou a imagem do Estado brasileiro e suas instituições como inimigos dos indígenas na região. A morte do indígena Munduruku poderia levar a conclusão de que a operação foi planejada, mas para a desconfiança de indígenas e movimentos sociais se esse não é o *modus operandi* do Estado brasileiro, que além de não ter até o momento apurado a responsabilização dos atos não se sentiu inibido em providenciar outra operação com a presença de força policial, dessa vez com a vontade expressa de realizar estudos visando empreendimentos na região.

Operação Tapajós

A Operação Tapajós teve um caráter sigiloso com contradições de informações quanto ao efetivo e onde exatamente estariam localizadas as forças policiais. No dia 25 de março de 2013, chegou à Procuradoria da República em Santarém (Agravado de Instrumento, 2013) notícia de que o Governo Federal estava iniciando operação policial com forte contingente armado para

¹³⁰ Operação Eldorado. **Conselho Indigenista Missionário**. Os indígenas filmaram momentos dramáticos da operação quando a Força Policial estava em um helicóptero sobrevoando a aldeia indígena e outro grupo de policiais disparando com arma de fogo em cima de uma embarcação em direção à aldeia. Os policiais utilizaram, ainda, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C6va2BsUA5E>. Acesso em: 21. out. 2017.

ingressar em terras indígenas e garantir a realização de estudos relacionados à UHE São Luiz do Tapajós. A operação segundo informações do próprio Governo Federal ao Ministério Público Federal, contava com um número aproximado de 250 agentes, dentre os quais eram pesquisadores – 80 biólogos e pessoal de apoio, integrantes do Exército, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal.

Raoni Valle (2013), professor da Universidade Federal do Oeste do Pará, em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, afirma que foi possível presenciar um dos dias da operação no final de março de 2013, quando estava realizando atividade de pesquisa junto aos Munduruku na aldeia Sawré Muybu. Segundo o antropólogo, houve uma incursão noturna na aldeia perpetrada por homens estranhos, não identificados, fazendo algo semelhante ao que batedores fazem, observação sub-reptícia, sondagem, espionagem furtiva, sendo que um dia atacaram no porto da aldeia por volta das 22h30 do dia 29 de março.

A visão do MPF era que a Operação Tapajós não estava pautada nos ditames da Convenção 169 OIT, que prescreve que a consulta deve ser livre, prévia e informada. O Estado ao não consultar, nem sequer informar o motivo da presença em território indígena, estava utilizando força policial. Tais fatos descumprem princípios corolários da convenção como a boa-fé e ainda estremece a relação entre o Estado e os indígenas ao utilizarem forças policiais com grande efetivo¹³¹.

¹³¹ MPF/PA pede suspensão de operação armada para estudos de impacto das usinas do Tapajós. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-suspensao-de-operacao-armada-para-os-estudos-de-impacto-das-usinas-do-tapajos>. Acesso em: 21 out. 2017.

13. PARA VELHAS RESTRIÇÕES NOVAS ESTRATÉGIAS. DA REDE TRANSNACIONAL PARA UMA REDE TRANSLOCAL DE ATIVISMO

Um quinto tipo de estratégia é identificado a partir da observação do conjunto de táticas dos povos do médio rio Tapajós. São ações mais incisivas, que na maioria são reações aos atos comissivos (negação de direitos) e omissivos (inobservância de direitos) por parte do governo da presidente Dilma Rousseff durante as tentativas de construção das usinas hidrelétricas na região.

Alguns autores como Evans e Garavito (2018) e Moreira *et. al.* (2019) identificaram como a relação Sul-Sul também modifica e recria novos modelos de ativismo transnacional. O fenômeno aqui pesquisado aponta na mesma direção, com uma participação ainda mais genuína dos povos, daí ser possível denominá-la de Sul-Local ou Sul enraizado, quando o bumerangue “voa” ainda mais próximo do solo e onde todos os atores apoiadores orbitam em torno dos povos locais. Os outros atores ainda possuem importância, mas com papéis diferentes e aceitando o protagonismo local.

Outra contribuição é identificar novas estratégias, da qual denominei de translocal (*strategic translocal politics*), posto que ao mesmo tempo que as táticas são localmente enraizadas, buscam romper todas as fronteiras políticas e epistêmicas, desafiando o mercado internacional e sua forma de perceber o espaço e os recursos, contendo, portanto, uma essência ativista transnacional e decolonial.

Não será difícil enxergar uma ação como encaixada em diversas políticas. As caravanas promovidas pelo Movimento Tapajós Vivo, por exemplo, ao mesmo tempo que informam (*information politics*) realizaram política simbólica (*symbolic politics*) ao tentar criar consciência em políticos locais e nas comunidades por onde passaram. A categorização em uma ou outra política reflete mais a percepção do analista e do peso político do fato (por exemplo, em alguns casos o peso é a informação em si, em outros, é um novo “recurso simbólico”).

13.1. Uso Político da Informação (*Information Politics*)

Em termos didáticos para a análise da formação da TAN-CHT o uso político da informação pode ser dividido em três categorias: a) *frame* socioambiental; b) uso de testemunhos; c) construção de aliados locais e informação atual.

13.1.1. Frame socioambiental

O uso inteligente de uma determinada informação é chamado de *framing* ou enquadramento discursivo. Goffman (1974) utiliza o termo “quadro interpretativo” para a ação coletiva, sendo um processo em que atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem as questões sociais (Tarrow, 2009). Quadro interpretativo ou “frame” é um esquema interpretativo que simplifica e coordena o “mundo lá fora”, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências de ações num ambiente presente ou passado (Snow e Benford, 1992). Nesta linha, os movimentos sociais tornam novas ideias em frames, que definem questões e a estratégia apropriada para ação.

A consolidação do processo de *framing* ocorre quando os movimentos sociais se pronunciam e quando agem, através de suas conexões (Moreira, 2015, p. 43). Movimentos usam os frames para tentar mobilizar consenso, convencer outros de sua visão (Klandermans, 1997 *apud* Finernmore, 2001). As cartilhas da Aliança anti-hidrelétricas do Tapajós, por exemplo, utilizou trocadilhos com a empresa Eletronorte como “Eletromorte x Tapajós Vivo”. O recurso “Pare a construção de UHEs no Tapajós” pode ser traduzida na seguinte imagem.

Imagem 3. Símbolo Utilizado pela Aliança Tapajós Vivo



Fonte: Cartilha em Defesa da Bacia do Rio Tapajós, seus povos e culturas.

A campanha se dedicou a demonstrar que os projetos de construção de hidrelétricas são violadores de direitos humanos, indígenas e socioambientais internacionalmente protegidos. Muitas das estratégias do uso político da informação foram herdadas da experiência da rede de ativismo contra UHE Belo Monte. O *Greenpeace* mundialmente conhecido pela habilidade na criação dessa estratégia realizou diversos enquadramentos tanto escritos quanto fotográficos e audiovisuais.

Os títulos das obras produzidas pelo *Greenpeace* já são uma forma de realizar o enquadramento discursivo: “A luta pelo rio da vida” (2015), “Hidrelétricas na Amazônia: um

mau negócio para o Brasil e para o mundo” (2016); “O mapa da vida¹³²” (2018). Os títulos pressupõem uma luta dos povos locais contra hidrelétricas, que ameaçam seu modo de vida e cultura. O título da campanha “Deixe o Tapajós viver¹³³”, traduzido em sete idiomas e que recolhe assinatura das pessoas em todo o mundo, também apela para um chamado público à vida do rio que se encontra ameaçada. O *Greenpeace* realizou várias fotos e dentre aquelas que tiveram *frames* destacam-se duas. A primeira realizada no dia 26 de novembro de 2014.

Fotografia 1. Indígenas Munduruku e ativistas do *Greenpeace* protestam próximo à cachoeira de São Luiz do Tapajós



Fonte: **Indígenas e ativistas protestam contra hidrelétrica no rio Tapajós, no PA.** G1 Pará. 27 nov. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/11/indigenas-e-ativistas-protestam-contrahidretrica-no-rio-tapajos-no-pa.html>. Acesso em 10 abr. 2017. Foto de Marizilda Crupe (*Greenpeace* Brasil).

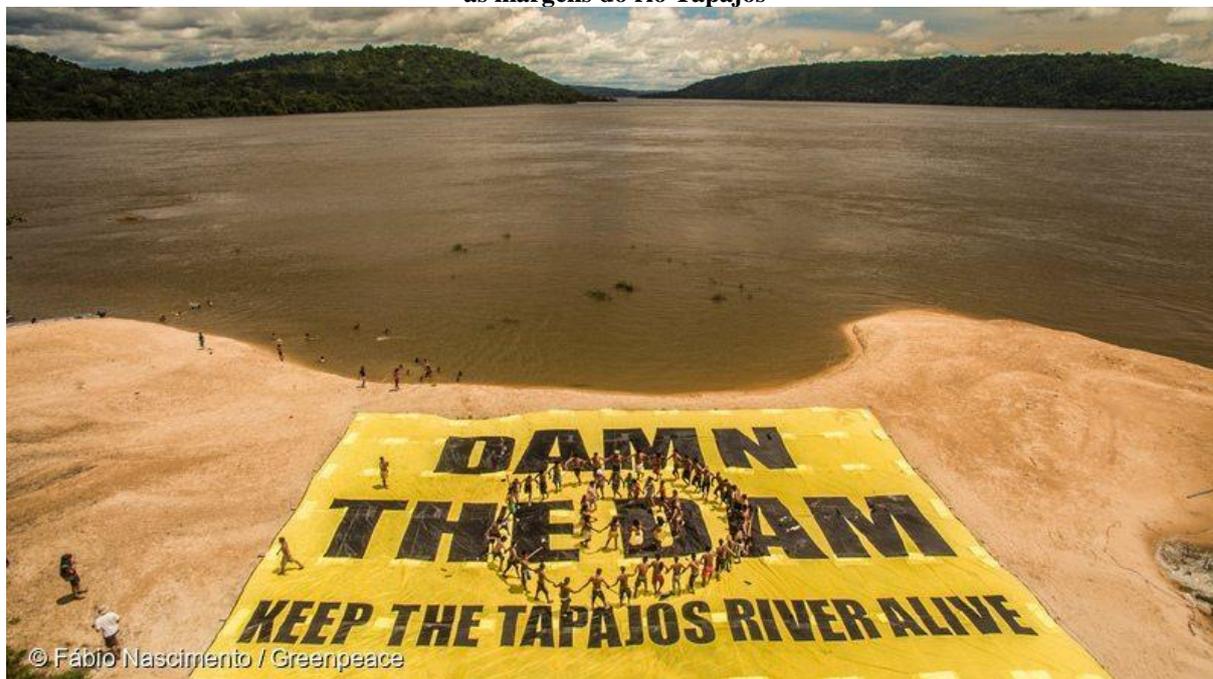
A foto foi publicada no G1 Pará dando ênfase ao apoio do *Greenpeace* a causa indígena de demarcação de terra. A reportagem ainda registrou a fala de um juiz da Vara Federal de Itaituba, Rafael Lei Paulo, que se posicionou favoravelmente à demarcação afirmando que o processo estava parado sem um fundamento válido e “(...) mas tão somente invocando uma genérica e vazia alegação de priorização das regiões centro-sul, sudeste e nordeste e assim, os direitos dos indígenas seriam perpetuamente postergados, uma vez que as prioridades estabelecidas não abarcaram o processo demarcatório da terra indígena Sawré Muybu”. Ainda

¹³² Nome criado pelos Munduruku durante reunião com o *Greenpeace*, conforme relatado pelo Entrevistado 24.

¹³³ Deixe o Tapajós viver. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org.br/tapajos>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

não resolvida as demarcações das terras indígenas o *Greenpeace* Brasil reverberaria internacionalmente o protesto no dia 18 de março de 2016.

Fotografia 2. Indígenas Munduruku fazendo dois círculos acima da bandeira elaborada pelo *Greenpeace* às margens do rio Tapajós



Fonte: *Damn the Dam: The Threat One Mega-Dam Poses to the Amazon and Those Who Live There*. *Greenpeace USA*. 21 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.Greenpeace.org/usa/damn-the-dam-the-threat-one-mega-dam-poses-to-the-amazon-and-those-who-live-there/>>. Acesso em 10 abr. 2017. Foto: Fábio Nascimento (*Greenpeace* Brasil).

A frase do *banner* faz um jogo entre as palavras em inglês “damn” que significa “maldita” e “dam”, que significa “barragem”. “Damn the dam” significa “Dane-se a barragem”. A demonização ou o maniqueísmo é um recurso muito utilizado no enquadramento discursivo. A frase logo abaixo “Keep the Tapajós River alive” significa “Mantenha o rio Tapajós vivo”. Rio vivo e livre têm sido lemas utilizados pelos movimentos sociais em todo o mundo contrários às barragens.

13.1.1. Uso de testemunhos

A busca das ONGs internacionais por testemunhos, que causem impacto nos atores-alvo é essencial na política de informação. Para que as informações tenham credibilidade é importante que sejam confiáveis e bem documentadas e para que prenda a atenção deve ser oportuna e dramática. Em tratando-se de reconhecimento de direitos indígenas no Brasil esse é um trabalho pronto. Não é preciso ensaiar dramaticidade na fala de povos originários para que

seja demonstrada o quanto suas terras estão ameaçadas pelo modelo de economia adotado pelo Estado brasileiro.

Mesmo assim as ONGs e a *mass media* internacionais possuem o papel fundamental da credibilidade e difusão, principalmente se a notícia está vinculada a um meio de comunicação internacionalmente conhecido. A Internet relativizou o monopólio da informação, porém ainda existe a tecnicidade própria dos grandes meios que atraem os olhares para aquilo que se quer denunciar. Outro papel fundamental é alcançar outros aliados que ainda não tinha conhecimento de determinada causa. Não é raro encontrar referências das falas de lideranças Munduruku nos principais meios de comunicação em todo o mundo.

O espanhol El País garantiu¹³⁴ no dia 17 de setembro de 2014 visibilidade ao povo de Montanha e Mangabal ao publicar a fala da liderança ribeirinha Chico Catitu “(...) *El cacique dijo entonces que la guerra ya había comenzado. Amiga mía, yo no sé leer bien, pero burro no soy. Nosotros existimos aquí. Probamos que existimos aquí*”. O britânico *The Guardian* publicou¹³⁵ no dia 05 de outubro de 2017 a matéria “*Brazil's mega hydro plan foreshadows China's growing impact on the Amazon*” destacando a fala do líder Juarez Saw Munduruku: “*The government will have to kill us if they want to push ahead with these projects*”. Traduzindo significa “O governo terá que nos matar se quiser avançar com esses projetos”. A dramaticidade valida o discurso e coloca os projetos hidrelétricos como um mau que o governo quer impor aos indígenas.

13.1.2. Construção de aliados locais e informação atual

A construção de aliados locais foi desafiadora onde não havia uma homogeneidade de pensamento dos impactos causados pelas futuras usinas hidrelétricas, como nas cidades de Itaituba e Jacareacanga e nas comunidades ribeirinhas como Pimental e São Luiz do Tapajós. Isso porque durante o processo de construção de aliados houve uma “disputa pela informação”, de um lado os movimentos sociais e do outro o “Diálogo Tapajós”, que em seu material de comunicação utilizou conceitos e retóricas que buscaram justificar e compor a linha argumentativa dos conteúdos, conforme levantado por Cunha (2016, p. 185): desenvolvimento do país, sustentabilidade, meio ambiente, energia limpa, geração hidrelétrica, energia sustentável, segurança energética, vocação do país. Além da informação a TAN-CHT precisou

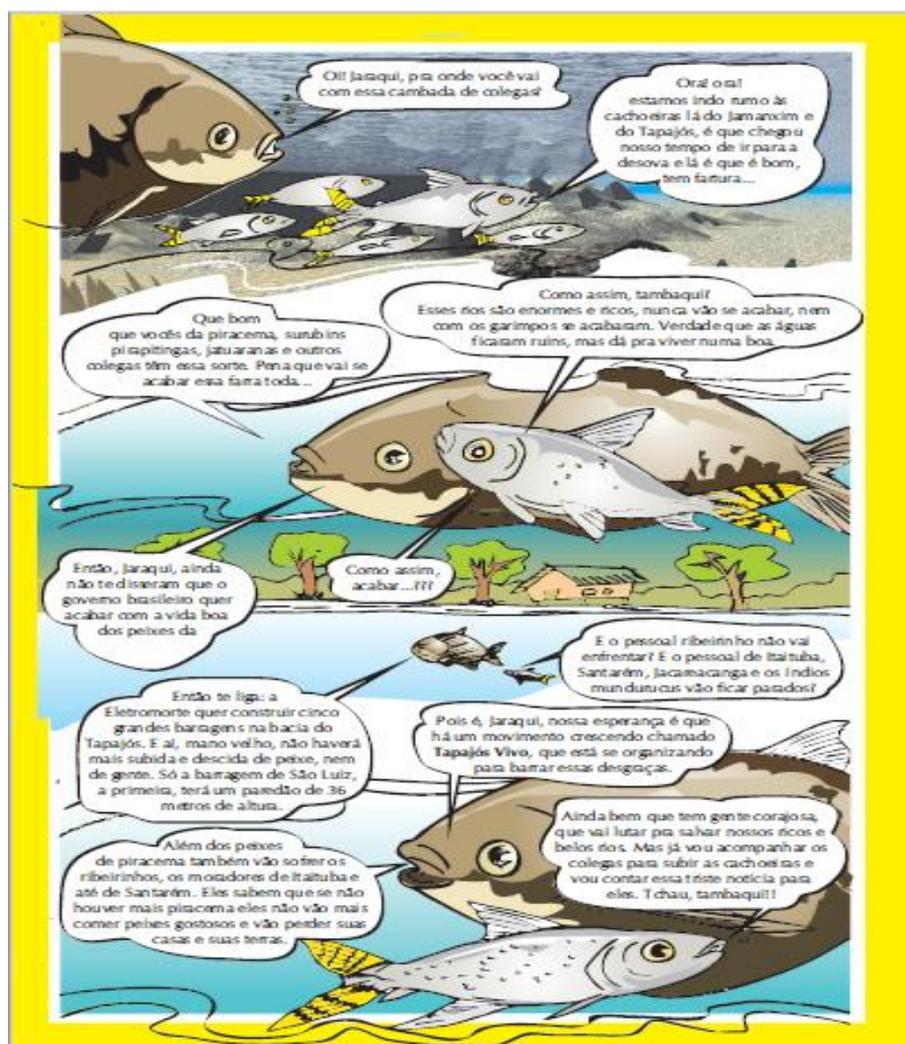
¹³⁴ *La 'no gente' que no vive en el Tapajós. El País*. 17 set. 2014. set. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2014/09/18/actualidad/1410997886_735160.html>. Acesso em 14 jun. 2018.

¹³⁵ *Brazil's mega hydro plan foreshadows China's growing impact on the Amazon. The Guardian*. 05 out. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/oct/05/brazil-amazon-tapajos-hydrovia-scheme>>. Acesso em 14 jun. 2018.

trabalhar com a contrainformação, na tentativa de apontar outros resultados para construção de usinas hidrelétricas. Foram produzidas 3 (três) cartilhas com ilustrações e laboriosa revisão, contando com variados atores em sua confecção e financiamento.

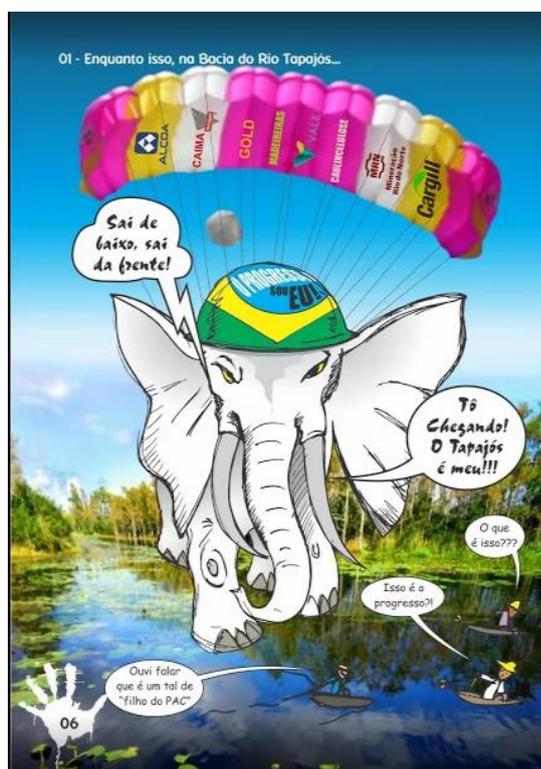
A primeira cartilha (janeiro de 2010) foi promovida pela Aliança Anti hidrelétricas na bacia do Rio Tapajós – Santarém, Aveiro, Itaituba, Jacareacanga; Povo Munduruku; movimentos sociais em defesa da Amazônia; Redes de Defesa da Amazônia; em produção coletiva com Frente em Defesa da Amazônia, Movimento Tapajós Vivo e Aliança Missionária Franciscana do Tapajós; e financiamento da FASE - Programa Amazônia com apoio da Fundação Ford; líder comunitário vereador Carlos Jaime e da Congregação Verbo Divino. Um dos quadrinhos destaca a conversa entre um Jaraqui e um Tambaqui, duas espécies de peixe típicas do rio Tapajós. Um alerta ao outro sobre a construção das UHEs hidrelétricas e o impacto que isso pode causar na reprodução de outras muitas espécies de peixe.

Imagem 4. Quadrinho da conversa entre dois peixes do rio Tapajós



A segunda cartilha (maio de 2011) foi promovida pela Aliança Tapajós Vivo e contou com financiamento da Aliança Tapajós Vivo, Dr. Felício Pontes, vereador Carlos Jaime, Sindicato dos Servidores Federais da Saúde (SINDSEP) e LUSH – Produtora de Cosméticos Naturais. A imagem faz uma alegoria com uma expressão conhecida de “elefante branco”, utilizada para classificar algo valioso ou que custou muito dinheiro, mas que não possui utilidade ou importância prática. No âmbito político e empresarial, elefante branco é o nome dado à obra ou projeto que é criado ou construído e que não possui quase nenhuma utilidade para a sociedade. Normalmente, estes investimentos são bastante caros e inúteis¹³⁶. É possível observar que o paraquedas são várias empresas interessadas na construção do Complexo de UHEs Tapajós e no diálogo uma das pessoas afirma que o elefante é “filho do PAC”.

Imagem 5. Desenho elaborado pelo Movimento Tapajós Vivo na Segunda Cartilha



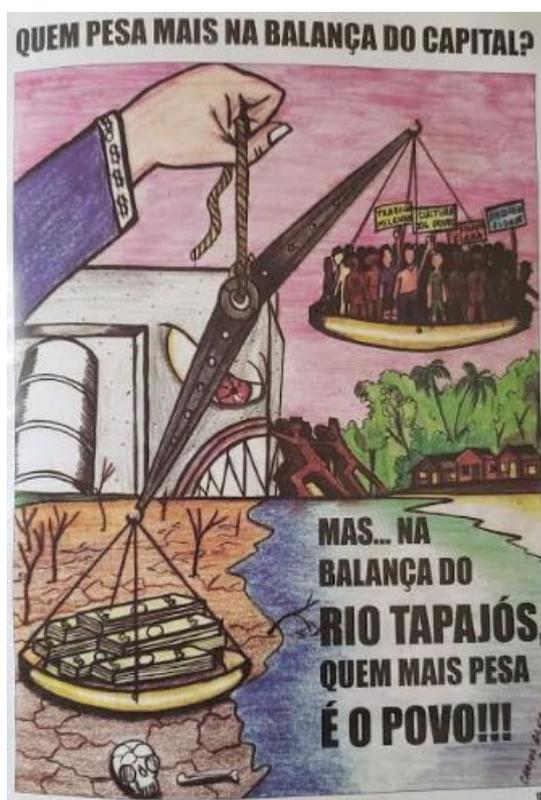
Fonte: MTV, 2011, p. 06

A terceira cartilha (agosto de 2016) foi promovida pela Frente em Defesa da Amazônia; Movimento Tapajós Vivo; Aliança Missionária Franciscana do Tapajós; Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados do Núcleo de Altos Estudos

¹³⁶ Significado de Elefante branco. **Significados**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/elefante-branco/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Amazônicos da Universidade Federal do Pará (GETTAM/NAEA/UFPa). A imagem traz a discussão do capital vs. povos do rio Tapajós.

Imagem 6. Desenho elaborado pelo Movimento Tapajós Vivo na Terceira Cartilha



Fonte: MTV, 2016, p. 15.

As três cartilhas elaboradas pelo Movimento Tapajós Vivo com apoio da TAN-CHT foram apresentadas em diferentes momentos do projeto de construção das usinas hidrelétricas na Bacia do Tapajós. Muitos quadrinhos elaborados mostram diálogos entre indígenas e ribeirinhos; indígenas e membros da Igreja; membros do Movimento Tapajós Vivo e Eletronorte. Todos com o claro objetivo de mostrar que os povos devem estar unidos contra o interesse do Estado e das empresas de construir hidrelétricas na bacia.

13.2. Política de Simbolismo (*Symbolic Politics*)

O Movimento Tapajós Vivo juntamente com outras ONGs nacionais, movimentos locais, indígenas e ribeirinhos organizaram caravanas que saíram de Santarém até Itaituba. A visibilidade ocorreu em plano regional, mas serviu para estabelecer alianças, como o professor da Universidade de São Paulo Célio Barmann, um dos pesquisadores mais conhecidos no Brasil e no exterior sobre a temática das usinas hidrelétricas e conflitos socioambientais.

A primeira com o título “Caravana em Defesa do Rio Tapajós: contras as barragens, em defesa da vida” ocorreu no dia 26 de novembro de 2014 em Itaituba (PA) e contou com a saída de barco e ônibus de 300 pessoas de Santarém, 200 de Aveiro (PA), indígenas Munduruku do alto e médio Tapajós, pessoas do Estado de Mato Grosso, Altamira (PA), Trairão (PA) e Rurópolis (PA)¹³⁷.

A segunda caravana foi uma realização do Movimento Tapajós Vivo, Associação Pariri, Grupo de Resistência do Tapajós, Associação de Montanha e Mangabal e Associação Dos Filhos e Filhas de Itaituba (ASFITA). O título foi “II Caravana em Defesa do Rio Tapajós: seus povos e sua cultura”, que ocorreu entre os dias 26 e 28 de agosto de 2016, também em Itaituba (PA). Foram três dias que tiveram conferencistas como Felício Pontes e Camões Boaventura do MPF, professores Edna Castro (NAEA/UFPA) e Alfredo Wagner (UEA/AM), Pedro Martins (Terra de Direitos), Guilherme Carvalho (FASE), além de lideranças Munduruku e povos ribeirinhos. Contou com o apoio de *Missionszentrale Der Franziskaner* (Alemanha), Cáritas Brasileira, Fundo Socioambiental Casa, FAOR e Grupo de Defesa da Amazônia (GDA).

Segundo avaliação de Arthur Serra Massuda, coordenador dos Grupos de Trabalhos da plenária da II Caravana, “enquanto a primeira caravana tinha o objetivo de tornar visíveis os problemas, a segunda tem o objetivo de dar voz às comunidades frente aos megaprojetos que estão planejados para a bacia do Tapajós”¹³⁸. A segunda caravana foi realizada dez dias após o arquivamento do licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós por parte do IBAMA e serviu para a rede de ativismo registrar a conquista do arquivamento ao mesmo tempo reconhecer que o movimento de resistência precisa continuar.

Outro momento, esse mais recente, de *symbolic politics*, foi a estratégia adotada pela campanha transnacional, que aderiu a outras campanhas contrárias às usinas hidrelétricas que apoiam as causas no Platô Tibetano, Congo, Sibéria e outros países da Amazônia. Entre os dias 14 e 16 de maio de 2019 ocorreu em Paris (França) o VII Congresso Mundial de Hidreletricidade organizado pela *International Hydropower Association* (IHA), juntamente com 50 organizações parceiras e segundo o site do evento¹³⁹, reuniu indústrias, representantes de Estados, grupos financeiros, sociedade civil e cientistas para definir prioridades para o setor hidrelétrico.

¹³⁷ Movimento organiza protesto contra obra de hidrelétrica no rio Tapajós. **G1 Santarém**. 26 nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/11/movimento-organiza-protesto-contras-obra-de-hidreletrica-no-rio-tapajos.html>>. Acesso em 20 jan. 2016.

¹³⁸ II Caravana em Defesa do Rio Tapajós mobiliza povos, lideranças e comunidades tradicionais. **Terra de Direitos**. 24 ago. 2016. <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/ii-caravana-em-defesa-do-rio-tapajos-mobiliza-povos-liderancas-e-comunidades-tradicionais/21656>>. Acesso em 14 nov. 2016.

¹³⁹ Disponível em: <<https://congress.hydropower.org/>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

Esta foi a oportunidade para realizar um documento (AIDA, 2019) direcionado ao organizadores do evento, datado em 13 de maio de 2019, contendo a assinatura de 250 atores internacionais intitulado “*The false promises of hydropower: how dams fail to deliver the Paris Climate Agreement and the UN Sustainable Development Goals*”, que traduzindo significa “As falsas promessas das hidrelétricas: como as barragens não cumprem o Acordo Climático de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”. O documento inclui as hidrelétricas na Amazônia brasileira ao denunciar: o assassinato da liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Dilma Ferreira Silva¹⁴⁰; a construção da UHE de mesmo nome que o rio Teles Pires, o que destruiu “Sete Quedas”, local sagrado para os Munduruku, Apiaká e Kayabi; os impactos socioambientais causados pela UHE Belo Monte; o envolvimento de corrupção das empresas brasileiras como Odebrecht e Eletrobras, alvos da Lava Jato; e a falácia das hidrelétricas como fontes verdes e sustentáveis ao causar impactos nos rios Xingu, Madeira, Teles Pires e Tapajós.

13.3. Política de Alavancagem (*Leverage Politics*)

A pressão internacional, por exemplo, herdou da rede de ativismo transnacional contra Belo Monte atores e mecanismos de acesso a organismos internacionais. O alto nível organizacional combinado com a união dos povos do rio Tapajós modificou algumas necessidades dos movimentos locais, que sempre demonstraram a intenção de se tornarem protagonistas da própria causa. Quando a teoria de Keck e Sikkink foi elaborada ainda não existiam telefones celular com a possibilidade de realizar gravações de alta qualidade. Acesso a câmeras filmadoras e máquinas fotográficas também necessitava alto nível de treinamento operacional. O Banco Mundial era o principal financiador das hidrelétricas em todo o planeta. Diante esse novo contexto, que não alija as ONGs internacionais, mas não as colocam mais como “guardiães da campanha” (Moreira *et. al.*, 2019, p. 80), a política de alavancagem não muda seu conceito, mas merece novo olhar, a partir de táticas como apoio da mídia nacional-internacional e treinamento local da mídia; exposição de agentes do governo quanto ao descumprimento de promessas; recebimento de prêmio internacional; esforços para construção de aliados internacionais.

¹⁴⁰ Líder rural no PA, Dilma Silva é uma das vítimas de triplo homicídio em assentamento. Dilma, o esposo e um outro homem foram encontrados mortos em uma casa no assentamento Salvador Allende, a 60 km de Tucuruí. **G1 PA – Belém**. 22 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/22/lideranca-rural-no-pa-dilma-silva-e-uma-das-vitimas-de-triplo-homicidio-em-assentamento.ghml>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

13.3.1. Apoio da mídia nacional-internacional e treinamento local da mídia

A UHE Belo Monte deixou outro legado quanto a sensibilidade à causa indígena por parte da mídia internacional. É um *frame* por si só anunciar que indígenas brasileiros estão ameaçados e rios da Amazônia podem sofrer danos com a construção de usinas hidrelétricas. Causa maior impacto se uma imagem circula pelo mundo com uma indígena em confronto direto com políticos ou empresários nacionais protestando contra a construção da usina.

Foi o que ocorreu em fevereiro de 1989 em Altamira (PA) durante a palestra de Muniz Lopes no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu que debatia a construção da usina Kararaô, quando a índia Tuíra, prima de Paiakan, levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando seu protesto contra a construção do complexo hidrelétrico no rio Xingu.

A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica. Na ocasião, Muniz Lopes anuncia que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô – nome que significa grito de guerra em Kaiapó – receberia um outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas (MXVPS, 2010).

Os episódios posteriores que formaram a rede de ativismo transnacional contra UHE Belo Monte foram capazes de formar um grupo de jornalistas nacionais e internacionais que difundem os impactos de hidrelétricas na Amazônia brasileira, mesmo a usina tendo sido construída em 2015. Dentre outros recursos a TAN-CHT herda o olhar da mídia internacional em tempos de novas tecnologias telemáticas (telecomunicação e informática).

A *Internet* acelerou e barateou o processo comunicacional, o que garantiu melhor acesso às informações e produção pelos próprios indígenas. As ONGs estão mudando também seu modo de atuar e fornecendo aos indígenas com tecnologia de ponta. E quando se fala de saber indígena é preciso o rompimento decolonial e falar de tecnologia indígena. Então o que existe é a junção das várias tecnologias e saberes indígenas à tecnologia telemática¹⁴¹.

Recentemente os Juruna (Yudjá) em parceria com Associação Yudjá Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix), Instituto Socioambiental (ISA) e Universidade Federal do Pará

¹⁴¹ Exemplo dessa aproximação foi o XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia realizando conjuntamente ao XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia que ocorreu de 7 a 10 de agosto de 2018 em Belém (PA). Uma das oficinas possuía o seguinte título “Povos da floresta: conexões e autodeterminação – ferramentas jurídicas e tecnológicas para a Gestão territorial da Amazônia”. Cerca de 128 pessoas participaram nos dois dias de oficina, sendo destes 40 indígenas, 37 técnicos de Organizações Não-governamentais (Ongs), 36 professores, pesquisadores ou estudantes de Universidades, 9 pessoas do governo, e 4 representantes Quilombolas. Entre os representantes indígenas, estiveram presentes membros de 20 povos indígenas do Brasil e Peru. Os participantes de povos indígenas e de comunidades tradicionais tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências utilizando ferramentas tecnológicas para o monitoramento e proteção de suas terras, bem como processos de resistência, protagonismo e exercício do direito a consulta e consentimento livres, prévios e informados (CCLPI) por meio da elaboração e uso de protocolos de consulta.

(UFPA) divulgaram um vídeo¹⁴² do monitoramento independente que realizam desde 2013 na região, alertando para os riscos da mudança causada pela barragem da UHE Belo Monte que começou a funcionar a partir de 2015, como o desaparecimento de espécies de plantas e animais, algumas delas endêmicas, e as consequências para a sobrevivência de seu povo. O objetivo é comprovar que o hidrograma proposto é insuficiente para manter a vida na região e por isso exigem que seja revisto.

A partir da demanda apresentada pela Associação Indígena Pariri e do compromisso do *Greenpeace* em apoiar a luta dos Munduruku contra o licenciamento e a construção de hidrelétricas na bacia do Tapajós a ONG internacional realizou uma oficina de vídeo¹⁴³ em fevereiro de 2017 em Sawré Muybu para ministrar conteúdos como noções de luz, enquadramento e som, além de técnicas de entrevista e narrativa. Foi criado o “Coletivo de Audiovisual Munduruku”, que produziu o vídeo “Energia Solar na aldeia”, disponível no *Youtube*¹⁴⁴, que mostra a importância da chegada da energia solar na aldeia Sawré Muybu como melhorias à escola, diminuição de ruídos e redução de gastos pela diminuição do uso de gerador de energia a diesel.

A necessidade de produzir os próprios vídeos surgiu, segundo as jovens Munduruku¹⁴⁵, no processo de autodemarcação realizado na TI Sawré Muybu a partir de 2014. Naquele momento, eles sentiram a necessidade de registrar a autodemarcação sem depender da presença de jornalistas no local. “Nós vamos continuar fazendo vídeo para mostrar para a sociedade que não conhece a realidade da luta do povo Munduruku”, disse Gleicy Korap Munduruku. Pude observar tal habilidade na visita de campo a Sawré Muybu, quando em uma das incursões na floresta para encontrar possíveis maquinários de madeireiros, uma jovem Munduruku tinha uma câmara portátil nas mãos da qual demonstrou muita habilidade. Perguntei quem editava as gravações e ela respondeu que os próprios jovens filmavam e editavam seus vídeos.

Ações importantes como conversas com agentes burocráticos do Estado, protestos em praça pública, autodemarcação e reuniões são filmadas e editadas pelos próprios Munduruku. Algo que fortalece o local da campanha, pois apresenta a visão e o lugar de fala dos indígenas. Existe muito material elaborado por ONGs ao mesmo tempo que os indígenas produzem seu próprio material e expõem ao mundo as ameaças que sofrem em suas terras.

¹⁴² Xingu, o rio que pulsa em nós | Juruna denunciam impactos de Belo Monte. 14 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=muMv-PMhAw0&t=3s>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

¹⁴³ *Made in Munduruku*. Jovens Munduruku participam de oficina de vídeo. *Greenpeace Brasil*. 06 mar. 2017. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/made-in-munduruku/>. Acesso em: 29 set. 2018.

¹⁴⁴ Energia solar na aldeia. *Coletivo de Audiovisual Munduruku*. 23 fev. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gzJRZkcZJas>. Acesso em: 25 ago. 2018.

¹⁴⁵ *Idem*.

13.3.2. Esforços para construção de aliados internacionais

Maria Leusa Kaba Munduruku (Alto Tapajós) e Roseninho Saw Munduruku (Médio Tapajós), lideranças do povo Munduruku na luta de resistência contra as hidrelétricas previstas para serem construídas no rio Tapajós, foram a Paris em dezembro de 2015 para receber o Prêmio Equador 2015 (*Equator Prize*, em inglês), das Nações Unidas¹⁴⁶.

A premiação contou com a participação de celebridades, líderes intelectuais e líderes de governos. O Prêmio Equador reconhece iniciativas de comunidades que agem pela conservação, proteção de seu território e o uso sustentável da natureza e assim reforça a importância da participação de comunidades indígenas e locais para mitigar as mudanças climáticas, realçando o papel dos povos indígenas e das comunidades locais na COP21.

O Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ figurou entre os premiados por conta de sua luta para proteger o território a partir da autodemarcação da Terra Indígena Sawré Muybu. Na mesma viagem os Munduruku aproveitaram a oportunidade para denunciar o desrespeito do governo brasileiro aos direitos dos povos indígenas no Brasil e à Convenção 169 OIT. Como vencedor, o Movimento Ipereğ Ayũ recebeu um valor de 10 mil dólares que, segundo as lideranças do povo, foi utilizado para manter a mobilização contra a construção das hidrelétricas no rio Tapajós.

13.4. Política de monitoramento/responsabilização (*Accountability*)

Segundo o Entrevistado 24 (Apêndice II) do *Greenpeace* uma das estratégias centrais da ONG é realizar pressão via mercado, ou seja, cobrar responsabilidade das empresas por impactos ambientais causados. Os ambientalistas perceberam que antes e durante da construção da UHE Belo Monte havia muita pressão nas empreiteiras brasileiras e quase nenhuma nas companhias transnacionais produtoras das turbinas hidrelétricas. Isso fez o *Greenpeace* mapear tais empresas, encontrando cinco principais produtoras: Siemens e Voith (Alemanha), Alstom (França), *Industrias Metarlugicas Pescarmona* – IMPSA (Argentina) e Andritz (Áustria); enviar cartas cobrando posicionamento das empresas quanto aos impactos ambientais e solicitar a retirada das empresas do projetos hidrelétricos na Amazônia; e realizar campanhas de envergonhamento juntamente com os indígenas Munduruku viajando a países como Inglaterra, Alemanha, Áustria e França.

¹⁴⁶ Povo Munduruku recebe prêmio durante a COP 21. **Amazônia Notícia e Informação**. 07 dez. 2015. Disponível em: <<https://amazonia.org.br/2015/12/povo-munduruku-recebe-premio-durante-a-cop-21/>>. Acesso em 20 nov. 2019.

A estratégia adotada foi transferir todo o ônus da construção de hidrelétricas para as produtoras de turbinas. A empresa escolhida como alvo foi a alemã Siemens, que segundo o entrevistado, se vende como uma “empresa limpa” à produção de sua linha branca (eletrodomésticos como lavadoras, geladeiras etc.) e possui um grande mercado europeu, onde o consumidor é mais consciente que em outros continentes, e portanto, um mercado de maior pressão sobre a empresa. A empresa tinha um *slogan* “O que interessa para os brasileiros interessa para a Siemens” e o *Greenpeace* então lançou a campanha “Siemens, a Amazônia interessa ao brasileiro, então saia da Amazônia”; o diretor executivo do *Greenpeace* na Alemanha pôde falar na Assembleia Geral da Siemens, pedindo para a empresa se retirar dos projetos hidrelétricos na Amazônia brasileira.

A Siemens se tornou um “alvo perfeito”, pois se vende como uma empresa verde; tem um grande mercado europeu exigente quanto a matéria socioambiental; e a Alemanha está sujeita ao marco legal alemão e internacional em matéria de direitos humanos e ambientais, que cobra responsabilidade das empresas. Ou seja, a partir da propaganda de “empresa verde” utilizou o discurso da empresa contra ela mesmo. Em relação ao Complexo de UHEs Tapajós o *Greenpeace* não cobrou responsabilização judicial da empresa, pois a principal UHE São Luiz do Tapajós foi arquivada, mas segundo o Entrevistado 24 essa ainda é a intenção caso volte a discussão de alguma usina hidrelétrica na Amazônia em que a Siemens faça parte do consórcio de empresas.

13.5. Política estratégica translocal (*strategic translocal politics*)

É preciso fazer a ressalva de que os povos do Alto e Médio Tapajós e os movimentos sociais locais não categorizam assim suas estratégias. A segmentação, inclusive, é bem própria da cultura ocidental, acostumada em enxergar o mundo a partir de temas divididos. Porém, percebeu-se que as ações dos povos do Tapajós, principalmente dos Munduruku, merecem categoria própria.

O emprego translocal¹⁴⁷ se deve a cinco motivos. Primeiro: rompe com o modelo de campanha transnacional onde as ONGs do Norte são protagonistas ou concentram maior parte das estratégias algo também observado por Moreira *et. al.* (2019). Não parece uma mera opção tal perspectiva transnacional, mas uma observação empírica de como redes relativizavam o

¹⁴⁷ O termo foi emprestado da teoria feminista de Alvarez (2009) que define translocalidade vinculando geografias de poder em várias escalas (local, nacional, regional, global) a posições de sujeitos (gênero/sexual, étnico-racial, classe etc.) com o objetivo de incluir as diversas latinidades feministas a partir de uma perspectiva decolonial.

poder do Estado até o final da década de 1990. A releitura surgiria vinte anos depois de criada a teoria com Evans e Garavito (2018).

O segundo motivo de uma nova categorização é repensar o ativismo em situações como a observada, quando as ações existem a partir do local e sentem a necessidade de romper fronteiras físicas e epistêmicas. O saber dos povos da floresta não está apenas em sua produção tecnológica (utilizada na sua produção, como o tipiti, instrumento utilizado para fazer farinha). É possível encontrar saberes também na forma como pensam suas estratégias, qual o passo seguinte diante um bloqueio, que pode ser local, nacional ou internacional

O terceiro motivo é a participação genuína dos povos das florestas. Houve um processo para o Estado entender que os Munduruku quando ouvem e escutam crianças, velhos e jovens estão adotando seu modo milenar de tomar decisão coletiva. Não são os movimentos sociais e associações indígenas, não são os caciques ou qualquer outra representação da coletividade. É a própria coletividade que possui vez, voz e veto. Pedir ao Estado e toda sua burocracia que respeite isso é uma tentativa de atravessar um bloqueio doméstico do conceito de representatividade. A representação da democracia ocidental não é a mesma da representação Munduruku, que possui tempo e processos diferentes na tomada de decisão.

O quarto motivo é que o translocalismo atinge os objetivos de ONGs nacionais e internacionais. O conceito de rede é exatamente pensar que atores tão diferentes em atuações e objetivos podem congregam interesses em torno de uma causa comum. Os povos pensam de acordo com seus interesses de proteção e manutenção de sua cultura e território, mas atendem aos objetivos das ONGs que buscam a proteção ambiental. As estratégias locais não estão dissociadas das estratégias internacionais pelo protagonismo assumido pelos Munduruku e aceito pelas ONGs nacionais e internacionais. Órgãos como Ministério Público Federal assumiram também o papel de não-interferência nas ações dos indígenas como ocupação de canteiros de obras por fazer a leitura que se tratava de um protesto político e nenhum momento foram acionados quanto a legalidade dessas manifestações.

O quinto motivo é porque existe estratégia local sem interferência externa, seja de movimentos sociais locais, ONGs nacionais ou internacionais. As estratégias dizem muito da cultura Munduruku. Adota-se a perspectiva de Loures (2017, p. 67) ao situar as ações dos Munduruku não como uma continuidade imediata do passado, que eram cortadores de cabeça, até porque nenhuma atualização é igual, mas, segundo a autora, é possível dizer que existiu uma ritualidade Munduruku nos processos de ocupação, ou que a própria ocupação pode ser pensada como um ritual. Durante a pesquisa de campo em Sawré Muybu em uma das conversas com um indígena Munduruku este teria relatado que o momento agora não era de conflito, mas

de acordo com a orientação dos caciques era demarcar o território e denunciar caso encontrasse algum invasor¹⁴⁸. Existe uma percepção Munduruku de estabelecer o momento certo no qual precisam reagir à uma agressão ou responder de forma inteligente às variadas situações que envolvem suas vidas e seus territórios. Mesmo quando a resposta é também pela força, percebe-se que ela não é uma mera deliberação, mas vem acompanhada de uma pauta pensada previamente.

Todos os motivos apresentados orbitam o protagonismo assumido pelos Munduruku, que não foi algo ensinado ou orientado. Isso é próprio de sua cultura e cosmovisão. O contato do internacional com o local Munduruku encontrou um outro modelo, algo inédito ou pouco frequente em redes de ativismo transnacional. Por isso a necessidade de uma releitura teórica a partir de uma teoria decolonial, que convida para um desnudar epistemológico centrada nas ONGs nacionais e internacionais como detentoras da racionalidade estratégica. E aqui repisa-se, a categorização é apenas uma tentativa de traduzir as ações Munduruku. Como toda tradução, existem riscos de não abraçar aspectos essencialmente culturais, por outro lado, é um avanço lançar a mirada para outras formas de realizar protesto que relativizam o poder do Estado e da economia internacional.

As estratégias dos indígenas do Alto Tapajós e do Movimento Ipereğ Ayũ são muito importantes para a resistência dos povos do Médio Tapajós. Foram estratégias de antecipação, como ocupação de canteiros de obras e tentativa de diálogo com políticos em Brasília, que fortaleceram demandas que seriam essencialmente do Médio Tapajós, como a construção dos aproveitamentos hidrelétricos de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Outro fato que faz enxergar de forma conjunta Alto e Médio Tapajós é como os povos passaram a se perceber como um só em um só território. Os beiradeiros de Montanha e Mangabal que são do Médio Tapajós e sequer tinham aproximação com os Munduruku, passaram a lutar ao lado dos Munduruku do Alto Tapajós, estabelecendo uma aliança nunca vista.

Os exemplos de Política estratégica translocal (*strategic translocal politics*) encontrados em ordem cronológica foram: a) Ocupação do escritório do Consórcio Construtor da UHE Belo Monte; b) utilização de cartas para se comunicar; assembleias.; c) Impedimento do Processo de Licenciamento; d) Ocupação dos canteiros de obras de Belo Monte acompanhadas de cartas

¹⁴⁸ No segundo dia na aldeia foi possível acompanhar na presença de dez indígenas Munduruku (uma delas com seu equipamento de filmagem) uma dessas incursões na floresta para observar se havia algum invasor, pois havia relatos que existiam tratores abrindo a mata para instalar madeireiras em Sawré Maybu. No espaço havia apenas rastros de não indígenas que passaram no local. O cacique decidiu voltar outro dia para verificar se permanecia as ameaças no território indígena.

informativas; g) Ocupação do prédio público; h) Autodemarkação das terras; i) Mapeamento da Vida; j) Protocolos de Consulta.

A compreensão pelos Munduruku do modelo burocrático das etapas do Planejamento Hidrelétrico foi essencial para estabelecer estratégias de confronto, o que foi determinante para elaboração de uma pauta diante a pressão do Estado que começou etapas do empreendimento sem o devido CCLPI.

13.5.1. Aproximação com a experiência dos povos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA)

A primeira aproximação já foi anteriormente relatada quando os Munduruku foram convidados para participar do Encontro Xingu +23. Depois disso ocorreram outros convites feitos pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, o que fez os indígenas compreenderem como funcionava na prática os processos de licenciamento e o diálogo com Estado e consórcio de empresas. Passaram a escutar as experiências dos povos do Xingu como Arara, Juruna, Xikrin, Xipayá, Kuruaya, com colônia de pescadores, dentre outras organizações. Dentre os locais visitados no período que estiveram no Xingu, Loures (2017, p. 84) destaca a TI Paquiçamba, do povo Juruna, e TI Terrã Wangã, do povo Arara. Também ocorreram diversos encontros e reuniões na Casa de Saúde Indígena (Casai), Casa do Índio onde os indígenas da região do médio Xingu ficam hospedados em Altamira e na sede do Xingu Vivo para Sempre.

As reuniões tiveram teor muito parecido com a primeira que ocorreu em outubro de 2012 na cidade de Altamira, com um líder da etnia Arara, conforme acompanhada por Loures (2017, p. 82). Ele elencou aos Munduruku todo o contexto da região: a) desunião das diversas etnias indígenas, por consequência da estratégia da empresa e do governo em fragilizar movimentos de resistências às usinas hidrelétricas em Belo Monte; b) tática da empresa em dividir os grupos para poder atuar na forma de cooptação, e que, por parte do governo, se legitimava uma “falsa legislação”, a partir das reuniões, erroneamente chamadas de consultas públicas; c) o desconhecimento de alguns direitos, por parte dos indígenas do Xingu, somado a velocidade da obra de Belo Monte, que não lhes permitiram tomar conhecimento dos fatos em tempo hábil para qualquer interlocução.

Quanto às ações que poderiam ser adotadas na Bacia do Tapajós: a) Ocupação do canteiro de obras, conforme realizada diversas vezes em Belo Monte; b) impedir a realização dos estudos de impacto ambiental [EIA-RIMA], que aceleram subsídios para que as licenças transcorram rapidamente; c) ter cuidado com as instituições FUNAI, IBAMA e as empresas que tentam convencer sobre a importância do EIA-RIMA; d) ter cuidado com a forma como a

FUNAI, que é um órgão que representa os interesses do governo, legitima os processos manipulatórios de consulta, o que aconteceu em sua própria aldeia; e) a luta indígena contra usinas hidrelétricas deve ser a mesma, por isso a importância da solidariedade entre os povos.

Os Munduruku, por sua vez, colocaram suas impressões e estratégias e asseguraram a aliança entre povos do Xingu e alto Tapajós: a) as ocupações devem ter uma pauta a ser cumprida e não um acordo de pauta, ou seja, a desocupação deve ocorrer até que sejam garantidas as solicitações, conforme ocorreu na “ação da delegacia”; b) os Munduruku possuem comissões de guerreiros que podem ser solicitados pelos parentes¹⁴⁹ do Xingu; c) solicitaram apoio nas obras das UHE Teles Pires; d) relataram as ameaças enquanto estavam em Altamira e afirmaram que o retorno era para esclarecer também a ação de ocupação do escritório do Consórcio Construtor de Belo Monte; e) Compartilharam que a estratégia usada pelos Munduruku na alto Tapajós foi exatamente a observada pelo líder Arara de não permitir a entrada na terra indígena para realizarem os estudos. Entretanto, os parentes Kayabi e Apiaká, no rio Teles Pires, deram acesso aos pesquisadores, alegando que seria melhor visualizar os impactos. O posicionamento dos Munduruku gerou embate contra a própria Funai, que ameaçou entrar com a Força Nacional de Segurança Pública e “fazer os estudos por bem ou por mal”.

13.5.2. Ocupação do escritório do Consórcio Construtor da UHE Belo Monte

O Movimento Xingu Vivo organizou em Altamira (PA) entre os dias 13 e 17 de junho de 2012, na Vila Santo Antônio, atingida pela UHE Belo Monte, o encontro Xingu+23 contou com a presença de pescadores, ribeirinhos, pequenos agricultores, indígenas, movimentos sociais, acadêmicos, ativistas e demais defensores¹⁵⁰. Dentre os presentes estavam como convidados os Munduruku do alto Tapajós.

Conforme registro de Loures (2017, p. 79) até o último dia do evento os Munduruku, seguiram a pauta da organização do evento assistindo missas, plantando mudas de árvores e ouvindo palestras. No último dia da mobilização (domingo, 17 de junho de 2012), entretanto, os Munduruku saíram da condição de passivos convidados e assumiram o protagonismo da ação. Eles tomaram o escritório do Consórcio Construtor de Belo Monte e destruíram

¹⁴⁹ O termo parente é utilizado por quase todos os indígenas no Brasil para se referir a indígenas da própria etnia ou outros indígenas. Pelo que se pode observar o termo é utilizado sempre entre indígenas que possuem afinidade política, cultural e social. Não é difícil, portanto, se referir a povos ribeirinhos também como parentes.

¹⁵⁰ Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/x23/>. Acesso em: 27 abr. 2016.

computadores, armários, centrais de ar-condicionado, portas e janelas e tudo o mais que seria possível, com bordunas e ferramentas agrícolas usadas nos atos dos dias anteriores¹⁵¹.

13.5.3. Impedimento do Processo de Licenciamento

O estudo de Hochstetler e Trajan (2016, p. 511) indica que as “coalizões de bloqueio” geralmente começam com ativistas da comunidade e o Ministério Público em uma coalizão, que posteriormente desafia e alonga o processo de licenciamento. Segundo tais autores isso se encaixa no padrão de muitas mobilizações em torno de grandes hidrelétricas incluindo o caso de Belo Monte.

Os Munduruku utilizaram estratégia diferente e tentaram impedir desde o início a realização dos estudos. Tal percepção é identificada por Loures (2017), que acompanhou a relação entre os Munduruku e o cacique José Carlos Arara, vítima da UHE Belo Monte. O entendimento estabelecido é que a forma de deter a instalação de um empreendimento seria impedir a realização dos estudos, ou seja, os estudos não avaliam a viabilidade, mas se limitam a um passo necessário à implementação dos empreendimentos (Loures, 2017, p. 275).

13.5.4. Ocupação dos canteiros de obras de Belo Monte acompanhadas de cartas informativas

Os Munduruku juntamente com outras lideranças do alto e médio Tapajós realizaram duas ocupações aos canteiros de obra da UHE Belo Monte com objetivos claros de se fazerem escutados pelo Estado. A distância entre Jacareacanga e Altamira é de 877,4 km, ligada pela rodovia BR 230 (Transamazônica), conhecida pela precariedade de tráfego, mas isso não impediu que várias lideranças pudessem se locomover até Belo Monte. Ao chegarem nas obras puderam contar com o apoio dos advogados da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os detalhes das ocupações estão disponibilizados na *Internet* com vasta documentação de fotos, vídeos, notas, cartas dos ocupantes e cartas de apoio disponíveis também nos idiomas Inglês, Francês e Espanhol (Ocupação de Belo Monte, 2013).

A primeira ocupação dos canteiros de obras de Belo Monte ocorreu entre os dias 02 e 09 de maio de 2013, além da página eletrônica mencionada está embasada na presença *in loco*

¹⁵¹ **Manifestantes invadem escritório de Belo Monte e danificam equipamentos.** Computadores, móveis e documentos teriam sido destruídos. Polícia de Altamira, PA, investiga o caso. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/06/manifestantes-invadem-escritorio-de-belo-monte-e-danificam-equipamentos.html>. Acesso em: 27 abr. 2016.

de Rosamaria Loures (2017), que acompanhou e assessorou o Movimento que recebeu o nome de Ipereğ Ayũ após a primeira ocupação, e ainda esteve junto a alguns membros do CIMI e do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, que apoiaram o movimento. Abaixo a ordem cronológica dos oito dias da primeira ocupação, acompanhadas das cartas, que estão disponibilizadas na íntegra para que não haja supressão de detalhes ou vieses interpretativos. A partir da leitura atenta é possível identificar alguns acontecimentos em cada dia de ocupação.

- 02 de maio de 2013: Início da ocupação do canteiro de obras da UHE Belo Monte após uma reunião na cidade de Altamira com a entrada pacífica do grupo de cerca de 170 pessoas dentre indígenas Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Arara. Mesmo com a presença da FNSP, e talvez por um momento de distração, os indígenas conseguiram ocupar os canteiros de obras, controlar saída e entrada dos portões principais e ainda passaram a ter uma relação de convívio com os trabalhadores. A primeira carta é escrita:

Carta da ocupação de Belo Monte

Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo.

Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sítiam nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra.

Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragem. De entender porque não queremos barragem.

Vocês inventam que nós somos violentos e que nós queremos guerra. Quem mata nossos parentes? Quantos brancos morreram e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido ou aos poucos. Nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. E quando tentamos falar vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choque.

O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar.

Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir. Vitória do Xingu (PA), 02 de maio de 2013 (OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 01, 2013).

- 03 de maio de 2013: Um dos primeiros atos no canteiro foi o proferimento de um pequeno discurso dos Munduruku aos trabalhadores da obra de Belo Monte, que receberam calorosamente e aplaudiram o feito dos indígenas, posto que a maioria expressava descontentamento com as condições de trabalho na construção da usina, o que, naqueles meses, havia irrompido em paralisações e greves dos operários. As forças policiais estaduais e federais como Polícia Militar (PM), com o seu Batalhão de Polícia de Choque e Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), e a Polícia Federal, vez ou outra, hostilizaram os indígenas

durante a ocupação. Ao mesmo tempo o Governo e a Eletronorte tenta encontrar formas de negociação e enviam no mesmo dia um representante, o coordenador da secretaria da Presidência da República do escritório especial em Altamira, conhecido militante do Partido dos Trabalhadores – PT no Pará. Trouxe consigo a experiência de outras ocupações quando negociavam a saída dos povos em bens materiais como caminhonetes, eletroeletrônicos, voadeiras, motores náuticos, combustíveis e outros produtos. Os indígenas não possuíam lista de reivindicações e solicitaram a presença do ministro Gilberto Carvalho para dialogar, e a pauta de serem consultados perante a pretensão de construir hidrelétricas no rio Tapajós, e até que isso acontecesse as operações policiais, as obras e os estudos dos rios Tapajós, Teles Pires e Xingu deveriam ficar paralisados. A Funai de Altamira também tentou acordos para a retirada das lideranças indígenas, mas não obteve sucesso. Uma estratégia adotada pelos ocupantes e anotada por Loures (2017, p. 100), que eram caciques, pajés, puxadores, cantores, guerreiros, guerreiras (muitas delas grávidas), crianças, contadores de histórias consistiu em não aceitar comida por parte da Norte Energia, com o receio de serem envenenados.

A segunda carta é escrita:

Sobre a pauta da nossa ocupação de Belo Monte

Não estamos aqui para negociar com o Consórcio Construtor Belo Monte. Não estamos aqui para negociar com a empresa concessionária Norte Energia. Não temos uma lista de pedidos ou reivindicações específicas para vocês.

Nós estamos aqui para dialogar com o governo. Para protestar contra a construção de grandes projetos que impactam definitivamente nossas vidas. Para exigir que seja regulamentada a lei que vai garantir e realizar a consulta prévia – ou seja, antes de estudos e construções! Por fim, e mais importante, ocupamos o canteiro para exigir que seja realizada a consulta prévia sobre a construção de empreendimentos em nossas terras, rios e florestas.

E para isso o governo precisa parar tudo o que está fazendo. Precisa suspender as obras e estudos das barragens. Precisa tirar as tropas e cancelar as operações policiais em nossas terras.

O canteiro de obras Belo Monte está ocupado e paralisado. Os trabalhadores que vivem nos alojamentos nos apóiam e deram dezenas de depoimentos sobre problemas que vivem aqui. São solidários a nossa causa. Eles nos entendem. Tanto eles quanto nós estamos em paz. Tanto eles quanto nós queremos que os trabalhadores sejam levados para a cidade. O Consórcio Construtor Belo Monte precisa viabilizar a retirada dos trabalhadores a curto prazo e garantir abrigo para eles na cidade.

Nós não sairemos enquanto o governo não atender nossa reivindicação. *Canteiro Belo Monte, Vitória do Xingu, 3 de maio de 2013*. Assinam os indígenas caciques e lideranças, ribeirinhos e pescadores da ocupação pela consulta (OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 02, 2013).

- 04 de maio de 2013: O movimento indígena, que contava com assessores, dentre eles Rosamaria Loures (2017) não tinha livre acesso aos canteiros de obras. Apenas advogados do CIMI, SDDH e MXVPS puderam acessar, o que dificultava a comunicação e articulação com os indígenas e lideranças e com a imprensa. Para agravar tal situação houve pressão no canteiro e a Justiça Federal expediu liminar de reintegração de posse para os não indígenas e multou um

jornalista em R\$ 1.000,00 (mil reais). Ainda nesse dia, o movimento reuniu-se com a equipe de advogados e começou a redigir documentos de reivindicação. Apresentaram mais uma carta à sociedade:

Deixem os jornalistas aqui

Ontem o governo enviou um assessor para apresentar uma proposta a nós que estamos ocupando o canteiro de obras. Junto com eles vieram 100 policiais militares, civis, federais, Tropa de Choque, Rotam e Força Nacional.

Nós não queremos assessores. Queremos falar com a sua gente de governo que pode decidir. E sem seus exércitos.

O funcionário queria que saíssemos do canteiro e que só uma pequena comissão falasse com gente de ministério. Nós não aceitamos. Nós queremos que eles venham para o canteiro e falem com todos nós juntos.

Ontem a Justiça expediu liminar de reintegração de posse apenas para os brancos. Com essa decisão, a polícia e o oficial de justiça expulsaram dois jornalistas que estavam nos entrevistando e filmando, e multaram um jornalista em mil reais. E expulsaram um ativista.

A cobertura jornalística ajuda muito. Nós exigimos que a juíza retire o pedido de reintegração de posse, não aplique multas e permita que jornalistas, acadêmicos, voluntários e organizações possam continuar testemunhando o que nós passamos aqui, e ajudar a transmitir nossa voz para o mundo. Ocupação do canteiro de obras Belo Monte, Vitória do Xingu, Sábado, 4 de maio de 2013. (OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 03, 2013).

- 05 de maio de 2013: um padre e deputado federal do PT por Rondônia depois de ser barrado pela FNSP em uma primeira tentativa consegue entrar no canteiro de obras para se reunir com o Movimento. Após conversa de algumas horas comprometeu-se a levar as reivindicações sobre a CCLPI ao Congresso Nacional. Além do movimento, como já relatado, havia, na ocupação, os indígenas Kuruaya, Xipaya, Juruna, Arara e Xikrin. Segundo Loures (2017, p. 105) a Funai local e a Norte Energia convocaram os indígenas da região do Xingu para uma reunião em Altamira. O movimento Munduruku aconselhou-os a se manterem unidos em torno de uma mesma pauta. Apesar de a pauta ser centrada na consulta aos Munduruku, estavam ali em Belo Monte também para tentar assegurar a CCLPI naquela região onde já haviam sido violados os seus direitos. A comissão dos indígenas Juruna e Arara deslocou-se para a reunião em Altamira e não retornou para ocupação.

- 06 de maio de 2013: Os Munduruku estabeleceram vários grupos dentro dos canteiros de obras. Um deles fazia ronda, segurança e registrava com fotos os detalhes dos canteiros de obras. Para realizar essa tarefa Loures (2017) registra que passaram a utilizar um carro da própria CCBM, uma caminhonete Amarok 4x4. Durante reunião a noite entre a coordenação do movimento e apoiadores do MXVPS, a caminhonete foi furtada. As lideranças Munduruku saíram junto ao assessor jurídico para a delegacia a fim de realizar um Boletim de Ocorrência (BO). O CCBM, no dia seguinte, fez outro BO, acusando os indígenas pelo roubo do veículo. O dia termina com uma nota da Secretaria Geral da Presidência da República, que acusou os

Munduruku de desonestidade, violência, descompromisso com reuniões marcadas, invasão de propriedade, impedirem os estudos e interesses com o garimpo ilegal de ouro:

Diversos indígenas praticam diretamente esse garimpo ilegal na Bacia do Rio Tapajós, possuindo balsas que valem em torno de R\$ 1 milhão. Outros indígenas cobram pedágio dos garimpeiros, chegando a receber R\$ 40 mil por mês para permitir a extração ilegal de ouro na região. A prolapada 'defesa da natureza' e a aliança dessas autodenominadas lideranças Munduruku com entidades indigenistas e ambientalistas são suspeitas, pois o garimpo ilegal é uma das maiores agressões à natureza e às comunidades que vivem naquele território¹⁵².

- 07 de maio de 2013: Em resposta às acusações do Governo Federal, os Munduruku liberaram sua 4ª carta relembrando situações momentos em que o Estado agiu com truculência com os indígenas, dentre as ações ocorreu a proibição de jornalistas entrarem em contato com os indígenas¹⁵³, além de advogados e políticos do próprio partido¹⁵⁴:

O governo perdeu o juízo

Nós lemos a nota da Secretaria Geral da Presidência da República.

O governo perdeu o juízo. Gilberto Carvalho está mentindo. O governo está completamente desesperado. Não sabe o que fazer com a gente.

Os bandidos, os violadores, os manipuladores, os insinceros e desonestos são vocês. E ainda assim, nós permanecemos calmos e pacíficos. Vocês não.

Vocês proibiram jornalistas e advogados de entrar no canteiro, e até deputados do seu próprio partido.

Vocês mandaram a Força Nacional dizer que o governo não irá dialogar com a gente. Mandaram gente pedindo listas de pedidos. Vocês militarizaram a área da ocupação, revistam as pessoas que passam e vem, a nossa comida, tiram fotos, intimidam e dão ordens.

Entendemos que é mais fácil nos chamar de bandidos, nos tratar como bandidos. Assim o discurso do Gilberto Carvalho pode fazer algum sentido.

Mas nós não somos bandidos e vocês vão ter que lidar com isso.

Nossas reivindicações são baseadas em direitos constitucionais. Na Constituição Federal, nas legislações internacionais. E temos o apoio da sociedade e até dos trabalhadores que trabalham para vocês.

O governo está ficando mais violento. Nas palavras na imprensa, e também aqui no canteiro com seu exército.

É o governo que não quer cooperar com a lei. E faz manobra para tentar desqualificar nossa luta, inventando histórias para a imprensa.

Hoje fazem seis meses que vocês assassinaram Adenilson Munduruku. Nós sabemos bem como vocês agem quando querem alguma coisa.

A má-fé é do Gilberto Carvalho. e apesar de tudo, nós queremos que ele venha no canteiro dialogar conosco. Estamos esperando por você, Gilberto. Pare de mandar policiais com armas na mão para entregar propostas vazias. Pare de tentar nos humilhar na imprensa.

¹⁵² Presidência critica ocupação em Belo Monte. Índios dizem que não vão sair Secretaria diz que lideranças da ocupação não são legítimas. Índios reclamam da postura do governo federal. **G1 Pará**. 07 mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/05/presidencia-critica-ocupacao-em-belo-monte-indios-dizem-que-nao-vaio-sair.html>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

¹⁵³ Dois jornalistas são expulsos e um é multado por cobrirem ocupação de Belo Monte. **Article 19**. 07 mai. 2013. Disponível em: <https://artigo19.org/blog/2013/05/07/dois-jornalistas-sao-expulsos-e-um-e-multado-por-cobrirem-ocupacao-de-belo-monte/>. Acesso em 28 abr. 2016.

¹⁵⁴ Jornalistas e deputado são impedidos de entrar em ocupação de Belo Monte. **Forum**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/jornalistas-e-deputado-sao-impedidos-de-entrar-em-ocupacao-de-belo-monte>.

Nós estamos em seu canteiro e não iremos sair enquanto vocês não saírem das nossas aldeias. Belo Monte, Canteiro de obras, Vitória do Xingu, 7 de maio de 2013. (OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 04, 2013).

- 08 de maio de 2013: Funai de Brasília faz visita aos Munduruku no canteiro de Belo Monte. Mais uma vez, os indígenas explicaram quais eram as pautas e reforçaram que queriam a presença do ministro Gilberto Carvalho. Receberam também membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que foram saber informações do contexto da ocupação, já que possuíam um GT que tratava de questões ambientais. Apesar dos canteiros de obras terem se transformado em um espaço de convívio dos indígenas após uma semana de ocupação, a distância de casa a alimentação e ambiente diferentes fizeram alguns adoecerem, como registrou Loures (2017, p.114). Após mobilização dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS), Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Casa de Saúde Indígena (CASAI) foi possível os indígenas terem acesso a remédios que precisavam. Seria publicada a 5ª carta do movimento de ocupação:

Precisamos de apoio urgente

Hoje escrevemos para quem nos apoia. Quem confia na nossa luta e concorda com nosso ponto de vista.

Nós somos a gente que vive nos rios em que eles querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo.

Ocupamos o canteiro de Belo Monte faz sete dias. Somos contra a construção de grandes obras que destroem nossa vida. Queremos dialogar com o governo sobre isso. Mas eles não querem.

Tem que ser regulamentada a lei que vai garantir e realizar a consulta prévia antes de estudos e construções.

O governo precisa parar tudo o que está fazendo. Precisa suspender as obras e estudos das barragens. Precisa tirar as tropas da nossa terra.

Eles tiraram os jornalistas e os advogados daqui. Faz cinco dias que só nós tiramos fotos de dentro do canteiro.

Eles querem nos intimidar com muitos policiais. É a Força Nacional quem está negociando com a gente e falam que o governo não vem. No jornal o governo também disse que não vem.

Estão dificultando a entrada de comida. Nem enfermeira nem deputado entra direito aqui. Estamos preocupados com o que pode vir a acontecer com nós.

Nós precisamos de ajuda. As organizações precisam apoiar a ocupação. Escrever em público dizendo que estão do nosso lado. Que não concordam com a intimidação do governo.

Os jornalistas precisam continuar falando com a gente, mesmo que seja do lado de fora ou por telefone. Estamos muito felizes com toda a cobertura.

As pessoas precisam nos apoiar. Precisam denunciar na internet. Você também pode vir e ajudar, se não puder você pode mandar uma contribuição pela internet pelo banco. Caixa Econômica Federal – Mutirão pela Cidadania Agência: 0551 – Conta: 1532-7 – OP 003 – CNPJ: 01993646/0001-80. É muito importante para nós qualquer valor. Ajude se puder. Nós temos muita esperança dessa vez. Quarta, 8 de maio, 2013, ocupação do canteiro de Belo Monte. (OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 05, 2013).

- 09 de maio de 2013: é emitida a ordem judicial de reintegração de posse em favor da Norte Energia durante a madrugada¹⁵⁵. Pela manhã chegaram repórteres, Força Nacional de Segurança Pública e outras forças policiais em grande quantidade. Pessoas foram prestar solidariedade e apoio ao movimento de ocupação como Sônia Guajajara¹⁵⁶, então representando a COIAB. Esteve presente também a Procuradora Federal Thais Santi¹⁵⁷. E por último chegou o oficial de justiça, acompanhado da Funai em Altamira, com o mandado de reintegração de posse.

Os indígenas decidiram desocupar o canteiro¹⁵⁸, antes mesmo de apreciar o apelo dos advogados e dentro do prazo de 24 horas que lhes fora dado pela liminar. No entendimento dos indígenas, o recado estava dado e exposto que a intenção do governo não era a de negociar. O que o governo não sabia era que os Munduruku não estavam voltando para casa, mas querendo regressar ainda mais fortes.

- 10 de maio de 2013: Após a saída dos canteiros de obras os indígenas e de terem descansado e se alimentado os indígenas emitiram a 6ª carta:

Para a sociedade entender nossa ocupação; a luta continua

Nós ocupamos por 8 dias o principal canteiro de obras da usina hidrelétrica Belo Monte. Queremos a consulta prévia e a suspensão de obras e estudos das barragens nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires, sobre as quais não fomos consultados.

Nós fomos retirados ontem do canteiro por uma decisão judicial.

Durante a ocupação, vocês barraram pessoas, censuraram jornalistas, impediram advogados, não deixaram entrar carvão para cozinhar nossa comida. Carros com agentes de saúde fora bloqueados, tiveram que entrar a pé. Vocês não nos deixaram montar nosso rádio para falarmos com nossos parentes, e nossas famílias ficaram preocupadas.

Vocês nos sitiaram com a Polícia Militar, Rotam, Tropa de Choque, Força Nacional, Polícia Federal, Polícia Civil, Exército e Polícia Rodoviária Federal o tempo todo. Gerentes e chefes da Norte Energia e Consórcio Construtor Belo Monte nos assediavam, intimidavam e pressionavam.

Vocês tentaram nos sufocar com mentiras na imprensa, com telefonemas pressionando e intimidando parceiros e jornalistas. Como sempre, vocês pressionaram e manipularam parentes nossos, tentando nos colocar um contra os outros.

Nós sentimos medo do que poderia acontecer, já que a delegada-chefe da Polícia Federal (responsável pelo relatório no qual foi baseada a decisão horrível da desembargadora Selene Almeida) é esposa do advogado da Norte Energia, autor da ação que queria nos retirar de lá.

Nós fomos retirados à força do canteiro. Uma força maior ainda que a das armas do seu exército. A reintegração não foi suspensa. A Justiça deu 24 horas para sairmos do

¹⁵⁵ Justiça determina reintegração de posse em Belo Monte, diz MPF Indígenas e ribeirinhos ocupam área desde o dia 2 de maio. A ordem de reintegração permite a retirada forçada dos indígenas. **G1 Pará**. 09 mai. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/05/justica-determina-reintegracao-de-posse-em-belo-monte.html>. Acesso em: 28 abr. 2016.

¹⁵⁶ Sônia Guajajara é impedida de entrar na Ocupação em Belo Monte pela força nacional. **Ocupa Belém**. 11 mai. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tGv6uoEEjUY>. Acesso em: 29 abr. 2016.

¹⁵⁷ Entrevista da Procuradora Thais Santi sobre a reintegração de posse. **Instituto Socioambiental**. 10 mai. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ja4TPnKPSPw>. Acesso em: 28 abr. 2016.

¹⁵⁸ Reintegração de posse em Belo Monte sob a mira da força nacional! **Ocupa Belém**. 10 mai. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CVPTGvjagF4>. Acesso em: 29 abr. 2016.

canteiro, e só soubemos disso quando chegamos em Altamira, escoltados pela Polícia Federal.

Nossa saída foi pacífica porque nós decidimos que ela fosse pacífica. Ficou claro que o governo faria o que fosse necessário fazer com a gente para nós sairmos. Saímos porque fomos obrigados. Nós esperamos uma semana a chegada do governo, e nada. Entendemos, então, que ele não iria vir de qualquer jeito – mas ia continuar mandando policiais. Nós víamos os policiais cantando pneu coçando suas armas e bombas e escudos na nossa frente. Sabemos o que isso significa.

Nós saímos insatisfeitos.

Vocês tentaram forçar nossa pauta como sendo apenas sobre uma hidrelétrica no rio Tapajós. Nossa luta se refere a uma dúzia de barragens nos três rios, e ela não acabou porque fomos retirados do canteiro.

Nossa luta está recomeçando, e isso é uma vitória. Uma vitória que é só nossa – não é da Justiça e nem do governo. O governo não sabe governar indígenas. As coisas estão ruins no Brasil. Nós vamos mudar isso.

Altamira, 10 de maio de 2013 (OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 06, 2013).

- 11 a 26 de maio de 2013: No mesmo dia os Munduruku receberam uma carta de apoio assinada por importantes lideranças indígenas Kayapo. Loures (2017, p. 121) lembra que os povos Munduruku e Kayapo são tradicionais inimigos, mas naquele momento, estavam unidos frente a um inimigo comum: o modelo desenvolvimentista do Governo Federal que prejudicava todas as etnias do Xingu e Tapajós. Após a saída dos canteiros de obras, cerca de 50 indígenas permaneceram acampados entre os dias 11 e 26 de maio na Vila Da Vince, que fica situada no Km 18 da Rodovia Transamazônica, próximo a cidade de Altamira (PA), em um barracão cedido ao lado de uma igreja católica. No dia 20 de maio chegaram de ônibus 100 indígenas Munduruku. Durante esse período passaram a realizar várias atividades e ações táticas: a) Formações sobre direitos, oficinas de comunicação, informações sobre o CHT e a UHE Belo Monte; b) divisões entre as lideranças de guerreiros Munduruku; c) ensaio de cânticos das mulheres; d) lideranças estabeleceram estratégias de ocupação a partir de mapas que desenhavam a partir das lembranças dos canteiros de obras; e) logística de segurança; f) produção de faixas, cartazes e desenhos; g) estratégias de comunicação; h) visita de outros indígenas para intercambiar as experiências vividas como algumas lideranças Arara, Xipayá, Tupinambá, Xikrin, dentre outros. Havia também movimento de apoio composto por assessores e indígenas no escritório do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), que se reuniam diariamente na divisão de tarefas e atividades. Nos 16 dias que antecederam a segunda ocupação, ficou mantido o objetivo de conseguir uma reunião com o ministro Gilberto Carvalho. Outros pontos foram rediscutidos, mas a pauta permanecia, e estava, estrategicamente embasada em direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da OIT: a) retirada das forças militares do território Munduruku; b) paralisação das obras das UHE Belo Monte e UHE Teles Pires, que careciam da CCLPI; c) suspensão dos estudos

de viabilidade do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Estavam todos prontos para a segunda ocupação, que ocorreu entre os dias 27 de maio e 04 de junho de 2013.

- 27 de maio de 2013: pela madrugada os dois ônibus fretados pelos Munduruku seguiram até o canteiro de obras da UHE Belo Monte onde estavam 20 mil trabalhadores. Os mais de cem indígenas conseguiram tomar todos os portões, de modo a paralisar todas as atividades, incluindo as externas, como a chegada de materiais. Às 5 horas da manhã inúmeras redes de TV acionadas pelo MIIA estavam nos canteiros de obras¹⁵⁹. Os Munduruku sabiam que o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) havia exposto aos trabalhadores sobre possíveis conflitos com os indígenas, que por sua vez, passaram a distribuir panfletos anunciando solidariedade com as demandas dos trabalhadores, além de explicarem os motivos da segunda ocupação:

[Estamos tentando distribuir esta carta em forma de panfleto aos trabalhadores do canteiro. A Força Nacional está impedindo, inclusive está recolhendo nosso material. Os trabalhadores ficaram bravos com a polícia, porque eles querem dialogar conosco e ler nossa carta. Nós temos medo que o Consórcio Construtor incite um grupo de trabalhadores infiltrados a criar intrigas, por isso é importante que todos divulguem esse material]

Nós, indígenas, escrevemos a vocês trabalhadores da obra da barragem.

O CCBM está dizendo para o governo e imprensa que nós somos inimigos, nós índios e vocês trabalhadores de Belo Monte. O Consórcio disse na quinta para o jornal O Globo que nós e vocês somos selvagens e que nós vamos nos matar entre nós. Isso é absurdo e preconceituoso.

Nós viemos de longe e muitos de vocês vieram de longe. Nós temos coisas em comum. Nós jogamos bola juntos no canteiro.

Nós sabemos dos problemas que vocês têm, porque durante a ocupação, vários trabalhadores vieram reclamar dos problemas que vocês passam na obra. Por isso, nós dizemos: queremos apoiar a causa de vocês. Queremos juntar as nossas reivindicações com as reivindicações dos trabalhadores.

Nós sabemos que a empresa também pode pagar alguém para fazer confusão com a gente, mas viemos em paz com os trabalhadores e propomos que nós devemos nos juntar.

Nós, indígenas, vocês trabalhadores e os moradores da cidade – estamos todos sofrendo por conta dos mesmos culpados. Na hora em que nos juntarmos, eles vão ter que nos ouvir.

Nós queremos conversar e trabalhar junto com vocês.

Saweh! 26 de maio de 2013

(OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA AOS TRABALHADORES DO CCBM, 2013)

¹⁵⁹ Índios voltam a ocupar canteiro de obras de Belo Monte. Grupo com 140 índios Munduruku tomou o escritório central do consórcio em um dos três canteiros e trabalhos foram paralisados **O Globo online**. 27 mai. 2013. Acesso em: 30 abr. 2016.

A estratégia de cartas à sociedade foi mantida e mais uma seria elaborada, justificando os motivos dos indígenas terem retornado aos canteiros de obras para uma segunda ocupação, e assim foi emitida a 7ª carta:

Nós somos indígenas Munduruku, Xipaya, Kayapó, Arara e Tupinambá. Nós vivemos do rio e da floresta e somos contra destruírem os dois. Vocês já nos conhecem, mas agora somos mais.

O seu governo disse que se nós saíssemos do canteiro, nós seríamos ouvidos. Nós saímos pacificamente – e evitamos que vocês passassem muita vergonha nos tirando à força daqui. Mesmo assim, nós não fomos atendidos. O governo não nos recebeu. Nós chamamos pelo ministro Gilberto Carvalho e ele não veio.

Esperar e chamar não servem para nada. Então nós ocupamos mais uma vez o seu canteiro de obras. Não queríamos estar de volta no seu deserto de buracos e concreto. Não temos nenhum prazer em sair das nossas casas nas nossas terras e pendurar redes nos seus prédios. Mas, como não vir? Se não viermos, nós vamos perder nossa terra. Nós queremos a suspensão dos estudos e da construção das barragens que inundam os nossos territórios, que cortam a floresta no meio, que matam os peixes e espantam os animais, que abrem o rio e a terra para a mineração devoradora. Que trazem mais empresas, mais madeireiros, mais conflitos, mais prostituição, mais drogas, mais doenças, mais violência.

Nós exigimos sermos consultados previamente sobre essas construções, porque é um direito nosso garantido pela Constituição e por tratados internacionais. Isso não foi feito aqui em Belo Monte, não foi feito em Teles Pires e não está sendo feito no Tapajós. Não é possível que todos vocês vão continuar repetindo que nós indígenas fomos consultados. Todo mundo sabe que isso não é verdade.

A partir de agora o governo tem que parar de dizer mentiras em notas e entrevistas. E de nos tratar como crianças, ingênuas, tuteladas, irresponsáveis e manipuladas. Nós somos nós e o governo precisa lidar com isso. E não minta para a imprensa que estamos brigando com os trabalhadores: eles são solidários a nossa causa! Nós escrevemos uma carta para eles ontem! Aqui no canteiro nós jogamos bola juntos todos os dias. Quando saímos da outra vez, uma trabalhadora a quem demos muitos colares e pulseiras nos disse: “eu vou sentir saudades”.

Nós temos o apoio de muitos parentes nessa luta. Temos o apoio dos indígenas de todo o Xingu. Temos o apoio dos Kayapó. Nós temos o apoio dos Tupinambá. Dos Guajajara. Dos Apinajé, dos Xerente, dos Krahô, Tapuia, Karajá-Xambioá, Krahô-Kanela, Avá-Canoero, Javaé, Kanela do Tocantins e Guarani. E a lista está crescendo. Temos o apoio de toda a sociedade nacional e internacional e isso também incomoda bastante vocês, que estão sozinhos com seus financiadores de campanha e empresas interessadas em crateras e dinheiro.

Nós ocupamos de novo no seu canteiro – e quantas vezes será preciso fazer isso até que a sua própria lei seja cumprida? Quantos interditos proibitórios, multas e reintegrações de posse vão custar até que nós sejamos ouvidos? Quantas balas de borracha, bombas e sprays de pimenta vocês pretendem gastar até que vocês assumam que estão errados? Ou vocês vão assassinar de novo? Quantos índios mais vocês vão matar além de nosso parente Adenilson Munduruku, da aldeia Teles Pires, simplesmente porque não queremos barragem?

E não mande a Força Nacional para negociar por vocês. Venham vocês mesmos. Queremos que a Dilma venha falar conosco.

Canteiro de obras Belo Monte, Altamira, 27 de maio de 2013.

(OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 07, 2013)

Segundo relato de Loures (2017, p. 133) o dia ainda seria marcado por momentos de tensão em reunião com o Juiz Federal que não reconheceu os advogados do CIMI como defensores legítimos por não fazerem parte dos quadros da FUNAI, a quem o juiz entendeu que

somente o órgão oficial do governo era quem poderia representar os indígenas, logo todos os envolvidos na ocupação estariam praticando atos ilícitos.

- 28 de maio de 2013: O movimento indígena ganharia um importante aliado nesse dia, que seriam os ribeirinhos de Montanha e Mangabal. Além de enviarem seu principal líder que saiu do Rio Tapajós até Altamira, também se manifestaram com uma carta contando a origem de seu povo, atividades econômicas que sempre estabeleceram e reconhecendo que as diferenças históricas com os Munduruku estariam superadas diante o inimigo comum, conforme trecho retirado da carta:

Agora, depois de 40 anos, o governo federal nos ameaça com uma nova violência, que é a construção da barragem de Jatobá no centro de nosso território tradicionalmente ocupado. As empresas de pesquisa chegaram de uma hora pra outra, sem pedir licença e invadiram nossas terras e nos intimidaram e nos obrigam a assinar documentos que não sabemos o que significam.

Nunca tivemos muito contato com nossos vizinhos Munduruku, mas agora enfrentamos o mesmo inimigo e queremos nos unir à luta que eles já começaram. Achamos louvável o que eles estão fazendo, apoiamos as ações que eles estão tomando contra o modo como o governo federal está impondo as barragens no nosso rio. Nunca fomos consultados a respeito e exigimos que nos ouçam.

Damos todo apoio aos Munduruku que estão ocupando o canteiro de Belo Monte. Queremos que eles saibam que o que eles falam, também representa nossas exigências. Queremos que os Munduruku saibam que eles falam também por nossa comunidade.

Contem com a gente, queremos lutar unidos com vocês.

Rio Tapajós, 28 de maio de 2013. Associação de Moradores das Comunidades de Montanha e Mangabal (ANJOS, 2013)

No mesmo dia, o juiz federal assina um mandado de reintegração de posse em favor da Norte Energia, concedendo um prazo de 24 horas para que o canteiro fosse desocupado¹⁶⁰. Ato contínuo, um oficial de justiça acompanhado da Funai vai até o canteiro de Belo Monte e notifica os Munduruku. Após a leitura do documento na porta principal do canteiro, o oficial perguntou quem iria assinar. No momento, uma liderança do MIIA declarou que aquele papel não valia nada para os indígenas e que mais uma vez o governo havia demonstrado que não tinha palavra. Em um ato simbólico, tendo em vista que foram entregues várias cópias, um Munduruku recolheu os documentos e os rasgou na frente de todos que estavam no local¹⁶¹. No mesmo dia Loures (2017, p. 134) registrou que o movimento indígena chamou a imprensa para registrar o ato que chegou a ser chamada de “quebra-quebra ou explosão” após ter espalhado

¹⁶⁰ Justiça Federal dá reintegração de posse à Norte Energia. **O Impacto online**. 28 mai. 2013. Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2013/05/28/justica-federal-da-reintegracao-de-posse-a-norte-energia/>. Acesso em: 29 abr. 2016.

¹⁶¹ Belo Monte: Indignados, indígenas rasgam mandado de reintegração de posse. **Ocupa Belém**. 29 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O5Wxjv5BHZw>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

material inflamável pelo canteiro de obras, especificamente na área administrativa do escritório central do CCBM, nos caminhões, nos carros e nas máquinas.

- 29 de maio de 2013: Pela parte da manhã os indígenas publicaram a 8ª carta, lembrando a morte do indígena Munduruku Adenilson Kirixi na aldeia Teles Pires, demonstrando que resistiriam a força policial na reintegração de posse e dando prazo até o dia 30 para o governo comparecer para o diálogo:

O massacre foi anunciado e só o governo pode evitar

Nós ocupamos o canteiro de obras de Belo Monte. Nós estamos defendendo nossa terra. Uma terra muito antiga que sempre foi nossa. Uma parte vocês já tomaram. Outra vocês estão tentando tomar agora. Nós não vamos deixar.

Vocês vão entrar para matar. E nós vamos ficar para morrer. Nós não vamos sair sem sermos ouvidos.

O governo federal anunciou um massacre contra os povos indígenas, os 170 guerreiros, mulheres, crianças e lideranças e pajés que estão aqui. Esse massacre vai acontecer pelas mãos das polícias, da Funai e da Justiça.

Vocês já mataram em Teles Pires e vão matar de novo quando for preciso para vocês. Vocês mataram porque nós somos contra barragens. Nós sabemos do que vocês são capazes de fazer.

Agora quem pediu para nos matar foi a Norte Energia, que é do governo e de empresários. Ela pediu para o juiz federal, que autorizou a polícia a nos bater e matar se for preciso. A culpa é de todos vocês se algum de nós morrer.

Chega de violência. Parem de nos ameaçar. Nós queremos a nossa paz e vocês querem a sua guerra. Parem de mentir para a imprensa que estamos sequestrando trabalhadores e ônibus e causando transtornos. Está tudo tranquilo na ocupação, menos da parte da polícia mandada pela Justiça mandada pela Norte Energia mandada pelo governo. Vocês é que nos humilham e ameaçam e intimidam e gritam e assassinam quando não sabem o que fazer.

Nós exigimos a suspensão da reintegração de posse. Até dia 30 de maio de 2013, quinta-feira de manhã, o governo precisa vir aqui e nos ouvir. Vocês já sabem da nossa pauta. Nós exigimos a suspensão das obras e dos estudos de barragens em cima das nossas terras. E tirem a Força Nacional delas. As terras são nossas. Já perdemos terra o bastante.

Vocês querem nos ver amansados e quietos, obedecendo a sua civilização sem fazer barulho. Mas nesse caso, nós sabemos que vocês preferem nos ver mortos porque nós estamos fazendo barulho.

Canteiro de obras de Belo Monte, Vitória do Xingu, Pará, 29 de maio de 2013
(OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 08, 2013).

Mais uma vez o Governo Federal mandou o mesmo emissário representando o Ministro Gilberto Carvalho. A primeira proposta apresentada foi a retirada das 150 pessoas, entre Munduruku e ribeirinhos com transportes e diárias necessárias para o deslocamento Altamira-Itaituba-Jacareacanga, além da organização de uma comitiva de dez Munduruku para deslocar até Brasília para dialogar com o ministro Gilberto Carvalho (BRASIL, Secretaria Geral, 2013), o que segundo Loures (2017) o MIIA rechaçou e reivindicou a vinda pessoal do ministro ao canteiro de obras. Após uma longa conversa entre o emissário, que consultou seus superiores por telefone, foi firmado um compromisso de que Gilberto Carvalho receberia a comitiva de todas as 150 pessoas em Brasília. O Governo tentou ainda a imediata retirada dos indígenas, o

que não foi aceito pelo MIIA que afirmou a saída dos canteiros de obra diretamente para Brasília. O Governo se viu em um impasse de não poder agir violentamente ao mesmo tempo que precisaria cumprir sua palavra. Os indígenas ficaram ainda por mais 5 dias, aguardando as providências de deslocamento até Brasília por parte do Governo Federal.

- 04 de junho de 2013: Todo o grupo embarcou em dois aviões da FAB rumo a Brasília, terminando, assim, a segunda ocupação do canteiro de Belo Monte. O MIIA publicaria sua 9ª carta:

Tragédias e barragens (a luta não acaba nem lá nem aqui)

Nós saímos da ocupação da usina Belo Monte e viemos dialogar com o governo. Nós não fizemos um acordo com vocês. Nós aceitamos a reunião em Brasília porque, quanto mais nós dizíamos que não sairíamos de lá, mais policiais vocês mandavam para o canteiro de obras. E no mesmo dia em que seríamos tirados à força pela sua polícia, vocês mataram um parente Terena no Mato Grosso do Sul. Então nós decidimos que não queríamos outro morto. Nós evitamos uma tragédia, vocês não. Vocês não evitam tragédias, vocês executam.

Vimos aqui falar para vocês da outra tragédia que iremos lutar para evitar: a perda do nosso território e da nossa vida. Nós não viemos negociar com vocês, porque não se negocia nem território nem vida. Nós somos contra a construção de barragens que matam a terra indígena, porque elas matam a cultura quando matam o peixe e afogam a terra. E isso mata a gente sem precisar de arma. Vocês continuam matando muito. Vocês simplesmente matam muito. Vocês já mataram demais, faz 513 anos.

Não viemos conversar só sobre uma barragem no Tapajós, como vocês estão falando na imprensa. Nós viemos a Brasília exigir a suspensão dos estudos e das obras de barragem nos rios Xingu, rio Tapajós e rio Teles Pires. Vocês não estão falando apenas com o povo Munduruku. Vocês estão falando com os Xipaya, Kayapó, Arara, Tupinambá e com todos os povos que estão juntos nessa luta, porque essa é uma luta grande e de todos.

Nós não trouxemos listas de pedidos. Nós somos contra as barragens. Exigimos o compromisso do governo federal em consultar e garantir o direito a veto a projetos que destroem a gente.

Mas não. Vocês atropelam tudo e fazem o que querem. E para isso, vocês fazem de tudo para dividir os povos indígenas. Nós viemos aqui dizer para vocês pararem, porque nós vamos resistir juntos e unidos. Estamos reunidos há 35 dias em Altamira, e por 17 dias nós ocupamos a principal hidrelétrica que vocês estão construindo. Junto dessa carta nós estamos mandando todas as cartas das duas ocupações que realizamos. Leiam tudo com atenção para entender nosso movimento. E assim respeitá-lo, o que vocês não fizeram até hoje.

O desrespeito não vem só nas palavras. Vem na ação de vocês.

Na região da Volta Grande do Xingu, tudo está sendo destruído e virado de cabeça para baixo, desde que vocês liberaram a construção da barragem Belo Monte. Todos estão muito tristes e apenas os ricos ficaram bem. Os parentes brigaram muito. Até os trabalhadores da obra sofrem.

No Tapajós e Teles Pires, vocês estão começando agora, mas já nos desrespeitaram muito.

Em agosto de 2012, os seus pesquisadores começaram a invadir nossas terras e pegar nossos animais e plantas e contar hectares e medir a água e furar nossa terra.

Em outubro, a Funai e a Eletrobrás disseram em reunião que as barragens iriam sair de qualquer jeito, com nós querendo ou não querendo. E que colocariam força policial na nossa terra se fosse necessário.

Em novembro, a polícia federal atacou e destruiu a aldeia Teles Pires, onde somos todos contra as barragens. Adenilson Munduruku foi assassinado com três tiros e outros 19 indígenas foram feridos. No final do mês nós fomos a Brasília denunciar a operação da polícia ao Ministério da Justiça, Funai e Secretaria Geral da Presidência da República. Também fomos ao Ministério Público Federal.

Em janeiro de 2013, fizemos uma grande assembleia Munduruku na aldeia Sai Cinza, onde foi entregue ao funcionário da Secretaria Geral da Presidência da República um documento com 33 pontos de reivindicação.

No mês seguinte, nós fomos novamente à Brasília exigir alguma resposta da Secretaria Geral da Presidência sobre os 33 pontos. Conseguimos encontrar o ministro, mas ele ignorou nossas reivindicações e tentou fazer com que nós assinássemos um documento aceitando as hidrelétricas do rio Tapajós.

Para garantir à força os estudos das barragens, em março de 2013 o governo baixa um decreto que autoriza a entrada das tropas policiais em nossas terras. Um dia depois nossas aldeias foram invadidas por pelotões de policiais.

No Teles Pires, foram encontrados ossos de parentes, muito antigos. Vocês estão destruindo um lugar sagrado.

Nós não pudemos aceitar mais isso. Por isso, ocupamos seu canteiro trazendo nossa reivindicação, exigindo do governo o compromisso em respeitar os povos originários desse país, em respeitar nosso direito à terra e à vida. Ou, pelo menos, respeitar a sua própria lei – a Constituição e os tratados internacionais que vocês assinam. Mas vocês querem destruir as leis que protegem nós, povos indígenas, com outras leis e decretos novos. Vocês querem legalizar destruição.

E agora chegamos aqui com vocês. Esperando que afinal vocês nos ouçam, ao invés de ouvir aqueles que pagam suas campanhas. Ainda que vocês não estejam dispostos a aprender a ouvir, nós estamos dispostos a ensinar.

Canteiro de obras de Belo Monte, Vitória do Xingu, 4 de junho de 2013. (OCUPAÇÃO DE BELO MONTE, CARTA 09, 2013).

13.5.5. Reunião com políticos em Brasília

A carta 09 (OCUPAÇÃO BELO MONTE, 2013) demonstra o quanto os Munduruku tentam reivindicar suas pautas por meio de reuniões com políticos de Brasília. A estratégia adotada é sempre convidar algum político para a aldeia, o que é sempre negado, então se deslocam até Brasília para tentar reuniões sobre variados temas. Finalmente tinham conseguido no dia 04 de junho de 2013 a reunião com o Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho.

Os Munduruku manifestaram-se fortemente contrários aos projetos de barramento, mas segundo registros de Loures (2017, p. 142) o ministro limitou-se a dizer que o governo não abriria mão do projeto do complexo de UHEs no Tapajós e, quanto a CCLPI, garantiu que ela ocorreria, mas que a Consulta não tem poder de veto e que a consulta teria que ser ampla e deveria acolher sugestões, mas não que existira direito de veto na consulta prévia. No dia seguinte, 05 de junho de 2013, o MIIA divulgaria uma carta em resposta ao posicionamento do ministro:

Resposta ao governo brasileiro – Ministro Gilberto Carvalho

Senhor Ministro, em reunião realizada no dia 4 de junho de 2013 no auditório da Secretaria Geral da Presidência da República com Vossa presença e de 141 indígenas das etnias Munduruku, Xikrin, Arara e Xipayá, onde estavam presentes os representantes políticos da organização dos indígenas munduruku, sendo os seguintes: Cacique Geral do povo Munduruku, assessor do Cacique Geral, presidente e vice-presidente da Associação Pussuru, chefe dos guerreiros, pajés, lideranças, mulheres e crianças, guerreiros e outros caciques. Estavam presentes representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a

presidente da FUNAI, a vice-presidente da 6ª câmara do MPF, o deputado Padre Tom e os advogados dos indígenas.

Em resposta a sua proposta de realizar uma reunião na aldeia Sai Cinza no prazo de 20 dias para discutir a proposta do governo sobre a consulta previa da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, comunicamos nossa decisão coletiva.

Nosso entendimento é de que somos senhores dos nossos destinos e queremos respeito ao que está escrito na Constituição Federal de 1988, que garante aos indígenas a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, o direito originário sobre nossas terras e o direito de não sermos removidos de nossos territórios, e demais legislações que nos protegem.

Diante disso solicitamos: Uma manifestação oficial do governo brasileiro declarando se será ou não respeitada a nossa decisão final, de forma vinculante e autônoma, sobre o processo de consulta proposto¹⁶².

Os Munduruku permaneceriam em Brasília e tentaram ser recebidos pelos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, mas não obtiveram sucesso. Realizaram manifestações em frente ao Ministério de Minas e Energia e na frente do Ministério da Justiça. Ocuparam a sede da FUNAI permanecendo por quatro dias realizando articulações e protestos¹⁶³. Desde a ocupação dos canteiros de obras de Belo Monte até a chegada em Brasília seria encerrada com a 10ª e última carta do MIIA:

Nós, Munduruku, Xipaya, Arara e Kayapó, ocupamos a Funai. Vocês vão entender porquê.

Chegamos em Brasília na terça-feira passada (04), e estamos aguentando a violência toda de vocês desde então.

Reunimos com o ministro Gilberto Carvalho no dia em que chegamos. Ele nos chamou de mentirosos (em outras palavras), se recusou a assinar o recebimento dos nossos documentos, disse que não somos nós que escrevemos nossas cartas. Quando a reunião acabou, Gilberto Carvalho disse no Jornal Nacional: “ouvimos longamente a fala [de nós indígenas], as críticas, mas fomos absolutamente claros com eles, dizendo que o governo não vai abrir mão de seus projetos”. Então, entendemos o recado do governo.

Dois dias depois, Paulo Maldos deu entrevista à Rádio Nacional da Amazônia: “consulta não é sim ou não”. Também entendemos esse recado.

Entendemos que o governo está dizendo: “nós vamos construir as hidrelétricas nas terras de vocês, não importa o que vocês digam. E mesmo que vocês sejam consultados, nós não vamos considerar a opinião de vocês”.

Então, nós ocupamos a Funai ontem, segunda-feira, porque o governo não nos recebeu, pela segunda vez. E mesmo quando nos recebeu, nos chamou de mentirosos e tentou mentir para nós, nos dividir. E ainda disse que construiria todas as hidrelétricas nas nossas terras de qualquer jeito. Estamos aqui na Funai agora, mas nossa luta não pára aqui.

Nossa reunião no dia 03 de junho terminou sem acordo. Depois dela, vocês nunca mais quiseram nos receber, então, parece que infelizmente vamos voltar para nossas casas sem resposta nenhuma. Porque nós viemos exigir paz, e o governo tem declarado guerra. Mesmo sorrindo. Nós não gostamos disso.

Brasília, 11 de junho de 2013

¹⁶² Indígenas demandam do governo caráter vinculante de consulta. Indígenas demandam do governo caráter vinculante de consulta. **Movimento Xingu Vivo Para Sempre**. 06 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2013/06/06/indigenas-demandam-do-governo-carater-vinculante-de-consulta/>>. Acesso em 01 mai. 2016.

¹⁶³ Índios da etnia munduruku ocupam sede da Funai em Brasília. **Sul 21**. 11 jun. 2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2013/06/indios-da-etnia-munduruku-ocupam-sede-da-funai-em-brasilia>. Acesso em: 05 mai. 2016.

Mais de um mês fora de casa, os Munduruku resolveram retornar para o seu território, pois perceberam que não iriam ser mais recebidos para nenhum diálogo, conforme expresso por Valdenir Munduruku “O que o governo quer, nós não queremos. Ele quer ir a nossa terra dizer que vai construir hidrelétricas e ver o que queremos em troca. E nós não queremos nada em troca. Queremos nosso rio livre e nossa natureza preservada¹⁶⁴”

13.5.6. Expulsão de Pesquisadores

Depois de dois meses fora entre ocupação dos canteiros de obras e tentativa de acordos em Brasília, o Movimento Ipereğ Ayũ retomou o que chamava de “passadas nas aldeias”, que consistia em colher informações sobre o que ocorria nas aldeias indígenas do Alto Tapajós. Em uma dessas passadas na Boca do Rio das Tropas (Alto Tapajós) foi relatado que encontraram pesquisadores na TI Munduruku. Segundo Loures (2017, p. 149) o MIIA investigou e descobriu mais de vinte pesquisadores nas proximidades elaborando estudos relacionados ao licenciamento de hidrelétricas e após diálogo amistoso solicitou o acompanhamento de três pesquisadores com o intuito de garantir a atenção do governo federal como um meio de estabelecerem um diálogo. Os pesquisadores eram da Concremat, contratada pelo Grupo de Estudo Tapajós, que estudava a construção das usinas São Luiz do Tapajós e Jatobá na bacia do rio. A Eletrobras divulgou nota afirmando que não estavam em terras indígenas, apesar do local “Mamãe-anã” ser conhecido como área dos Munduruku:

A Eletrobras informa que, às 16h de ontem (21), os biólogos e pesquisadores Djalma Nóbrega (masto zoólogo), Luiz Peixoto (ictiólogo) e José Guimarães (ictiólogo), da empresa Concremat, foram sequestrados por índios da etnia Munduruku na localidade de Mamãe-Anã, no rio Tapajós. Eles estão sendo mantidos reféns na cidade de Jacareacanga neste momento.

Os biólogos estavam na região do Tapajós, próximo ao município de Jacareacanga, realizando estudos de fauna e flora para o licenciamento socioambiental do possível Aproveitamento Hidrelétrico de Jatobá. Tais estudos são uma exigência do Ibama, que concedeu a permissão e determinou as áreas em que deveriam ser coletadas amostras da fauna, flora e água. Nenhum local visitado pelos pesquisadores é terra indígena.

Além da truculência do sequestro, foram roubados câmeras fotográficas e computadores com os registros da expedição e também o material coletado pela equipe, comprometendo a qualidade dos estudos realizados e impedindo sua continuação. É importante ressaltar que tais estudos são benéficos para a sociedade brasileira, pois permitem que se conheça melhor a fauna e flora locais¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Sem reivindicações atendidas, índios Munduruku retornam ao Pará. **Racismo Ambiental**. 13 jun. 2013. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/06/13/sem-reivindicacoes-atendidas-indios-munduruku-retornam-ao-para/>. Acesso em: 06 mai. 2016.

¹⁶⁵ Índios mundurucus capturam três pesquisadores no rio Tapajós, no Pará. **Folha de São Paulo Online**. 22 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1299843-indios-mundurucus-capturam-tres-pesquisadores-no-rio-tapajos-no-para.shtml>. Acesso em: 05 mai. 2016.

Os indígenas Munduruku conduziram os pesquisadores em marcha para a praça principal de Jacareacanga (PA) para esperar a presença de autoridades, expuseram todo o material apreendido e reivindicaram a anulação dos estudos sem consulta nas terras indígenas, porém nenhuma autoridade compareceu, então caminharam para outra praça para reunião com representantes da FUNAI. No mesmo dia o MIIA divulgou nota declarando a insatisfação de terem pesquisadores em suas terras, descumprindo aquilo que diz a Constituição Federal:

Nós, Munduruku do rio Tapajós, apreendemos um grupo de pesquisadores que estava ilegalmente em nossa terra. Eles estavam coletando animais, plantas e amostras para a construção de barragens nas nossas aldeias. Nós apreenderemos tudo o que foi coletado por eles, todos os materiais, tudo o que foi retirado e anotado das terras indígenas.

Nós deixamos claro para o governo federal que não iríamos deixar entrar nenhum pesquisador nos nossos territórios.

Nós vamos liberar pacificamente este grupo, mas alertamos que não toleraremos mais essa postura por parte do governo federal e dos empreendedores que querem construir barragens.

Um avião búfalo do Exército/FAB pousou hoje em Jacareacanga. Esperamos que esses militares não tenham vindo para nos atacar, mas sim para defender o nosso direito pela nossa terra, a lei e a Constituição. Porque quem está errado é o governo. Nós estamos certos.

Exigimos que o governo suspenda todos os estudos e pesquisas relacionados às barragens nos rios Tapajós e Teles Pires. Nós sabemos que as pesquisas são o primeiro passo para viabilizar a construção das hidrelétricas. Nós não vamos deixar as pesquisas e estudos acontecerem. Se o governo não suspender, nós daremos um jeito. Sugerimos aos pesquisadores que não entrem nas nossas terras.

Estão todos avisados¹⁶⁶.

Os índios ficaram abismados com a quantidade de peixes e outros animais que mataram para os estudos¹⁶⁷. A maior reivindicação com a presença dos pesquisadores mais uma vez era o descumprimento da CCLPI. Os estudos foram suspensos no final de 2013 e Loures (2017, p. 158) registra que o IBAMA emitiu uma retificação da autorização da coleta e captura da fauna e flora concedida desde setembro de 2012 à empresa Concremat, a contratada pelo consórcio responsável pelos estudos do CHT e para quem trabalhavam os pesquisadores detidos. Essa retificação acrescenta o estudo de avifauna e espécies de peixe, encerrando o ciclo de pesquisas para o provável EIA do AHE Jatobá com o estudo de espécies na estação do verão amazônica. Ou seja, as pesquisas foram concluídas mesmo sem o consentimento e consulta livres, prévios e informados. O Governo deu continuidade aos estudos com o mesmo argumento de que a área não era terra indígena e ainda acompanhada da Força Nacional.

¹⁶⁶ Munduruku expulsam 25 pesquisadores de terra indígena. Eles coletavam amostras da fauna e flora da região para os estudos ambientais e de viabilidade das usinas hidrelétricas do rio Tapajós. **Brasil de Fato**. 22 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/13318/>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹⁶⁷ Munduruku expulsam pesquisadores; pressionado, governo suspende estudos no rio Tapajós. **Ocupa Belém**. 24 jun. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HHXyvwYbw_k. Acesso em: 04 mai. 2016.

13.5.7. Ocupação de prédio público

A tática tem sido adotada pelos Munduruku para atrair a imprensa, divulgar suas demandas e tentar reuniões com ministros de Estado. A escolha não é aleatória e sempre trazem uma pauta em que o órgão estatal possui poder para decidir determinada demanda. Assim ocorreu com a ocupação em junho de 2013 da sede da FUNAI em Brasília (relatado anteriormente no item 13.5.5) e, também, ocorreu com a ocupação da sede da Advocacia Geral da União em dezembro do mesmo ano¹⁶⁸, quando solicitaram a revogação da Portaria 303, que trata da demarcação da Terra Indígena Munduruku no Médio Tapajós, além de solicitar a AGU não recorrer da decisão do juiz Illan Presser, da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, que suspendeu o leilão da Usina Hidrelétrica de São Manoel, no Rio Teles Pires.

Ainda diante os problemas de invasão às suas terras e a falta de reconhecimento de alguns territórios, os Munduruku ocuparam o prédio da Funai de Itaituba (PA) às 10 horas no dia 28 de novembro de 2014 para exigir a demarcação da terra Sawré Muybu¹⁶⁹, pois a área já tinha sido indicada para demarcação por técnicos da Funai, mas o processo estava parado há mais de um ano em Brasília. Nesse período o AHE São Luiz do Tapajós estava em fase de estudos ambientais. Os Munduruku reivindicaram a publicação do Relatório Circunstanciado que identificava e recomendava a imediata demarcação da área. Outro motivo para a ação foi para protestar contra os 300 garimpeiros explorando as fronteiras de seu território, em um local considerado sagrado para eles.

13.5.8. Autodemarcação das terras¹⁷⁰

A autodemarcação é uma tática translocal que os povos da floresta encontraram para demonstrar que reconhecem o tamanho do seu território. Principalmente em um local que passa pelo processo de reconhecimento das terras indígenas por parte do governo brasileiro que tem interesse na construção de empreendimentos na região, os povos do alto e médio rio Tapajós encontraram na autodemarcação uma forma de se antecipar a um ato que deveria ser do Estado. É uma tentativa de dialogar com o reconhecimento territorial que não possui a métrica dos

¹⁶⁸ Índios Munduruku ocupam sede da AGU em Brasília *Diário Online*. 10 dez. 2013. Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-266031-indios-munduruku-ocupam-sede-da-agu-em-brasilia.html>. Acesso em: 04 mai. 2016.

¹⁶⁹ Índios Munduruku ocupam prédio da Funai em Itaituba Antes da ocupação, os Munduruku divulgaram uma carta expondo a exploração da área por garimpeiros. *ORM News*. 28 nov. 2014. Disponível em: <http://www.ormnews.com.br/noticia/indios-munduruku-ocupam-predio-da-funai-em-itaituba>. Acesso em 05 mai. 2016.

¹⁷⁰ Molina (2017, p. 20) registra que a primeira autodemarcação realizada por uma etnia indígena ocorreu no Brasil no início da década de 1980 pelos Kulina e Kaxinawá no alto Purus (AM).

povos, que reconhecem suas terras pela experiência e pelo o que dizem os mais velhos e as histórias do local, incluindo menções a locais sagrados; com o modelo métrico ocidental, onde a propriedade deve estar bem delimitada.

Em termos práticos a autodemarcação contou com o apoio de ONGs nacionais e internacionais que auxiliaram no fornecimento de instrumentos como GPS (*Global Positioning System*); estiveram presentes nas “picadas no meio do mato”, que são aberturas com a utilização de facão; criação de placas semelhantes às utilizadas pelo Governo Federal.

A TI Sawré Maybu poderia sofrer sérios impactos se a UHE São Luiz do Tapajós fosse concretizada. O processo de demarcação ficou muito tempo parado na Funai. Molina (2017, p. 04) aponta que apesar da demora o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), peça técnica que embasa o reconhecimento da área, estava concluído desde setembro de 2013, não deixando dúvidas quanto à ocupação tradicional da TI. Apenas em 19 de abril de 2016 o relatório foi oficialmente publicado e encaminhado para as etapas seguintes – contestação, declaração de limites, demarcação física, homologação e registro.

O motivo para tanto atraso era muito claro. Uma vez homologada, Sawré Muybu poderia inviabilizar a realização de São Luiz do Tapajós, pois obrigaria o Estado a remover os índios, o que não é permitido de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal. Diante a restrição criada pelo Estado pelo não reconhecimento da principal terra indígena no Médio Tapajós, a TI Sawré Muybu, os Munduruku perceberam a necessidade de criar outra estratégia: a autodemarcação.

A autodemarcação Munduruku teve início depois da tensa discussão com a ex-presidente interina da Funai no dia 17 de setembro de 2014. As atividades demarcatórias ocorreram entre outubro de 2014 a julho de 2015. Mais uma vez foram escritas cartas direcionadas ao governo e ao público escritas em Português e Inglês.

I CARTA DA AUTODEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO DAJE KAPAP EYPI
Aldeia Sawré Muybu – Itaituba/PA, 17 de novembro de 2014

Nossos antigos nos contavam que o tamanduá é tranquilo e quieto, fica no cantinho dele não mexe com ninguém, mas quando se sente ameaçado mata com um abraço e suas unhas.

Nós somos assim. Quietos, tranquilos, igual o tamanduá. É o governo que está tirando nosso sossego, é o governo que está mexendo com nossa mãe terra – nossa esposa.

Hoje, 17 de novembro, faz três meses que reunimos com a FUNAI e representantes do governo em Brasília-DF exigindo a publicação do relatório da demarcação da Terra IPI WUYXIIBUYXIM'IKUKAM; DAJE KAPAP EYPI – TECUG'AP KARODAYBI. Em setembro de 2013 o relatório delimitando nosso território foi concluído, mas não foi publicado e escutamos como resposta da então Presidente da FUNAI, Maria Augusta, dizendo que a nossa terra é uma área de empreendimentos hidrelétricos, e que por causa do interesse de outros órgãos do governo o relatório não foi publicado. Após duas semanas da reunião de Brasília recebemos notícias de que o

Ministério Público Federal entrou com ação obrigando a FUNAI a publicar o relatório, o que a mesma não fez, e semana passada ficamos sabendo que o desembargador do TRF-1 caçou a referida liminar. Mas isso não foi novidade para nós Munduruku. Nunca abaixaremos a cabeça e abriremos a nossa mão, a luta continua! Somos verdadeiros donos da Terra, já existimos antes da chegada dos portugueses invasores. Hoje também fez um mês que iniciamos a autodemarcação da nossa Terra IPT WUYXI IBUYXIM IKUKAM DAJE KAPAP EYPI, por não confiar nas palavras enganosas do governo e de seus órgãos.

Garantir o nosso território sempre vivo é o que nos dá força e coragem. Sem a terra não sabemos sobreviver. Ela é a nossa mãe, que respeitamos. Sabemos que contra nós vem o governo com seus grandes projetos para matar o nosso Rio, floresta, vida.

Esse território atende às populações do Médio e Alto Tapajós.

Esperamos pelo governo há décadas para demarcar nossa Terra e ele nunca o fez. Por causa disso que a nossa terra está morrendo, nossa floresta está chorando, pelas árvores que encontramos deixados por madeireiros nos ramais para serem vendidos de forma ilegal nas serrarias e isso o IBAMA não atua em sua fiscalização. Só em um ramal foi derrubado o equivalente a 30 caminhões com toras de madeiras, árvores centenárias como Ipê, áreas imensas de açaiçais são derrubadas para tirar palmitos. Nosso coração está triste.

Nesses 30 dias da autodemarcação já caminhamos cerca de 7 km e fizemos 2 km e meio de picadas. Encontramos 11 madeireiros, 3 caminhões, 4 motos, 1 trator e inúmeras toras de madeiras de lei as margens dos ramais em nossas terras, e na manhã do dia 15 fomos surpreendidos em nosso acampamento por um grupo de 4 madeireiros, grileiros liderado pelo Vilmar que se diz dono de 6 lotes de terra dentro do nosso território, disse ainda que não irá permitir perder suas terras para nós e na segunda próxima estaria levando o caso para a justiça.

Agora decretamos que não vamos esperar mais pelo governo. Agora decidimos fazer a autodemarcação, nós queremos que o governo respeite o nosso trabalho, respeite nossos antepassados, respeite nossa cultura, respeite nossa vida. Só paramos quando concluir o nosso trabalho. SAWE, SAWE, SAWE¹⁷¹.

A carta deixa claro resultado da reunião com a ex-presidente interina da FUNAI, quando esta deixou claro que não é interesse do Governo em demarcar terras indígenas. Libardi (2016, p. 22) lembra que vários fatores podem retardar os processos de demarcação das terras indígenas; porém, na ausência de impedimento administrativo, legal ou judicial, prosperam os argumentos dos povos indígenas quanto à ação deliberada do governo federal em paralisar processos de demarcação de terras impactadas por empreendimentos tidos como estratégicos e de interesse nacional.

Sem qualquer resposta do Governo e dos órgãos como a FUNAI, os Munduruku realizaram a segunda etapa da demarcação divulgando a seguinte carta:

II CARTA DA AUTODEMARCAÇÃO - O GOVERNO ATACA CONTRA A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA SAWRÉ MUYBU PREPARANDO O LEILÃO DA FLONA ITAITUBA I E II

24 de novembro de 2014

Mais uma vez o Governo faz demonstração da falta de respeito com o nosso povo e continua trabalhando contra os direitos dos povos indígenas. Todo mundo sabe que nós povo Munduruku estamos fazendo a autodemarcação de nossa terra Sawré Muybu, conforme os pariwat chamam, e a gente foi pego de surpresa com o edital do

¹⁷¹ Disponível em: <<https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/2014/11/18/carta-da-auto-demarcacao>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Serviço Florestal Brasileiro para fazer o leilão da Flona Itaituba I e II para exploração da madeira de nossa floresta. O governo fala que tem sobreposição da Flona com a nossa terra e que essa é uma das desculpas usadas para o atraso na demarcação, mesmo a gente sabendo que a Constituição Federal define o direito primeiro da terra indígena. Como o Governo, o Serviço Florestal Brasileiro e o ICMBIO vai explicar que está preparando um leilão da Flona, ignorando, fazendo de conta que não sabe que tem uma terra indígena identificada? Essa é mais uma violência contra nossos direitos, contra a floresta e o futuro do nosso povo. A própria Justiça Federal que injustamente concordou com as desculpas da Funai para não publicar o Relatório de Identificação diz em seu documento que era preciso resolver problemas de terras entre os órgãos do Governo Federal antes de mais nada. Vamos perguntar de novo: Será que as autoridades do Governo e da Justiça Federal podem concordar na preparação de um leilão que vai destruir parte de nossa terra indígena?

O Ministério Público Federal, que exige o cancelamento do edital para desmatar nossa terra, diz que ele é de má fé e fere todos os direitos dos povos indígenas.

Para a audiência pública que está marcada para os dias 27 e 28 de novembro, precisa ser perguntado também como fica a situação dos ribeirinhos e populações tradicionais que moram na região e vivem dos rios e das florestas, nessa região que o governo colocou o nome de Flona Itaituba I e Itaituba II?

A Intenção do governo de expulsar os Munduruku de seu território milenar não é de hoje. Primeiro ele esqueceu por décadas que nessa região existe populações: indígenas, seringueiros, pescadores, agricultores, ribeirinhos e outros; segundo, passa como um trator de esteira por cima da lei, desrespeitando o povo brasileiro e sua constituição quando reduz a Flona Itaituba I e II e o Parque Nacional da região que grandes empresas querem explorar. Denunciamos a conivência do IBAMA e ICMBIO com toda essa situação.

Exigimos do MPF a investigação dos madeireiros e dos garimpeiros que estão nos ameaçando dentro do nosso território.

Na região do Tapajós enquanto todos os dias se mata mais e mais florestas, com os madeireiros invadindo os Parques e Flonas, inclusive a terra que estamos autodemarkando, enquanto aumenta a quantidade de balsas de garimpo matando o rio Tapajós, bem em frente ao Parque Nacional da Amazônia, o governo se preocupa em atacar o povo Munduruku, e a negar o nosso direito da terra tradicional, em vez de fazer a sua obrigação de proteção do meio ambiente que pertence a todos os brasileiros. Se eles pensam que a gente vai desistir da luta pela nossa terra, na proteção da floresta e de todos os seres que vivem nela, na luta pelo futuro de nossos filhos, estão enganados. Seguimos fortalecidos e unidos pela sabedoria de nossos pajés e caciques, e pela ligação com a natureza e os espíritos que Karosakaybu nos ensinou. Sawé!¹⁷²

Os Munduruku denunciam a invisibilização do Estado brasileiro dada aos povos indígenas, que desde os projetos desenvolvimentistas da Ditadura afirmava um vazio populacional na região e integram os outros povos como ribeirinhos e populações tradicionais como parte da luta pela demarcação do território. A justificativa dos órgãos brasileiros de que havia sobreposição da FLONA Itaituba I e II sobre terras indígenas sinalizou para os indígenas que outros empreendimentos na região ocorrem em detrimento ao reconhecimento das TI Munduruku. A próxima carta dos Munduruku tenta em poucas palavras demonstrar o quanto as terras são sagradas e fazem parte da cultura do povo, logo a falta de demarcação das terras por

¹⁷² Disponível em: <<https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/2014/11/24/carta-ii-da-autodemarcacao/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

parte do governo que permitiu outras hidrelétricas na bacia do Tapajós e a extração de ouro estão destruindo locais sagrados dos indígenas.

III CARTA DA AUTODEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO DAJE KAPAP EYPI

Aldeia Sawré Muybu, 28 de novembro de 2014

“Quando nós passamos onde porcos passaram, eu vi, eu tive uma visão deles passando. Eu tenho 30 anos. Quando eu era criança minha mãe me contou a história dos porcos. É por isso que devemos defender nossa mãe terra. As pessoas devem respeitar também. Todas as pessoas devem respeitar porque a história está viva ainda, estamos aqui, somos nós”, Orlando Borô Munduruku, aldeia Waro Apompu do Alto Tapajós.

Hoje, pela primeira vez durante a autodemarcação, chegamos ao local sagrado Daje Kapap Eypi, onde os porcos atravessaram levando o filho do Guerreiro Karosakaybu. Sentimos algo muito poderoso que envolveu todo nosso corpo.

Outra emoção forte que sentimos hoje foi ver nossa terra toda devastada pelo garimpo bem perto de onde os porcos passaram. Nosso santuário sagrado está sendo violado, destruído 50 pc's (retroescavadeiras) em terra e 5 dragas no rio. Para cada escavadeira, 5 pobres homens, em um trabalho de semiescravidão, explorados de manhã até a noite por 4 donos estrangeiros.

Primeiro o governo federal acabou Sete Quedas, no Teles Pires, que foi destruído pela hidrelétrica, matando o espírito da cachoeira. E agora, com seu desrespeito em não publicar o nosso relatório, acaba também com Daje Kapap Eypi.

Sentimos o chamado. Nosso guerreiro, nosso Deus, nos chamou. Karosakaybu diz que devemos defender nosso território e nossa vida do grande Daydo, o traidor, que tem nome: O governo Brasileiro e seus aliados que tentam de todas as formas nos acabar. Nós estamos lutando pela nossa demarcação há muitos anos, sempre que a gente vai pra Brasília a FUNAI inventa mentiras e promessas pra nos acalmar. Sabemos que a Funai faz isso para ganhar o tempo para construção da hidrelétrica do Tapajós, agora nós cansamos de esperar.

Sem chorar ou transformando as lágrimas em coragem, em Assembléia tomamos a seguinte decisão: A FUNAI tem três dias para publicar o nosso relatório e dar continuidade à demarcação, homologação e desintrusão da nossa terra.

Caso não sejamos atendidos, vamos dar continuidade ao trabalho da autodemarcação até o final. Por enquanto só estamos avisando os invasores que eles devem sair do nosso território, mas, se a Funai não fizer o que tem que ser feito, ou seja, publicar o nosso relatório e demarcar nossa terra, a mesma, com sua omissão, estará provocando um conflito com proporções inimagináveis entre Munduruku e invasores, que já é anunciado há muito tempo, com todas as denúncias de ameaças que estamos sofrendo¹⁷³.

A quarta carta foi escrita no período de ocupação do prédio da FUNAI. Os Munduruku descrevem como fizeram a autodemarcação e os rastros de ocupação indiscriminada na terra indígena por parte de madeireiros, palmiteiros e grileiros.

IV CARTA DA AUTODEMARCAÇÃO

11 de julho de 2015, aldeia Sawre Muybu, médio Rio Tapajós.

Nós Munduruku, do alto e médio Tapajós, estamos dando continuidade com a segunda etapa da autodemarcação IPI WUYXI IBUYXIM IKUKAP- DAJE KAPAP EYPI.

¹⁷³ Disponível em: < <https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/2014/11/30/iii-carta-da-autodemarcacao-do-territorio-daje-kapap-eypi/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Em cinco dias na floresta, concluímos seis pontos da autodemarcação e presenciamos rastros de destruição, feitos pelos ladrões invasores de nossas terras: madeireiros, palmiteiros e grileiros.

No segundo dia, acompanhando o rastro dos madeireiros, encontramos dificuldades para a alimentação, estávamos há dois dias sem encontrar caça. A gente sabe que onde há presença de zoadas de trator, de motosserra, e com a circulação de pessoas no ramal a caça fica extinta, esses animais não suportam sentir esse cheiro humano. Estamos falando a respeito disso em razão de presenciarmos essa cena durante a autodemarcação. Depois que a gente varou no ramal dos madeireiros, vimos uma trilha, uma ponte, que eles fazem para carregar madeira e palmito de açai. Vimos também a roça deles. Isso aqui é uma estrada para puxar madeira e palmito. Como a gente está autodemarcando agora, percebemos que está dentro da nossa área.

Estamos vendo aqui a destruição que o pessoal está fazendo no açaizal. Quem começa tudo isso são os madeireiros. Eles fazem o ramal e os palmiteiros vem atrás destruindo o açaizal. A gente estava preservando para tirar o açai para os nossos netos, estamos vendo que não temos mais quase nada na nossa terra. Daqui que a gente tira a fruta para dar o suco aos nossos filhos e agora estamos vendo a destruição. Sempre dizemos que o pariwat (branco) não tem consciência disso.

Por isso que estamos fazendo a autodemarcação, porque os pariwat estão destruindo as árvores, nós não fazemos ao modo deles. A intenção do pariwat e do governo federal é só destruir mesmo, e a intenção do indígena é preservar. Por que a gente preserva? Porque esse patrimônio foi dado a nós por nosso guerreiro Karosakaybu, a terra é a nossa mãe de onde tiramos nossa sobrevivência e onde podemos viver de acordo com a nossa cultura.

Daje Kapap Eypi é um lugar sagrado para todo o povo Munduruku, seja do alto ou médio Tapajós. Temos que preservar a nossa natureza, o nosso rio, os nossos animais e as nossas frutas, deixadas por Karosakaybu.

Estamos realizando a autodemarcação para mostrar que essa terra é nossa, para que os brancos respeitem a nossa terra. Queremos ter autonomia em nossa terra, queremos que nós, indígenas, possamos ser os fiscais e protetores dessa terra como sempre fomos. Continuamos aqui na autodemarcação e não sabemos o que vamos encontrar pela frente...Sawe!¹⁷⁴

Pela sequência dos fatos e o momento em que ocorreu entende-se que a autodemarcação é uma estratégia translocal; e pelo que se extrai das cartas e defendido por Molina (2017) os aspectos são muito além da defesa do território apenas, como se sobreviver bastasse e qualquer terra servisse; é, antes, pela existência do coletivo como tal e a persistência de seu modo de vida, indissociável da vida em sua terra.

13.5.9 Mapeamento da Vida

A “Nova Cartografia Social¹⁷⁵” foi um importante instrumento oriundo da comunidade científica, auxiliou tanto os Munduruku quanto as comunidades tradicionais do médio rio Tapajós. O projeto reuniu diversos financiadores como Fundação Ford, CNPQ e Fundo Amazônia para formar uma equipe de colaboradores composta por 19 doutores (em Antropologia, Direito, Geografia, Biologia, Sociologia e História), 14 doutorandos, 22 mestres,

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://autodemarcacaonotapajos.wordpress.com/2015/07/14/iii-carta-da-autodemarcacao-3/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

¹⁷⁵ Apresentação do Projeto Nova Cartografia Social em português do Brasil. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>>. Acesso em 22 out. 2018.

16 mestrandos, 7 especialistas, 12 bacharéis e 10 bacharelados. Participaram das oficinas de mapas mais de 1.800 agentes sociais entre março de 2005 e janeiro de 2009, mapeando movimentos sociais e reafirmando territorialidades específicas em diversos espaços na Amazônia. Nos croquis de mapas, destacaram-se conhecimentos detalhados sobre pontos de pesca, pedrais, remansos, cachoeiras e igarapés. Referências a cada rua, caminho, roça, quintais e casas com seus respectivos moradores apontam para as relações de afeto, intimidade e coletividade na criação e uso do território. Estes desenhos foram complementados por depoimentos que explicitaram, valorizações das relações de vizinhança e familiaridade entre os moradores.

O projeto realizou a “Oficina de Cartografia Social em Pimental¹⁷⁶” a pedido da Associação Comunitária de Pescadores e Moradores de Pimental. Cerca de trinta agentes sociais participaram da primeira etapa da atividade, realizada nos dias 6 e 7 de Fevereiro de 2015. Uma segunda oficina de mapas foi realizada no dia 4 de julho com a participação de mais de duas dezenas de agentes sociais e pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Na oficina, os trabalhos se concentraram no detalhamento do mapa da comunidade a partir de croquis e mapas elaborados na primeira oficina.

Outro importante trabalho de mapeamento a partir das atividades e costumes foi realizado com os Munduruku, com o apoio do *Greenpeace* em parceria com os Movimentos Ipereğ Ayü e Pariri, que segundo o Entrevistado 24, pertencente à ONG internacional, houve uma ampliação nos propósitos do projeto quando os indígenas quiseram incluir sua cosmovisão no mapa. “Uma das lideranças registrou o propósito do mapa:

O mapeamento é para nos defendermos, para defender tudo, para que o rio possa continuar do jeito que está, vivo, para a awaidip (mata) continuar viva. Para os que moram na mata continuarem do jeito que estão. O mapeamento é uma arma que temos para nos defender. De todas as formas, o governo tem tentado nos atrapalhar, nos enganar. Por isso que somos muitos: os pajés estão com a gente, os velhos, os contadores de história, aquele que sabe para que serve o rio, os professores, os alunos, as mulheres grávidas. Todos estão aqui. A mulher vai criar seu filho onde? Tem que ser em cima da ipi (terra). Agora que terminamos o mapeamento, vamos andar para defender isso. É por causa disso que andamos. Assim, esse mapeamento não vai ficar aqui, mas vai se ligar a todos, vai conectar todos os lugares para onde a gente existe. Partimos daqui para defender o Idixidi (rio Tapajós) inteiro. Não podemos parar com a demarcação. É dessa forma que temos que nos defender. Vamos esperar de braços cruzados, sentados, a água encher para alagar nossas terras? Não, nós temos que lutar, nos articular, ouvir nossos companheiros. Defendemos não só pra gente, mas para todos, não só na terra de Sawre Muybu, mas todo o território Munduruku.
Bruno Kaba – Chefe dos Guerreiros do povo Munduruku¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/oficina-de-cartografia-social-em-pimental-rio-tapajos-para/>. Acesso 09 ago. 2018.

¹⁷⁷ Disponível em: https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Tapajos/mapeamento/mapa_vr.pdf. Acesso em 11 ago. 2018.

todas as medidas administrativas e legislativas suscetíveis de afetar os povos indígenas no Brasil, em sintonia com o que tem sido construído no sistema Interamericano de Direitos Humanos e em outros países americanos. A consulta e consentimento seguem princípios, devendo ser livres, prévios e informados e a forma mais adequada são os protocolos de consulta, pois são eles que traduzem os institutos jurídicos à forma de decidir de determinado povo.

A elaboração dos protocolos de consulta segundo Grupioni (2017, p. 84) representa a oportunidade para que povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais se preparem para exercer o direito de serem consultados, decidindo livremente e de modo consensuado quem poderá falar por cada povo ou comunidade envolvida, qual a melhor maneira de se manter um diálogo com os representantes do Estado, de forma que todos se sintam representados e comprometidos com o que está sendo discutido, reflitam sobre quanto tempo e de que forma será possível construir consensos e garantir que os acordos a serem estabelecidos sejam cumpridos e tenham legitimidade. Ao serem formalizados, os protocolos são a definição explícita e pública de regras de representação, organização e acompanhamento de processos de tomada de decisões de cada povo, organização ou comunidade.

Os Wajãpi do Amapá foram o primeiro povo indígena do País a elaborar um protocolo próprio de consulta em 2014 e segundo Garzon et. al. (2016, p. 38) serviu de inspiração para a elaboração de dois outros protocolos de consulta, na região do Tapajós: o dos Munduruku e da comunidade tradicional Montanha e Mangabal. Outra inspiração seria de natureza política, pois houve por parte do Estado brasileiro, conforme apresentado no capítulo 12, a negação de direitos em cada categoria dos povos do médio Tapajós, que podem ser divididas em três: a) Munduruku, povos indígenas reconhecidos pelo Estado como sujeito de direitos da Convenção 169, mas sem reconhecimento de seu território; b) Beiradeiros de Montanha e Mangabal, que possuem reconhecimento de seu território, mas o Estado brasileiro nega serem sujeitos de direito conforme a Convenção 169 OIT; c) Ribeirinhos de Pimental (e outras comunidades), a quem nunca tiveram território reconhecido e o Estado brasileiro nega serem sujeitos da Convenção 169 OIT. As sucessivas negações fizeram tais povos construírem seus protocolos de consulta, cada grupo com diferentes apoiadores e dinâmica de trabalho que seguiu a cultura de cada povo, mas com o mesmo objetivo de proteção às terras contra investidas de madeiros, palmiteiros, garimpeiros e latifundiários, além dos atos comissivos e omissivos do Estado brasileiro.

Os Munduruku após a publicação¹⁷⁸ da Portaria MME nº 485, de 11 de setembro de 2014 agendando o leilão da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós para 15 de dezembro de 2014, contrariando a própria decisão judicial que exigia consulta prévia, tiveram a iniciativa de não esperar que o modelo da CCLPI viesse do Estado (de cima para baixo). No mesmo mês de setembro, realizaram reuniões e oficinas, junto com o MPF, teceram um documento em que pautavam, em detalhes, quem deveria ser consultado, onde a consulta deveria ocorrer, como e em que ritmo (Pica *et. al.*, 2016, p. 315). No dia 13 e 14 de dezembro de 2014, na aldeia Sai-Cinza, na Terra Indígena (TI) de mesmo nome “nascia” o Protocolo de Consulta Munduruku.

Envolvidos em quase todas as reuniões com os Munduruku pela aliança e identidade que estabeleceram com os indígenas, conforme já exposto, as comunidades de Montanha e Mangabal, mesmo após as negativas do Governo Federal, entenderam que deveriam ser reconhecidas como sujeitos coletivos dos direitos estabelecidos na Convenção 169 decidiram elaborar publicar seu “Protocolo de Consulta”:

Nós não somos invisíveis e não abrimos mão do nosso lugar. No passado, os grileiros diziam que ninguém vivia em Montanha e Mangabal, mas lutamos e conseguimos que nosso direito à terra fosse reconhecido. Agora, é o governo quem diz que não existimos e planeja construir barragens no rio Tapajós sem nem nos consultar. Mas sabemos que a lei garante nosso direito à consulta prévia e exigimos que ele seja cumprido. Aqui, neste beiradão, nós nascemos e nos criamos. Pegamos malária, enfrentamos as cachoeiras, cortamos seringa, caçamos gato, pescamos, fizemos nossas roças. Foi assim nossa vida. À beira do Tapajós, enterramos nossos pais e nossos filhos (Protocolo de Consulta Montanha e Mangabal, 2014).

Os ribeirinhos de Pimental demoraram um pouco a realizar o protocolo de consulta e fizeram junto com a comunidade de São Francisco, mas o documento lembra que deve haver a consulta de todos os ribeirinhos das comunidades como São Luiz do Tapajós e Palhal, e aldeias do povo Munduruku como Sawre Muybu, Dace Watpu, Sawre Juybu, Sawre Apompu, Karo Muybu; e ainda povo Apiaká, que deve ter seu direito de consulta respeitado. O Protocolo foi elaborado pelos próprios moradores em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Terra de Direitos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e foi lançado no dia 13 de janeiro de 2018, início a festividade São Sebastião, padroeiro da comunidade de Pimental

¹⁷⁸ O Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu revogar a Portaria MME nº 485, de 11 de setembro de 2014. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 17 de setembro de 2014. A revogação da Portaria, segundo o MME foi motivada pela necessidade de adequações aos estudos associados ao tema do componente indígena, conforme consta no site do citado Ministério: MME revoga portaria que definia diretrizes do leilão da UHE São Luiz do Tapajós. 16 set. 2014. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticias/-/asset_publisher/32hLrOzMKwWb/content/mme-revoga-portaria-que-definia-diretrizes-do-leilao-da-uhe-sao-luiz-do-tapajos;jsessionid=BD50342FFA82DA6FD9133C2255F1FCDC.srv155>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Querem arrancar nossas raízes, mas as nossas raízes são fortes, nossas raízes estão lá dentro, no fundo. Cada vez que tiram nossas raízes, a semente ela brota, ela cai, e cada vez nasce mais.

Alessandra Munduruku

A pesquisa confirma a hipótese de que fechada as estruturas de oportunidades políticas e jurídicas nos níveis nacional e internacional, a campanha transnacional logrou êxito ao agir desde baixo, em uma atuação com protagonismo local para alcançar o arquivamento do processo de licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós.

A evidência fático-legal é difícil sustentar-se sozinha, pois seria necessário atribuir fracasso do Ministério Público Federal em todas as outras causas em que atuou contra hidrelétricas construídas no rio Xingu, Madeira e Teles Pires. E as notícias e acompanhamentos processuais afastam alguma inoperância do órgão jurídico, tanto que o caso da UHE Belo Monte, o mais emblemático, quando houve até judicialização transnacional, expôs a fragilidade de proteção efetiva dos direitos humanos nos níveis doméstico e internacional.

Outra evidência fático-legal, é a utilização dos instrumentos jurídicos de suspensão de liminar e suspensão de segurança, que demonstram o quanto o Estado brasileiro é capaz de reverter em tribunais superiores decisões desfavoráveis em decisão de primeiro grau de justiça. A pressão realizada por órgãos de controle como IBAMA, ICMBio e FUNAI ao Poder Executivo Federal à época aconteceram muito em razão da cobrança feita pelos indígenas Munduruku, que exigiram demarcação de suas terras e respeito ao Protocolo de Consulta. O fato de a Eletrobras não ter respondido a tempo aos questionamentos do IBAMA coincide com a crise econômica que o país estava passando, o que esconde mais uma vez toda atuação da rede de ativismo transnacional e as táticas utilizadas na tentativa de obter do Estado a demarcação da terra indígena Sawré Muybu.

As evidências político-econômicas também são refutadas como concentradoras da força causal que originou o arquivamento, pois várias usinas hidrelétricas foram construídas no mesmo período como Santo Antônio, Jirau e Teles Pires.

A pesquisa demonstrou que a evidência agência-causal, observável a partir da campanha translocal foi capaz de influenciar o arquivamento do licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós quando: a) os Munduruku elaboram cartas abertas contrárias a construção de usinas hidrelétricas no alto e médio rio Tapajós; b) os movimentos sociais e povos

locais constroem o mesmo posicionamento contrário às usinas, o que pode ser visualizado não apenas nos fatos expostos ao longo da pesquisa, mas nos protocolos de consulta dos indígenas Munduruku, beiradeiros de Montanha e Mangabal e ribeirinhos de São Luiz e Pimental; c) ocupações dos canteiros de obra por parte dos Munduruku, o que sinaliza ao Estado brasileiro que não estão dispostos a fazer concessões ou trocas dos seus direitos às terras indígenas e consulta e consentimento livres, prévios e informados; d) pressão aos órgãos de controle para a demarcação da terra indígena Sawré Muybu, que culminou no pedido de demissão da presidente da FUNAI e exposição do governo federal às investidas ilegais nas terras indígenas Munduruku; e) início do processo de autodemarcação da terra indígena Sawré Muybu, o que demonstra o quanto os indígenas Munduruku possuem conhecimento dos direitos de autodeterminação ao mesmo tempo que sinalizam que esse era o papel do Estado; f) realização do “Mapa da Vida Munduruku” e da cartografia social em Pimental (PA), registrando a cosmovisão e a percepção que possuem do espaço, o que deve ser respeitado pelo Estado brasileiro a partir dos direitos consagrados na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT; g) audiências públicas, caravanas e seminários com a presença de órgãos legitimadores como o Ministério Público Federal, explicando os impactos e o descumprimento do Governo Federal quanto a realização da CCLPI.

O Poder Executivo herdou muitas estruturas que não foram profundamente modificadas em um governo que teve apoio das massas populares para chegar ao poder. O governo da ex-presidente Dilma ficou marcado por ser aquele onde caiu o número de delimitações de terras indígenas. A própria presidente foi ministra do Ministério de Minas e Energia e fez parte na elaboração de pautas relacionadas à área de minas e energia na plataforma do candidato Luís Inácio Lula da Silva em 2002.

As promessas de energia barata para povos da região, desenvolvimento e usinas plataformas de pequeno impacto são retóricas difíceis de serem sustentadas. O Estado modificou estratégias como convencimento antecipado dos benefícios das UHEs misturado a uma racionalidade de atuação e pressão de cerramento de estruturas de oportunidades políticas e jurídicas em nas três esferas: **(1)** Internacional – Diplomacia e Força do Estado; **(2)** Nacional – Desmonte das estruturas de oportunidades; **(3)** Repressão e controle social. Tal fechamento impôs aos povos do médio Tapajós estabelecer táticas de enfrentamento com intuito de reabrir as estruturas domésticas e acessar as estruturas internacionais.

O lugar onde parecia de maior tensão entre os indivíduos e baixa coesão era em Pimental, mas o trabalho da formação de lideranças realizado pelo Movimento de Atingidos por Barragens e Terra de Direitos permitiu que esses mantivessem contato com os moradores

da vila, que hoje são membros do MAB e participam de encontros regionais e nacionais. Os beiradeiros de Montanha e Mangabal estabeleceram uma aliança com os Munduruku que dificilmente será desfeita, logo é muito provável que também passem a aperfeiçoar estratégias de enfrentamento.

Os Munduruku possuem características que merecem destaque quanto a sua organização e coesão no posicionamento contrário as UHEs: a) possuem grande território, mas com unidade cultural entre os povos ao longo do alto e médio rio Tapajós; b) difusão do uso do protocolo de consulta, devendo qualquer empreendimento respeitar a Consulta e Consentimento Livres, Prévios e Informados (CCLPI); c) consciência política, que merece um estudo aprimorado, mas é possível apontar alguns fatores de origem: c.1) o curso Ibaorebu, que formou não apenas técnicos, mas indígenas conscientes do papel do Estado diante os indígenas; c.2) o interesse de jovens e adultos na qualificação contínua ao mesmo tempo que muitos não perdem suas tradições, ou seja, a formação não tem causado desaculturação, se não maior informação de outras áreas que agregam importantes conhecimentos e informações aos movimentos sociais indígenas Munduruku; d) a histórica e cultural prática guerreira do povo Munduruku, algo que se traduz não apenas simbolicamente em nomes que empregam aos movimentos sociais, mas às táticas que realizaram; e) decisões tomadas sempre coletivamente, o que impede processos de cooptação e rupturas do grupo.

Um estudo mais acurado, provavelmente, encontrará outros fatores que atribuem unidade política, social e territorial dos Munduruku, algo tão relevante para as estratégias da campanha. Os detalhes relatados nas entrevistas com ONGs nacionais e internacionais que tiveram maior aproximação com os Munduruku foram enfáticos em afirmar que a organização dos indígenas era algo diferenciado pela coesão na tomada de decisão, pensando sempre o coletivo.

Durante as entrevistas foi comum perguntarem como o trabalho poderia ajudar a campanha. É difícil traçar onde a rede poderia aperfeiçoar se ela logrou o êxito de obter o arquivamento do processo de licenciamento ambiental. Esse é um *feedback* que os povos do médio Tapajós parecem já estar aptos a perceber e as ONGs internacionais tem aperfeiçoado suas campanhas, sabendo qual instrumento utilizar, qual ator pressionar. Destacar pontos positivos pode no mínimo demonstrar que o caminho traçado foi satisfatório, um exemplo a ser seguido por outros movimentos sociais ou redes de ativismo.

O Ministério Público Federal, por exemplo, soube conduzir a criação do protocolo Munduruku e dos beiradeiros de Montanha e Mangabal diante a pressão do licenciamento da UHE Tapajós, com apoio dos recursos da Fundação Ford e a parceria com ONGs domésticas.

A *expertise* dos Entrevistados 1, 2 e 3 do Ministério Público Federal e outros do quadro do órgão jurídico demonstram a habilidade que possuem ao realizar o curso para criação dos protocolos de consulta. É certo que esse foi um anseio dos povos do médio rio Tapajós, mas é preciso destacar o trabalho realizado, pois tinham um tempo exíguo para realizar os cursos, superar distâncias que existem na região, além da complexidade da atividade, que consistiu em colocar a cosmovisão de um povo em um só documento.

A tese expôs que as ONGs internacionais não perderam importância. Aqui destaca-se a retroalimentação informacional do *Greenpeace*, que teve que reaprender a não assumir o protagonismo. Essa nem sempre é uma tarefa fácil e os motivos não são egoístas ou individualistas. Como expôs o Entrevistado 24 a mudança de centralidade da ação reconfigura toda uma *práxis* da ONG, que já possui estratégias próprias de enfrentamento.

A pesquisa inaugura um quinto tipo de estratégia a partir do que se observou de um conjunto de táticas identificadas dos povos do médio rio Tapajós: estratégias políticas translocais (*strategic translocal politics*). Trata-se de ações mais incisivas que sempre foram uma reação aos atos comissivos e omissivos de negação de direitos por parte do Estado brasileiro e, especificamente, quando envolve construção de usinas hidrelétricas em terras de povos tradicionais. As categorias e conceitos utilizados foram apenas uma tentativa de traduzir as ações Munduruku. Como toda tradução, existem riscos de não abraçar aspectos essencialmente culturais, por outro lado, é um avanço lançar mirada para outras formas de realizar protesto desde o local, que são capazes de relativizar o poder do Estado e devolver a pressão exercida pela economia internacional.

Existiu momentos de tensão entre os atores da rede, o que é corriqueiro e uma característica das redes de ativismo, afinal elas compartilham o que tem em comum, o que não quer dizer que não possa existir diferenças. Até mesmo nesse aspecto os Munduruku tiveram habilidade e fizeram orbitar em torno da causa indígena diferentes organizações, algo que foi também destacado nas entrevistas.

A teoria da rede de ativismo transnacional quando categorizou em quatro tipos de estratégias utilizadas pelas campanhas transnacionais não vislumbrou a possibilidade de estratégias de baixo para cima. O modelo apresentado é uma ruptura de fronteiras geográficas de conexão e influência ao internacional. É também de rupturas epistêmicas. A organização dos povos do Tapajós foi capaz de contar com apoio de organizações nacionais e internacionais e do Ministério Público Federal sem perder a característica de um movimento local.

A atuação em rede com os movimentos sociais do Norte embora sempre válida para a divulgação e importante “fator de atração” que facilita a atuação da rede no plano transnacional

(Tarrow, 2009; Sikkink, 2003) já não é tão indispensável para organização e atuação dos movimentos sociais do Sul, por isso aqui foi chamada de Sul-local ou Sul enraizado.

As ONGs internacionais do Norte recebem novas funções não menos importantes de mobilização de recursos financeiros, humanos, comunicacionais e de infraestrutura. A dependência estratégica dos movimentos sociais do Sul Global está diminuindo. A importância ainda se encontra como modo de divulgação e ampliação da rede, mas pelo que observou das estratégias as mais decisivas partiram diretamente do local. Muitos exemplos foram apontados como táticas genuinamente pensada pelos povos do médio rio Tapajós.

Quando os Munduruku, por exemplo, ocuparam os canteiros de obras da UHE Belo Monte e se aproximaram dos trabalhadores, estabeleceram uma aliança estratégica com quem realmente estava presente nas obras. O descaso relacionado às condições de trabalho fez os trabalhadores enxergarem um inimigo comum (mesmo que momentaneamente) e estabelecer apoio à causa indígena, pois perceberam que eles não estavam ali para destruir, tampouco era um ato desordeiro. Era muito organizado e pensado, com objetivos claros e pautas sérias. Os Munduruku souberam utilizar a aliança para demonstrar ao governo que estava explorando tanto indígenas (ameaçados a perder suas terras para grandes empreendimentos) quanto trabalhadores, que estavam em condições precárias de trabalho e baixos salários, principalmente se comparado ao retorno econômico para o Estado e empresas de tais empreendimentos.

Muito cientes do transnacionalismo normativo souberam em cada ação de força do Estado, reagir com protestos mais incisivos, como o aprisionamento temporário de pesquisadores. Sempre era feito um resgate a pauta jurídica. O Governo, por sua vez, ficou “moralmente constrangido” em agir com violência diante um grupo que está se colocando ao diálogo, e expondo que as medidas administrativas tomadas é um grito diante descumprimentos da própria lei por qual o Estado deveria ser o primeiro a proteger.

Ocorreram tentativas de atribuir aos Munduruku a característica de um povo que não está preparado para o diálogo. Por isso, decidiram ser tão rápidos na confecção do Protocolo de Consulta. Naquele momento estavam sendo acusados de não quererem o diálogo e a realização do protocolo arrefece o argumento de serem uma etnia indígena intransigente. Os protocolos de consulta dos povos do Tapajós tornaram-se um instrumento de defesa sofisticado, que consegue reunir as normas internacionais de consulta prévia previstas na Convenção 169, com a cosmovisão desses povos e tenta afastar as intenções de construção de barragens.

A pesquisa acredita que o caso contribui para teoria construtivista, via teoria da rede de ativismo transnacional. Quando se trata do local, em geral, observa-se a atuação medida por

movimentos sociais locais, onde um grupo seletivo representa todo o grupo. A experiência Munduruku apontou para uma perspectiva de atuação dos povos, onde todo indivíduo pode decidir, pois é necessário ouvir mulheres, jovens, velhos e crianças. Assim funcionam as assembleias Munduruku.

Os teóricos decoloniais auxiliaram em várias desconstruções, pois eles conseguem vislumbrar os saberes produzidos desde o sul. Assim como a criação de instrumentos e técnicas de agricultura e pesca devem ser percebidos como parte da tecnologia indígena, posto que existe sofisticação, método, ancestralidade e saber humano; assim devem ser vistas as táticas realizadas pelos Munduruku e povos do médio rio Tapajós, onde reside a “ecologia de saberes” (Santos, 2014), ou seja, diversos tipos de conhecimento produzidos por grupos marginalizados, que podem estar no sul ou norte globais.

Os Munduruku saíram de suas terras e foram até a Bacia do Xingu para entender como o Estado brasileiro e empresas consorciadas atuam quando pensam em construir determinado empreendimento. Não foram ONGs internacionais ou movimentos sociais locais apenas que levaram informação. Houve desde o início a percepção de ocupar espaços físicos, mas principalmente o protagonismo das ações.

A leitura decolonial do fenômeno observa também que o Estado não modificou suas formas de ver e explorar a região desde a chegada dos primeiros europeus no continente. Existe um encontro de intenções e interesses políticos e econômicos em escalas local (Pará 2030), nacional (PAC2), regional (IIRSA) e internacional (demanda chinesa), sempre forjando o pensamento de que a construção de hidrelétricas na Amazônia é algo urgente. Os sofisticados procedimentos e processos normativos rigorosos que norteiam a construção de uma usina hidrelétrica são atropelados pela vontade de uma elite econômica, apoiada por alguns burocratas do Estado em obter dividendos a qualquer custo, inclusive socioambiental.

A teoria tem se renovado para observar um novo ecossistema (Evans e Rodríguez-Garavito, 2018) de ativismo transnacional. As mudanças ocorreram essencialmente pela nova ordem multipolar, quando não existe apenas um Estado do Norte desenvolvido como alvo; e pela acelerada revolução tecnológica que encurta espaço, distância e recursos. A análise de casos tanto de sucesso quanto de fracasso da atuação das redes de ativismo na última década tem demonstrado uma nova configuração: a) maior atuação estratégica dos movimentos sociais domésticos, como protocolos de consulta e cartografias sociais; b) menor dependência de Organizações Não-Governamentais internacionais; c) melhor deslocamento de recursos das agências financiadoras; d) participação estratégica dos movimentos nacionais como intermediador dos recursos internacionais e comunicação com as necessidades locais.

A partir de 1988 o número de normas domésticas e tratados internacionais ratificados juntamente com as instituições criadas, fazem do Brasil um modelo a ser seguido, que apesar da violência ainda gerada por questões agrárias, a mais conhecida de todas, o assassinato do extrativista de látex Chico Mendes, demonstrava ser um país preocupado com as questões socioambientais. Maior foram as esperanças de ambientalistas com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder ao imaginar que algumas práticas autoritárias seriam deixadas e esquecidas na Ditadura. A prevalência de alguns ministérios em detrimento de outros, que pode ser traduzida em sistema político-econômico (implementação das obras do PAC) se sobressaindo ao sistema jurídico (garantia das normas transnacionais de direitos socioambientais), coloca o país em uma espécie neodesenvolvimentista.

Henri Coudreaux, o primeiro a perceber o potencial hidrelétrico na região, curiosamente faleceu para onde aponta a próxima fronteira de exploração, no dia 6 de Maio de 1859 na altura da cachoeira Porteira, nas proximidades da embocadura do Mapuera com o Trombetas, no Estado do Pará, às dezoito horas do dia 9 de Novembro de 1899. Passados exatamente 120 anos é para lá que os olhos de ativistas e pesquisadores deverão se voltar. O atual governo de Jair Bolsonaro tem demonstrado o interesse em explorar a região da Calha Norte com uma usina hidrelétrica no Rio Trombetas - Cachoeira Porteira (PA); ponte sobre o Rio Amazonas, a partir de Óbidos (PA); e continuação da BR-163 que termina em Santarém (PA) para avançar até o Suriname. Comunidades indígenas e quilombolas já se organizam na região para discutir suas estratégias de enfrentamento. Portanto, a região do Tapajós que seria um lugar de chegada como fronteira agrícola da soja, bacia hidrográfica com grande potencial hidroenergético, projetos de infraestrutura e de histórica exploração mineral (principalmente ouro) tem demonstrado ser apenas um local de passagem.

Existem indícios que o Estado brasileiro volte à discussão de projetos hidrelétricos no médio rio Tapajós. Tanto o setor burocrático energético, quanto os atores da rede de ativismo acreditam que o arquivamento do projeto da UHE São Luiz do Tapajós foi uma vitória temporária da campanha. O evento 12 que participei na ANEEL cogitou-se os avanços dos estudos de impacto ambiental da UHE Jatobá e a retomada da discussão de São Luiz do Tapajós. É nítido como percebem a questão indígena como um entrave burocrático, que precisa ser superado. É difícil acreditar que conseguirão persuadir os povos do médio rio Tapajós por toda organização que criaram para impedir a construção de barragens sem a devida consulta e consentimento. Novas táticas do governo também poderão emergir, provavelmente, por meio da força. E a elas também encontram resistências. (Re) existências translocais.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. **Conflitos, mobilizações e participação institucionalizada**: a relação entre a sociedade civil e a construção de grandes obras de infraestrutura. Texto para discussão (IPEA), v. 2231, p. 07-45, 2016.

ADORNO, S.; CARDIA, N. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (Org.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social = The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: a partnership for social change. São Paulo, Rio de Janeiro: EDUSP, Fundação Ford, 2002.

AGUIAR, Diana. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul**: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, FASE, v. 1, 2017.

AIDA (*Interamerican Association for Environmental Defense*). *The false promises of hydropower: how dams fail to deliver the Paris Climate Agreement and the UN Sustainable Development Goals*. Paris, 13 mai. 2019. Disponível em: <https://aida-americas.org/sites/default/files/publication/Statement_False%20Promises%20of%20Hydropower_5-13-2019.pdf>. Acesso em:

AKITO, M et. al. *Reevaluation of Minamata Bay, 25 years after the dredging of mercury-polluted sediments*. **Marine Pollution Bulletin**, v. 89, p. 112-120, 2014.

ALARCON, Daniela F.; MILIKAN, Brent; TORRES, Mauricio. “Saída pelo Norte”: A articulação de projetos de infraestrutura e rotas logísticas na bacia do Tapajós. In: **Ocekadí**: violações e impactos do complexo hidrelétrico do Tapajós. Brasília: *International Rivers*, p. 43-78, 2016.

ALBUQUERQUE, Marconi C; GOMES NETO, José M. W. O conceito de economia pública e sua possibilidade de violação por ato judicial. In: GOMES NETO, J. M. W.; CARVALHO NETO, E. R. (Org.). **Príncipes e pretores**: política e direito sob a ótica dos pedidos de suspensão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 143-161, 2012.

ALENCAR, A. et al. *Deforestation scenarios in the area of influence of the Tapajós Hydropower Complex, State of the Amazon: Freshwater Connectivity and Ecosystem Health, 2015*. Disponível em: http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2015/12/TapajosIPAM_2015.pdf. Acesso em 20 jan. 2017.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *The formation of the Brazilian environmental movement*. **IDS Working Paper 259**. Brighton, November, 2005.

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 743-753, Dez. 2009

ALVES, D.T. **Ocupação indígena na foz do rio Tapajós (3260-960 AP)**. Estudo do sítio do Porto de Santarém – Baixo Amazonas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPA, 2012.

ANDERSEN, Ellen Ann. *Out of the closets and into the Courts: legal opportunity structure and gay rights litigation*. Michigan: University of Michigan Press, 2004.

ANICAMA, Cecília. *Las responsabilidades del Estado para regular y judicializar las actividades empresariales en el marco del Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Informe sobre la Convención Americana de Derechos Humanos*. 2007. Disponível em: <<https://www.business-humanrights.org/sites/default/files/reports-and-materials/Anicama-responsabilidad-del-estado-bajo-sistema-interamericano-abr-2008.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2016.

ANJOS, Marialvo Paiva dos (Presidente da Associação de Moradores das Comunidades de Montanha e Mangabal). **Carta de apoio aos Munduruku que ocupam Belo Monte**. 28 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2013/05/29/ribeirinhos-do-tapajos-enviam-apoio-a-ocupacao-de-belo-monte/>>. Acesso em 02 ago. 2018.

ASSIS, Eneida Corrêa de. **Direitos Indígenas num Contexto Interétnico**: quando a democracia importa/ Eneida Correa de Assis. – Rio de Janeiro, RJ: [s.n]. Tese de Doutorado. Instituto Universitário do Rio de Janeiro – IUPERJ. 2006.

BALDI, M.; LOPES, F. D. **Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança**: uma análise das diferentes contribuições. Revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro. p. 1007-1035, Setembro / Outubro, 2009.

BARAÚNA, Gláucia M. Q. **Atingidos por barragens**: conflitos socioambientais no Rio Madeira. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Amazonas, Museu Amazônico, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 338 p., 2014.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 31, n. 89, p. 51-60. Abr., 2017.

BARP, Wilson José. ARAUJO NETO, José Carlos de. Geodiversidade da Reserva Garimpeira do Tapajós: desafios para uma gestão territorial de desenvolvimento sustentável. **IV Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus, 19 a 22 de set. 2016. Disponível em: <<https://even3.azureedge.net/processos/GeodiversidadedaReservaGarimpeiradoTapajsWilsonBarpJosCarlos.630c748d6a2740038186.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2017.

BARRETO, P. et. al. O risco de desmatamento associado a doze hidrelétricas na Amazônia. In: Souza Júnior, Wilson C. (org). **Tapajós**: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular. São José dos Campos, ITA/CTA, pp. 133-146, 2014.

BARROSO, Luís R. Retrospectiva 2008. Judicialização, ativismo e legitimidade democrática. Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE). Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº. 18, abril/maio/junho, 2009. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BARROS-PLATIAU, Ana F. **Novos Atores, Governança Global e o Direito Internacional Ambiental**. Texto apresentado no II Seminário Internacional de Direito Ambiental, Belém, maio de 2003.

BARROS-PLATIAU, Ana F.; VARELLA, Marcelo D.; SCHLEICHER, Rafael T. **Meio ambiente e relações internacionais**: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Rev. Bras. Polít. Int.* 47 (2), pp. 100-130, 2004.

BARTHEM, Ronaldo; FERREIRA, Efrem; GOULDING, Michael. As migrações do jaraqui e do tambaqui no rio Tapajós e suas relações com as usinas hidrelétricas. In: **Ocekadí**: violações e impactos do complexo hidrelétrico do Tapajós. ALARCON, Daniela F.; MILIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (orgs.). Brasília: *International Rivers*, p. 479-494, 2016.

BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília/UNB, Paris: ORSTOM, p. 60-89, 1988.

BECKER, Bertha. *Undoing Myths: the Amazon – an urbanized forest*. In: CLÜSENER-GODT, M & SACHS, I. **Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region**. Mad and Biosphere Series. Paris, Unesco, vol. 15, p. 53-89, 1995.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (Ed.). **Process-tracing: from metaphor to analytic tool**. Cambridge: Cambridge University Press. (Strategies for Social Inquiry), 2015.

BERMANN, Célio. A Privatização da Produção de Energia na Amazônia: Cenários Prováveis, Conflitos Possíveis, Traumas Irreversíveis. In: Magalhães, S.B.; Britto, R.C.; Castro, E.R.. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ. v. I. p. 15-25, 1996.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil**: para quê? Para quem? São Paulo: Editora Livraria da Física, 2003.

BERMANN, Célio. Crise ambiental e as energias renováveis. **Ciência e Cultura**, v. 60, p. 20-29, 2008.

BEZERRA, Oswaldo; VERÍSSIMO, Adalberto; UHL, Christopher. **Impactos da garimpagem de ouro na Amazônia Oriental**. Série Amazônia n. 02. Belém: Imazon, 1998.

BICKFORD, Louis. *Convergence towards the Global Middle: An Emerging Architecture for the International Human Rights Movement*. **openDemocracy**. 19 jan. 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/louis-bickford/convergence-towards-global-middle-emerging-architecture-for-internat>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BICKFORD, Louis. *Transnational Advocacy and Human Rights Activism at the Global Middle*. p. 72-90. In: EVANS, Peter; GARAVITO, César Rodriguez (orgs). **Transnational Advocacy Networks: twenty years of evolving theory and practice**. Dejusticia Series, Bogotá, 2018.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, Neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, Set. 2013.

BORBA, E.N. **Energia hidrelétrica e seus principais riscos hoje no Brasil**: o caso das PCH's. Trabalho de conclusão de Curso. Curso de Engenharia Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL, ANA. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: regiões hidrográficas brasileiras – Edição Especial. 163 p. Brasília: ANA, 2015.

BRASIL, IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Parecer Técnico nº 014/2017 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**. 221 p. Brasília, 2007.

BRASIL, IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Processo nº 02001.003643/2009-77**. Processo de Licenciamento Ambiental da UHE São Luiz do Tapajós. Interessado: Centrais Elétricas do Norte do Brasil. 2.031 fls., 2016.

BRASIL, MMA (Ministério do Meio Ambiente e Recursos Renováveis). **Caderno da Região Hidrográfica Amazônica**. Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 124 p., 2006.

BRASIL, MMA (Ministério do Meio Ambiente e Recursos Renováveis). Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH). **Resolução nº 32**, de 15 de outubro de 2003.

BRASIL, MMA-ICMBio. Instituto Chico Mendes. Nossas competências. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/nossascompetencias>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL, MME/EPE. Ministério de Minas e Energia/Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia 2030**. 12 V. Brasília, 2007.

BRASIL, MME/EPE. Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2019**. 319 p. Brasília, 2010.

BRASIL, MME/EPE. Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020**. 319 p. Brasília, 2011.

BRASIL, MME/EPE. Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2021**. 386 p. Brasília, 2012.

BRASIL, MME/SPE. Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. **Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas**. 686 p. Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Ação Civil Pública. Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000087/2009-91 – Procuradoria da República em Santarém.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Ação Civil Pública. Inquérito Civil Público nº 1.23.008.000034/2015-69 – Procuradoria da República em Itaituba. 17 nov. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Agravos de Instrumento na Ação Civil Pública nº. 3883-98.2012.4.01.3902. – Procuradoria da República em Santarém 04 abr. 2013.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília: DF: Senado, 1988.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio ambiente. **Resolução 001/86**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Publicada em 17.02.1986. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio ambiente. **Resolução 006/87**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica. Publicada em 22.10.1987. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=57>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL, MME - Ministério de Minas e Energia. **Resolução 002/2001**. Dispõe sobre o reconhecimento do interesse estratégico da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Publicada em 18.09.2001. Disponível em http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/conselhos_comite/CNPE/resolucao_2001/Resolucao02.pdf. Acesso em: 04 jan. 2016.

BRASIL, MME - Ministério de Minas e Energia. **Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas** – MME/CEPEL. 684 p. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

BRASIL, MME - Ministério de Minas e Energia. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução CNPE nº 3**. Indica os projetos de geração de energia elétrica denominados Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jardim do Ouro e Chacorão como projetos estratégicos de interesse público, estruturantes e prioritários para efeito de licitação e implantação, e dá outras providências. Publicado em: 27 mai. 2011.

BRASIL, MME. Ministério de Minas e Energia. Desenvolvimento de Aproveitamentos Hidrelétricos sob o Conceito de Usina Plataforma. Brasília, 2013.

BRASIL, MPF. Ministério Público Federal. **O projeto da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós e as violações aos direitos do povo indígena Munduruku**. Documento preparado pelo Ministério Público Federal para reunião com a relatora especial sobre direito dos povos indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz. Altamira. 15 mar. 2016.

BRASIL. Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm. Acesso em: 09 dez. 2016

BRASIL. Lei 4.348, de 26 de junho de 1964. Revogada pela Lei 12.016 de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4348.htm. Acesso em: 09 dez. 2016.

BRASIL. Lei 8.437, de 30 de junho de 1992. Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8437.htm. Acesso em: 09 dez. 2016

BRASIL. Lei 9.494, de 10 de setembro de 1997. Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9494.htm>. Acesso em: 09 dez. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 75, de 20 maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp75.htm>. Acesso em 12 dez. 2016.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Agenda com o Ministro Gilberto Carvalho em Brasília**. Brasília, 29 mai. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgRg na MC 9.866/SP, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 02.06.2005, DJ 01.07.2005, p. 365.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio ambiente. Resolução 006/87. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica. Publicada em 22.10.1987. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=57>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Relatório final PAC 2- 2011-2015**. 2015. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>. Acessado em: 09 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. 2014. Informação nº249/COEP/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ. Brasília, 25 set, 2014.

BRASIL, MT. Ministério dos Transportes. **Plano Hidroviário Estratégico 2013**. Sumário Executivo. 74 p. Brasília, 2013.

BRASIL, PPI. Programa de Parcerias de Investimentos. Programa de Concessão de Ferrovias Federais. Concessão da Ferrogrão: Trecho Sinop/MT a Itaituba/PA. EF-170/MT/PA. Brasília, 2019.

BRASIL. Presidência da República. 2011. PAC-2 Relatórios. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 17 fev. 2016

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Revista Política e Sociedade**. Vol. 10, n. 18, p. 51-73, 2011.

BRITZKE, Ricardo; SENHORINI, José A. Inventário da ictiofauna no rio Tapajós. Relatório interno. Centro de Pesquisa e Treinamento em Aquicultura. Pirassununga, 2011.

BRUM, Eliane. A não gente que não vive no Tapajós: A extraordinária saga de Montanha e Mangabal, da escravidão nos seringais à propaganda do governo que pretende botar uma hidrelétrica na terra que habitam há quase 150 anos. **El País**. 15 set. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/15/opinion/1410784316_802493.html>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um Terceiro Enigmático**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 87-90.

CARDOSO, Alfrio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. **Tempo**. Niterói. v. 21, n. 37, p. 116-133, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042015000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 7 jun. 2017.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

CARDOSO, E.; FANTI, F. **Movimentos sociais e direito**: o poder Judiciário em disputa. In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodriguez. (Org.). *Manual de Sociologia Jurídica*. 1ed. São Paulo: Saraiva, p. 237-254, 2013.

CASAL, Manuel Aires. **Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil**, Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817

CASE, Rhonda E.; GIVENS, Terri E. *Re-engineering legal opportunity structures in the European Union? The starting line group and the politics of the racial equality directive*. *Journal of Common Market Studies*, v. 48, n. 2, p. 221 -241, 2010.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-62, Abr. 2012.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. 2 ed. rev. amp. Brasília: FUNAG, 2016.

CASTROVALVAS, Frei Pelino de. **O rio Tapajós, os capuchinhos e os índios mundurucus (1871-1883)**: a cura de frei Rogério Beltrami. São Luís, Lithograf, 2000.

CAVALCANTI, Mozarildo. **Projeto de Decreto Legislativo nº 19** (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós). Brasília: Senado Federal, março de 1999.

CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos Indígenas no Brasil 1987 / 88 / 89 /90**. Sério Aconteceu Especial, nº 18. São Paulo: CEDI, 1991.

CEPEL. **Metodologia para o Desenvolvimento e Implantação de Projetos de Usinas Hidrelétricas sob o Conceito de Usinas-Plataforma**. Relatório Técnico nº 11662/2016. Rio de Janeiro, 182 p., 2016.

CETRA, Raísa O. VENTURA, Deisy. O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: de Maria da Penha à Belo Monte. In: Seminário Internacional “Limites e Possibilidades da Justiça de Transição – Impunidade, Direitos e Democracia”. 2012, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 2012.

CHRISTENSEN, Isabella. *Transnational Advocacy Networks in the International System: Lessons from Ecuador*. Saarbrücken: Verlag Dr. Müller, 2008.

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Medida Cautelar 382/10 – Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará, Brasil**. 01.04.2011. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>. Acesso em: 02 jan. 2012.

CMB, Comissão Mundial de Barragens. **Estudos de caso da Comissão Mundial de Barragens: Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil) – Relatório Final.** África do Sul, 2000.

CNEC *Worley Parsons* Engenharia, S.A. EIA: AHE São Luiz do Tapajós; Estudo de impacto ambiental, aproveitamento hidrelétrico São Luiz do Tapajós. CNEC (Consórcio Nacional dos Engenheiros Consultores), São Paulo, SP. 25 Vols. + anexos. 2014. Disponível em: http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/São%20Luiz%20do%20Tapajos/EIA_RIMA Acesso em 03 fev. 2018.

COELHO, A.LN. Geomorfologia Fluvial de rios impactados por barragens. **Caminhos de Geografia.** Uberlândia v. 9, n. 26 p. 16 – 32, 2008.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil.** Programa de governo 2002, coligação Lula Presidente, Belém, multigr., set. 2002, 34 pp. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/olugardaamazonianodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

COLLIER, D. *Understanding Process Tracing.* **Political Science and Politics.** v. 44, n 4, 2011, p. 823-830.

CONDREAUX, Henri Anatole. **Viagem ao Tapajós:** 28 de julho de 1895 – 7 de janeiro de 1896. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1897.

CUNHA, Larissa Carreira. Poder e Conflito nas Políticas de Infraestrutura Energética: Análise dos Textos de Comunicação Produzidos no Planejamento de Hidrelétricas no Oeste do Pará. **InterEspaço:** Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 2, p. 175-195, 2016.

CUNHA, Eleonora Schettini Martis Cunha; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. **Process Tracing nas Ciências Sociais:** Fundamentos e Aplicabilidade, Enap. Brasília: Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2018.

DA SILVA, J. M. C. *et al.* *The fate of the Amazonian areas of endemism, Conservation Biology.* **Wiley for Society for Conservation Biology Stable.** vol. 19, n. 3, p. 689-694 Jun. 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3591055>. Acesso em 18 abr. 2015.

DATAFOLHA. Para moradores de Altamira, Belo Monte trouxe renda e problemas. **Instituto de Pesquisas Datafolha,** Opinião Pública. São Paulo, 10 jan. 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/12/1386247-para-moradores-de-altamira-belo-monte-trouxe-renda-e-problemas.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2014.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction.** Second Edition. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DEROSSO, G.S; ICHKAWA, E.Y. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Rev. Ambiente e Sociedade.** v. XVII, n, 03. p. 97-114, 2014.

DHESCA BRASIL, Plataforma. Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do rio Madeira. Relatório Preliminar de Monitoramento. **Relatoria Nacional para o Direito Humano**

ao Meio Ambiente. Relatores José Guilherme Carvalho Zagallo e Marijane Vieira Lisboa. Curitiba, 2011.

DIANI, Mario. *Green networks: A structural analysis of the Italian environmental movement.* Edinburgh, University Press Ltd, 1995.

DINIZ, S.; RIBEIRO, C. Acordos internacionais e controle parlamentar no Brasil. In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 37, out. 2010. p. 75-92.

DUARTE, Gabriel Guerra. A internacionalização do confronto: dinâmicas de protestos para além das fronteiras. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 64-79, 2013.

DUBEUX, Rafael Ramalho. **Desenvolvimento e mudança climática:** estímulos à inovação em energia de baixo carbono em países de industrialização tardia (1997-2014). 2015. xvi, 349 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DUTRA, Manuel. **O Pará dividido:** discurso e construção do Estado do Tapajós. Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado, 1999.

ECOLOGY BRASIL E GRUPO DE ESTUDOS DO TAPAJÓS. **Avaliação Ambiental Integrada (AAI).** Etapa 01 – Diagnóstico Socioambiental e Conflitos, jul. 2014. Disponível em: <http://www.grupodeestudostapajos.com.br/avaliacao-ambiental-integrada-da-bacia-do-rio-tapajos-3/>. Acesso em 14 jun. 2016.

ELETOBRAS, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. **Relatório de Impacto Ambiental AHE São Luiz do Tapajós.** Elaborado por CNEC WorleyParsons Engenharia S/A, 2013. Disponível em: http://www.grupodeestudostapajos.com.br/site/wp-content/uploads/2014/08/RIMA_SLT.Pdf. Acesso em: 05 fev. 2017.

ELETOBRAS, Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; DNAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica. **Instruções para Estudos de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos.** 1997. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Manuais-e-Diretrizes-para-Estudos-e-Projetos.aspx>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ESCADA, M. I. S.; ALVES, D. S. Mudanças de Uso e Cobertura do Solo na Amazônia: Impactos Sócio-Ambientais na Ocupação de Regiões de Fronteira Agrícola. [s.l.]: INPE. dez.2001. 45p. (Relatório técnico do Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas Ação “Métodos, modelos e geo-informação para a gestão ambiental”).

EBERS, M.; OLIVER, A. L. *Networking network studies: an analysis of conceptual configuration in the study of inter-organizational relationships.* *Organization Studies*: Berlin. v. 19, n. 4, p. 549-583, 1998.

ECHART, Enara Muñoz. Uma visão crítica da cooperação Sul-Sul: práticas, atores e narrativas. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 241, p. 392-417, set. 2017. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/341/313>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John; PEREIRA, Paulo Rodrigues Fernandes. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. p. 289-336. In:

JAGUARIBE, Anna (org.). *Direction of Chinese Global investments: implications for Brazil*. Brasília, FUNAG, 2018.

EVANS, Peter; GARAVITO, César Rodriguez (org). *Introduction: Building and Sustaining the Ecosystem of Transnational Advocacy*. In: *Transnational Advocacy Networks: twenty years of evolving theory and practice*. Dejusticia Series, Bogotá, 2018.

FALLETI, Tulia G. *Process tracing of extensive and intensive processes*. *New Political Economy*. v. 21, n. 5, p. 455-462, 2016.

FEARNSIDE, Philip M. **As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa**. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 12, n. 2, p. 5-56, dez. 2009.

FEARNSIDE, P.M. *Carbon credit for hydroelectric dams as a source of greenhouse - gas emissions: The example of Brazil's Teles Pires Dam*. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. v. 18, n.5, p. 691- 699, 2013.

FEARNSIDE, P.M. *Amazon dams and waterways: Brazil's Tapajós Basin plans*. *Ambio*. 44: 426-439, 2015a.

FEARNSIDE, Philip M. *Brazil's São Luiz do Tapajós Dam: The art of cosmetic environmental impact assessments*. *Water Alternatives*. v. 8, p. 373-396, 2015b.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. 2 vol. Manaus: Editora do INPA, 2015c.

FILIPPIN, Rafael Ferreira. *A construção das hidroelétricas como afronta aos direitos das comunidades rurais*. In: FRIGO, Darci; PRIOSTE, Fernando; ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sergio. **Justiça e direitos humanos: experiências de assessoria jurídica popular**. Curitiba: Terra de Direitos, p. 145-180, 2010.

FINNERMORE, M. *National interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Pres, 1996.

FINNERMORE, M. & SIKKINK, M. *Taking Stock: The Constructivism Research Program* In: *Annual Review of Political Science*. v. 4, p. 391-416, 2001.

FU, Teng. *Dams and Transnational Advocacy: Political Opportunities in Transnational Collective Action*. Washington, DC: Catholic University of America, 2009.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo. Saraiva, 2013.

FVPP (Fundação Viver, Produzir, Preservar). **A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/PDA/PPG7**. Série Sistematização, VII. Brasília: MMA, 2006.

GAMSON, Willian A; MEYER, David S. *Framing political opportunity*. In: *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (orgs.). Cambridge University Press, NovaYork, p. 275-290, 2008.

GARCÍA SEGURA, Caterina. *La evolución del concepto de actor en la teoría de las relaciones internacionales*. Papers, 40, pp. 13-31, 1992.

GARZON, B. R; YAMADA, E.M; OLIVEIRA, R. **Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica – RCA ; Washington, DC: *Due Process of Law Foundation*, 2016.

GOMES NETO, José M. W. *et. al.* Quem controla os controladores? Pedidos de suspensão no Supremo Tribunal Federal e o papel dos ministros presidentes no controle do ativismo dos demais órgãos judiciais. In: GOMES NETO, J. M. W.; CARVALHO NETO, E. R. (Org.). **Príncipes e pretores: política e direito sob a ótica dos pedidos de suspensão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 27-44. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOLAFSHANI, Nahid. *Understanding Reliability and Validity in Qualitative Research*. **The Qualitative Report**, v. 8, n. 4, 597-606, 2003.

GREENPEACE BRASIL. **A luta pelo rio da vida**. 2015. Disponível em: http://Greenpeace.org.br/tapajos/docs/a_luta_pelo_rio_da_vida.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

GREENPEACE BRASIL. **Hidrelétricas na Amazônia: um mau negócio para o Brasil e para o mundo**. São Paulo: 2016. Disponível em: https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2018/07/relatorio_hidreletricas_na_amazonia.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. p. 455-491. In: **Epistemologias do Sul**. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

GRUPO DE ESTUDOS DO TAPAJÓS. **Diálogo Tapajós**. Disponível em: <http://www.grupodeestudostapajos.com.br/comunidade>. Acesso em: 14 jun. 2016.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Protocolos de consulta: Elaboraões Indígenas do Direito de Consulta no Brasil. p. 83-85. In: **Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016**. RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (ed.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

HAAS, Peter. *Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination*. In: **Knowledge, Power and International Policy Coordination**. Vol. 46, No. 1, p. 1-35, Inverno, 1992.

HAIR Jr.; JOSEPH F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto alegre: Bookman, 2009.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. Trad. Gabriel Cambraia Neixa e Lisa Katharina Grund. Campinas. Editora Unicamp, 2017.

HART, C.F. Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. Archivos do Museu Nacional. Vol. VI 1-174. Rio de Janeiro: Typ e Lith. Economica de S.C Rodrigues, J.B **Antiguidades do Amazonas III. Ensaio de Sciencia, vol. III**, 1885.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Governing Globalization: power, authority and global governance*. Cambridge. Polity Press, 2002.

HELD, David; GOLDBLATT, David; e PERRATON, Jonathan. *Transformaciones Globales: política, economia y cultura*. México D.F.: Oxford México, 2002.

HEMMING, John. *Die If You Must – Brazilian Indians in the Twentieth Century*. London; Pan Macmillan, 2003.

HILSON, Chris. *New social movements: the role of legal opportunity*. *Journal of European Public Policy*. v. 9, n. 2, p. 238 -255, 2002.

HOCHSTETLER, Kathryn; TRANJAN, Ricardo J. *Environment and consultation in the Brazilian democratic developmental state*. *Comparative Politics*. v. 48, n. 4, p. 497-516, 2016.

IBGE. **Mapa integrado dos zoneamentos ecológico-econômicos dos Estados da Amazônia Legal**. (sem data). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc5.shtm. Acesso em: 20 dez. 2016.

IEA, CEPEL, MME. *Hydropower Technology Roadmap. Technical Report*. Paris, França, 61p, 2012.

IEA (International Energy Agency). *Secure Sustainable Together. Electricity information: overview. Statistics*, 2018.

IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária). **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso**. 2019. Disponível em: http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/relatorios-mercado/R405_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_MT_e_Outlook_Portugu%C3%AAs.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

INOUE, Cristina Y. A. **Construção do conceito de regime global de biodiversidade e estudo do caso Mamirauá**. O papel da comunidade epistêmica da biologia da conservação em experiências locais que visam conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, 335 p., 297 mm. Tese de Doutorado em Política e Gestão Ambiental – Universidade de Brasília, 2003.

INOUE, Carlos E.N.; SOUSA JÚNIOR, Wilson C.; PAVANI, Bruna F. Energia, estradas, mineração: efeitos sinérgicos de projetos de infraestrutura na região do médio e baixo Tapajós. In: Souza Júnior, Wilson C. (org). **Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular**. São José dos Campos, ITA/CTA, pp. 133-146, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), sem data. Mapa integrado dos zoneamentos ecológico-econômicos dos Estados da Amazônia Legal. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc5.shtm. Acesso em 20 abr. 2015.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

JANUÁRIO, A.C.V. **O mercado de energia elétrica de fontes incentivadas: proposta para sua expansão e implicações na câmara de comercialização de energia elétrica**. Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica- USP, 2007.

JATOBÁ, D. **Teoria das Relações Internacionais**. Temas essenciais em Relações Internacionais. 1a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

KHAGRAM, Sanjeev. ***Dams and Development: Transnational Struggles for Water and Power***. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2004.

KAGRAHM, Sanjeev. RIKER, James. SIKKINK, Kathryn. From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups. In: ***Restructuring World Politics. Transnational Social Movements, networks and Norms***. Minnesota: University of Minnesota, pp. 3-23, 2002.

KATZENSTEIN, Peter. ***Cultural Norms and National Security***. Ithaca, Nova York e Londres. Cornell University Press, 1996.

KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert & KRASNER, Stephen. ***International Organization and the study of world politics***. In: ***International Organization***. 52, 4. 659-660 p. Cambridge: MIT press, 1998.

KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. ***Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics***. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KECK, Margaret. ***Redes transnacionales de cabideo e influencia***. Trad. Lorena Murillo S. In: ***Revista Foro Internacional***, vol. 39, n. 4, pp. 404-428, México D.F.: El Colegio de México 1999a.

KECK, Margaret. ***Transnational advocacy networks in international and regional politics***. Malden, United States of America: Blackwell Publishers, 1999b.

KEOHANE, Robert. ***Governance in a partially globalized world: presidential address, American Political Science Association***, 2000. In: ***American Political Science Review (APSR)*** 95, 1, March 2001, 11p.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S (org.). ***Transnational Relations and World Politics***. In: ***International Organization***. v. 25, n. 03, jun. 1971.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. ***Power and Interdependence Revisited***. International Organization, v.41, n.4, p.725-753, 1988.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. ***Power and interdependence***. New York: Longman. 4 ed, 2012. (Primeira edição de 1977).

KOH, Harold Hongju. ***Transnational Legal Process. Faculty Scholarship Series***. Yale Law School, 1996.

LACERDA, P.. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, p. 153-168, 2013.

LACERDA, L.D.; MALM, O. *Mercury Contamination in Aquatic Ecosystems: na Analysis of the Critical Areas*. **Estudos avançados**, v. 22, n.63, 2008.

LEITE, Marcelo (Coord.). Tudo sobre a batalha de Belo Monte. **Folha de São Paulo On line**. São Paulo, 16 dez. 2013. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acesso em: 08 ago. 2016.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a Igreja Católica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial. **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 177-197, 2009.

LIBARDI, Estella. **As hidrelétricas do PAC e a (não) demarcação de terras indígenas**. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.

LIMA, S.E.M.; STROZZI, M.C (org). **Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri**. Brasília: FUNAG, 2016

LITTLE, Paul E. **Megaprojetos na Amazônia: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia**. Peru: Red Jurídica Amazónica, 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**. [online]. vol.16, n.45, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2017

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Desenvolvimento, meio ambiente e Direito dos Índios: da necessidade de um novo ethos jurídicos**. Revista Direito GV. 2011. v. 6, p.503-526.

LOURES, Rosamaria Santana Paes. Governo Karadoyabi: o movimento Ipereğ Ayũ e a resistência Munduruku. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em *Strictu Sensu* em Recursos Naturais da Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará. 309 fls., 2017.

MACHADO, L.H. **Risco de mercado na comercialização de energia elétrica: uma análise estruturada com foco no ambiente de contratação livre- ACL**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétrica – USP, 2015.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese de Doutorado. Barcelona, Depto. de geografia humana, 1989.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi**, Belém, v.8, n.1, p. 25- 64, 1992.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **Tenotã-Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos do rio Xingu**. IRN: São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, S. e HERNANDES, F. (Org.). **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 29 de setembro de 2009, mimeo. Disponível em: http://boelllatinoamerica.org/downloads/Painel_de_especialistas.pdf. Acesso em 04 jan. 2012.

MAGRINI, A. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**. Itajubá, v.8, n.2, 2001.

MAIA, Leonardo Castro. Hidrelétricas e o Ministério Público brasileiro. *In: Hidrelétricas e atuação do Ministério Público na América Latina / Hidroeléctricas y actuación del Ministerio Público en Latinoamérica. / Maia, Leonardo Castro; Cappelli, Sílvia; Pontes Júnior, Felício (Org.)*. Porto Alegre: Letra&Vida: Red Latinoamericana de Ministério Público Ambiental, 2013.

MARQUES, Flávio Fares. Estado e Desenvolvimento no Discurso pela Emancipação das Regiões Oeste e Sudeste do Pará. *In: Faces da história da Amazônia*. NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). Belém: Paka-Tatu, 2006.

MCADAM, Doug. *Conceptual origins, current problems, future directions. In: Part I – Political Opportunities. Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (orgs.). Cambridge University Press, Nova York, p. 23-40, 2008.

MCADAM, Doug; BOUDET, Hilary Schaffer. **Putting social movements in their place**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova. n.76, pp. 11-48, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>. Acesso em: 13 nov. 2013.

MCADAM, Doug et al. 'Site fights': explaining opposition to pipeline projects in the developing world. *Sociological Forum*, v. 25, n. 3, p. 401-427, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1573-7861.2010.01189.x/full>>.

MCATEER, Emily. PULVER, Simone. **The corporate boomerang: shareholder transnational advocacy networks targeting oil companies in the Ecuadorian amazon**. *In: Global Environmental Politics*. Volume 9, no. 1. Fevereiro, 2009.

MCCULLY, Patrick. **Ríos Silenciados: Ecología y Política de las grandes represas**. Buenos Aires: Proteger, 2004.

MENEZES, D. S.; et. al. AMBIENTALISMO E CONCEPÇÕES DE RESEX, EXTRATIVISMO E CONHECIMENTO NO ICMBIO NA AMAZÔNIA LEGAL. **Revista Eletrônica de Administração**. ed. 69, v. 17, n. 2, 2011.

MENEZES, D. S.; SIENA, O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) da Amazônia Legal. **Revista Organizações & Sociedade (O&S)**, v. 17, nº 54, p.479-498, julho/setembro, 2010.

MERRY, Sally Engle. *Transnational Human Rights and Local Activism: Mapping the Middle*. *American Anthropologist*, 108, p. 38–51, 2006.

MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C. *Conceptualizing Political Opportunity*. *The University of North Carolina Press Social Forces*, 82 (4), June 2004, p. 1457-1492.

MILLIKAN, B. *Dams and Hidrovias in the Tapajos Basin of Brazilian Amazonia: Dilemmas and Challenges for Netherlands-Brazil Relations*. *International Rivers Technical Report*. *International Rivers*, Berkeley, Califórnia, E.U.A. 36 p, 2011.

MOLINA, Luísa Pontes. **Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença**. 205 p. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia, 2017.

MORALES, P.G.D; D'AGOSTO, M.A; SOUZA, C.D.R. Otimização de rede intermodal para o transporte de soja do norte do Mato Grosso ao porto de Santarém. **Journal of Transport Literature**. Vol. 7, n. 2, pp. 29-51, 2013.

MOREIRA, Paula Franco. **Agência de atores não estatais em pactos intergovernamentais na América do Sul: A cooperação energética Brasil-Peru (2008-2014)**. 324 p. (UnB/IREL, Política Internacional e Comparada). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais, 2015.

MOREIRA, Paula Franco et. al. South-South Transnational Advocacy: Mobilizing Against Brazilian Dams in the Peruvian Amazon. **Global Environmental Politics**, v. 19, p. 77-98, 2019.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: the struggle for power and peace*. New York: A. A. Knopf, 1948.

MTV (Movimento Tapajós Vivo). **I Cartilha em defesa da bacia do rio Tapajós: seus povos e culturas**. 30 fls. Itaituba, 2010.

MTV (Movimento Tapajós Vivo). **II Cartilha em defesa da bacia do rio Tapajós: seus povos e culturas**. 39 fls. Itaituba, 2011.

MTV (Movimento Tapajós Vivo). **III Cartilha em defesa da bacia do rio Tapajós: seus povos e culturas**. 15 fls. Itaituba, 2016.

MXVPS (Movimento Xingu Vivo para Sempre). Cronologia de Belo Monte. 14 out. 2010. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>. Acesso em 06 dez. 2013.

NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. **Globalização ambiental, organizações não governamentais e redes na Amazônia**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Roraima, Faculdade

Latino Americana de Ciências Sociais. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina Y. A. Inoue. Brasília: UNB, 2011. 258 fls.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 52, p. 43-54, dez. 2016.

NORTHFLEET, Ellen Gracie. Suspensão de sentença e de liminar. **Revista de Processo**. São Paulo: RT, 2000 n. 97, p. 184.

NYE, Joseph. **O futuro do poder**. Benvirá, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* Horizontal e Novas Poliarquias. **Lua Nova**. Revista de Cultura Política, Rio de Janeiro, n. 44, 1998.

OCUPAÇÃO DE BELO MONTE. Word Press, 2013. Disponível em: <https://ocupacaobelomonte.wordpress.com/>. Acesso em 20 jun. 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo Magalhães. **A ambição dos *pariwat***: consulta prévia e conflito socioambiental. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará. 172 fls., 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo Magalhães; VIEIRA, Flávia do Amaral. Suspensão de liminar e usinas hidrelétricas: a flexibilização do licenciamento ambiental por via judicial. In: **Ocekadí**: violações e impactos do complexo hidrelétrico do Tapajós. Brasília: *International Rivers*, p. 247-255, 2016.

ONUF, Nicholas. **World of four making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1989.

ONUF, Nicholas. *Worlds of four making: the strange career of constructivism in international relations*. In: PUCHALA, Donald (ed.). **Visions of International Relations: Assessing na Academic Field**. Columbia: University of South Carolina, 2002.

PAREDES, Maritza. *Ombuds office and the Protection of Indigenous Rights*. p. 92-108. In: EVANS, Peter; GARAVITO, César Rodriguez (org). In: **Transnational Advocacy Networks: twenty years of evolving theory and practice**. Dejusticia Series, Bogotá, 2018.

PECEQUILO, Cristina Soeanu. **Teoria das Relações Internacionais: O mapa do caminho – estudo e prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PEDERSEN, Rasmus Brun; BEACH, Dereck. **Process-Tracing Methods: foundations and guidelines**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

PEREIRA, Gilson Laone. “Soldados da Borracha” – Esquecidos ou não lembrados? **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 8, n. 11, p. 199-217, ago. 2014. ISSN Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3250>>. Acesso em: 07 maio 2017.

PEREIRA, M.A.S; YAMASCHITA, I. Reformulação do marco legal do setor energético e mudanças com fins a redução de tarifas de energia: perspectivas. **Direito e Administração Pública I**. p. 371-393, 2013.

PERUZZO, Pedro Pulzatto. Direito à consulta prévia aos povos indígenas no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 2708-2740, dez. 2017.

PERUZZOTTI, Enrique. “*Translating*” and “*Editing*” Human Rights Norms: The Politics of the Domestic Implementation of International Human Rights Treaties. In: EVANS, Peter; GARAVITO, César Rodriguez (org). In: **Transnational Advocacy Networks: twenty years of evolving theory and practice**. Dejusticia Series, Bogotá, 2018.

PICA, Pierre; *et. al.* Uma nota sobre a geometria e o sistema de aproximação numérica dos indígenas Munduruku e sua importância para o respeito à Convenção 169 da OIT. In: **Ocekadí: violações e impactos do complexo hidrelétrico do Tapajós**. Brasília: *International Rivers*, p. 308-321, 2016.

PICQ, Manuela. *Rethinking IR from the Amazon*. **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, v. 59, n. 2, e003, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas**. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PIOVESAN, Flávia. Brasil e o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: impacto, desafios e perspectivas. RDE. **Revista do Direito do Estado**, v. 01, p. 317-336, 2009. Disponível em: http://www.cedin.com.br/site/pdf/publicacoes/obras/anuario_2_v2/4%20Brasil%20e%2. Acesso em: 16 nov. 2012.

PIOVESAN, Flávia. Entrevista concedida a Conectas Direitos Humanos. **Se o Brasil entrou no jogo internacional, há que cumpri-lo de boa fé**. Disponível em: <http://www.conectas.org/politica-externa/undefinedse-o-brasil-en-trou-no-jogo-internacional-ha-que-cumpri-lo-de-boa-feundefined-diz-flavia-piovesan>. 08 ago. 2012. Acesso em: 02 nov. 2012.

PONTE, Zuleide P. X. **Amazônia, desenvolvimento, modernidade e barbárie**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA. 2010.

PONTES Jr., Felício; OLIVEIRA, Rodrigo. Audiência Pública, Oitiva Constitucional e Consulta Prévia: limites e aproximações. p. 79-116. In: DUPRAT, Deborah. **Convenção 169 e Estados nacionais**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público, 2015.

PORTA, Donatella Della; TARROW, Sidney (org.). *Transnational processes and social activism: an introduction*. In: **Transnational protest and global activism**. Nova York: Rowman & Littlefield, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Porto. **Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

POTT, C.M; ESTRELA, C.C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos avançados**. vol.31 n.89, 2017.

PRADO, P.R.M. **Sistema de Apoio a Programação de Intervenções no Sistema Elétrico de Transmissão Baseado em Realidade Virtual**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

PROENÇA, Adriano; KUPFER, David. Experiências empresarias. p. 267-287. In: JAGUARIBE, Anna (org.). *Direction of Chinese Global investments: implications for Brazil*. Brasília, FUNAG, 2018.

PROTOCOLO DE CONSULTA MONTANHA E MANGABAL. Aprovado em reunião no Machado. Elaborada pelos beiradeiros do projeto agroextrativista Montanha e Mangabal, 26 e 27 set. 2014. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/01D00005.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017;

PROTOCOLO DE CONSULTA MUNDURUKU. Aprovado em assembleia extraordinária do povo Munduruku. Aldeia Sai-Cinza, Terra Indígena Sai-Cinza, 13 e 14 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta-dos-povos-indigenas/docs/ProtocolodeConsultaMunduruku.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.

PROTOCOLO DE CONSULTA DAS COMUNIDADES DE PIMENTAL E SÃO FRANCISCO. Disponível em: <[https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Protocolo-Pimental-e-Sao-Francisco-\(Web\).pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Protocolo-Pimental-e-Sao-Francisco-(Web).pdf)>. 13 nov. 2017. Acesso em: 10 set. 2018.

RAMOS, André. Munduruku, Povos Indígenas do Brasil. **Instituto Socioambiental**. São Paulo. 2003. Disponível: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RAMOS, André R.F; GOBBI, Izabel. Ibaorebu, Educação que Empodera. In: **Povos Indígenas no Brasil**: 2011-2016. RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (ed.). São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 440-442, 2017.

RAMOS, Marina Courrol. O desenvolvimento econômico na Amazônia Legal: seus impactos sociais, ambientais e climáticos e as perspectivas para a região. **Cadernos de Pós-graduação Direito/UFGRS**. Volume 9, nº 1, 2014.

RIBEIRO, Andrea Rangel. **Construtivismo**: princípios e sua relação com as ciências humanas. p. 349-381. In: Teoria das Relações Internacionais: as questões mundiais em debate. André Luiz Varella Neves (org.). Petrópolis: Vozes, 2014.

RISSE-KAPPEN, Thomas. *Bringing Transnational Relations Back in: introduction*. In: *Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structure and international institutions*. Cambridge University Press, 1995.

RISSE-KAPEN, Thomas. S.C. ROPP e K. SIKKINK (org.). *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

RISSE-KAPPEN, Thomas. *Transnational actors and world politics*. In: Held, D. & McGrew. *The global transformation reader*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 255-274.

ROCHA, E.S.S. Contribuições da Fundação Ford à formação e consolidação de campos científicos no Brasil. **R. Ci. Inf. e Doc.**, v. 7, n. 2, p. 93-117, 2017.

RODRIGUES, J. B. Antiguidades do Amazonas III. **Ensaio de Ciencia**, vol. III, 1880.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. **Portos no rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?** Rio de Janeiro, IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas), 2017.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Rev. Hist.** São Paulo, n. 168, p. 201-243, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092013000100201&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2017.

ROOSEVELT, A.C. et. al. *Paleoindian cave dwellers in the Amazon the peopling of the Americas*. Science, n. 272, p. 373-384, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. p. 31-83. In: **Epistemologias do Sul**. SANTOS, B.; MENESES, Maria Paula (orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *The Heterogeneous State and Legal Plurality*. In: SANTOS, B. S. S.; TRINDADE, J. C.; MENESES, M.P (org.). **Law and Justice in a Multicultural Society: The Case of Mozambique**. Dakar, Council for the Development of Social Science Research in Africa, p. 3-29, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. **El derecho y la globalización desde abajo: Hacia una legalidad cosmopolita**. Barcelona: Anthropos, 2007

SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. In: **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 7, a.4, p. 27-57, 2007. Disponível em: http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo7.php?artigo=7,port,artigo_santos.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

SANTOS, Laysa Queiroz; GOMES, Erina Batista. **Suspensão de segurança, neodesenvolvimentismo e violações de direitos humanos no Brasil**. Terra de Direitos, 2015.

SÁTYRO, P.B. **Surgimento, evolução e divisão do Ibama**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

SAW, Jairo. Queremos Respeito, Estamos Defendendo a Vida. **Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016**. RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (ed.). São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 431-433, 2017.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**. V. 21, nº 1 Brasília jan/abr. 2006.

SCHUBER, Eliana Souza Machado. MORAES, Sérgio Cardoso de. Desenvolvimento regional do Tapajós: um olhar sob o cenário socioeconômico na Região de Integração do Tapajós. **3º**

Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável. Revista de Estudos Sociais. n 34, v. 17. p. 93-111. Cuiabá, 2015.

SCOTT, J. *Social network analysis: a handbook.* Sage Publications Ltd, Thousand Oaks, CA, USA. 240 p, 2000.

SEABRA, F. Logística e competição portuária pelas exportações de soja do Brasil central. In: <http://www.cidesport.com.br/sites/default/files/seabra._.logistica.competicao.exp_soja_.pdf>.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. Cadernos de História da Ciência. [online]. vol.4, n.2, pp. 89-108, 2008.

SEQUEIRA, João Elbio de Oliveira Aquino. Estruturas de Oportunidade Legal dos movimentos anti-barragens no Pará. **Revista Direito & Práxis.** vol.8, n.1, p. 474-506, 2017.

SEQUEIRA, João Elbio de Oliveira Aquino; SILVA, Maria Dolores. O ativismo judicial transnacional e a “Transnational Advocacy Network” na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Revista Política Hoje.** v. 23, n. 2, p. 177-202, 2015.

SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **Tenotã-Mõ:** Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos do rio Xingu. IRN: São Paulo, 2005.

SIERRA, Néstor J.R. *Redes transnacionales de defensa. El caso reciente del Estado colombiano en el contexto de la intervención de la Corte Interamericana de Derechos Humanos.* Universidad de los Andes: Colombia, 2009.

SIKKINK, Kathryn. *La dimensión transnacional de los movimientos sociales. In: Más allá de la Nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales.* Buenos Aires: Libros del Zorzal, p. 301-335, 2003.

SIKKINK, Kathryn. *La dimensión transnacional de los movimientos sociales. In: Más allá de la Nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales.* Buenos Aires: Libros del Zorzal, pp. 301-335, 2003.

SILVA, Ennio Peres da. **Fontes renováveis de energia:** produção de energia para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SILVA, F.M.E.; CUNHA, E.S.M. *Process-tracing* e a produção de inferência causal. **Revista Teoria & Sociedade,** v. 22, p. 104-125, 2014.

SILVEIRA, M.I; SCHAAN, D.P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia.** n 18, p. 67-79, 2005.

SIMONIAN, L. **Mulheres e sustentabilidade na Amazônia.** Rev. Estud. Fem. Florianópolis. jan. 2002. v.10, n.1.

SNOW, D.; Benford, R. Master Frames and Cycles of Protest. In: Morris, A. and Mueller, C.M. (Orgs.). *Frontiers in Social Movement Theory.* Yale University Press, New Haven, 1992.

STEINBERG, Paul; VANDEVEER, Stacy D. (eds). *Comparative environmental politics: theory, practice, and prospects*. Cambridge: MIT Press, 2012.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Trad. Ana Maria Sallum. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TAVARES, M.G.C; COELHO, M.C.N e MACHADO, L.O. Redes de distribuição de energia e desenvolvimento regional na Amazônia oriental. **Novos Cadernos do NAEA**. v. 9, n. 2, p. 99-134, 2006.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TOCANTINS, Antônio Manoel Gonçalves. Estudos sobre a tribo mundurucu. **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil**. Tomo XL. Parte Segunda. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, 1877.

TORRES, Maurício. O escriba e o narrador: A memória e a luta pela terra dos ribeirinhos do Alto Tapajós. **Tempo Social**, v. 26, p. 233-257, 2014.

TORRES, Maurício. Um rio de muita gente: A luta comum de vidas plurais no vale do alto Tapajós. In: **Ocekadí: violações e impactos do complexo hidrelétrico do Tapajós**. Brasília: *International Rivers*, p. 43-78, 2016.

TORRES, Maurício. TI Sawre Muybu: a incômoda existência. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (eds.). **Povos Indígenas no Brasil, 2011-2015**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

UNASUR. *Cartera de Proyectos 2016 – Foro Técnico IIRSA. Consejo de Infraestructura y Planeamiento*. Disponível em http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Cartera%202016_web.pdf. Acesso em 02 jun. 2017.

UNHRC, *United Nations Human Rights Council*. A/HRC/15/37/Add.1. Report by the Special Rapporteur on the situation of human rights and fundamental freedoms of indigenous people, James Anaya. 15 set. 2010. Disponível em: <http://unsr.jamesanaya.org/PDFs/Communications%20report-FINAL.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, Fev. 2007.

VALLE, Raoni. Operação Tapajós: os Munduruku não querem guerra. 7 abr. 2013. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/519047-operacao-tapajos-os-munduruku-nao-querem-guerra-entrevista-especial-com-roani-valle>. Acesso em: 14 mar. 2016.

VALOR ECONÔMICO. Tapajós inverte fluxo de exportação de grãos. 25 fev. 2014. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/3442344/tapajos-inverte-fluxo-de-exportacao-de-graos>. Acesso em: 24 ago. 2018.

VIANNA, Luiz W; *et al.* **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Rio de Janeiro, Revan, 1999.

VIOLA, Eduardo. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: ***International Congresso of the Latin American Studies Association***, Chicago, 1998.

VON BÜLLOW, Marisa. **A batalha do livre comércio: a construção de redes transnacionais da sociedade civil nas Américas.** Trad. Sônia Midori. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2014.

WALDNER, David. *Process tracing and causal mechanisms.* In: Kincaid, Harold. ***The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science.*** Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 65-84.

WENDT, Alexander. *Anarchy is what states make of it: social construction of power politics.* ***International Organization.*** N. 46, 1987.

WENDT, Alexander. ***Social theory of international politics.*** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Trad. Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WILSON, Bruce; CORDERO, Juan Carlos Rodríguez. *Legal opportunity structures and social movements: the effects of institutional change on Costarican politics.* ***Comparative Political Studies,*** v. 39, n. 3, p. 325 -351, abr. 2006.

WWF, *World Wide Fund for Nature.* **Uma visão de conservação para a bacia do Tapajós.** 28 p. Brasília, 2016.

YASUDA, Yumiko. ***Rules, Norms and NGO Advocacy Strategies: Hydropower Development on the Mekong River*** (Earthscan Studies in Water Resource Management). Ed. Taylor and Francis: Londres e Nova York, 2015.

ZANELLA, Cristine Koehler. **Energia e integração: oportunidade e potencialidades da integração gasífera na América do Sul.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

ZIMMERMANN, M.P. **Aspectos Técnicos e Legais Associados ao Planejamento da Expansão de Energia no Novo Contexto Regulatório.** Dissertação de Mestrado, PUC/RJ. Rio de Janeiro, 312p, 2007.

Apêndice I – Lista de Entrevistados

Número	Ano	Município	Organização/Pessoa
1	2018	Santarém (PA)	Ministério Público Federal
2	2018	Santarém (PA)	Ministério Público Federal
3	2018	Brasília (DF)	Ministério Público Federal
4	2018	Santarém (PA)	Movimento Tapajós Vivo
5	2018	Santarém (PA)	FASE
6	2018	Itaituba (PA)	Associação Indígena Pariri Médio Tapajós
7	2018	Itaituba (PA)	Associação Indígena Pariri Médio Tapajós
8	2018	Itaituba (PA)	Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)
9	2018	Trairão (PA)	Morador de Pimental (PA)
10	2018	Trairão (PA)	Morador de Pimental (PA)
11	2018	Trairão (PA)	Morador de Pimental (PA)
12	2018	Santarém (PA)	Terra de Direitos
13	2018	Brasília (DF)	<i>International Rivers</i>
14	2018	Brasília (DF)	Ministério de Minas e Energia
15	2018	Rio de Janeiro (RJ)	Empresa de Pesquisa Energética
16	2019	Santarém (PA)	Associação Indígena Ipereğ Ayũ
17	2019	Itaituba (PA)	Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
18	2019	Itaituba (PA)	Morador de Montanha e Mangabal
19	2019	TI Praia do Índio (PA)	Indígena Munduruku
20	2019	TI Sawré Muybu (PA)	Indígena Munduruku
21	2019	TI Sawré Muybu (PA)	Indígena Munduruku
22	2019	TI Sawré Muybu (PA)	Indígena Munduruku
23	2019	TI Sawré Muybu (PA)	Indígena Munduruku
24	2019	Belém (PA)	<i>Greenpeace</i>
25	2019	Belém (PA)	Forum da Amazônia Oriental (FAOR)

Apêndice II – Lista de Eventos Observados

Número	Período	Local	Título	Organizadores
1	2013	Belém (PA)	Ciclo de Conferências sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte	-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ)
2	2013	Belém (PA)	Consulta Prévia aos Povos Tradicionais da Amazônia	- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) da UFPA - Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA (PPGD) - Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA) - Ministério Público Federal (MPF) no Pará
3	2014	Belém (PA)	Amazônia SEM Barragens	Movimento Xingu Vivo Para Sempre
4	2016	Belém (PA)	Lançamento do Livro Ocekadi	<i>International Rivers</i>
5	01 a 05 de outubro de 2017	Rio de Janeiro (RJ)	8º Encontro Nacional do MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
6	01 e 02 de fevereiro de 2018	Santarém (PA)	Minicurso de “Metodologias de construção de protocolos de consulta prévia por povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais”	Ministério Público Federal (PA)
7	10 a 12 de maio de 2018	Altamira (PA)	1º Encontro Estadual do MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
8	11 e 12 de maio de 2018	Altamira (PA)	I Seminário Xingu Terra de Resistências	Comitê Repam – Xingu
9	21 e 22 de maio de 2018	Santarém (PA)	Seminário “Novas Fronteiras do Agronegócio globalizado da soja na Amazônia: O planalto santareno 20 anos depois (1997-2017)”	UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
10	05 de junho de 2018	Santarém (PA)	Seminário “Instrumento de Defesa do território”	FASE, NAJUP/UFOPA e Movimento Tapajós Vivo.
11	23 de agosto de 2018	Brasília (DF)	Seminário Financiamento de Infraestrutura na Amazônia: Desafios para a construção de uma agenda sustentável	Conectas Direitos Humanos, GT Infra, <i>International Rivers</i> e Instituto Centro de Vida
12	20 de setembro de 2018	Brasília (DF)	1º Workshop “Inventários Hidrelétricos Participativos”	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Apêndice III – Lista de Atores da Rede de Ativismo Transnacional

Ator	Âmbito	Localização	Objetivos
Movimento Tapajós Vivo	Local	Santarém (PA)	Criado em 2009 por pessoas e organizações que lutam em defesa dos povos da Amazônia e contra projetos que ameçam a vida na bacia do Rio Tapajós, o coletivo MTV promove diversas ações de formação, comunicação e articulação voltadas ao objetivo comum de manter o Tapajós Vivo e em Movimento, sem barragens, e com respeito a cultura local.
Associação 4 Cantos do Mundo	Nacional	Belo Horizonte (MG)	Promover e despertar ações socioambientais transformadoras por meio da educação ambiental, da participação política e da pesquisa e aplicação de tecnologias que contribuam para o fortalecimento da cultura da paz e para a construção de sociedades sustentáveis.
Associação Civil Alternativa Terrazul	Nacional	Fortaleza/ Brasília	Cooperar com a reflexão sobre o futuro da humanidade, ampliando o debate sobre os problemas ambientais, relacionando-os às suas causas sociais, econômicas e políticas; do mesmo modo que fortalecendo a luta por uma vida digna, um futuro saudável e um novo modelo de civilização que respeite a diversidade étnica, cultural, biológica de cada indivíduo e cada sociedade.
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)	Nacional	Atalanta (SC)	Defesa, preservação e recuperação do meio ambiente e dos valores culturais, buscando a qualidade de vida na Mata Atlântica e em outros Biomas.
Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)	Local	Belém (PA)	Intervir nas políticas públicas econômicas, sociais e ambientais desenvolvidas no âmbito da Amazônia Oriental.
Fundação Vitória Amazônica	Local	Manaus (AM)	A Fundação Vitória Amazônica (FVA) é uma organização de inovação socioambiental que alia conhecimento tradicional e técnico-científico para a proposição de políticas públicas e alternativas adequadas ao desenvolvimento socioeconômico regional, por meio da conservação e usos alternativos da biodiversidade, garantia dos direitos difusos, autonomia e formação humana, qualidade de vida e bem estar, e valorização das culturas amazônicas .
Greenpeace – Brasil	Internacional	São Paulo (SP)	Garantir a capacidade da Terra de nutrir a vida em toda a sua diversidade. Isso significa que queremos: a) proteger a biodiversidade em todas as suas formas; b) prevenir a poluição do ar, das águas e da terra; c) acabar com a ameaça nuclear e enfrentar as mudanças climáticas; d) promover a paz, o desarmamento global e a não-violência.
Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)	Nacional	São Paulo (SP)	Aprofundar, no conceito e na prática, as relações entre democracia e sustentabilidade na sociedade brasileira do século 21.
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAIZON)	Local	Belém (PA)	Promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.
World Wide Found for Nature Brasil (WWF)	Internacional	Brasília (DF)	Contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações

Conservação Internacional do Brasil (CI)	Internacional	Rio de Janeiro (RJ)	Proteger as coisas mais fundamentais que a natureza nos fornece: alimento, água, nossos meios de vida e estabilidade climática.
<i>International Rivers</i>	Internacional	Califórnia -EUA	Buscar um mundo onde os rios saudáveis e os direitos das comunidades locais sejam valorizados e protegidos.
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Local	Santarém (PA)	Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.
IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Local	Belém (PA)	Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.
UFPA - Universidade Federal do Pará	Local	Belém (PA)	Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM	Local	Belém (PA)	Promover ciência, educação e inovação para uma Amazônia ambientalmente saudável, economicamente próspera e socialmente justa.
Associação Indígena Pusuru	Local	Jacareacanga (PA)	Combater as situações de discriminação e racismo sofridas pelo povo Mundukuru. As atividades pretendem colaborar para o reconhecimento do direito dos povos indígenas, respeitando a história e a cultura do povo, e a divulgação da visão sobre a relação entre população indígena e natureza
Associação Indígena Paryryp ou Pariri	Local	Itaituba (PA)	Lutar pelos direitos indígenas e pela melhoria da qualidade de vida nas aldeias, por meio do fortalecimento de seus valores culturais tradicionais e de projetos de sustentabilidade. A associação luta pela sobrevivência física e cultural do povo Munduruku do Médio Tapajós, representando legalmente sete aldeias: Praia do Mangue (207 pessoas), Praia do Índio (145 pessoas), Sawre Apompu (Km 43, 50 pessoas), Sawré Jaybu (45 pessoas), Dace Watpu (43 pessoas), Sawre Muybu (46 pessoas), e Karo Muybu (10 pessoas), sendo as três últimas parte da Terra Indígena Daje Kapap Eipi, ameaçada pela construção de barragens hidrelétricas e ainda não demarcada pelo Governo, apesar de reconhecida em relatório da FUNAI.
Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA)	Local	Santarém (PA)	Fundado em 23 de maio de 2000, e representa os Povos Indígenas do Baixo Tapajós, Rio Arapiuns, Rio Maró e Planalto Santareno, quais sejam: Tupaiú, Apiaka, Arapium, Arara Vermelha, Borari, Cara-Preta, Cumaruara, Munduruku, Maytapú, Jaraqui, Tapajó, Tupinambá e Tapuia. Seu objetivo fundamental é defender os direitos dos Povos Indígenas. Tem como outros objetivos: fortalecer a organização integral dos povos e aldeias; articular e integrar o Movimento Indígena regional a partir da COIAB; fomentar a auto-estima dos Povos Indígenas.
Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (CIMAT)	Local	Jacareacanga (PA)	Atividades de associações de defesa de direitos sociais, organizações associativas ligadas à cultura e arte e movimento de defesa aos indígenas Munduruku.
Associação Extrativista Wuyxaximã Grupo Consciência Indígena (GCI)	Local	Santarém (PA)	Fundado em 1997 foi a primeira organização de pessoas que se autoidentificaram como indígenas na região de Santarém. O papel de setores progressistas da Igreja Católica é também fundamental, e aparentemente não conflitivo, como evidencia a presença e liderança de Frei Florêncio Vaz, indígena e professor de antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).
The Nature Conservancy Brasil(TNC)	Internacional	São Paulo/Brásilia / Belém	Nossa visão é a de um mundo onde a diversidade da vida prospere e onde as pessoas atuem para conservar a natureza, por ela mesma e pelo seu valor para a humanidade
Comissão Pró-Índio de São Paulo	Local	São Paulo (SP)	Garantir de direitos territoriais, culturais e políticos de índios e quilombolas

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Nacional	Brasília (DF)	Lutar pelo direito à diversidade cultural dos povos indígenas. Busca fortalecer a autonomia destes povos na construção de projetos alternativos, pluriétnicos, populares e democráticos frente ao desrespeito a seus direitos e à tentativa de integração destes povos à sociedade majoritária
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)	Regional	Manaus (AM)	Defender direitos à terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade dos povos e organizações indígenas, considerando as suas diversidades, visando sua autonomia através de articulação e fortalecimento.
Instituto Socioambiental (ISA)	Nacional	São Paulo (SP)	Construir soluções sustentáveis que garantam os direitos coletivos e difusos e valorizem a diversidade socioambiental.
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Nacional	Goiânia (GO)	A CPT reafirma seu caráter pastoral e retoma, com novo vigor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria.
Associação de Filhos de Itaituba (ASFITA)	Local	Itaituba (PA)	Promover o nome da entidade criando um elo de comunicação mais acessível com a comunidade.
AMPROP – Associação dos Moradores e Produtores de Pimental	Local	Pimental (PA)	Atividades de associações de defesa de direitos sociais de moradores e produtores da vila Pimental.
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	Nacional	20 coletivos regionais 9 Estados brasileiros	A Rede GTA foi gestada atendendo a uma necessidade de participação da sociedade civil conforme exigência que o G7 fazia para o governo brasileiro receber e executar os recursos doados em ações na proteção da floresta tropical, em especial a Amazônia. Essa exigência era uma demanda que fazia parte do Relatório Brundtland, chamado “Nosso Futuro Comum”, cujo desafio era trazer as questões ambientais para esfera do planejamento e para o centro das tomadas de decisões econômicas nos níveis local, regional e global.
Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Itaituba	Local	Itaituba (PA)	Promover o desenvolvimento empresarial aliado ao associativismo.
Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Miritituba (Acdecam)	Local	Itaituba (PA)	Atividades de associações de defesa de direitos sociais.
Associação Comunitária de Montanha e Mangabal	Local	Itaituba (PA)	Atividades de associações de defesa de direitos sociais dos beiradeiros de Montanha e Mangabal.
Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163	Local	Itaituba (PA)	Atividades de associações de defesa de direitos sociais.
Terra de Direitos Instituto Humanitas (IHU-Pará)	Nacional	Curitiba (PR)	Atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca).
Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA)	Local	São Carlos (SP)	Apoiar as comunidades ribeirinhas e promover a formação de estudantes e profissionais para ação comunitária no contexto amazônico.
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)	Regional	Belém (PA)	A defesa dos atingidos por violações de direitos humanos, vem atuando sempre para desenvolver e propagar mecanismos de difusão da cultura de Direitos Humanos, participando da elaboração de políticas públicas, em especial nas áreas de justiça e segurança pública, e mais recentemente na área de educação em direitos humanos.
Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)	Nacional	São Paulo (SP)	Organizar todos aqueles que moram nas comunidades atingidas e estão dispostos a lutar.

Apêndice IV – Quadro do Tempo dos principais acontecimentos envolvendo os AHEs no Médio Tapajós

Data	Acontecimento	Local	Ator Principal	Outros Atores
1986 a 1991	Estudos prévios da Eletronorte levados parcialmente até a Etapa de Estudos Preliminares.	Rio Tapajós (PA)	Eletronorte	-
Dezembro 2001	A Eletronorte, por meio de convênio celebrado com o Ministério das Minas e Energia, foi autorizada a desenvolver os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Tapajós, no trecho a jusante da confluência dos rios Teles Pires e Juruena, com o objetivo de fornecer os elementos técnicos, econômicos e ambientais imprescindíveis à análise da potencialidade energética da bacia, dentro de um enfoque de planejamento integrado de utilização dos recursos hídricos.	Bacia do Rio Tapajós (PA)	Eletronorte	-
Março 2002	A Eletronorte encaminhou solicitação de Registro Ativo para a ANEEL, para a realização dos Estudos de Inventário do rio Tapajós e de seu contribuinte o rio Jamanxim.	Bacia do Rio Tapajós (PA)	Eletronorte	-
Junho e Julho de 2002	Foram realizadas reuniões técnicas entre a Eletronorte, DNIT e AHIMOR para a discussão dos estudos já realizados para a Hidrovia Tapajós – Teles Pires e do sistema de transposição de desnível para as corredeiras de São Luiz do Tapajós e sua interação com os estudos de inventário a serem realizados. Na oportunidade, a AHIMOR disponibilizou a totalidade dos estudos por ela realizados para a citada hidrovia.	Bacia do Rio Tapajós (PA)	Eletronorte	DNIT e AHIMOR
Setembro 2002	Foi efetuada visita técnica à região dos estudos, com realização de sobrevoo dos rios Tapajós, Crepori e Jamanxim, além de reconhecimento terrestre ao longo da BR-163, no trecho entre Moraes de Almeida e Itaituba, com vistas ao melhor detalhamento do Termo de Referência para a contratação dos estudos de inventário.	Bacia do Rio Tapajós (PA)	Eletronorte	-
Durante o ano 2002	A Eletronorte e o Ministério de Minas e Energia promoveram a realização de reuniões técnicas com a participação de diversas instituições intervenientes, com o objetivo de discutir os objetivos principais desses estudos e receber sugestões e colaborações no sentido de torná-los mais compatíveis com os anseios interinstitucionais.	Brasília (DF)	Eletronorte	MME
20/01/2005	A empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A manifestou interesse em realizar os estudos de inventário do rio Tapajós e formalizou solicitação de Registro Ativo na ANEEL.	Brasília (DF)	Camargo Corrêa	ANEEL
2009	ANEEL aprovou em 2009 os Estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós, que preveem a construção de 43 hidrelétricas na bacia do Rio Tapajós e seus rios afluentes ou formadores, Teles Pires, Juruena e Jamanxim. No rio Teles Pires, uma usina está em operação (UHE Teles Pires) e três estão em fase de construção (São Manoel, Sinop e Colíder). Outras sete hidrelétricas de grande porte estão previstas para a bacia: São Luiz do Tapajós, Jatobá e Chacorão, no rio Tapajós, Cachoeira do Caí, Cachoeira dos Patos, Jardim do Ouro e Jamanxim, no rio Jamanxim.	Brasília (DF)	ANEEL	-

Maio/2009	A Eletronorte solicitou ao Ibama a abertura de processos de licenciamento ambiental para as cinco UHEs do CHT: São Luiz do Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Caí, Jamanxim e Cachoeira dos Patos.	Brasília (DF)	Eletronorte	IBAMA
09/03/2010	O ministro Edison Lobão enviou o Aviso nº30/2010/GM-MME, em 9 de março de 2010, ao então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informando-o sobre a aprovação, pela Aneel, do estudo de inventário do Tapajós-Jamanxim e solicitando que fossem “iniciados os estudos pertinentes, considerando as possíveis interferências nas Unidades de Conservação na região.	Brasília (DF)	MME	ANNEL
2010	A direção do ICMBio posicionou-se no sentido de que, embora não fosse admissível prosseguir com o processo de licenciamento ambiental de UHEs cujos reservatórios incidissem sobre uma UC, não haveria qualquer impedimento se a área afetada fosse desafetada.	Brasília (DF)	ICMBio	-
Abril/2011	Pusuru realiza um encontro na aldeia Sai Cinza, em Jacareacanga, no sul do Pará. Os indígenas aprovam uma carta aberta rejeitando a construção de hidrelétricas no Tapajós. Citam a Constituição e a Convenção 169.	Jacareacanga (PA)	Movimento Pusuru	-
25/07/2011	Resolução CNPE nº 3. Indica os projetos de geração de energia elétrica denominados Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jardim do Ouro e Chacorão como projetos estratégicos de interesse público, estruturantes e prioritários para efeito de licitação e implantação, e dá outras providências.	Brasília (DF)	Ministério de Minas e Energia	-
30-31/07/2011	Oficina Comunitária: Resistência às UHE's no Tapajós	Montanha e Mangabal (PA)	FAOR – Fórum da Amazônia Oriental em parceria com a <i>International Rivers</i> , Terra de Direitos, Aliança Tapajós Vivo, Aliança 4 Rios e Anel- Assembléia Nacional dos Estudantes Livres	-
Novembro/2011	O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, e o então presidente da Funai, Márcio Meira recebem líderes Munduruku, Kayabi, Kayapó e Apiaká em Brasília. O governo garante manter um canal aberto de diálogo e a regulamentação da convenção nº 169 da OIT.	Brasília (DF)	Secretaria Geral da Presidência da República	-

09/01/2012	O posicionamento da direção do ICMBio no ano de 2010, com aval de autoridades do Ibama e do MMA, deu respaldo para a Medida Provisória (MP) nº558, de 9 de janeiro de 2012.	Brasília (DF)	Presidente da República	-
28/05/2012	Carta Aberta sobre irregularidades na Medida Provisória nº 558/12 e do Projeto de Lei 12/12, que reduzem UCs na Amazônia para a construção de hidrelétricas.	Brasília (DF)	Movimento Tapajós Vivo	Outros membros transnacionais da TAN-CHT
17/06/2012	Ocupação do escritório do Consórcio Construtor de Belo Monte	Altamira (PA)	Munduruku Alto Tapajós	Movimento Xingu Vivo Para Sempre
25/06/2012	Convertida a MP nº 558/2012 pelo Congresso Nacional na Lei nº12.678, de 25 de junho de 2012 (Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós), que reduziu 75.630 hectares de cinco UCs federais para abrir caminho aos reservatórios das duas primeiras megabarragens do CHT: São Luiz do Tapajós e Jatobá.	Brasília (DF)	Congresso Nacional	-
03/07/2012	Ato Fundante do Movimento Ipereg Ayu – “Ação da Delegacia” em Jacareacanga (PA).	Jacareacanga (PA)	Munduruku Alto Tapajós	-
25/09/2012	Ação Civil Pública - Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000087/2009-91	Santarém (PA)	MPF/PA – Procuradoria da República de Santarém.	-
17/10/2012	Reunião sobre Estudos de Componente Indígena (ECI).	Itaituba (PA)	FUNAI	Representantes Munduruku, Funai de Brasília, Funai de Itaituba, Eletrobras e CNEC
25/10/2012	Apresentação do estudo, atribuição de funções e difusão das primeiras sensibilidades de cada meio.	Brasília (DF)	Grupo de Estudos Tapajós / Ecology Brasil	-
Outubro 2012	Articulações com povos do Xingu	Altamira (PA)	Munduruku Alto Tapajós	-
Novembro 2012	Operação Eldorado	TI Munduruku	Polícia Federal (MT), 150 homens da FNSP, FUNAI e IBAMA	-
07/11/2012	Assassinato de Adenilson Kirixi Munduru e vários indígenas Munduruku feridos	Aldeia Teles Pires (MT)	Polícia Federal (MT), 150 homens da FNSP, FUNAI e IBAMA	-

03/12/2012	Discussão sobre a divisão da bacia do Tapajós, do ponto de vista geográfico, considerando aspectos geológicos, hidrológicos, ecossistemas terrestres e aquáticos.	Brasília (DF)	Grupo de Estudos Tapajós / Ecology Brasil	-
Janeiro/2013	Assembleia Geral do Povo Munduruku – Mudança do Cacique Geral	Aldeia Sai Cinza (PA)	Indígenas Munduruku	-
04/02/2013	Apresentar subsídios para a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (às populações indígenas e às comunidades tradicionais)	Santarém	MPF (PA)	-
12/03/2013	Alterado o Decreto 42 de criação da FNSP, conferindo ao Executivo força policial própria. Decreto autorizava o ministro de Minas e Energia a despachar grupos militares para conter protestos em obras de grandes hidrelétricas, inclusive em alguns casos fazendo segurança de tais empreendimentos. Esse decreto presidencial formalizava a participação da FNSP, a partir de então, na escolta aos pesquisadores na região do Tapajós para garantir os estudos exigidos no licenciamento ambiental. Tratava-se de autorizar o uso da FNSP em situações de conflito.	Brasília (DF)	Presidência da República	-
13/03/2013	Os representantes da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) estiveram em Itaituba, em reunião com a Funai local e algumas lideranças indígenas, para articular uma reunião no dia 15 de março sobre os procedimentos de Consulta sobre o AHE São Luiz do Tapajós.	Itaituba (PA)	Representante da SGPR	-
15/03/2013	Reunião sobre os procedimentos de Consulta do AHE São Luiz do Tapajós na Câmara de Vereadores de Itaituba.	Itaituba (PA)	Vereadores de Itaituba e Jacareacanga – Membros do MAB	-
22/04/2013	Operação Tapajós	Aldeia Indígena Sawré Muiybu (PA)	Polícia Federal	Pesquisadores, integrantes do Exército, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal.
02 a 09/05/2013	1ª Ocupação do Canteiro de Obras de Belo Monte	Altamira (PA)	Indígenas Munduruku	-
01 a 05/11/2013	2ª reunião do Movimento Ipereg Ayu: mais um passo na resistência Munduruku	Jacareacanga (PA)	MPF / Ipereg Ayu/ Pusuru (Da'uk)	-
19 a 26/04/2013	Assembleia geral extraordinária do povo Munduruku	Aldeia Sai Cinza (PA)	Povo Munduruku	-
08/06/2013	Carta dos Munduruku ao governo explicita conhecimentos milenares e reafirma demandas: Saída das Forças Armadas das Tis indígenas; pedido de paralisação dos estudos e pesquisas;	Jacareacanga (PA)	Povo Munduruku	-

	construções de hidrelétricas; expliquem tudo que vai acontecer em TIs e ouça e respeite a decisão dos indígenas.			
17/10/2013	Reunião sobre os Estudos de Componente Indígena (ECI), peça obrigatória para o processo de licenciamento do empreendimento.	Itaituba (PA)	Representantes Munduruku, da Funai de Brasília e da Funai de Itaituba, da Eletrobras e CNEC para tratar dos ECI	-
Julho/2014	Avaliação Ambiental Integrada	Brasília (DF)	Grupo de Estudos Tapajós / Ecology Brasil	-
11/09/2014	Portaria MME nº 485, de 11 de setembro de 2014 agendando o leilão da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós para 15 de dezembro de 2014,	Brasília (DF)	Ministério de Minas e Energia	-
17/09/2014	Os líderes Munduruku viajaram para Brasília para se encontrar com Maria Augusta Assirati, na época a Presidente Interina da FUNAI.	Brasília (DF)	Munduruku	FUNAI
24 e 25/09/2014	Oficinas de capacitação com o povo Munduruku a respeito do direito à consulta prévia, livre e informada	Aldeia Waro Apompu, TI Munduruku	MPF/PA	Faor <i>Greenpeace</i> Fase Cimi Fundação Ford Nova Cartografia
26 e 27/09/2014	Protocolo de Consulta Montanha e Mangabal	Machado	Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal	MPF/PA Faor <i>Greenpeace</i> Fase Cimi Fundação Ford Nova Cartografia
29 e 30/09/2014	Oficinas de capacitação com o povo Munduruku a respeito do direito à consulta prévia, livre e informada	Praia do Mangue	MPF/PA	Faor <i>Greenpeace</i> Fase Cimi Fundação Ford Nova Cartografia
01/10/2014	Presidente da FUNAI Maria Augusta Assirati deixa o cargo	Brasília (DF)	Funai	-
Outubro/2014	Inicia o processo de autodemarcação dos Munduruku no Médio Tapajós	TI Munduruku	Munduruku	-

26/11/2014	Indígenas e ativistas do <i>Greenpeace</i> protestam contra hidrelétrica no rio Tapajós, no PA Manifestantes escreveram mensagem 'Tapajós Livre' na areia.	TI em frente a São Luiz do Tapajós	<i>Greenpeace</i> Brasil	Munduruku médio Tapajós
	I Caravana em Defesa do Rio Tapajós: contras as barragens, em defesa da vida.	Itaituba (PA)	Movimento Tapajós Vivo	Pessoas de Santarém (PA), Aveiro (PA), indígenas Munduruku do alto e médio Tapajós, pessoas do Estado de Mato Grosso, Altamira (PA), Trairão (PA) e Rurópolis (PA).
28/11/2014	Munduruku ocupam a FUNAI Itaituba	Itaituba (PA)	Munduruku	-
13 e 14/12/2014	Oficinas de capacitação com o povo Munduruku a respeito do direito à consulta prévia, livre e informada	Aldeia Sai-Cinza, Terra Indígena Sai-Cinza	MPF/PA	-
	Protocolo de Consulta Munduruku		Movimento Munduruku Ipereg Ayu, Associações: DA'UK, PUSURU, WUYXAXIMÃ, KEREPO e PAHYHYP	MPF/PA Faor <i>Greenpeace</i> Fase Cimi Fundação Ford Nova Cartografia
27/01/2015	A presidente da FUNAI fez uma declaração à imprensa, confirmando a interferência do MME e da Casa Civil, afirmando ao lado do Ministro da Justiça que o órgão indigenista estava sendo desvalorizado e sua autonomia totalmente desconsiderada.	Brasília (DF)	Funai	-
06 e 07/02/2015	1ª Etapa Oficina de Cartografia Social – Pimental (PA)	Pimental (PA)	Nova Cartografia Social da Amazônia	Moradores de Pimental (PA)
02/12/2015	O processo de <i>impeachment</i> contra a ex-presidente Dilma inicia com a aceitação, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.	Brasília (DF)	Congresso Nacional	-

04/07/2015	2ª Etapa Oficina de Cartografia Social – Pimental (PA)	Pimental (PA)	Nova Cartografia Social da Amazônia	Moradores de Pimental (PA)
29/01/2016	Audiência Pública com a presença de mais de 500 pessoas para ouvir pesquisadores, lideranças indígenas, procuradores da República e lideranças ribeirinhas que trataram dos inúmeros riscos e falhas dos projetos hidrelétricos na Bacia do Tapajós.	Santarém (PA)	MPF (PA)	Atores sociais
23 e 34/05/2016	Seminário "Impactos, Desafios e Perspectivas dos grandes projetos na bacia do Tapajós" cacica Munduruku convida todos e todas para lutar em defesa do rio Tapajós e os povos da floresta	Itaituba (PA)	MPF (PA)	Atores sociais
15/03/2016	Documento preparado pelo Ministério Público Federal e reunião com a relatora especial sobre direito dos povos indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz “O projeto da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós e as violações aos direitos do povo indígena Munduruku”.	Altamira (PA)	MPF (PA)	-
18/03/2016	Indígenas Munduruku fazem dois círculos acima da bandeira elaborada pelo <i>Greenpeace</i> às margens do rio Tapajós com a frase “Damn the dam, keep the Tapajós river alive”.	Sawré Muybu (PA)	Indígenas Munduruku	<i>Greenpeace</i>
04/08/2016	Despacho 02001.018080/2016-41 arquivando o Processo de Licenciamento Ambiental da UHE São Luiz do Tapajós	Brasília (DF)	Gabinete da Presidência do IBAMA (DF)	-
16/08/2016	Arquivamento do Processo de Licenciamento Ambiental da UHE São Luiz do Tapajós			
26 a 28/08/2016	II Caravana em Defesa do Rio Tapajós: seus povos e sua cultura	Itaituba (PA)	Movimento Tapajós Vivo, Associação Pariri, Grupo de Resistência do Tapajós, Associação de Montanha e Mangabal e Associação Dos Filhos e Filhas de Itaituba (ASFITA).	Procuradores MPF, professores, Terra de Direitos, FASE, lideranças Munduruku e povos ribeirinhos. Contou com o apoio de <i>Missionszentrale Der Franziskaner</i> (Alemanha), Cáritas Brasileira, Fundo Socioambiental Casa, FAOR e Grupo de Defesa da Amazônia (GDA).
31/08/2016	Dilma Rousseff perdeu o cargo de Presidente da República após três meses de tramitação do processo iniciado no Senado, que culminou com uma votação em plenário resultando em 61 votos a favor e 20 contra o impedimento.	Brasília (DF)	Congresso Nacional	-